



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE

MAURÍCIO BARBOSA CARNEIRO

JOVENS E SUAS TERRITORIALIDADES NA CIDADE DE FORMOSA – GO: “o
***Centro também é nosso*”**

Brasília/DF
2025

MAURÍCIO BARBOSA CARNEIRO

**JOVENS E SUAS TERRITORIALIDADES NA CIDADE DE FORMOSA – GO: “o
Centro também é nosso”**

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção de título de Doutor em Educação pelo
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno
Fernandes

Brasília/DF

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bj Barbosa Carneiro, Maurício
Jovens e suas territorialidades na cidade de Formosa - GO:
"o Centro também é nosso" / Maurício Barbosa Carneiro;
orientador Maria Lídia Bueno Fernandes. Brasília, 2025.
220 p.

Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, 2025.

1. Educação em Contextos de Resistência. 2. Jovens. 3. Territorialidades. 4. Direito à cidade. I. Bueno Fernandes, Maria Lúcia, orient. II. Título.

MAURÍCIO BARBOSA CARNEIRO

**JOVENS E SUAS TERRITORIALIDADES NA CIDADE DE FORMOSA – GO: “o
Centro também é nosso”**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno Fernandes

Defendida e aprovada em 15 de julho de 2025.

Banca Examinadora formada por:

Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno Fernandes
Universidade de Brasília

Prof. Dr.^a Clarice Cassab
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Viviane Neves Legnani
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Victor Hugo Nedel Oliveira
Universidade Federal Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Diante das muitas incertezas de uma história marcada por processos de ausências, vislumbrava um sonho alimentado pelo desejo de me constituir enquanto sujeito capaz de vencer as agruras da vida. Aliás, sonhos que se alimentavam de uma esperança de um construir ainda incerto, por vezes impossível. Sonhos que, desde pequeno, me foram colocados como pressuposto de uma busca de mudanças. Por quantas vezes sentei-me num banco de tirar leite junto com meu pai e, ao vê-lo, me exortava a não querer aquilo, a buscar outra realidade que não a dele. Debaixo de sol quente, na capina da roça, no sertão Gerais, a vida se apressava em me dizer de uma mudança que seria a minha realização pessoal. As dificuldades de sobreviver estavam o tempo inteiro sobre nós, mas, mesmo convivendo com elas, havia por parte dos meus pais um desejo de mudanças que nos foi alimentando todos os dias com a esperança de melhores dias pelo nosso esforço e estudo.

Alfabetizado e letrado por minha mãe, professora da zona rural onde morava, no sertão, numa fazenda com o nome Carinhanha ou Bela Lorena, inscrito na cancela, juntava minhas sacolas de plástico carregadas de materiais escolares e admirava a figura materna educadora. Dela ouvi muitos conselhos sobre a necessidade de não estar ali, onde a vida deles se desenrolava e a minha não se conectava.

A partir da quinta série, o campo já se tornava pequeno; tive que migrar para a cidade, onde a minha casa, o meu quarto e os meus ficaram um pouco distantes. E essa distância foi diminuída pela presença de duas importantes pessoas: Neto e Naila. Foram construtores também de meus muitos sonhos e me ajudaram muito, com moradia, comida e estudos. Foram exemplos.

Quando a cidade pequena não cabia em meus sonhos, e o desejo de um curso superior era gigante em mim, mudei-me novamente, agora para uma cidade interiorana maior, chamada Formosa-GO. Aqui fiz muitos amigos, mas um deles, em especial, me acolheu com um sentido de família que tinha na minha casa: o camarada Uelmo. Através dele, também comecei a participar de um Instituto que me mostrou a importância do coletivo, da união, da formação social – o Instituto Cultural Caminhando e Cantando.

A vida caminha e, nesse caminhar, aquele sonho de menino, sentado na cadeira, tirando leite com meu pai, é aguçado pela aprovação no Doutorado em Educação da Universidade de Brasília, sob a supervisão da minha orientadora, Prof.^a Maria Lídia Bueno Fernandes. Por tudo isso, esse trabalho se constitui.

Dedico essa tese a todos aqueles que, em várias etapas da minha vida, tiveram a contribuição para que este sonho se concretizasse: aos meus pais, Donato e Vilda; ao Neto e à Naila; ao meu amigo Uelmo; aos companheiros do ICCC; à Universidade de Brasília; à minha orientadora, Prof.^a Maria Lídia; à minha esposa, Jennifer; e aos meus filhos, Júlia e Joaquim.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela trajetória, guiando meus passos e caminhos, abençoando-me com minha fé, minha saúde e com a presença de pessoas especiais que me auxiliaram.

À minha família, fonte segura de apoio, carinho e afeto: meus pais – Donato e Vilda; meus irmãos – Marina e Márcio; minha esposa – Jennifer; e meus filhos – Júlia e Joaquim.

À Prof.^a Maria Lídia, orientadora e conselheira, pelos conhecimentos transmitidos, inesgotável disponibilidade, orientação segura e fraternal convivência.

À Prof.^a Clarice Cassab, pela atenção carinhosa e sugestões valiosas.

Ao Instituto Cultural Caminhando e Cantando, representado pelos companheiros e companheiras que me ensinaram a máxima do voluntariado e da formação social.

Aos amigos professores que passaram pela minha trajetória, sendo inspiração de uma educação que transforma e liberta.

À Prefeitura Municipal de Formosa e à Secretaria Municipal de Educação, pelo apoio dado a esta pesquisa e pelas licenças concedidas durante o período do doutoramento.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa Sujeitos, Territórios e a Construção do Conhecimento – GPS –, pelas discussões, sugestões e ajuda na construção da tese.

Aos jovens das batalhas de rimas do Deck, da praça da Prefeitura, do grupo de *skatistas*, das *bikes* BMX, que foram a práxis desta pesquisa.

RESUMO

Esta tese investiga as territorialidades juvenis na cidade de Formosa-GO, tomando como foco as práticas espaciais dos jovens que se apropriam de espaços públicos urbanos, especialmente no centro da cidade, por meio de manifestações culturais como o skate, o grafite e as batalhas de rima, práticas essas que não se limitam ao simples uso do espaço, mas que o ressignificam, criando territórios de pertencimento, identidade e resistência, numa perspectiva em que a cidade deixa de ser um espaço dado para se tornar espaço vivido e disputado. O objetivo que orientou a pesquisa foi compreender como esses jovens constroem suas territorialidades a partir das práticas cotidianas que transformam o espaço urbano em território de disputa simbólica, enfrentando processos de exclusão e afirmando formas próprias de existência e convivência. A metodologia adotada foi qualitativa, com base na observação participante, nas entrevistas semiestruturadas e nas rodas de conversa, que possibilitaram captar as narrativas e as experiências dos jovens em seus modos de ocupar e transformar a cidade. A análise foi realizada por meio da Análise Temática, estruturada em quatro categorias que sintetizam os principais achados: a primeira, que evidenciou como as práticas espaciais e a interação urbana transformam praças, decks e mobiliários urbanos em espaços de convivência e produção cultural, reconfigurando simbolicamente o centro da cidade e afirmando ali a presença juvenil; a segunda, que revelou as barreiras, os conflitos e os processos de exclusão que limitam a apropriação desses espaços, expressos na repressão, no preconceito e na ausência de políticas públicas capazes de garantir o direito à cidade; a terceira, que destacou as expressões culturais juvenis como formas potentes de resistência e de afirmação política, permitindo que os jovens reivindiquem a cidade como espaço legítimo de sua existência e ocupem territórios historicamente marcados pela exclusão; e a quarta, que revelou a construção de identidades e de reconhecimentos coletivos, evidenciada na formação de vínculos comunitários e na consolidação de redes de solidariedade que sustentam a afirmação pública das culturas populares. Os resultados demonstram que as práticas juvenis em Formosa constituem formas legítimas de produção de território, de resistência e de transformação urbana, e que, ao questionarem as dinâmicas excludentes que marcam a cidade, apontam também para a possibilidade de sua reinvenção, afirmando a presença dos jovens como sujeitos políticos e culturais, protagonistas de processos que reconfiguram e redimensionam os usos e os sentidos do espaço urbano.

Palavras-chave: Educação em Contextos de Resistência. Jovens. Territorialidades. Direito à cidade.

ABSTRACT

This dissertation investigates youth territorialities in the city of Formosa-GO, focusing on the spatial practices of young people who appropriate urban public spaces, particularly in the city center, through cultural manifestations such as skateboarding, graffiti, and rap battles. These practices go beyond mere use of space, as they re-signify it, creating territories of belonging, identity, and resistance. From this perspective, the city ceases to be a given space and becomes a lived and contested space. The research aimed to understand how these young people construct their territorialities through everyday practices that transform urban space into a territory of symbolic dispute, confronting exclusionary processes and affirming their own ways of being and living together. The methodology adopted was qualitative, based on participant observation, semi-structured interviews, and focus group discussions, which enabled the capture of narratives and experiences of young people in their modes of occupying and transforming the city. The analysis was conducted using thematic analysis, structured into four categories that synthesize the main findings: the first highlights how spatial practices and urban interactions transform squares, decks, and urban furniture into spaces of social interaction and cultural production, symbolically reconfiguring the city center and affirming youth presence; the second reveals the barriers, conflicts, and processes of exclusion that limit the appropriation of these spaces, expressed through repression, prejudice, and the absence of public policies that ensure the right to the city; the third emphasizes youth cultural expressions as powerful forms of resistance and political affirmation, allowing young people to claim the city as a legitimate space for their existence and to occupy territories historically marked by exclusion; and the fourth uncovers the construction of identities and collective recognition, evidenced in the formation of community bonds and the consolidation of solidarity networks that sustain the public affirmation of popular cultures. The results demonstrate that youth practices in Formosa constitute legitimate forms of territorial production, resistance, and urban transformation, and that by challenging the exclusionary dynamics that shape the city, they also point to the possibility of its reinvention, affirming the presence of young people as political and cultural subjects who are protagonists in processes that reshape and redefine the uses and meanings of urban space.

Keywords: Education in Contexts of Resistance. Youth. Territorialities. Right to the City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sítio Arqueológico do Bisnau.....	26
Figura 2 – Recortes das figuras no Sítio Arqueológico do Bisnau.....	26
Figura 3 – Entrada do Sítio arqueológico Toca da Onça.....	27
Figura 4 – Pinturas do Sítio arqueológico Toca da Onça.....	27
Figura 5 – Margens da Lagoa Feia.....	28
Figura 6 – Picada da Bahia (1887).....	30
Figura 7 – Mapa das Picadas de Minas e da Bahia.....	32
Figura 8 – Recorte Estrada Geral do Sertão.....	36
Figura 9 – Demarcação territorial para a construção do Distrito Federal.....	38
Figura 10 – Salto do Itiquira em sua natureza original.....	39
Figura 11 – Primeira publicação no periódico Brasília sobre a importância da nova.....	47
Figura 12 – Registro feito por Varnhagen sobre Planalto e Colonização na VilaFormosa da Imperatriz.....	49
Figura 13 – Mapa 1 – Mapa Multiescalar do Município de Formosa.....	51
Figura 14 – Mapa 2 - Expansão urbana do município de Formosa – GO de 1970 a 2021.....	56
Figura 15 – Mapa 3 - Usos dos espaços da cidade de Formosa – GO.....	62
Figura 16– Mapa 4 – Localização – Jovens em movimento – Formosa-GO.....	66
Figura 17– Mapa 5 – Fluxo: origem e destino – Jovens em movimento – Formosa-GO.....	69
Figura 18 - Mapa 6– Realidade Escolar Municipal Urbana – Formosa-GO.....	136
Figura 19 - Mapa 7- Realidade Escolar Municipal Rural - Formosa-GO.....	140
Figura 20 – Gráfico: Participantes por grupo e instrumento metodológico.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Picadas do Planalto Central.....	31
Quadro 2 – Aspectos sociopolíticos da cidade de Formosa no Período Republicano (1935-1955).....	41
Quadro 3 – Descendentes dos primeiros habitantes de Couros.....	44
Quadro 4 – Fases da Modernização do Território e da Urbanização em Goiás.....	58
Quadro 5 - Títulos de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Edubase: Territorialidades....	74
Quadro 6 - Títulos de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Edubase: Territorialidades Juvenis.....	75
Quadro 7 - Títulos de Teses e Dissertações sobre Territorialidades na Educação.....	77
Quadro 8 - Títulos de teses e dissertações sobre territorialidades na infância, jovens e adultos..	78
Quadro 9 - Títulos de Teses e Dissertações sobre o conceito de lugar nas geografias das infâncias, dos jovens e das famílias.....	78
Quadro 10 - Juventudes e educação nas bases SciELO, UnB e Capes.....	79
Quadro 11 - Banco de Dados SciELO – Descritor Juventudes e Educação.....	80
Quadro 12 - Banco de Teses e Dissertações da UnB – Descritor Juventudes e Educação.....	84
Quadro 13 - Banco de Teses e Dissertações da Capes – Descritor Juventudes e Educação.....	86
Quadro 14 – Diferenças entre espacialidades e práticas espaciais.....	118
Quadro 15 – Compreensão dos jovens como categoria social construída.....	130
Quadro 16 – Categorias, subcategorias e postulados da análise dos dados.....	155
Quadro 17 – Práticas espaciais e interação urbana dos jovens em Formosa – GO.....	195
Quadro 18 – Barreiras, conflitos e exclusão na apropriação do espaço urbano pelos jovens.	197
Quadro 19 – Expressão cultural e direitos dos jovens na cidade.....	199
Quadro 20 – Identidade e reconhecimento coletivo dos jovens na cidade.....	202

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
AM	Amazonas
BA	Bahia
BDTD/IBICT	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMEIs	Centros Municipais de Educação Infantil
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGHAB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MC	Mestre de Cerimônias
MG	Minas Gerais
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PB	Paraíba
PM	Polícia Militar
PMAD	Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RJ	Rio de Janeiro
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SP	São Paulo
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 - FORMOSA: ESPACIALIDADES PRETÉRITAS E A DIMENSÃO DO FUTURO	21
2.1 Espacialidades e Temporalidades da Cidade	21
2.2 Articulações geo-histórica da cidade de Formosa – GO: o passado e o presente no tempo/espaço	23
2.3 Brasília e Formosa: construções históricas culturais	45
2.4 Perspectivas atuais: Formosa – GO	50
2.5 A modernização do território goiano e seus reflexos na cidade de Formosa – GO..	58
2.6 - Ser jovem em Formosa – GO: experiências urbanas e modos de conhecer a cidade	60
CAPÍTULO 3 – ESTADO DA ARTE: ESTUDOS SOBRE TERRITORIALIDADE, EDUCAÇÃO E JOVENS	72
3.1 Pesquisas realizadas entre 2011 e 2024	72
CAPÍTULO 4 - REFERENCIAL TEÓRICO: Jovens, espaços e cidadania: vivências, práticas e processos educativos na cidade	91
4.1 Os jovens, a cidadania e seus espaços-tempos	91
4.1.1 Jovens e a cidade – tensionamentos	101
4.1.2 Os jovens na cidade que educa	110
4.2 As práticas sociais cotidianas e suas espacialidades – conceitos integrados ao contexto dos jovens e as vivências na/com a cidade	116
4.2.1 Geografias dos jovens nos territórios	121
4.2.2 Onde estão os jovens? Espaço, vozes e identidades em construção	124
4.2.3 Jovens e escola: imbricamentos	131
4.3 Realidade escolar municipal em Formosa – GO	134
4.4 Jovens e juventudes: mais que conceitos	141
CAPÍTULO 5 - PERCURSO METODOLÓGICO	145
5.1 Caracterização do estudo	145
5.2 Local e participantes	146
5.3 Procedimentos para a coleta dos dados	148
5.3.1 Registro e análise dos instrumentos metodológicos	149
5.3.2 Instrumentos	151
5.4 Procedimentos para análise dos dados	153
CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO	157
6.1 Práticas Espaciais e Interação Urbana	158
6.1.1 Ocupação simbólica e material de espaços da cidade	158
6.1.2 Resistências	160
6.1.3 Experiências periféricas no centro da cidade	163
6.2 Barreiras, Conflitos e Exclusão	168

6.2.1 Barreiras à apropriação de espaços.....	169
6.2.2 Disputa entre usos e repressão.....	172
6.2.3 Falta de infraestrutura e oportunidades na cidade.....	176
6.3 Expressão Cultural.....	181
6.3.1 Expressões artísticas como resposta a desafios.....	183
6.3.2 Críticas sociais e reivindicações urbanas.....	184
6.3.3 A batalha de rima como palco para narrativas periféricas.....	185
6.4 Identidade e Reconhecimento Coletivo.....	185
6.4.1 Relações de solidariedade e aprendizado coletivo.....	186
6.4.2 Linguagem própria, identidade do grupo e hip-hop.....	188
6.4.3 Dinâmica entre MCs e o público.....	191
6.4.4 Desafios dos grupos sub-representados e os preconceitos sociais e institucionais. 192	
6.4.5 Resposta do público como validação ou rejeição.....	194
6.5 Síntese da análise e discussão dos dados.....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214
ANEXO A: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	220

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

As territorialidades juvenis são expressões de identidade e pertencimento que se manifestam na ocupação simbólica e material dos espaços urbanos. Os jovens reinterpretam os ambientes em que vivem, transformando-os em territórios de resistência e expressão cultural (Maurer; Vilarino, 2021). Essas práticas desafiam as dinâmicas de exclusão e vigilância impostas pelo planejamento urbano tradicional, evidenciam a juventude como protagonista na ressignificação dos espaços públicos e na construção de significados sociais (Almeida, 2013).

A apropriação de mobiliários urbanos, como praças e calçadas, é exemplo da capacidade dos jovens de subverter a lógica imposta pelos centros urbanos. Ao utilizarem esses espaços para manifestações culturais, como batalhas de rap, *skate* e grafite, criam territórios inclusivos que promovem diálogo, solidariedade e justiça social (Castro, 2021). Essas ações, além de expressarem criatividade e contestação, reforçam a luta pelo direito à cidade e contribuem para o fortalecimento de comunidades resilientes e diversificadas (Maurer; Vilarino, 2021).

Ao longo desta pesquisa, a cidade de Formosa – GO se apresenta como um campo fértil para compreender essas territorialidades juvenis, observando-se como os jovens ocupam e ressignificam espaços públicos a partir de suas práticas cotidianas. Tal fenômeno evidencia o potencial transformador da juventude enquanto sujeito social que, mesmo diante de processos de exclusão, cria e recria seus lugares de vivência.

A cidade não é um cenário neutro, mas sim um espaço socialmente produzido e reproduzido, marcado por disputas e apropriações múltiplas (Lefebvre, 2001). As práticas juvenis em Formosa demonstram como esses sujeitos constroem vínculos afetivos e políticos com os espaços urbanos, subvertendo normas estabelecidas e criando novas formas de sociabilidade e pertencimento.

Essas manifestações não surgem de modo espontâneo ou aleatório. Elas são resultado de processos históricos e sociais que conformam as possibilidades e os limites da atuação juvenil no espaço urbano. O planejamento tradicional, centrado na lógica da ordem e da funcionalidade, frequentemente invisibiliza ou reprime as expressões culturais juvenis, especialmente aquelas oriundas das periferias urbanas (Souza; Silva, 2018).

Entretanto, os jovens de Formosa, através de práticas como as batalhas de rima realizadas no *Deck* e na Praça da Prefeitura, ou pelas manobras de *skate* e intervenções artísticas em murais, afirmam seu direito de existir na cidade e, mais que isso, de a ela

pertencer. Nesse sentido, a territorialidade juvenil se manifesta como uma resistência ativa à tentativa de homogeneização dos usos dos espaços urbanos.

Além disso, essas práticas configuram-se como formas legítimas de produção de conhecimento e de construção de identidades coletivas. Não se trata apenas de lazer ou ocupação do tempo livre, mas de estratégias políticas e culturais de afirmação e resistência. Ao transformar lugares tradicionalmente destinados ao trânsito ou ao consumo em espaços de criação e convivência, os jovens desestabilizam as hierarquias espaciais estabelecidas e reivindicam o espaço público como território de todos.

A presença desses jovens em espaços públicos, sobretudo nos locais centrais da cidade, não se limita à mera ocupação territorial; ela é expressão concreta de uma disputa simbólica, que visa romper com a invisibilidade social e com as barreiras, muitas vezes institucionais, que restringem ou condicionam o uso pleno da cidade (Harvey, 2012). Assim, ao escolherem determinados pontos de encontro, como o coreto ou as escadarias das praças, criam verdadeiros palcos urbanos, onde não apenas se encontram, mas também performam identidades, constroem laços e afirmam narrativas que contrastam com as representações hegemônicas da cidade como espaço homogêneo e disciplinado.

Esse movimento de apropriação e transformação dos espaços públicos evidencia a potência criativa e política da juventude, especialmente quando ela se insere em contextos marcados pela precarização de políticas públicas, pela falta de infraestrutura para práticas culturais e pelo avanço de processos de mercantilização do espaço urbano (Souza, 2020). A cidade, nesse contexto, é percebida pelos jovens não como uma instância meramente administrativa ou arquitetônica, mas como um território vivo, permeado por tensões, resistências e possibilidades de reinvenção.

A questão central que orienta este estudo é: como os jovens, a partir de suas práticas culturais e cotidianas, ressignificam e disputam o espaço central de Formosa-GO, tensionando as fronteiras sociais e simbólicas entre periferia e centro urbano? Essa questão articula-se à compreensão de que a cidade não é um cenário neutro, mas um espaço socialmente produzido, permeado por relações de poder, desigualdades e resistências.

O estudo insere-se no campo da Educação, ao reconhecer que tais práticas constituem experiências formativas e políticas que ocorrem fora dos muros escolares. Ao transformar espaços públicos em territórios de convivência e expressão, esses jovens constroem aprendizagens ligadas à sociabilidade, à cultura e à participação cidadã, dialogando com concepções críticas de educação como prática social transformadora.

A escolha metodológica por realizar esta pesquisa em Formosa-GO parte do reconhecimento de que, mesmo em cidades de médio porte, a dinâmica das territorialidades juvenis manifesta-se com força, revelando processos semelhantes aos que se observam em metrópoles, mas também especificidades importantes. Nesses contextos, a centralidade do espaço urbano adquire novos contornos, seja pela maior proximidade entre sujeitos e territórios, seja pela concentração de práticas culturais em determinados equipamentos públicos, muitas vezes os únicos disponíveis para os jovens das periferias.

Importante ressaltar que, ao abordar a relação entre juventude e cidade, não se trata de romantizar a presença juvenil no espaço público, mas de compreender que tais práticas são também atravessadas por múltiplos desafios, que vão desde a precarização das condições de vida até o cerceamento do direito de circular livremente pela cidade. A criminalização das culturas juvenis, especialmente das manifestações oriundas das periferias, como o hip-hop e o grafite, é um exemplo claro desse tensionamento, que transforma a cidade em um campo permanente de disputa, onde as territorialidades juvenis são constantemente postas à prova (Almeida, 2013).

Nessa perspectiva, a noção de direito à cidade emerge como elemento central para compreender a atuação dos jovens de Formosa em suas práticas espaciais. Inspirada na obra de Lefebvre (2001), essa concepção não se restringe ao direito de usufruir dos espaços urbanos, mas inclui a prerrogativa de transformá-los, de interferir em sua configuração, de reinventar seu uso e de redefinir os sentidos atribuídos aos lugares.

A experiência juvenil na cidade, portanto, é indissociável de uma dimensão política, na medida em que envolve processos de reivindicação, resistência e construção de novas formas de sociabilidade. Ao transformar espaços aparentemente neutros em territórios significativos, os jovens inscrevem neles suas histórias, suas culturas e suas expectativas, criando uma cartografia alternativa da cidade, na qual os limites tradicionais entre centro e periferia, público e privado, formal e informal, são constantemente questionados e reconfigurados.

Ao escolher como foco de análise as práticas culturais juvenis que se realizam nos espaços públicos de Formosa – GO, especialmente na região central, a presente pesquisa busca evidenciar como esses sujeitos produzem territórios que são, ao mesmo tempo, espaços de resistência e de criação. Não se trata apenas de ocupar fisicamente um espaço, mas de produzir novos sentidos para ele, transformando-o em território de pertencimento, onde os jovens podem expressar suas identidades, compartilhar experiências e construir coletivamente suas narrativas de vida (Saquet, 2015).

Essa perspectiva amplia a compreensão sobre a cidade, deslocando o olhar da materialidade urbana, representada por ruas, praças e prédios, para os usos, as práticas e os afetos que nela se inscrevem. Como afirma Santos (2006), “o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Assim, interessa-nos, sobretudo, compreender como os jovens de Formosa acionam e ressignificam esses sistemas, desafiando as lógicas normativas que tentam ordenar e disciplinar o uso do espaço público.

É nesse contexto que as batalhas de rima, os encontros de *skate* e as intervenções artísticas se consolidam como práticas espaciais que extrapolam a função do lazer, assumindo uma dimensão política e identitária que interroga diretamente as formas hegemônicas de produção e gestão da cidade. Por meio dessas práticas, os jovens de Formosa constroem uma presença visível no espaço público, resistindo aos processos de invisibilização e silenciamento que, historicamente, relegaram as juventudes periféricas ao lugar da marginalidade e da ameaça à ordem urbana (Souza; Silva, 2018).

Esse processo de resistência territorial não se dá, contudo, sem enfrentamentos e contradições. A presença dos jovens nos espaços centrais da cidade é frequentemente objeto de estranhamento e de tentativa de regulação por parte do poder público e de setores da sociedade que veem nessas práticas uma ameaça à “ordem” e à “segurança”. As tentativas de expulsão simbólica e física, expressas na repressão policial ou na imposição de normas que restringem a permanência e o uso dos espaços, ilustram bem os conflitos que permeiam a disputa pelo espaço urbano (Harvey, 2012).

Nesse sentido, torna-se imprescindível reconhecer que o direito à cidade, tal como concebido por Lefebvre (2001), não se realiza plenamente sem a garantia do direito à diferença, isto é, ao reconhecimento e à valorização das múltiplas formas de ser, de estar e de ocupar a cidade. As práticas culturais juvenis, ao tensionarem as fronteiras e limites estabelecidos, apontam para a possibilidade de construção de uma cidade mais inclusiva, onde a diversidade de usos e de sujeitos seja não apenas tolerada, mas efetivamente incorporada ao projeto urbano.

A escolha por investigar o contexto de Formosa-GO, nesse sentido, responde não apenas à proximidade empírica, mas também à necessidade de ampliar o escopo das pesquisas sobre territorialidades juvenis para além dos grandes centros metropolitanos. As cidades médias, como Formosa, constituem espaços privilegiados para observar as dinâmicas de produção social do espaço, especialmente no que diz respeito às formas de resistência e de apropriação territorial protagonizadas por sujeitos historicamente invisibilizados.

Além disso, ao direcionar o olhar para as práticas juvenis que emergem nos espaços públicos de Formosa, esta pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento de um campo teórico e político que valoriza as vozes e as experiências das juventudes, reconhecendo nelas não apenas um grupo etário, mas sujeitos históricos dotados de agência, capazes de produzir conhecimento e de intervir criticamente na cidade que habitam.

Essa perspectiva rompe com abordagens que tendem a infantilizar ou patologizar as juventudes, entendendo-as como um “problema social” a ser contido ou disciplinado, e passa a concebê-las como produtoras de cultura, de sociabilidade e de novos modos de existência urbana (Abramo, 2007). Trata-se, portanto, de reafirmar o compromisso ético e político com a produção de conhecimentos que não apenas descreve, mas que também reconhece e valoriza as práticas de resistência e de criação que os jovens desenvolvem cotidianamente.

Nesse sentido, a territorialidade juvenil é aqui compreendida como um processo relacional, construído na interação constante entre sujeitos e espaços, marcado por afetos, conflitos, negociações e resistências. Esse processo se expressa, por exemplo, quando os jovens se apropriam de uma praça para realizar suas batalhas de rima, desafiando as normas implícitas sobre quem pode ou não ocupar determinados espaços e para quais finalidades.

Assim, a cidade se configura não apenas como um conjunto de edificações ou de infraestruturas, mas como um espaço socialmente produzido e continuamente ressignificado pelos sujeitos que nela atuam (Lefebvre, 2001). Os jovens de Formosa, ao ocuparem e transformarem o centro urbano, afirmam a centralidade de suas existências e de suas práticas culturais, construindo novos mapas afetivos e simbólicos que se sobrepõem e, muitas vezes, colidem com os mapas oficiais da cidade.

Por fim, este trabalho pretende evidenciar que compreender as territorialidades juvenis é também compreender as múltiplas formas de resistência que se inscrevem nos espaços urbanos. Trata-se de reconhecer que a cidade não é um espaço neutro ou homogêneo, mas um território marcado por disputas, exclusões e, sobretudo, por práticas criativas de reinvenção e de afirmação.

Dessa forma, a pesquisa que aqui se apresenta não busca apenas descrever as práticas juvenis em Formosa, mas, sobretudo, compreender os processos pelos quais esses jovens transformam o espaço urbano em território de pertencimento, de resistência e de afirmação política e cultural. É nesse movimento de ocupação e de criação que se inscreve o sentido maior deste trabalho: contribuir para o reconhecimento das juventudes como sujeitos plenos de direitos, para quem a cidade, em toda a sua complexidade e diversidade, também pertence.

A tese foi estruturada em seis capítulos principais. O primeiro Capítulo 1, apresenta as inquietações e justificativas que conduziram esta pesquisa, bem como o objetivo a ser traçado. O Capítulo 2 apresenta uma análise da cidade de Formosa, suas espacialidades passadas e suas perspectivas futuras, explorando as articulações geo-históricas do município, sua relação com Brasília e os elementos constitutivos do espaço urbano, como o adensamento e as dinâmicas demográficas.

O Capítulo 3 apresenta o estado da arte, situando a pesquisa no campo acadêmico e destacando as principais contribuições teóricas e empíricas que sustentam a investigação. Já o Capítulo 4, por um lado, concentra-se nas vivências dos jovens da cidade, discutindo a imagem que possuem de Formosa e suas experiências de cidadania, a partir de suas práticas cotidianas e formas de inserção no espaço urbano. Por outro lado, estabelece-se a conexão conceitual entre cidade, território, juventude e escola, articulando as práticas sociais cotidianas e discutindo o papel da escola na construção das territorialidades juvenis, enquanto espaço de mediação e produção cultural. Por último, apresenta o estado da arte, situando a pesquisa no campo acadêmico e destacando as principais contribuições teóricas e empíricas que sustentam a investigação.

Em seguida, o Capítulo 5 detalha o percurso metodológico da pesquisa, descrevendo as estratégias adotadas para a coleta e análise dos dados, bem como os procedimentos éticos e os critérios de seleção dos participantes.

O Capítulo 6 expõe os resultados obtidos, organizados em quatro grandes categorias: as práticas espaciais e a interação urbana; as barreiras à apropriação de espaços; a resistência cultural expressa nas manifestações juvenis; e, por fim, as questões relativas à identidade, à comunidade e à mobilidade dos jovens em Formosa. Também apresenta uma síntese das ideias abordadas na pesquisa procurando compreender como os jovens constroem cotidianamente territórios de pertencimento, sociabilidade e criação cultural.

Por fim, apresentamos as considerações finais sobre os resultados obtidos na pesquisa e qual a sua repercussão social. Os dados revelam que mais do que usuários da cidade, os jovens participantes da pesquisa são produtores de espacialidades próprias. Suas ações revelam uma cidade que pulsa fora dos planejamentos oficiais, uma cidade que é vivida, disputada e transformada.

CAPÍTULO 2 - FORMOSA: ESPACIALIDADES PRETÉRITAS E A DIMENSÃO DO FUTURO

[...] para ter eficácia o processo de aprendizagem, deve-se, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isso significa saber como o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É deste modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro (Santos, 1994, p. 121).

Neste capítulo, apresentamos a dimensão geo-histórica da constituição da cidade de Formosa – GO, com exposição de elementos histórico-bibliográficos por meio de discurso oficial de formação da cidade. Foi realizado um levantamento histórico-geográfico no museu couros com o objetivo de resgatar não somente a constituição da cidade, mas também um pouco da sua identidade cultural. Pretende-se através dessa historiografia pensar a cidade de antes e a de hoje e como as marcas de outrora ainda podem ser vistas atualmente. Tal historiografia demarca importantes acontecimentos da realidade local e servirá de consulta para outras pesquisas e para os moradores, incluindo nestes, os jovens.

2.1 Espacialidades e Temporalidades da Cidade

A cidade de Formosa – GO, sob a ótica da transformação espacial, é produto de várias territorialidades. Nela se definem processos de produção do espaço, de apropriação dos territórios e de formação de identidades. Pires (2019) afirma que a cidade é o lugar onde as relações sociais, culturais e econômicas se manifestam; é onde as desigualdades podem ser encontradas pela própria dinâmica do sistema capitalista, que induz a disparidades socioespaciais. É também o espaço onde os embates que contribuem para a formação humana, frente aos desafios da vida, em suas diferentes dimensões: trabalho, escola, família, se concretizam.

Muitos pesquisadores abordam o tema da cidade em seus estudos (Carlos, 1992, 2004; Correa, 1989, 2016; Garnier, 1980; Lefebvre, 2001; Sposito, 2001, 2002, 2010), trazem a definição do que é a cidade e como compreendê-la. Santos (2021) pontua que cada cidade tem sua identidade histórico-geográfica, demarcando que essa surge temporal e espacialmente com características distintas umas das outras. As cidades estabelecem ligações entre si, em uma sucessão de tempos que deixam marcas na cidade, vinculando-a ao contexto produtivo e à diversidade socioespacial.

A cidade é um espaço em constante transformação, onde as mudanças orientam a organização urbana, direcionam investimentos e ocultam as desigualdades relacionadas à renda e à moradia. Sposito (2008) pontua que a cidade é um palco de complexidade, marcada por interações sociais, políticas, ambientais e econômicas. Compreender o fenômeno urbano exige a investigação que remonte à sua gênese, bem como indique projeções e relações com as questões urbanas no mundo contemporâneo.

Ao retroceder no tempo, torna-se possível situar a cidade no contexto histórico: ela emerge em um período específico e se expressa nas diferentes espacialidades que a constituem. No cenário atual, em que as dinâmicas sociais, políticas e ambientais estão entrelaçadas, pensar a cidade implica desvendar as relações construídas em um mundo global marcado por desigualdades. É compreendê-la, conforme Garnier (1980), como elemento constitutivo da luta política que apresenta papel relevante na constituição dos sujeitos, capaz de refletir e influenciar as múltiplas dimensões da realidade.

Ao considerar as cidades como elemento constitutivo da luta política é fundamental reconhecer que elas não são homogêneas em todos os contextos, pois cada uma carrega as marcas únicas de suas espacialidades e temporalidades. Essas particularidades moldam suas formas e influenciam as dinâmicas que nelas se desenvolvem. Sobre as cidades e seus habitantes recaem múltiplas diferenças, essenciais para compreender as possibilidades de estruturação urbana e as formas de identificação dos indivíduos com o espaço.

Nesse sentido, Sposito (2008) destaca que as cidades, inseridas na relação social, política e econômica permeadas por diferenças espaciais, também se concretizam nas práticas, atividades e apropriações dos sujeitos que as habitam. Essa multiplicidade de formas evidencia a riqueza e a complexidade dos processos que caracterizam a experiência urbana.

[...] os espaços passam a ser apropriados por diferentes atividades, para diferentes usos e por diferentes sujeitos sociais, dos indivíduos aos grandes conglomerados; há uma divisão social e territorial do trabalho da qual é possível uma compreensão mais nítida do que significa a cidade (Sposito, 2008, p. 70).

Quando Sposito (2008) traz essa compreensão da cidade como movimento, ao estabelecer diferentes usos do espaço e diferentes atividades exercidas nesses, cria-se a possibilidade de pensar a cidade a partir da perspectiva de uma divisão social e territorial do trabalho, estabelece-se a importância das interligações entre o sujeito e seus espaços. Nesse movimento, a cidade se constitui, o espaço é apropriado e os territórios se concretizam.

Roncayollo (1990) considera a cidade como um território singular, caracterizado pela sua especificidade e pela combinação de múltiplos territórios. Essa singularidade decorre da

definição própria e cotidiana, que se estabelece no âmbito das práticas e vivências dos sujeitos. A cidade é uma combinação de territórios ao interligar indivíduos e seus respectivos espaços, nos quais as dimensões temporal e espacial se manifestam de forma dinâmica e interdependente. Fica a seguinte indagação: Como conheceremos quem são esses sujeitos jovens que também produzem a cidade e qual papel representam no contexto social?

Ao aprofundarmos o conhecimento sobre as territorialidades e compreendermos os jovens enquanto sujeitos sociais, e adentrarmos na perspectiva de conhecer o contexto social no qual estão inseridos, é possível compreender sua participação na produção da cidade, por meio de diversas práticas que inscrevem e instauram em seu cotidiano. Nesse contexto teórico, torna-se essencial considerar o território e as territorialidades como elementos fundamentais para compreender as dinâmicas humanas. O território, enquanto categoria geográfica, permite o entendimento das dimensões espaço-temporais, sendo constituído pela projeção do trabalho humano no espaço e pelas relações de poder (Raffestin, 1981). Socialmente apropriado e construído, configura-se como produto do processo de domínio e apropriação social. As territorialidades expressam as formas pelas quais os sujeitos se conectam aos lugares, atribui-lhes identidade, enquanto sofrem influências das condições históricas e geográficas de cada área (Saquet, 2015).

O território [...] não poderia ser mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (Raffestin, 1993, p. 7-8).

A cidade pode ser concebida como um espaço de manifestações culturais, relações de poder e articulações entre diferentes escalas, do âmbito local ao global, todas influenciadas por seu aspecto social e econômico. Esse contexto estabelece no território possibilidades de considerar os atores sociais em sua formação e dinâmica. Não se pode conceber a construção do território, ou mesmo de múltiplos territórios dentro do espaço urbano, sem levar em conta a escuta ativa e a valorização das vozes dos sujeitos sociais em toda a sua diversidade. Compreender essa configuração territorial implica na análise das marcas temporais que moldam a geo-história da cidade e fundamentam sua constituição.

2.2 Articulações geo-histórica da cidade de Formosa – GO: o passado e o presente no tempo/espaço

Nesta seção, a abordagem da geo-história refere-se aos pressupostos do discurso oficial sobre a constituição da cidade de Formosa – GO. Propomos, outrossim, a análise também na perspectiva que estabelece o contraponto: a cidade construída a partir das vivências e práticas de seus sujeitos. Esse se mostra essencial para nossa pesquisa, por

reconhecer os sujeitos como protagonistas de saberes vinculados à construção da cidade, também por questionar e complementar o discurso oficial.

Embora consideremos o discurso oficial relevante, ele não constitui o eixo central desta análise. Optamos por destacar a geo-história tecida pelos próprios habitantes de Formosa, que são invisibilizados no relato oficial. Assim, concebemos a cidade de Formosa em sua dimensão geo-histórica a partir dos sujeitos que a vivenciam e a constituem; dessa forma, promove-se a análise que privilegia as experiências e perspectivas daqueles que habitam e dão vida ao espaço urbano.

Ao analisarmos tal dimensão da cidade de Formosa – GO, entendemos como se constituiu esse território, que elementos formadores o atravessam e quais influências recebe. O processo de produção do território, mencionado por Raffestin (2015), estabelece relações de dominação de poder, que variam na forma como os espaços são construídos. A análise profícua da cidade permite acolher as expressões das identidades e os interesses sociopolíticos envolvidos na sua constituição.

Os territórios refletem as características da ordem que os cria; portanto, para compreender o território, é relevante considerar a ordem social. Nas palavras de Delaney (2008, p. 11): “embora até façamos generalizações sobre o território, não devemos concebê-lo separado da história do social, pelo menos na medida em que o social é o que é, em parte, por meio de como ele é territorializado”¹.

Assim, é preciso considerar os sujeitos como uma das partes constitutivas dessa construção. Ao analisar a cidade de Formosa, é necessário acionar a memória individual ou coletiva, compreender como os indivíduos se relacionam com essa cidade, em um jogo que não se configura apenas como relação de poder, mas também como construção coletiva da qual participam os jovens e seus movimentos sobre o espaço. Assim, a construção das identidades, individual ou coletiva, perpassa a construção social dos sujeitos em seus espaços, de onde a memória representa um resgate das vivências e experiências sobre os lugares.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem

¹ Do inglês: “So while perhaps one may be able to make generalizations about territory per se, one ought to not conceive of it as in any way separate from the history of the social, at least insofar as the social is what it is, in part, through how it is territorialized” (Delaney, 2008, p. 11).

compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 2013, p. 435).

Acionar a memória dos sujeitos permite compreender a relação expressa entre eles e seus territórios. A memória coletiva é um elemento fundante na construção das identidades sociais, enraizadas nos vínculos e afetos tecidos com os lugares e vividos em seus espaços. Trata-se de pensar o conhecimento da cidade a partir do resgate que os sujeitos fazem de sua história e da forma como vão escrevendo outras, por meio das vivências e experiências em seus lugares. Nessa análise, Benjamin (1996, p. 58) descreve que se deve “escovar a história a contrapelo”. Assim, é necessário concebê-la do ponto de vista dos vencidos, em oposição à história oficial do progresso.

Consideramos importante apresentar a história oficial de Formosa, mas, também, a memória coletiva como contraponto. Buscamos compreender a crítica benjaminiana da história, a recusa ao historicismo, ao positivismo e toda tentativa de reduzir a história à ciência, fundamentada na teoria do conhecimento, em sua filosofia da linguagem e em crítica da cultura, o que permite estabelecer crítica à gênese histórica e outras possibilidades de compreensão.

O que se conhece hoje como a cidade de Formosa constitui-se a partir de registros em cavernas e grutas. Assim, na gênese dessa localidade, têm-se indícios da presença humana muito antes da conquista do território que se convencionou chamar de Brasil. Tais indícios estão registrados em cavernas e grutas do município, entre os quais se destacam as pinturas rupestres dos Sítios Arqueológicos do Bisnau (Figuras 1 e 2) e da Toca da Onça (Figuras 3 e 4). Os desenhos representam animais, seres humanos e elementos do céu, além de diversos outros símbolos ainda não desvendados. As tonalidades variam do alaranjado ao vermelho, com alguns traços em preto.

Figura 1 – Sítio Arqueológico do Bisnau



Fonte: Captura do autor, 2025.

Figura 2 – Recortes das figuras no Sítio Arqueológico do Bisnau



Fonte: Captura do autor, 2025.

Observamos que, nas Figuras 1 e 2, incrustados nas rochas do Sítio Arqueológico do Bisnau, há elementos sobre a vida e a cultura material dos povos que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores. Essas incrustações apresentam cenas do cotidiano da época: representações de homens e mulheres caçando, figuras de animais, além de formas geométricas representadas por linhas, círculos, espirais e triângulos.

No Sítio Arqueológico Toca da Onça, como podemos ver nas Figura 3 e 4, é possível observar a coloração em tons mais avermelhados e pretos. As posições dessas pinturas também se diferenciam das encontradas no Bisnau, estando presentes no teto e nas paredes da caverna. Predominam figuras que seguem o estilo voltado a representações geométricas.

Figura 3 – Entrada do Sítio arqueológico Toca da Onça



Fonte: Captura do autor, 2025.

Figura 4 – Pinturas do Sítio arqueológico Toca da Onça



Fonte: Captura do autor, 2025.

Os registros dos primeiros seres humanos que habitaram o Planalto Central, encontrados em cavernas e grutas do município, atestam a presença humana no território há mais de 10 mil anos. Segundo o Cadastro Nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a região de Formosa conta com 42 sítios arqueológicos, entre os quais os petróglifos do Bisnau; estes se destacam pela visibilidade das pinturas. Para o historiador Paulo Bertran (1994), em Formosa havia a pré-história bem definida. Os grupos

eram compostos por povos coletores e caçadores, que registraram, nas paredes das cavernas e nos lajeados do município, uma historiografia própria.

É importante registrar essa presença humana, tendo em vista que a historiografia oficial considera a história da localidade apenas a partir da chegada dos colonizadores, em especial no que diz respeito ao seu papel como rota de tropeiros, em função da exploração aurífera no interior do que hoje conhecemos como estado de Goiás.

Isso posto, a cidade de Formosa surge como peça importante na engrenagem do país, sendo conhecida como “rota de tropeiros”, “ponto de apoio” e, mais tarde, vizinha da nova capital federal. O que antes chamávamos de a “velha picada da Bahia” é, atualmente, parte de uma rodovia de integração nacional. “As ruínas do velho registro da Lagoa Feia contemplam não mais tropas de burros, mas frotas de caminhões e outros veículos motorizados” (Vieira, 2010, p. 45).

Na Figura 5, podemos observar como era a região da Lagoa Feia e de que forma se consolidava como ponto de apoio para as tropas que ali passavam.

Figura 5 – Margens da Lagoa Feia



Fonte: Acervo Museu Couros.

Podemos notar que, na Figura 5, que a Lagoa Feia se constituía no imenso espelho d'água natural e representava, para os tropeiros que por ali passavam, a possibilidade de alimentação por meio da caça e da pesca, além de servir como ponto de apoio. Ao fundo da imagem, destaca-se a vegetação de cerrado. Chamam atenção as vestimentas dos tropeiros acomodados às margens da lagoa, que usavam chapéus e botas.

A forma como se constitui o território formosense está atrelada aos caminhos de exploração do ouro e às constantes incursões realizadas pelos bandeirantes paulistas na região. Para Jacintho (1979), ao compreender esse processo de formação histórica da cidade de Formosa (GO), é necessário considerar os registros da Lagoa Feia e de Arrepêditos. Embora a historiografia não ateste por que receberam esses nomes, ambos desempenhavam a importante função de atuar como entrepostos de registro fiscal, nos quais se cobravam impostos sobre mercadorias e animais.

Do ponto de vista histórico, o território goiano pertencia à Capitania de São Paulo, então governada pelo Conde de Sarzedas, Dom Antônio Luiz de Távora. Por ocasião das descobertas de minas de ouro em Goiás, as chamadas picadas da Bahia, de São Francisco e das Minas Gerais, serviam como vias de controle para a Coroa. Por isso, temendo a perda do quinto real, notificou-se o imperador da época, Dom João V, através da carta, sobre a existência dessas picadas em 1733. No ano seguinte, convocou-se a junta para avaliar a situação. E em 1735, determinou-se a necessidade de assentar casas de registros e criar guarnições com uma a duas tropas de cavalaria (Jacintho, 1979).

As *picadas*, como eram chamados os caminhos em direção às minas de ouro estabelecidas na Bahia e em Minas Gerais, representavam para o Império possibilidades concretas de arrecadação de divisas, com controle sobre elas. O estabelecimento das casas de registros e a criação de guarnições atestam essa necessidade de dominação sobre essas áreas. As *picadas* tornaram-se instrumentos de controle ao mesmo tempo em que despertavam interesses de outras regiões.

Uma questão importante na análise da constituição histórica é identificar elementos que compreendam as discussões levantadas e interliguem os fatos à própria formação do Arraial de Couros e de outros arraiais. Nesse sentido, destacamos as chamadas Picadas do Planalto Central. Para Magalhães e Eleutério (2008), as *picadas* do Planalto Central eram rotas criadas com o objetivo de levar os tropeiros às regiões auríferas. Muitos partiam de áreas desenvolvidas no litoral, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, e adentravam o ermo sertão em busca de novas oportunidades. Em comum, compartilhavam o desejo de encontrar ouro e enriquecer, ao mesmo tempo em que desbravavam o desconhecido sertão.

As *picadas* eram áreas desconhecidas pelos tropeiros e desbravar essa região representava risco à sobrevivência. Eram locais de difícil acesso, com condições insalubres. Os tropeiros percorriam esses territórios no lombo de cavalos e mulas, de onde também eram carregados os mantimentos e apetrechos para a exploração do território. Utilizavam vestimentas que os protegiam do sol e da chuva, alimentavam-se da caça de animais e da

coleta de frutos. Estabeleciam com a natureza uma relação de dependência e medo, mas também alimentavam o sonho de realizar descobertas e de encontrar riqueza (Magalhães; Eleutério, 2008). Na Figura 6, apresentamos a *Picada da Bahia*, com tropeiros em missão de desbravar o sertão em busca de ouro.

Figura 6 – Picada da Bahia (1887)



Fonte: Acervo Museu Couros.

Foram muitos os desbravadores da terra inicialmente desconhecida pela Coroa, mas que, posteriormente, se transformou na rota de importância comercial e de descobertas de regiões auríferas, objetivo principal dessas incursões. As *picadas* eram rotas que, sob a tutela da Coroa, tinham a intenção de conhecer os recursos disponíveis naqueles caminhos e explorá-los comercialmente.

O Quadro 1 apresenta as *Picadas do Planalto Central*, com suas características, as áreas que desbravaram, os arraiais que fundaram, bem como a forma e a localização dessas regiões atualmente.

Quadro 1 – Picadas do Planalto Central

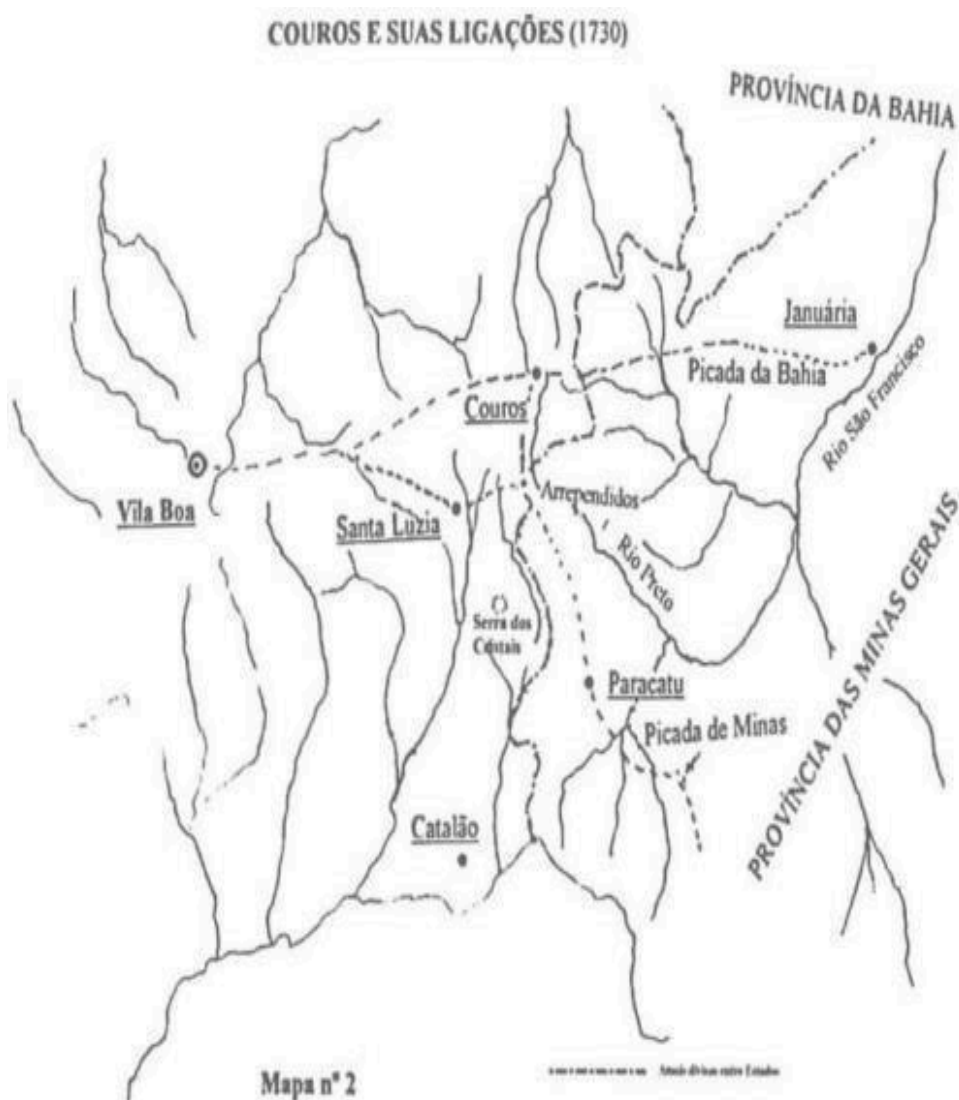
Picadas	Características
Caminho dos Paulistas	<p>A primeira <i>picada</i> oficial a adentrar as minas do Planalto Central foi talhada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, em 1725, após a descoberta de ouro nas terras do grupo indígena denominado Goyá. Ele chefiou a expedição povoadora e fundou o Arraial de Sant'Ana, que mais tarde recebeu o nome de Vila Boa de Goiás, em homenagem ao descobridor de suas minas.</p> <p>Essa estrada, conhecida como o Caminho dos Paulistas, partia da Vila de Piratininga, acompanhando o curso do rio Tietê, até adentrar a Capitania de Goiás pelo registro do Rio Grande, na divisa com Minas Gerais, na atual região do Triângulo Mineiro. Em terras goianas, a estrada passava pelos Arraiais de Santa Cruz e Bonfim (atual Silvânia), até alcançar Meia Ponte (atual Pirenópolis), onde convergia com a Picada da Bahia e a Estrada Real, seguindo, posteriormente, para Vila Boa (atual Cidade de Goiás), antiga capital.</p>
Picada de Goiás	<p>Trecho da Estrada Real de Minas que chegava a terras goianas, essa rota foi aberta sob contrato do governo com Urbano do Couto Menezes, interligando Minas Gerais e o Rio de Janeiro aos arraiais auríferos goianos. A estrada começava em Parati, no Rio de Janeiro, passava por São João Del Rei e, em seguida, atravessava uma extensa região pouco povoada até alcançar as minas de Paracatu, em Minas Gerais.</p> <p>Dali, adentrava a Capitania de Goiás pelo importante registro de Arrendidos, localizado no Arraial de Santa Luzia (atual Luziânia), seguindo posteriormente para Couros (Formosa), Corumbá, Arraial de Meia Ponte (atual Pirenópolis) e, finalmente, Vila Boa (atual Cidade de Goiás).</p>
Picada da Bahia	<p>A <i>Picada da Bahia</i> ligava o sertão do Planalto Central à região Nordeste. Começava na Vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, passava por Cruz das Almas, Castro Alves e Iramaia, até chegar às Minas do Rio de Contas, o mais importante arraial do interior baiano naquela época. Dali, a estrada seguia até as margens do rio São Francisco, alcançando Carinhanha e o Registro de Malhada, onde se cobrava o imposto "Direitos de Entradas" sobre o gado e os escravos levados para trabalhar na mineração em Goiás e Mato Grosso.</p> <p>A partir de Carinhanha, havia duas rotas para chegar ao Planalto Central. A primeira seguia pelo rio São Francisco, navegando até Porto de Salgado (Januária) e São Romão, para alcançar o rio Paracatu. A segunda era por terra: partindo de Carinhanha, seguia em direção ao registro de Santa Maria, em Formoso (MG), na região do Grande Sertão Veredas, permitindo fácil acesso ao Arraial de Couros pela imensa região do Vão do Paranã, onde se encontra a área do Itiquira.</p> <p>O trecho da <i>Picada da Bahia</i> continuava em direção às terras onde, cento e cinquenta anos depois, Luiz Cruls demarcaria o Distrito Federal. Cortava todo o quadrilátero, de leste a oeste, passando pelo Pouso do Mestre d'Armas (Planaltina), na região das Águas Emendadas; São João das Três Barras (Fercal, em Sobradinho); e Vendinha, em Brazlândia. O destino seguinte era o Arraial de Meia Ponte (Pirenópolis) e, por último, a capital goiana, Vila Boa (atual Cidade de Goiás).</p>
Picada de Minas	<p>A <i>Picada de Minas</i>, aberta desde 1733, era uma rota menor, uma espécie de atalho ou desvio, utilizada por aqueles que, indo ou vindo das regiões das minas, especialmente Paracatu-MG, preferiam evitar passar por Vila Boa, antiga capital de Goiás, devido à presença dos mecanismos de controle e arrecadação da Coroa Portuguesa ali instalados.</p> <p>Essa <i>picada</i> passava por Arrendidos, que, na época, pertencia ao território do que viria a ser Formosa, estando a 90 quilômetros do Arraial de Couros. Atualmente, essa área corresponde a Palmital, distrito do município mineiro de Cabeceira Grande.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em Magalhães e Eleutério (2008, p. 256).

Como podemos observar, as *picadas* representavam mais do que simples caminhos; elas foram o meio que a Coroa encontrou para explorar os sertões. Para a Coroa, o controle sobre essa área era necessário. Primeiro, pela dificuldade em dominar uma região tão vasta como as *picadas*. Segundo, porque os registros, criados em pontos estratégicos, serviam para agilizar a fiscalização e o escoamento da produção de ouro. Esses caminhos eram fonte de arrecadação que a Coroa não queria perder.

Na Figura 7, que é o mapa das *picadas*, é possível visualizar como essas convergiam no território de Formosa.

Figura 7 – Mapa das Picadas de Minas e da Bahia



Fonte: Alfredo Saad (2013), em Álbum histórico de Formosa.

O registro da Lagoa Feia, conforme atesta o historiador Olympio Jacintho (1979), servia como entreposto fiscal para a arrecadação das entradas. Segundo a descrição, essa estação fiscal possuía uma casa coberta de telhas, espaçosa, porém baixa, com esteios carcomidos pelo tempo, de onde era possível avistar toda a Lagoa Feia. Nas palavras de Jacintho (1979, p. 16):

Dali, a vista do observador alcança todas as extremidades do pitoresco lago, formado entre o espesso matagal, de onde sobressaem frondosas árvores, dando às águas uma perspectiva bela, com as sombras que emprestam as suas margens, parecendo um rio de 500 metros de largura, que verte do Norte para o sul, a fim de, após o percurso de seis quilômetros, canalizar ao encontro das águas do ribeirão Santa Rita, formando o Rio Preto, afluente do Rio São Francisco.

Pela análise histórica desse primeiro momento da constituição da localidade na cidade de Formosa, a Lagoa Feia representava a capacidade de comércio do ouro e de circulação das pessoas que vinham de outras localidades. A constituição do registro na Lagoa Feia servia como um aviso aos que entravam nessas terras para explorar, também como a demonstração de que a Coroa tinha o controle fiscal e designava como se devia proceder. O primeiro registro, datado de 1736, permaneceu funcionando até 1823, mesmo com sua extinção com a Independência do Brasil (Jacintho, 1979).

Essa rota de entrada não se limitava à Lagoa Feia; as regiões norte e sul do município também serviam como entrada para os bandeirantes. Era o chamado Registro de Arrendidos. Teria sido por esse caminho, que, segundo Jacintho (1979), foram descobertas as minas de ouro de Santa Luzia (atual Luziânia), sob o comando de Antônio Bueno de Azevedo. Ele partiu de Paracatu (MG) com muitos companheiros e escravizados para desbravar Goiás e encontrar as Minas de Santa Luzia, utilizando Arrendidos como rota de acesso.

A nomeação da Lagoa Feia e de Arrendidos é fator interessante, pois os nomes já sugerem a existência de problemas. No caso da Lagoa Feia, o nome foi dado devido à mata que a cercava, caracterizada por sua densidade e escuridão, sendo considerada “feia” por aqueles que passavam pela área. Às margens do córrego Josefa Gomes, formador da Lagoa Feia, foi erigido o Registro, que controlava o trânsito de ouro, de escravizados e de mercadorias. Diz a lenda que ali os habitantes da região se reuniam para trocar sua produção de couros e peles por sal e tecidos (principalmente tecidos e ferragens) vindos do litoral. Essas trocas aconteciam em um pouso de tropeiros, localizado ao lado das casas de registro.

Arrependidos era um registro de acesso a outras áreas, embora essa denominação seja mencionada em vários momentos da geo-história da cidade, atribuem a gênese do nome às enormes dificuldades enfrentadas pelos tropeiros nesta rota, como a própria dificuldade de acesso (Jacintho, 1979).

O que nos chama a atenção nesses relatos é que a atual cidade de Formosa, desde o terceiro decênio do século XVIII, já se constituía como entreposto de passagem para outras localidades que possuíam divisas. Ou seja, Formosa era a rota de passagem para localidades ricas e com maior abundância de ouro. Assim, consolidou-se como entreposto comercial no período.

Ressaltamos que o volume de comércio no século XVIII, principalmente de ouro, aumentava com as rotas de registros. Soma-se a isso o fato de que a região possuía variedade de recursos hídricos, o que facilitava o desbravamento de outras áreas a partir da cidade de Formosa. Essa facilidade estava relacionada à manutenção das tropas, à sobrevivência do entreposto e à necessidade de controle por parte da Coroa sobre o registro fiscal estabelecido às margens da Lagoa Feia.

Esse passado, retratado nos escritos de vários historiadores, como Olympio Jacintho (1979) e Gilvan Veiga (2010), estabelece algumas contradições no período de constituição de Formosa (GO), entre elas o surgimento do Arraial dos Couros. Esse arraial, situado na região do Itiquira, inicialmente na margem esquerda do Ribeirão Paranã, enfrentava enormes dificuldades: seus habitantes sofriam com inúmeras perdas causadas por febres intermitentes, o que tornava o deslocamento entre as áreas do Itiquira e de Couros bastante comum à época.

Itiquira é uma região de difícil acesso devido ao relevo íngreme e aos rios de grande volume d'água. É uma área de beleza natural, mas com grandes empecilhos para o deslocamento dos tropeiros, como as cachoeiras, sendo a principal delas o Salto do Itiquira. Para Jacintho (1979), o nome Itiquira vem do tupi-guarani e significa “água vertente, minadouro”; já para Bertran (2011), significa “água que destila, respinga”, o que remete aos 120 metros da cachoeira do Itiquira.

A data do primeiro registro, em 1736, é, segundo Jacintho (1979), o da Lagoa Feia. Contudo, esse registro posteriormente receberia a denominação de Couros devido à criação de gado, que se intensificou após o declínio da produção aurífera. Ao considerar essas diferenças temporais, o surgimento do registro da Lagoa Feia serviu como base para a constituição da cidade.

Não havia, na região da Lagoa Feia, registros de habitações em larga escala, como se verifica nos escritos sobre o Arraial dos Couros. A contradição está no fato de que os postos

de fiscalização dos registros não eram locais de habitação ou moradia, mas sim pontos de controle da exploração das rotas comerciais que passavam pela região.

A região da cidade de Formosa também se desenvolveu a partir de outras povoações, lugares menores que eram habitados, como Santa Rosa, Flores e Cavalcante. Nesse processo, as migrações entre esses locais eram constantes, inicialmente motivadas pela busca por entrepostos comerciais que se destacavam em relação aos demais por ser rota comercial. Talvez por esse motivo Formosa tenha recebido, à época, mais atenção da Coroa Portuguesa.

Por que Couros? Essa questão expõe mais uma contradição. A região recebeu esse nome devido à atividade pecuária que a caracterizava, enquanto se consolidava como ponto de comércio ativo, frequentado por ambulantes vindos das Minas Gerais e da Bahia. Couros era uma área marcada pela pobreza e pelas dificuldades enfrentadas por seus habitantes, também local estratégico de apoio e conexão entre diferentes arraiais, o que favoreceu o desenvolvimento da estrutura comercial. Ao chegarem à região, na então chamada Rua dos Crioulos, era comum que os moradores colocassem as mantas de couro dos animais sobre as casas para secar. Esse hábito originou a primeira denominação do local: Arraial dos Couros (Jacintho, 1979).

Outra forma de atestar o surgimento do Arraial dos Couros é apresentada pelo historiador Paulo Bertran (2011) em seu livro “História da Terra e do Homem no Planalto Central”. Atribui-se o surgimento desse Arraial, a Formosa dos Couros dos pousos das tropas, a um expressivo comércio de peles de animais (Jacintho, 1979).

O que fica estabelecido por esse esboço é que Formosa possuía atrativos hídricos e era área de registro estratégica, o que facilitava para a Coroa o controle de outras regiões. Não se constituía como local de grandes riquezas minerais, como ouro, diferente de outros arraiais próximos, como o Arraial de Santa Luzia, em Luziânia, e os Arraiais de São Luiz e Sant’Ana, em Paracatu (Bertran, 2011).

A constituição de rotas de comércio não era exclusividade de Formosa, sendo resposta à necessidade de controle das divisas existentes em diversas localidades. Nesse sentido, a estrada que narra a história do sertão nas fontes documentais começa a ser mencionada com frequência no século XIX, designando a estrada principal, a rota de comunicação que conectava as cidades do litoral ao desconhecido sertão brasileiro, aquela por onde ninguém se perdia.

A amenidade de seu clima, a salubridade de bons pastos, chamarão a atenção dos negociantes das províncias da Bahia, Minas Geraes e outros pontos, os quaes todos os anos no tempo sêco, ahivinhão negociar em gado, sola, pelles, salitre e cavallos, com que fazião permuta.

Reafirmava-se a importância do entreposto comercial como forma de estimular o comércio, ao mesmo tempo em que se atribuía a essa região facilidade no acesso a pastagens, bem como às peles e aos couros dos bois, para criar utensílios de couro. Daí a origem de expressões como Formosa dos Couros ou da própria denominação Arraial dos Couros. Com o processamento e beneficiamento do couro, a cidade de Formosa, segundo Brandão (1978), começou a ver surgir atividades ligadas à alfaiataria, casas agropecuárias, marcenaria, entre outras.

Existem atualmente nesta cidade 12 casas de negócio de fazendas, ferragem, molhados e drogas, que importam da Praça do Rio de Janeiro para mais de 200 contos de reis, sendo grande o número de tavernas e gêneros do país, tem 3 tendas de ferreiro, 5 casas de alfaiates, 2 de ourives, 1 de marceneiro, 2 de celeiro, 5 de sapateiro e 2 de fogueteiros, fora carpinteiros, pedreiros e jornaleiros (Brandão, 1978, p. 138).

Essas especialidades indicavam o crescimento do comércio, expandindo seu raio de atuação ou de influência a outros arraiais. Formosa tornava-se um importante entreposto comercial para o sertão, funcionando como centro de controle de impostos; e, internamente, o comércio crescia. Além da alcunha de Formosa dos Couros, outro nome surgiu para denominar a cidade: Vila Formosa da Imperatriz. Desmembrada do Arraial Santa Luzia em 1843, sob a denominação de Vila Formosa da Imperatriz, a cidade mergulhou no período imperial brasileiro. Essa forma de homenagear a terceira imperatriz do Brasil, Teresa Cristina, e o imperador Dom Pedro II, demonstrava apego ou a mescla de influências históricas sobre esses personagens.

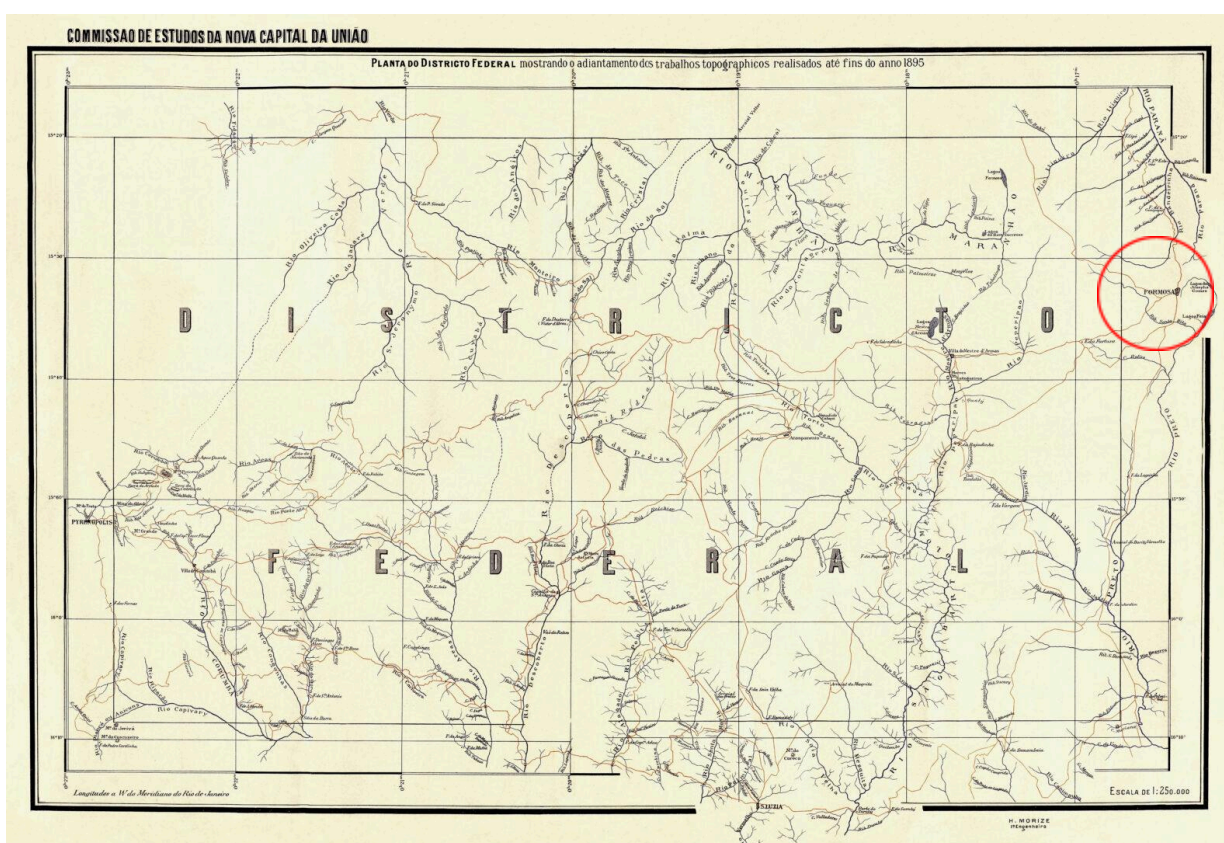
Foi dividido o município em dois distritos: Vila Formosa da Imperatriz e Santa Rosa, que era distrito de Santa Luzia. O município de Formosa possui quatro distritos: Formosa, Santa Rosa, Bezerra e Juscelino Kubitschek (Vieira, 2010).

Do ponto de vista de estudos para a construção da capital federal cabe destacar a importância que desempenhou a chamada Missão Crulls, liderada pelo astrônomo belga Louis Crulls. Tinha por objetivo levantar informações sobre a área onde seria erguida a futura capital federal e assim identificar o local mais adequado para a futura capital, levando em consideração fatores como topografia, clima, fauna e flora.

A equipe de Crulls era composta por pesquisadores, geólogos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros e médicos, entre outros, e realizou estudos científicos até então inéditos na região, mapeando aspectos climáticos e topográficos, além de estudar a fauna, a flora, os cursos de rios e modo de vida dos habitantes.

A região de Formosa aparece descrita, nesse processo, como uma área demarcada para a futura instalação do Distrito Federal. Esse aspecto é atribuído ao Marquês de Pombal, que vislumbrava a necessidade de proteger a capital da colônia de possíveis ataques por mar. O Marquês sugeriu, então, que ela fosse construída no interior do Brasil. Na Figura 9, podemos observar que o município de Formosa cederia partes de sua terra para a construção da futura capital.

Figura 9 – Demarcação territorial para a construção do Distrito Federal



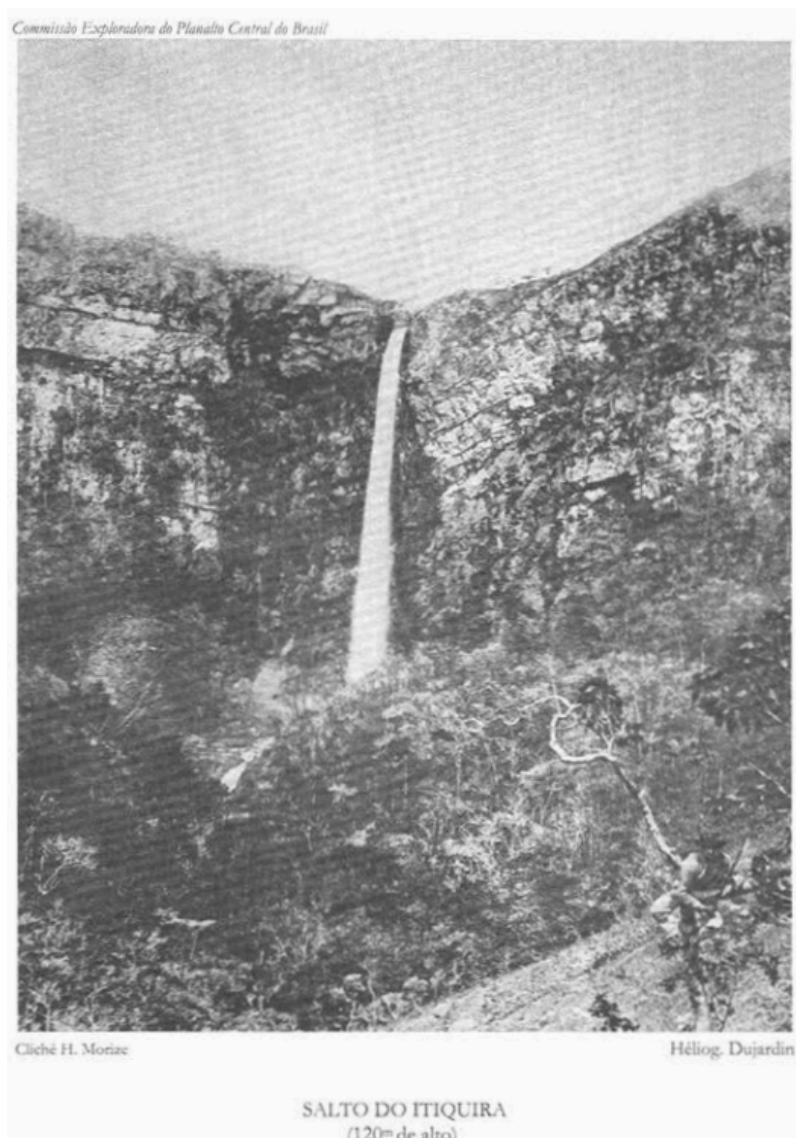
Fonte: Arpdf/Salto do Itiquira – Comissão de Estudos da Nova Capital.

A exploração do território formosense pela Missão Cruls revelou que a futura capital estaria em áreas de grande potencial hídrico, mas também pela disponibilidade de terras. Nesse sentido, é importante entender a Missão Cruls não somente pelo fator de mudança da capital nacional, mas também pelo reconhecimento das potencialidades territoriais que essa região detinha e detém.

Para Luiz Cruls (2003), era visível a necessidade da compreensão do funcionamento dessa região no sentido ambiental, devido à quantidade de recursos naturais presentes na área. Um outro desconforto próprio da época dizia respeito à necessidade de demarcação definitiva

dos limites territoriais (Vergara, 2006). Na Figura 10, podemos observar o Salto do Itiquira em sua natureza original.

Figura 10 – Salto do Itiquira em sua natureza original



Fonte: Arpdf/Salto do Itiquira – Comissão de Estudos da Nova Capital.

Esse aspecto dos recursos hídricos e das riquezas que essa região da futura capital possuía chamou atenção da Comissão de Estudos da Nova Capital. No relatório da Missão Cruls (1947, p. 299), constam as seguintes informações sobre essa área:

Na manhã do dia 17 seguimos em direcção à cachoeira e, depois de um percurso de 3 ou 4 kilometros, chegámos ao alto da vertente Oeste do valle que lhe fica mais de 500 metros em baixo. D'ahi em diante o caminho é escarpadissimo: são toes as difficuldades que os animaes tem a vencer que só depois de uma descida de uma hora chegamos á base do escarpamento, quasi ao nivel do poato inferior da cachoeira que ainda nao avistáramos, Caminhamos mais dous kilometros para

alcançarmos um sitio d'onde descobrissemos o interessante phenomeno. Na nossa collecção de photogravuras acha-se uma vista da cachoeira do Itiquira, tirada dias depois da nossa excursão pelo Sr. Morize. E' de lindo effeito essa cachoeira; suas aguas pouco rolumosas, despenham-se, quasi em um unico salto de 120 metros se resaltam ainda uns trinta metros até o fundo do valle. Infelizmente, a basta vegetação que cobre a parte interior tolhe à vista o seu aspecio geral a certa distancia. Todavia alguns dos excursionistas, vencendo numerosos obstaculos, chegaram a alguns passos e a puderam admirar n'um relancear de vista. Ao voltarmos do Itiquira, proseguimos o nosso itinerario em direcção á Lagoa Formosa, o que nos deu ensejo de atravessar a zona visitada e descripta pelo Visconde de Porto Seguro. Sem negarmos quanto é interessante essa região onde distando uma da outra um ou dous kilometros apenas, encontram-se as cabeceiras de tres grandes rios: a de Santa Rita que forma o São Francisco; a de Bandeirinha, desagoando no Tocantins, e, emfim, a de Vendinha, origem do Paraná, contudo, segundo a exploração effectuada em toda a zona, inclinamos a, crer que existem localidades mais adequadas para a fundação de uma cidade populosa.

A missão Cruls foi muito importante para a escolha do local onde seria erguida a futura capital federal, mas também contribuiu para desbravar os territórios interioranos da qual Formosa fazia parte. Nesse tempo a historiografia da cidade vai se constituindo e faz-se presente acontecimentos locais específicos como por exemplo, o processo de municipalização da cidade de Formosa – GO.

Analizamos como a cidade de Formosa – GO se inseriu no processo de municipalização, no período de 1844 a 1957. O processo de municipalização teve início em 22 de fevereiro de 1844, com a primeira sessão de institucionalização da Câmara Municipal. Três anos depois, em 21 de julho de 1877, a Vila Formosa da Imperatriz foi elevada à categoria de cidade (Vieira, 2010).

Destacamos as múltiplas homenagens ao período imperial, por meio de nomes que remetiam a essa época, não eram exclusividade da *Vila Formosa da Imperatriz*. Outras cidades, como Imperatriz (MA), Teresópolis (RJ) e Teresina (PI), também carregaram essa alcunha. Com o fim do período imperial no Brasil e o início do período republicano, em 1889, a República Brasileira foi reconhecida, e, no caso da Vila Formosa da Imperatriz, parte do nome da cidade foi suprimida, restando apenas “Formosa”.

O período republicano trouxe mudanças para cidades brasileiras, em Formosa, não foi diferente. Para Vieira (2010), esses acontecimentos definiram os rumos que a cidade assumiria. No Quadro 2, apresentamos as mudanças na vida sociopolítica e religiosa que marcaram esse período, com base nas análises realizadas nos livros “Formosa - Cidade e Povo”, de Gilvan José Vieira, e “Esboço Histórico de Formosa”, do historiador e antigo morador da cidade, Olympio Jacintho.

Quadro 2 – Aspectos sociopolíticos da cidade de Formosa no Período Republicano (1935-1955)

Ano	Características
1935	Inauguração do primeiro grupo escolar (<i>Grupo Escolar Americano do Brasil</i>), marcando o início oficial do sistema de ensino na cidade.
1937	Criação do <i>Plano de Ação – Plano do Centenário</i> , com o objetivo de estabelecer requisitos para o desenvolvimento material, social e intelectual.
1938	Constituição da Comarca de Formosa, compreendendo os termos de Planaltina e São João da Aliança. Saída dos padres dominicanos da cidade.
1940	A <i>Comissão Mista de Goiás - Minas</i> altera e fixa, em definitivo, a divisa entre o município de Formosa e o estado de Minas Gerais, encerrando um antigo litígio.
1941	Reabertura do Mercado Municipal. Criação do Ginásio do Planalto e da Biblioteca Pública Municipal.
1942	Saída das irmãs dominicanas do Colégio São José.
1943	Saída de padres e irmãs de origem francesa, da região de Toulouse, que, por muitos anos, influenciaram significativamente a educação dos jovens e a cultura do povo em geral.
1944	Envio de jovens formosenses para a Segunda Guerra Mundial.
1946	Instalação do <i>Banco de Crédito Mercantil e Rural Ltda.</i> Tornou-se oficial a planta da cidade de Formosa.
1951	Publicação do primeiro jornal de circulação semanal local, o <i>Jornal do Planalto</i> .
1952	Construção do primeiro hospital da cidade, com oito leitos, em caráter particular. Criação do distrito de Cabeceiras e restauração do distrito de Santa Rosa.
1954	Instalação da Agência do Banco do Brasil.
1955	Visita do Marechal José Pessoa, então presidente da comissão de localização da nova capital.

Fonte: Elaboração própria a partir de Vieira (2010) e Jacintho (1979).

Podemos observar, a partir das informações apresentadas no Quadro 2, que o período republicano representou mudanças socioespaciais para a cidade de Formosa. Reorganizaram-se os aspectos econômicos com a chegada de instituições bancárias, como o Banco do Brasil e o Banco de Crédito Mercantil Rural. Esse processo acompanhou a necessidade de estabelecer o plano de desenvolvimento para a cidade, conhecido como Plano do Centenário.

Quanto à organização territorial, os limites da divisa de Formosa com Minas Gerais foram estabelecidos entre as cidades mineiras de Cabeceira Grande e Buritis. Nesse processo de definição dos limites, criou-se a percepção do território incompleto, demarcado por relações de poder e disputas entre cidades e estados vizinhos. A educação formosense, no período republicano, esteve ligada às missões religiosas dominicanas, representadas por dois conventos que funcionavam em regime de internato e externato: o Colégio São José, responsável pela educação religiosa feminina, e o Colégio do Planalto, que recebia jovens estudantes do sexo masculino.

Conforme Vieira (2010) e Jacintho (1979), a educação religiosa das ordens dominicanas contribuíram no desenvolvimento formativo da cidade e de suas adjacências. Com foco na educação religiosa, principalmente com a saída dos padres e freiras dominicanas, passou a ser conduzida por outras instituições e ordens. Destaca-se a

Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, com a direção do Colégio São José, e a Congregação das Irmãs Ravasco, com o Colégio do Sagrado Coração de Jesus.

Em 1955, ocorreu, na região de Formosa, a visita do Marechal José Pessoa, com o objetivo de conhecer áreas para a construção da nova capital da República. A partir desse momento, a história de Formosa se entrelaça com a construção de Brasília. A Missão Cruls surge nesse contexto de demarcação, liderada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Cruls, que realizou expedições em busca da área adequada para compor o Distrito Federal (Cavalcanti, 2012).

Com o advento da República, em 1889, foi promulgado o Artigo 3.º da primeira Constituição, que determinava a necessidade de realizar estudos para a escolha da área para a capital federal. Essa área deveria ter 14.400 km². Montou-se a equipe de 20 integrantes que partiu do Rio de Janeiro em direção a Uberaba e, após planejar o roteiro, seguiu por tropas rumo ao Planalto Central do Brasil (Eleutério, 2018).

As tropas da Missão foram divididas em duas, estabeleceu como ponto de encontro a cidade de Formosa, de onde estudos sobre o solo, as belezas naturais e a hidrografia da área foram realizadas, reunindo os elementos para definir a região onde se instalaria a capital da República Federativa do Brasil. Com tantos locais sendo visitados pela Comissão Cruls, como, afinal, seria escolhido o mais apropriado? De acordo com Eleutério (2018, p. 105):

De todas as localidades, a que mais chamou atenção dos membros da Comissão Exploradora foi uma área localizada entre as lagoas no centro do planalto, batizada de Chapadão do Visconde de Porto Seguro. Essa denominação foi uma homenagem a Adholpo de Varnhagen pela valiosa pesquisa que realizara na região. Esse local fica entre Planaltina/DF, Formosa-GO e Planaltina/GO, cortado pela GO118 e hoje é denominada de Chapadão do Pípiripau. No seu topo encontram-se inúmeros atrativos voltados para o ecoturismo, como a rampa do voo livre e as cachoeiras do Indaiá/Itiquira, a lagoa Formosa.

Para Eleutério (2018), a Rua Visconde de Porto Seguro, em Formosa, foi uma homenagem a Adolfo de Varnhagen pelas pesquisas que realizou na região. Nem todos os cidadãos formosense conhecem a origem desse nome. A Rua Visconde de Porto Seguro representa um eixo comercial importante, sendo movimentada devido à presença de agências bancárias, lojas de redes (de vestuário, móveis e eletrônicos) e por ser a rua central da cidade, além de uma das mais conhecidas pela população que por ela circula.

Na construção do ideal futurístico de Brasília, os estudos de Adolfo de Varnhagen (o Visconde de Porto Seguro) e os relatórios da Missão Cruls sobre a área foram relevantes para definir o local da construção da nova capital. Em 1.º de maio de 1955, o governador de Goiás,

Pedro Ludovico, anunciou oficialmente os limites definitivos do novo Distrito Federal (Eleutério, 2018).

Ao estabelecer essa sistematização geo-histórica, percebemos que a cidade é, por excelência, uma construção dos espaços/tempos em sua origem e evolução. Essas mudanças direcionam e estabelecem as identidades do seu povo, tornando-se a expressão de como os espaços se articulam. Trata-se da manifestação do movimento dos sujeitos que dela participam, da cidade que se configura na constituição de suas aparências geoespaciais.

A questão trazida por esse discurso oficial é que ele expressa, com toda evidência, seu conteúdo ideológico. Nesse sentido, é preciso questionar que, ao longo dessa construção da escrita, propositalmente, como forma de demarcar crítica a esse discurso, não se falou do povo, nem apresentou a sociedade que o discurso oficial esqueceu.

As indagações a seguir recolocam a necessidade de pensarmos a história de Formosa a partir dos seus sujeitos, de acionar a memória como forma de escutar a voz dos apagados pelo discurso oficial e de resgatar, principalmente, a origem, a identidade e a formação da cidade pelo povo. Mesmo que, no decorrer desta pesquisa, tal fato ainda não se apresente concretamente, ele foi objeto de investigação e análise. Queremos saber: Quem eram os formosenses da época? Onde aparecem nos escritos sobre a cidade? Quais registros se faziam desse povo?

Quais relações podem ser pensadas entre os nomes *Couros*, *Lagoa Feia*, *Arrependidos*, *Rua dos Crioulos* e os negros fundadores da cidade? Para onde foram esses negros pioneiros que tiveram seus nomes invisibilizados nos registros históricos e oficiais considerando que a cidade de Formosa – Go, conforme Jacintho (1979) tinha muitos descendentes? Quem são as pessoas que nomeiam os espaços públicos, os lugares de memória?

Há inúmeras questões a serem exploradas; mas, em relação aos pioneiros negros na história da cidade de Formosa, a obra de Jacintho (1979) oferece alguns elementos relevantes para reflexão. Um desses elementos, mostrado no Quadro 3, reforça a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a origem desse povo com base nas informações elencadas pelo autor e, principalmente, de compreender melhor quem foram esses pioneiros.

Quadro 3 – Descendentes dos primeiros habitantes de Couros

Nome	Naturalidade	Idade ao falecer	Outras informações
Bibiana Maria da Conceição	Vila de Flores	102 anos	Filha de Antônia Maria da Conceição e viúva de Manoel Joaquim. Deixou diversos descendentes, entre eles um tataraneto com mais de 20 anos.
João Evangelista de Albernaz	Santo Antônio	103 anos	Faleceu em 26 de dezembro de 1887.
Manoel Thomaz	Couros	≈100	Faleceu em 1876 e foi suplente do Fiscal do Julgado dos Couros em 1837.
Bernardino de Carvalho Maya	Santa Luzia	86 anos	Foi suplente do Fiscal de Couros em 1841. Era natural de Santa Luzia, de onde se mudou para Couros por volta de 1830, como ele mesmo contava. Deixou muitos descendentes em Formosa.
Justina Pereira Pinto	Santa Luzia	68 anos	Faleceu em 22 de junho de 1885.
Romana Nunes de Araújo (Romana Prêta)	Santa Rosa	70 anos	Faleceu em 7 de setembro de 1887.
Violante da Costa (Tia Viola)	Santo Antônio	> 80 anos	Faleceu em 21 de maio de 1885. Era descendente dos primeiros habitantes de Couros e residia no local das primeiras habitações.
Maria Rodrigues de Oliveira (Maria Ferreira)	Santa Luzia	> 100 anos	Faleceu em 1915. Possuía robustez admirável e memória prodigiosa. Veio para Couros ainda criança e assistiu à sua evolução, desde a vila até a transformação em cidade, como <i>Formosa da Imperatriz</i> . Deixou muitos descendentes.
Simão Rodrigues Pombo (Simão Pombo)	Era natural de Traíras	80	Ferreiro, veio para Formosa quando ainda moço. Faleceu em 18 de dezembro de 1880.
Manoel Aventino da Silva	Santa Rita do Sabará, Minas	97	Residiu por muitos anos em Mestre d'Armas (Planaltina), transferindo-se posteriormente para Formosa. Faleceu em 5 de dezembro de 1900.

Fonte: Jacintho (1979) (adaptado).

Assim, cada pessoa mencionada no Quadro 3 representa, a constituição da cidade, que nasce da vivência desses sujeitos sobre o território formosense. Acionamos a ideia de Milton Santos e Ab'Saber sobre a paisagem como herança histórica. Conforme Ab'Saber (2018, p. 9), “na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra”. Já para Santos (2002, p. 103), “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime heranças”.

Essas pessoas são representantes da necessária articulação entre a base física do território e sua base social. Ou seja, o território é uma junção das suas estruturas físicas e sociais. São indivíduos pretos que trouxeram à tona a gênese da história de Formosa, diante do estado que marcava presença pela exploração realizada por seus aventureiros e tropeiros, mas que as negligenciava. Tal fato, que negligenciou a importância do povo negro na história de Formosa, é exposto por Alfred Saad (2013, p. 35):

Talvez por preconceito, em 1877, tendo a vila Formosa da Imperatriz sido elevada à categoria de cidade - cidade Formosa da Imperatriz - apressou-se a Câmara dos Vereadores em apagar a menção aos primeiros habitantes, lembrados no nome da rua. Onde era rua dos Crioulos, nomeou-se rua do Norte, por ação de um edil chamado João Moreira Ribeiro, mais tarde, por sua vez, também homenageado com o nome de uma rua: a da antiga rua de Goyaz, tornada rua João Moreira. É fácil compreender, hoje, o principal motivo da mudança: como uma rua, na qual já habitavam os brancos ricos e poderosos da cidade, poderia continuar a chamar-se rua dos Crioulos?

É aceitável a tese de que o mesmo motivo que levou à tentativa de omitir a origem nada aristocrática da cidade pode ter sido o que motivou a representação forjada de sua origem. Essa narrativa não se associa a residências ou habitações, mas sim a barracas cobertas de couro, dando a impressão de que aqueles negros – ou crioulos – não eram moradores nem fundadores do Arraial, mas meros viajantes em estadia transitória, como tantos outros que passaram e partiram sem deixar rastros. Tal construção narrativa deslegitimaria os feitos e direitos daqueles que foram os verdadeiros fundadores da cidade, em favor da elite branca que, sobretudo por meio da obra de Olympio Jacintho, entrou para os anais da história do município.

Nessa articulação geo-histórica, consideramos essencial analisar a história do Estado de Goiás sob a ótica do de Brasília sob a ótica das múltiplas cidades que contribuíram para sua formação. Propomos refletir sobre a influência de Formosa na delimitação do Distrito Federal, examinando todo o processo histórico até sua demarcação. O que se segue é um esforço para compreender como os diversos elementos históricos que constituíram as cidades e os arraiais também tiveram atuações fundamentais na construção da capital federal e na definição do Distrito Federal.

2.3 Brasília e Formosa: construções históricas culturais

A cidade é a expressão histórica de que os espaços se modificam e se transformam. Junto a esses espaços, os sujeitos colaboram para que as identidades se constituam (Leite; Bovo, 2014). Nesse sentido, não podemos pensar nos elementos históricos de forma isolada, pois eles também se articulam a outras escalas.

Estamos desenvolvendo a ideia de que os espaços, moldados historicamente, refletem a identidade de seu povo, e vice-versa. A cidade, em sua complexidade, abriga diversos lugares, nos quais se formam territorialidades múltiplas. Atribuímos novos significados a esses espaços e identificamos particularidades locais e regionais, assim como o próprio movimento da história, para pensar não apenas no sentido restrito de mercadorias, produtos ou

objetos, mas nas obras e nas relações nas quais formas e funções se transformam (Paula; Cavalcanti, 2007). Nesse sentido, a partir da relação histórica de constituição de Brasília, buscamos refletir sobre como Formosa participou ou ainda participa desse processo.

O estabelecimento do Distrito Federal no Planalto Central brasileiro reflete a tentativa de construir narrativa sobre a necessidade de articulação espacial, partindo do centro do país em direção a várias regiões. Nessa perspectiva, o território, como expressão do poder, conforme defendido por Raffestin (1993), se aplica. A constituição do Distrito Federal no Centro-Oeste é uma necessidade geopolítica, como Visconde de Porto Seguro, Antônio de Varnhagen, que argumentava a favor da facilidade de observar o território a partir do centro.

Esse discurso também foi adotado pelos governantes da época. Em mensagem à nação (Figura 11), publicada na primeira edição da *Revista Brasília* e disponibilizada pelo Acervo Histórico do Distrito Federal, uma das publicações de 1957 da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – ressaltava o discurso de transformação que a mudança traria. Nota-se a presença da ideia de progresso, de ocupar o interior do país, de marchar para o oeste e de “virar as costas para o mar”.

A cidade é a expressão dos sujeitos que a constituem, assim a construção da história do Distrito Federal se deu pela junção histórico-geográfica de outras localidades, das quais Formosa fazia parte. Na dissertação de Lenora de Castro, “Preexistências de Brasília: Reconstruir o Território para Construir a Memória”, defendida em 2010 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB), destaca-se a importância de construir um território considerando a memória daqueles que o constituem.

Castro (2010) apresenta a Brasília que, arquitetonicamente, não foi pensada, delimitada ou vista. Conclama a necessidade de olhar para a gênese de como tudo se formou e, a partir disso, refletir sobre o território. Esse esforço de valorizar a memória não registrada oficialmente, mas viva na cartografia social dos sujeitos, reforça a identidade dos lugares. O que ela sugere é que existem “Brasílias” diversas dentro e fora do Planalto Central, pois essa é a gênese de como os territórios se constituem (Castro, 2010).

Para refletir sobre as “Brasílias” constituídas historicamente, delimitaremos quatro pontos importantes: a viagem do Visconde de Porto Seguro (Francisco Antônio de Varnhagen) à região; as características de constituição do território goiano; a Estrada Real; e as cidades goianas que contribuíram para delimitar a região do Distrito Federal (Planaltina – GO, Luziânia e Formosa – GO). Apesar de representar uma centralidade para o Império, manteve vínculo com cidades que o homenagearam em suas ruas, como a Rua Visconde de Porto

Seguro, em Formosa, que é a rua principal e foi homenagem a ele. Também é a partir de seus estudos que se apresenta a chamada Missão Cruls.

Figura 11 – Primeira publicação no periódico Brasília sobre a importância da nova



Fonte: Acervo público Distrito Federal ArPDF, 2022.

Consideramos importante destacar que, além do papel representado pelo diplomata e historiador Francisco Antônio de Varnhagen, há a concepção de identidade dos formosenses associada ao Visconde de Porto Seguro. Nesse sentido, conhecer quem ele foi, quais ideias promoveu e o que representou para a cidade de Formosa é a contribuição para o imaginário popular.

Refletimos sobre a cidade a partir da Geografia que vai além dos mapas e instrumentos convencionais, traduzindo-se na jornada pelos vastos sertões. Trata-se da ideia da nação que, à

época, se formava pela necessidade de conhecer e explorar os sertões, suas histórias, características naturais e físicas, bem como seu povo.

Em 1849, Varnhagen defendia que a capital do Brasil não deveria estar situada em um porto marítimo. Ele não indicava um local específico, mas apenas afirmava que a capital deveria ser transferida para o interior (Varnhagen, 1849, p. 132). Observamos que a forma como Varnhagen trouxe essa proximidade entre o Rio de Janeiro e Formosa visava compreender o território em sua integração, também refletir o reconhecimento de regiões propícias à participação europeia no esforço de povoamento e desenvolvimento do Centro-Oeste do país.

Esse início do processo de conhecimento da Província de Goyaz é retratado por Varnhagen (1877, p. 5) na seguinte descrição feita ao imperador:

[...] empreendemos (levando conosco os competentes instrumentos, incluindo nada menos que tres barometros) à custa de quaesquer trabalhos e sacrificios, em quanto para eles nos sentíamos com fôrças, uma penosa viagem a cavallo, nada menos que até à provincia de Goyaz, por nossas primitivas estradas, para de visu e como antigo engenheiro, reconhecer essa notavel paragem que a contemplação e estudo dos melhores mappas nos havia revelado.

São com essas informações, demarcadas nas cartas enviadas ao Império, que Varnhagen descreve as dificuldades enfrentadas até a província de Goyaz e, posteriormente, confirma os resultados proveitosos para que se pensasse na instalação da capital. É que essa região era apropriada à colonização europeia, da qual era um incansável defensor.

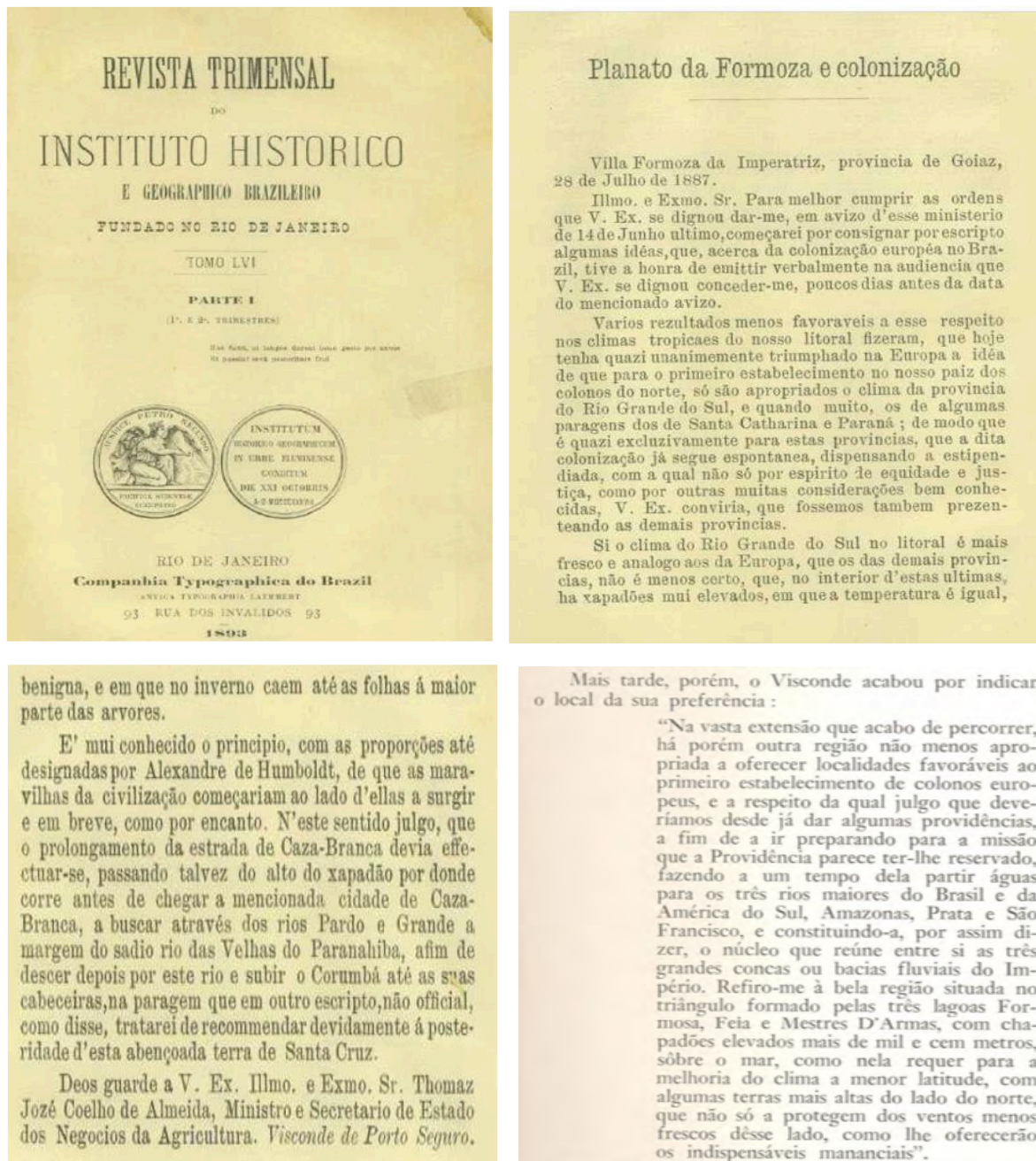
Consideramos importante a construção histórica proposta por Varnhagen. Nesta tese, o esforço concentra-se em trazer elementos que atestem isso. Longe de utilizar a história dos vencedores como pretexto histórico, essa construção busca reiterar para a população formosense a compreensão de quem ela foi, como chegou a essa região e o que representava, sobretudo para o Estado brasileiro à época.

Apresentamos críticas fundamentadas nesse ponto, que serão posteriormente discutidas. Apesar de Varnhagen dar nome à rua mais conhecida da cidade de Formosa, a Rua Visconde de Porto Seguro, título que recebeu, compreender as razões das denominações das ruas é também uma forma de análise histórica da cidade.

No documento a seguir (Figura 12), disponibilizado pelo Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro, podemos constatar como o Império fazia-se presente por meio de seus representantes. Havia a intenção de informar sobre a situação das províncias e orientar como estas deveriam buscar melhorias para o benefício do Estado. Em julho de 1887, Varnhagen

descreveu ao Ministro e Secretário de Estado da Agricultura, Thomaz José Coelho de Almeida, informações sobre a *Villa Formosa da Imperatriz*, relacionadas ao planalto e à colonização.

Figura 12 – Registro feito por Varnhagen sobre Planalto e Colonização na Vila Formosa da Imperatriz



Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IGHAB, 2022.

A carta de Francisco Adolfo de Varnhagen, datada de 28 de julho de 1877 e endereçada ao Ministro da Agricultura, Thomaz José Coelho de Almeida, é um documento histórico que aborda a região de escolha para a construção da futura capital, na confluência

das lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, então Vila Formosa da Imperatriz (atual Formosa – GO). A viagem de Varnhagen ao planalto de Formosa representava um postulado que ele mesmo defendia: a necessidade de pensar na capital federal para o país situada em área central, de modo a integrá-la a todo o território.

2.4 Perspectivas atuais: Formosa – GO

Para entender como os jovens se relacionam com o ambiente urbano, é fundamental conhecer a cidade e suas dinâmicas sociais. Nesse processo, é essencial observar as interações e os tensionamentos que os jovens estabelecem não apenas com a escola, mas também com os demais sujeitos e com o território em que estão inseridos. Essa análise vai além do espaço físico, abrangendo as dimensões sociais que marcam a experiência juvenil.

O município de Formosa possui uma população estimada de 125.705 habitantes, área de 5.806,8 km² e está localizado a cerca de 79 km de Brasília e a 280 km de Goiânia, na mesorregião do Leste Goiano e microrregião do Entorno do Distrito Federal. Faz limite com o Distrito Federal e com os municípios de Planaltina, Água Fria de Goiás, São João d'Aliança, Flores de Goiás, Vila Boa e Cabeceiras, em Goiás, além de Buritis e Cabeceira Grande, em Minas Gerais, conforme ilustrado no mapa 1 da perspectiva multiescalar.

Ressaltamos que, na análise do território, não se pode isolá-lo de outras escalas. Isso porque é a interligação espacial que permite que os lugares mantenham entre si relações contraditórias e, ao mesmo tempo, de interdependência. O arranjo espacial revela sobre como as cidades se estruturam e como se dá o funcionamento da própria sociedade que nelas se expressa e se abriga. Ao considerarmos, nesse arranjo espacial, a interligação mencionada acima, é essencial perceber que a área de 5.806,8 km² do município de Formosa apresenta particularidades distintas em cada porção de seu território.

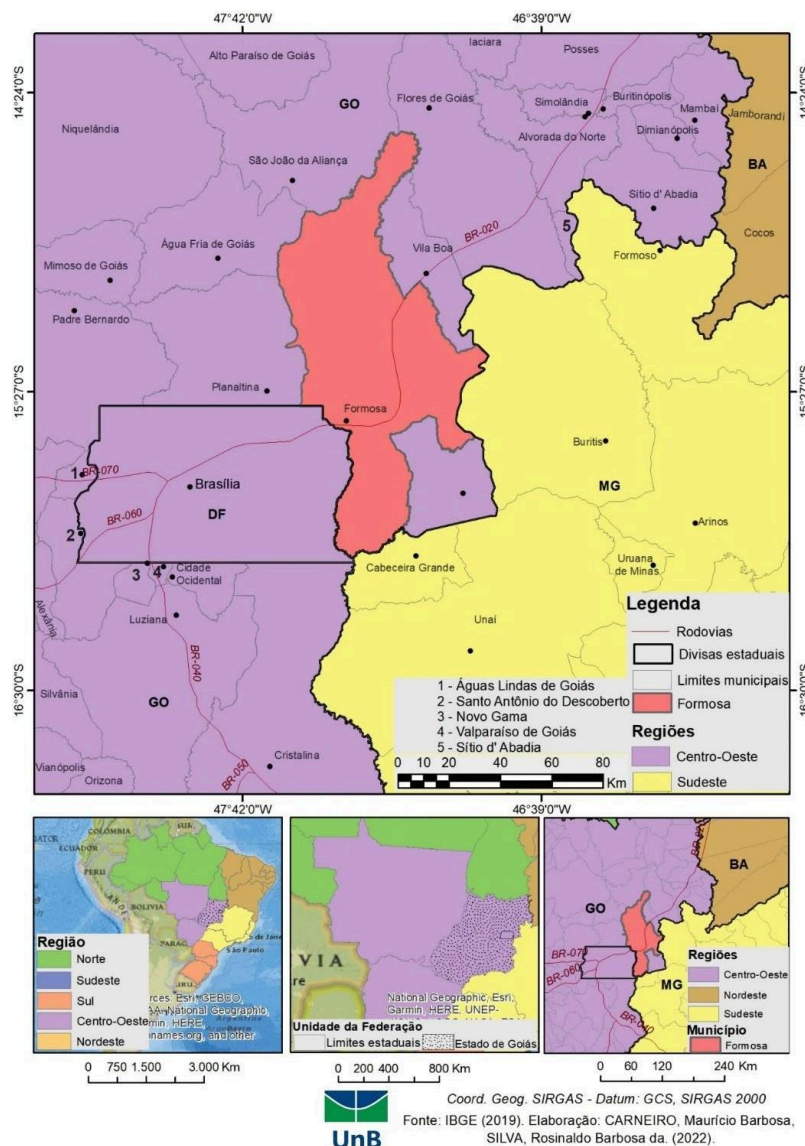
Se a cidade de Formosa carrega espacialidades próprias de seu contexto de formação, ela também demanda outras que ocorrem fora de seu limite urbano definido. As perspectivas atuais estão relacionadas à história anterior, à formação da sociedade e à memória coletiva. O que afirmamos, assim como as autoras Cavalcanti e Paula (2007, p. 15), é que é preciso compreender o espaço a partir da lógica social, pois há uma significação desse espaço para a produção da vida cotidiana em seus territórios pelos diferentes sujeitos que o habitam.

A noção de multiescalaridade, conforme apresentada no mapa 1 (Figura 13), constitui uma ferramenta conceitual fundamental para a análise crítica do território e dos sujeitos que o habitam. Essa abordagem recusa a visão limitada de uma escala única — seja ela local,

regional ou nacional — como suficiente para explicar a complexidade dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que configuram um determinado espaço.

No contexto desta pesquisa, a multiescalaridade é mobilizada como uma lente para compreender que os sujeitos sociais são produzidos e atravessados por múltiplas relações que não se encerram no espaço imediato em que vivem. As experiências cotidianas, as trajetórias de vida, os vínculos culturais e as práticas econômicas não se limitam a uma única escala de análise, mas são resultados da sobreposição e interação de diversas escalas, do local ao global.

Figura 13 – Mapa 1 – Mapa Multiescalar do Município de Formosa



Fonte: Carneiro; Silva (2022) a partir de IBGE (2019).

Na perspectiva multiescalar e considerando as informações apresentadas no mapa 1 (Figura 13), pensar o território e os sujeitos em uma lógica multiescalar é reconhecer a complexidade das dinâmicas que os estruturam e a impossibilidade de reduzi-los a uma única

lógica explicativa. Trata-se de uma abordagem que permite visibilizar os múltiplos vínculos que constituem os lugares e as pessoas, revelando tensões, resistências e possibilidades de transformação social.

Tais dimensões exigem refletir sobre os espaços enquanto partes integrantes de uma ordem global, a qual define suas formas de articulação. Ao considerarmos essa perspectiva de análise, percebemos, pela leitura do mapa, a importância da cidade de Formosa como espaço de articulação entre áreas de Goiás, Minas Gerais, Bahia e o próprio Distrito Federal. O espaço de Formosa continua a servir essas regiões como área de contato, de circulação de mercadorias.

A rodovia Juscelino Kubitschek conecta Formosa a outras regiões do país, facilita o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas. As cidades vizinhas, como Planaltina, Flores, Água Fria, São João da Aliança e Vila Boa, mantêm ligação social e comercial com Formosa, que remonta ao período imperial. Essa relação histórica fortalece parcerias comerciais, mas culturais e sociais.

Se a cidade é esse espaço geográfico em que os processos econômicos, sociais e políticos desempenham um papel importante na definição das discrepâncias, torna-se necessário refletir sobre as possibilidades que esses processos oferecem para a análise da cidade. Nesse sentido, compreendemos ser fundamental, na constituição dessas possibilidades, entender os aspectos socioeconômicos do município de Formosa. Para essa análise, aprofundamos as discussões com base na Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada em 2017 e atualizada em 2018 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Essa pesquisa revela que, entre os municípios que compõem a chamada Região Integrada do Entorno do Distrito Federal (RIDE), da qual Formosa faz parte, há particularidades que precisam ser analisadas quanto à população ocupada, considerando o local de trabalho, o nível de escolaridade e os movimentos migratórios. Contrariando o imaginário popular da cidade, que presume a dependência do Distrito Federal, quase 90% da população ocupada trabalha na própria cidade (Codeplan (2017)).

De acordo com a pesquisa da Codeplan (2017), em relação à ocupação, 23,01% dos empregados trabalham no setor do comércio, 9,64% nos serviços domésticos e 7,08% nos serviços gerais. Esses números indicam a representatividade das atividades terciárias. Mesmo que os números indiquem essa representatividade dos setores, é necessário contemplar outra discussão que consideramos importante. Há a inter-relação entre campo e cidade.

Para Santos (1994), essa inter-relação pode ser pensada a partir de como a cidade organiza as atividades desenvolvidas no campo, também pela interação do campo com a cidade, somada à divisão social e territorial do trabalho existente entre esses espaços, ou seja, eles se complementam pelas diferenças que possuem.

Na interpretação de Santos (1994), a cidade torna-se o local de regulação do que se faz no campo. Assim, a materialidade que resulta da interação entre cidade e campo, entre o rural e o urbano, transcende o aspecto econômico, compreendendo também as esferas das relações sociais, das ideias e da cultura. Dessa forma, são estabelecidas as bases para a fluidez do território por meio da disseminação de informações, da aplicação de técnicas e do avanço científico. Considera-se a presença da tecnoesfera e da psicosfera como fundamentais para a racionalização, pelo meio técnico-científico, do conteúdo intrínseco à cidade.

Os agentes sociais presentes nesses dois espaços vivenciam e produzem múltiplas territorialidades por meio das diferentes escalas de ação (local, regional, global). Nessas escalas, os aspectos que os complementam e/ou especificam condicionam a interdependência entre o rural e o urbano, o campo e a cidade. É necessário que o planejamento de como a cidade e o campo se articulam seja definidor de políticas públicas que promovam melhorias em ambos os espaços.

Essa identidade urbana conferida ao município de Formosa – GO pelos dados da Codeplan (2017) representa a necessidade de planejamento das políticas públicas voltadas para o público que habita, trabalha e constitui a cidade. Notamos a importância de olhar para a cidade de Formosa – GO considerando a parcela da população ocupada que está presente nas ruas, modificando e transformando a história da cidade.

A cidade também se constitui nesse movimento de pessoas, na cultura trazida por elas e na forma como isso foi moldando o espaço urbano. A cidade, como lugar de desenvolvimento das coletividades, é, por assim dizer, o grande laboratório de criação, recriação e fomento das culturas juvenis (Alves; Oliveira, 2014). Se é na cidade que essa cultura jovem se manifesta, é também por meio dela que os espaços são significados, moldados pelos estilos de vida, padrões de consumo e relações de sociabilidade.

Embora afirmemos que o espaço da cidade é o espaço dos jovens, é importante ressaltar que não se pode pensar a cidade e sua história de forma isolada ou desconectada. Assim, na cidade, os jovens também precisam se apropriar, para além do espaço urbano, da construção histórica que moldou o urbano e dos elementos que, ao longo do tempo, foram sendo constituídos na cidade que forma o jovem de hoje.

Assim, ao construirmos esse histórico da cidade de Formosa, também compreendemos como os jovens se situam no aspecto temporal da cidade. Ou seja, podemos entender como os espaços dos jovens foram sendo apropriados durante a constituição de Formosa. Conectar o histórico ao espaço atual é uma forma de compreender sua formação, a identidade do povo que habita esse território, as territorialidades que nele se manifestam e as interligações desse processo com a identidade dos jovens. Essa história é herança que marca e é marcada nas e pelas espacialidades dos jovens. Compreendemos que os jovens fazem parte do processo de constituição da cidade, pois ocupam, produzem, organizam e usufruem dos espaços da cidade, seja pelo que ela oferece em termos de lazer, seja por atividades educativas ou, ainda, para o desenvolvimento de atividades profissionais, entre outras.

Alves e Oliveira (2014) afirmam que, a partir da vivência no território, os jovens acumulam diferentes saberes que podem ser explorados na escola e trabalhados por professores de diversas áreas do conhecimento. Essa vivência pressupõe o reconhecimento do ambiente onde vivem, para, assim, construir processos de compreensão do espaço urbano ao qual pertencem. Nesse reconhecimento, o jovem se reconhece no espaço urbano e interage com ele.

Esta pesquisa considerou as escolas como parte da vida dos jovens e explorou as possibilidades de refletir sobre aspectos urbanos, tendo em vista a dimensão cidadã e a perspectiva locacional dos espaços educacionais.

Nesse contexto de contradições, desigualdades, formação cultural e construção dos sujeitos, emerge a expressão juvenil. A cidade, para os jovens, configura-se como espaço de apropriações e de liberdade. Por meio do urbano, os jovens conectam-se a ordem global que os identifica em grupos sociais, conhecidos como “tribos”², e que se expressam por meio de

² A noção de *tribos*, proposta por Michel Maffesoli (1998), é um conceito fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas de sociabilidade entre os jovens. Para o autor, as tribos representam formas de organização e pertencimento afetivo que emergem em meio à fragmentação da sociedade moderna. Diferente das categorias clássicas baseadas em classe ou família, as tribos são marcadas por vínculos mais efêmeros, porém intensos, onde a estética, os símbolos e os valores compartilhados têm um papel central. Assim, ao analisar os jovens em uma pesquisa, especialmente em contextos urbanos como o de Formosa (GO), a noção de tribo permite compreender como esses sujeitos se agrupam, compartilham experiências, produzem cultura e se apropriam dos espaços urbanos, muitas vezes em forma de resistência ao modelo hegemônico. Trata-se de uma chave interpretativa para pensar juventudes não como categorias homogêneas, mas como coletivos múltiplos, dinâmicos e atuantes na cidade.

códigos e comportamentos. Essas identidades não são unidimensionais, elas manifestam, simultaneamente, o global, o local, o regional e o nacional, carregados de tensões.

Essas tensões podem ser analisadas nas manifestações culturais dessas identidades, com destaque para a escola como um cenário crucial. Também podem se refletir na configuração do território e nas apropriações que os jovens fazem dele. No espaço local, emergem as identidades próprias da juventude e suas territorialidades. Nesse sentido, as territorialidades juvenis, ao se expressarem nas múltiplas formas de ocupação e apropriação dos espaços, contribuem diretamente para a configuração do território e, consequentemente, para processos como o adensamento urbano.

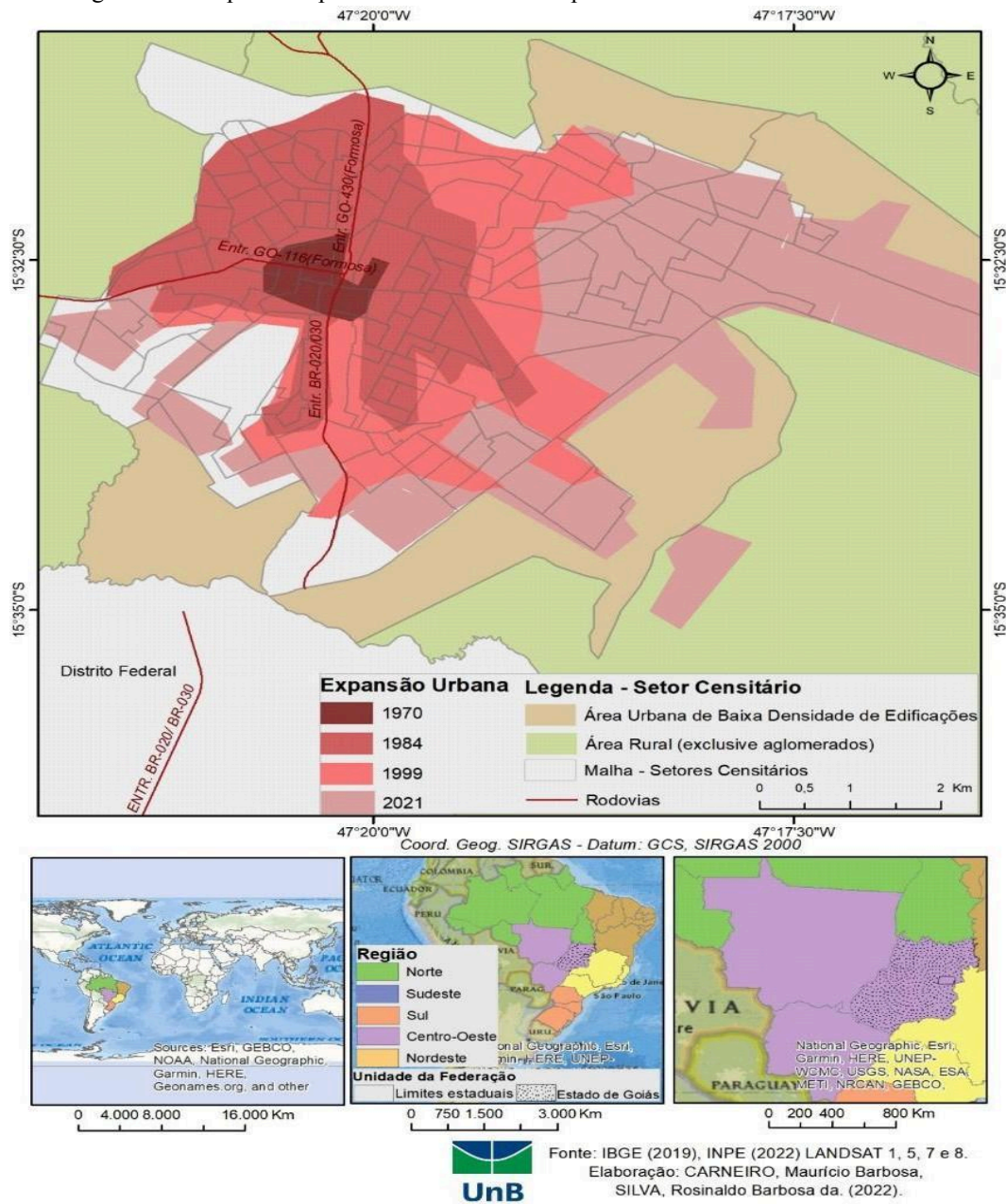
O adensamento urbano é o fenômeno de concentração populacional ou de edificações, que contribui para definir como se organizam, no território, a população e as moradias. Trata-se de importante fator de análise geográfica por fornecer elementos de compreensão da cidade em sua evolução da malha urbana. Subsidiaria, portanto, os planos diretores no direcionamento dos investimentos e na compreensão de como ocorre a evolução urbana.

No mapa 2 (Figura 14), apresentamos a análise da expansão urbana de Formosa no período compreendido entre 1970 e 2021. Ao longo da evolução urbana da cidade de Formosa, como demonstrado no mapa 2, destaca-se o processo de expansão da cidade nos sentidos Leste e Sul. Tal análise evidencia maior ocupação do solo nessas direções, acompanhada da valorização das áreas e dos bairros que surgiram em função do próprio crescimento da cidade e dos investimentos, sobretudo nos condomínios que passaram a ser construídos.

A leitura crítica do mapa intitulado “Expansão urbana do município de Formosa – GO” de 1970 a 2021, elaborado na pesquisa, reforça esse entendimento. Ao apresentar a expansão urbana de Formosa – GO, evidencia como o crescimento da cidade se deu de forma desigual, deixando marcas claras de uma urbanização que marginaliza certas regiões. São justamente dessas áreas periféricas, marcadas pela baixa oferta de serviços públicos e políticas culturais, que partem os jovens da pesquisa. A escola, inserida em uma dessas zonas, configura-se como ponto de partida e de inflexão para outras vivências na cidade.

Harvey (2012, p. 41) afirma que “o direito à cidade é o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente: o de participar dos processos de transformação das cidades que normalmente são construídas segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas”. A luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capital.

Figura 14 – Mapa 2 - Expansão urbana do município de Formosa – GO de 1970 a 2021



Fonte: Carneiro; Silva (2022) a partir de IBGE (2019).

Nesse sentido, os condomínios refletem a lógica capitalista pré-estabelecida de controle dos espaços, enquanto as minorias sociais são excluídas desse processo. Compostas por populações negras, periféricas e pelos jovens que aqui se consideram, por meio de suas rimas e de seu ocupar a cidade, são historicamente alijadas da possibilidade de disputar esses espaços, seja por mecanismos formais (preços, financiamentos, normas internas), seja por barreiras informais (estigmas, racismo ambiental, criminalização da pobreza). Os condomínios, portanto, não apenas refletem, mas também reproduzem a lógica capitalista e excludente do espaço urbano, transformando o território em mercadoria e reforçando a cisão

entre os que podem pagar por “qualidade de vida” e os que são relegados às franjas do urbano, frequentemente em condições de vulnerabilidade.

Também é importante pontuar que esses empreendimentos acabam por estimular o processo de segregação espacial, seja pelos valores cobrados por esses loteamentos, seja pela própria especulação imobiliária. Sobre isso, Rodrigues (2022, p. 18) afirma:

Vazios urbanos demonstram que para os agentes imobiliários não interessam a função da cidade, apenas a obtenção de renda, de lucros e de juros. Deixam evidente que o setor imobiliário promove o aumento da desigualdade socioespacial, pois, contraditoriamente ao seu sucesso, o desenvolvimento urbano tem como contrapartida o aumento da pobreza e a segregação espacial.

O primordial nessa análise é a compreensão apresentada pela autora sobre o processo de mudança e segregação que expulsa os sujeitos de seus espaços – famílias, jovens, crianças e adultos. O que acentua as disparidades sociais, gerando pobreza. O processo de adensamento da malha urbana cria possibilidades de ocupação dessas áreas, gera atratividades e promove a transferência de moradores da área para outra. Indagamos: Qual o custo desses empreendimentos para as pessoas, para a cidade? Que intervenções são pensadas?

Diante desse cenário de deslocamentos forçados, transformações no uso do solo e expulsão dos sujeitos históricos de seus territórios, torna-se essencial compreender os impactos mais amplos desses processos. A urbanização acelerada, aliada às lógicas do capital, molda espaços desiguais, onde o acesso à cidade passa a ser privilégio de poucos. Nesse contexto, para além das questões sociais e habitacionais, emergem também dinâmicas territoriais que transformam profundamente o modo como os espaços são organizados e apropriados.

É nesse ponto que se insere a análise da modernização do território goiano, cujas fases, marcadas pela urbanização seletiva, pela expansão do agronegócio e pela crescente valorização da terra, impactam diretamente municípios como Formosa – GO. A compreensão dessas transformações é fundamental para evidenciar como o modelo de desenvolvimento adotado no estado reconfigura a cidade, aprofunda as desigualdades e ressignifica os lugares historicamente ocupados por populações negras, quilombolas e periféricas.

A resposta para essas indagações nos leva a refletir sobre a necessidade de compreender as cidades em todas as suas dimensões (social, física, urbana e econômica) para que possamos avançar na perspectiva cidadã e menos excludente.

2.5 A modernização do território goiano e seus reflexos na cidade de Formosa – GO

As transformações estruturais ocorridas no estado de Goiás ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1930, repercutiram de maneira significativa na cidade de Formosa – GO. Historicamente vinculada à produção rural e marcada por uma presença expressiva de populações negras e tradicionais, Formosa acompanhou o processo mais amplo de modernização e reestruturação produtiva do território goiano, tal como descrito por Olanda (2019), Arrais (2004), Chaveiro e Callaça (2008) e Castilho (2009).

A redução da população rural e o crescimento urbano descritos por Olanda (2019) também se expressam em Formosa, onde se observa, sobretudo a partir da década de 1970, uma reorganização territorial pautada pela concentração fundiária, mecanização agrícola e pela intensificação do êxodo rural. A crescente urbanização da cidade, estimulada por sua localização estratégica no entorno de Brasília, redefine seu papel na região e insere o município nos fluxos econômicos e migratórios relacionados à expansão do agronegócio no Centro-Oeste.

Observamos que essas mudanças mencionadas por Arrais reverberam no que Chaveiro e Callaça (2008) identificam como as três fases da modernização do território e da urbanização em Goiás, conforme se apresenta no Quadro 4.

Quadro 4 – Fases da Modernização do Território e da Urbanização em Goiás

Fases	Característica
Primeira	A modernização conservadora, no período compreendido entre a construção de Goiânia, na década de 1930, e a década de 1970.
Segunda	A intervenção estatal, as mudanças nas bases e densidades técnicas e a consolidação da modernização da agricultura.
Terceira	A partir de 1990, nas duas últimas décadas, houve a consolidação da monocultura, sobretudo soja, e mais recentemente da cana-de-açúcar, como parte dos processos de implementação e consolidação do agronegócio.

Fonte: Elaboração do próprio autor, com base em Chaveiro e Callaça (2008, p. 300).

Na leitura de Chaveiro e Callaça (2008), a modernização do território goiano ocorreu em três fases. A primeira, entre as décadas de 1930 e 1970, denominada modernização conservadora, coincide com a construção de Goiânia e as primeiras intervenções estatais no campo. Nesse período, Formosa passa a se articular com as novas redes de transporte e circulação, especialmente com a construção de rodovias que a conectam à capital federal.

A segunda fase, caracterizada pela intensificação da intervenção estatal e pela modernização da agricultura, consolida a inserção de Formosa nos circuitos produtivos regionais, sobretudo com o avanço da agropecuária e a especialização da produção agrícola.

Nesse momento, observa-se uma maior concentração de terras e a perda de visibilidade das comunidades tradicionais, compostas em grande parte por descendentes de negros libertos que haviam fundado e estruturado o município desde o período imperial.

A terceira fase, iniciada nos anos 1990, é marcada pela consolidação da monocultura, com destaque para a soja e, mais recentemente, a cana-de-açúcar. Essa reconfiguração produtiva, como observa Castilho (2009), está diretamente relacionada à urbanização acelerada, à especulação imobiliária e ao surgimento de novos padrões de desigualdade urbana. Em Formosa, esse processo resulta na expansão periférica da cidade, em condições precárias de habitação e acesso a serviços, como apontado por Siqueira (2018).

Formosa representa um exemplo de como os processos de modernização do território goiano, ancorados em políticas de desenvolvimento e racionalização da produção agrícola, impactaram diretamente a configuração urbana e social de municípios historicamente fundados por populações negras e marginalizadas no discurso oficial. A cidade, ainda que geograficamente privilegiada e incluída nas rotas do progresso, espelha as contradições de um modelo desenvolvimentista que, ao mesmo tempo em que promove infraestrutura e crescimento, também acirra desigualdades sociais, raciais e geracionais.

Essas três fases da modernização do território goiano revelam como os processos econômicos e políticos que moldaram Formosa impactaram profundamente sua organização social e espacial, reforçando padrões históricos de exclusão e marginalização. A cidade, marcada pela tensão entre crescimento urbano e desigualdades estruturais, reflete as consequências de um desenvolvimento que privilegia interesses econômicos em detrimento das comunidades tradicionais. Assim, compreender Formosa exige deslocar o foco para os seus habitantes, especialmente para os jovens, cujas experiências e trajetórias são diretamente atravessadas por essas dinâmicas.

Compreender a juventude nessa perspectiva implica considerar as múltiplas formas pelas quais os jovens experimentam a cidade, participam das práticas sociais, constroem identidades e estabelecem relações de pertencimento e resistência. Assim, a seção que se segue dedica-se a explorar as especificidades dessas vivências juvenis no contexto formosense, abordando as intersecções entre espaço, cidadania e processos educativos. Esse olhar permite revelar como os jovens, apesar dos desafios impostos pelas desigualdades e exclusões, atuam como agentes ativos na produção e transformação dos territórios em que vivem.

2.6 - Ser jovem em Formosa – GO: experiências urbanas e modos de conhecer a cidade

Rousseau (2011, p. 58) já alertava para a confusão entre cidade e construção material, enfatizando que a essência da cidade reside em seus cidadãos:

A cidade. Os modernos quase que completamente esqueceram o verdadeiro sentido desta palavra: a maior parte confunde as construções materiais de uma cidade com a própria cidade e o habitante da cidade com um cidadão. Eles não sabem que as casas constituem a parte material, mas que a verdadeira cidade é formada por cidadãos.

Entendemos que as cidades são resultantes de dinâmicas históricas e de processos de apropriação do espaço. Desse modo, torna-se importante, para o entendimento dessa dinâmica espacial, “conhecer os usos da cidade, os territórios apropriados, as territorialidades que nela se manifestam, os grupos que dela se apropriam” (Cavalcanti, 2008, p. 7). É necessário, ainda, “conhecer a relação da cidade com seus cidadãos” (Cavalcanti, 2008, p. 7).

Essa dinâmica espacial, apresentada por Cavalcanti (2008), pressupõe a compreensão da cidade a partir da perspectiva dos sujeitos que nela habitam, transformam e territorializam. Neste trabalho, propomos compreender os sujeitos em suas espacialidades. Dessa forma, é fundamental reconhecer que essas espacialidades são distintas e a cidade se constitui pela forma como os sujeitos se apropriam desse espaço, deixando nele suas marcas e heranças.

Como versa a epígrafe deste capítulo, a “verdadeira cidade é constituída por cidadãos” (Rousseau, 2011, p. 58). Assim, é imprescindível que, em sua constituição, seus diversos habitantes sejam considerados e ouvidos, suas experiências reconhecidas e suas necessidades atendidas. Acionar a perspectiva dos jovens nessa relação com o espaço urbano é conectá-los ao movimento de uma cidade plural e à forma como constroem suas representações, que dão vida a esse espaço. A juventude tem o potencial de produzir novos espaços sociais, participativos e democráticos.

Nessa linha, cabe inserir os jovens estudantes na discussão sobre a cidade. São eles que dão movimento a esse espaço, que o reconfiguram segundo suas identidades e dele se apropriam, individual e coletivamente, considerando que, nesse movimento, individual ou coletivo, o espaço urbano demarca a forma de exercer a cidadania. Os jovens constituem a expressão da cidade, por meio de sua voz e de seus anseios.

Lefebvre (2013) pontua que esse movimento sobre o espaço não é neutro nem estático. Existe um relacionamento constitutivo entre o sujeito e seu meio: “há neste um imbricar do próprio processo de produção em que as ações coletivas são afetadas e, conseqüentemente, também afetam as práticas sociais” (Lefebvre, 2013, p. 125).

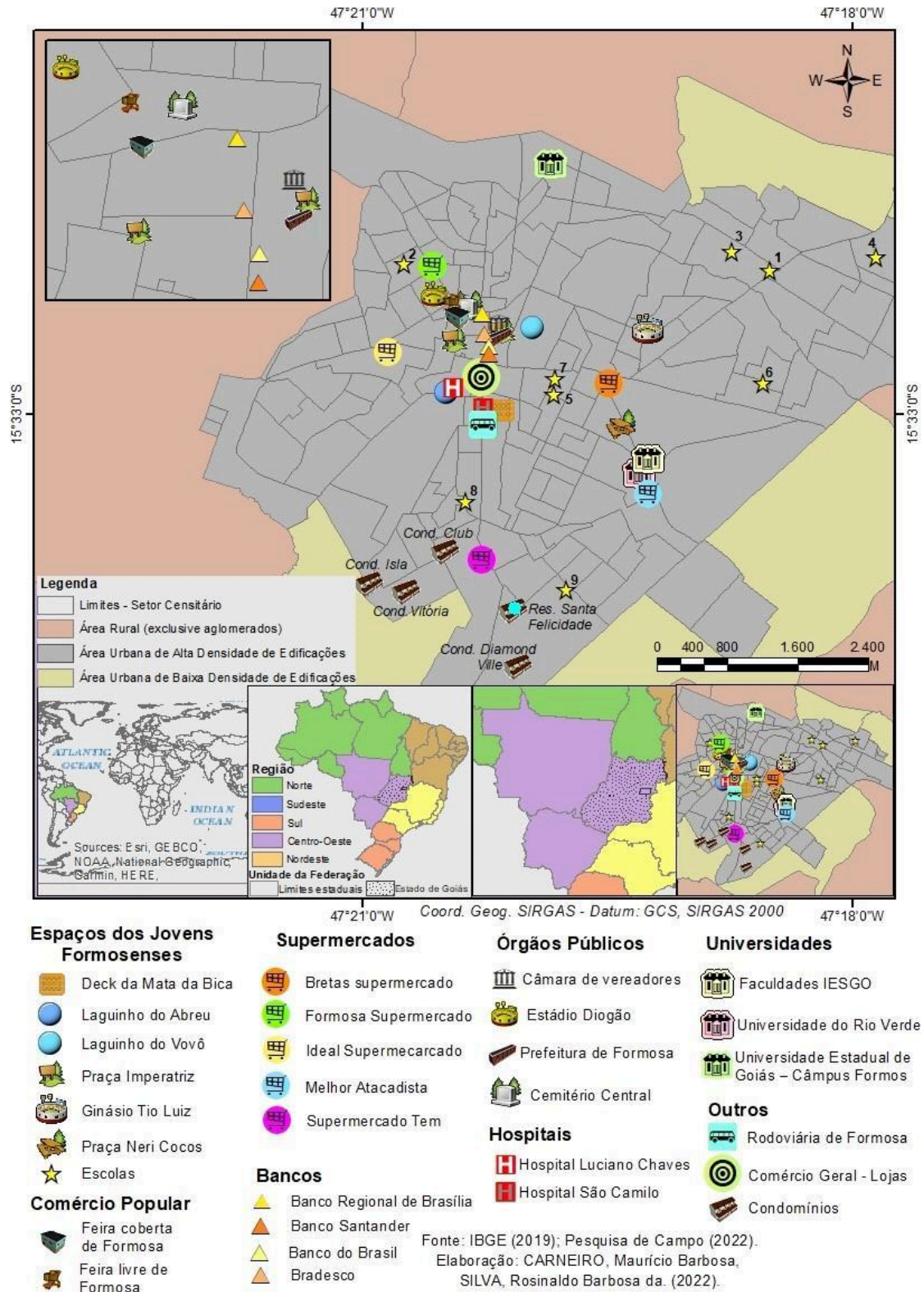
Portanto, compreender a cidade vai além de sua dimensão material; ela é muito mais do que a disposição das ruas, das casas ou das escolas. A cidade é o sujeito, imerso na interação com seus pares, com os espaços públicos e com as dinâmicas da vida que se desenrolam nesse espaço. Enfatizamos a importância de que a cidade seja abordada no contexto escolar como fundamento para a formação da cidadania e para a construção de “conhecimentos abrangentes, críticos e instrumentalizadores sobre ela” (Cavalcanti, 2008, p. 10). Implica a necessidade de compreendê-la como objeto de estudo, e como elemento essencial para o desenvolvimento de uma percepção crítica e participativa sobre os processos sociais, culturais e políticos que a configuram.

A cidade, os jovens e a escola estão interligados de forma que suas experiências vividas nesses espaços devem ser consideradas, pois contribuem para a formação da cidadania. Segundo Rousseau (2011), a verdadeira cidade é aquela na qual a participação política e as decisões coletivas definem a cidadania. Para construir uma sociedade justa, é necessário adotar a visão horizontal. Essa perspectiva é fundamental para as práticas de ensino-aprendizagem, ao permitir que os estudantes se tornem agentes ativos na construção de suas referências sobre o espaço urbano, e promovam análises críticas sobre o lugar em que vivem.

Os jovens podem ser agentes que atuam sobre seu território e também se comunicam com ele. Por isso, é essencial escutá-los e compreender como “imaginam, criam, habitam e produzem espaços” (Aitken, 2014, p. 133). O que demonstra a necessidade de conhecer a dimensão de ser jovem na cidade a partir de suas territorialidades, espacialidades e, conseqüentemente, de suas “relações sociais/espaciais no território” (Fernandes, 2021, p. 25).

Pensando nesses processos, o mapa 3 (Figura 15) apresenta elementos que compõem a articulação espacial dos espaços da cidade de Formosa. O objetivo é refletir sobre como os jovens se aproximam da cidade, como percebem esses espaços e exercem sua cidadania. É essencial compreender que, nesses espaços, há relações sociais constituídas pela convivência coletiva dos grupos que nela estão. Para além dos espaços coletivos formados pelos jovens, também é necessário entender a cidade pelos sujeitos, observando como articulam suas identidades pelas ruas, bairros ou órgãos. Entendemos que esse pressuposto de olhar para os jovens na cidade é essencial para compreendê-los em suas espacialidades.

Figura 15 – Mapa 3 - Usos dos espaços da cidade de Formosa – GO



Ao observarmos a Figura 15, que apresenta a organização espacial da cidade de Formosa, percebemos a concentração, sobretudo comercial, nas regiões centrais. Isso nos leva

a questionar se essa não seria, justamente, uma característica inerente ao urbano, já que a centralização de serviços e do comércio também implica a centralização da circulação de pessoas e mercadorias. Nessa coexistência plural, comércio, serviços e sujeitos urbanos podem ser influenciados por dinâmicas espaciais orientadas pelos interesses do capital.

Quando Cavalcanti (2008) reflete sobre a importância do conhecimento da dinâmica espacial, elenca alguns pontos essenciais: a questão dos usos da cidade, que envolve compreender como seus espaços são definidos, que contradições apresentam e quais dinâmicas os atravessam. Interessa-nos a maneira como os espaços são utilizados, pois, a partir desse pressuposto, é possível pensar nas variadas possibilidades de vínculos sociais que podem ser estabelecidos nas cidades.

Na Figura 15, há diversos espaços caracterizados pelos usos da cidade. Algumas áreas são residenciais, outras, ocupadas pelo comércio. Com a dinâmica do mapa, percebemos uma maior concentração de comércios e de serviços nas áreas centrais, enquanto as atividades agroindustriais normalmente se localizam em áreas mais distantes do centro. Essa leitura do espaço da cidade de Formosa nos permite articular o território à sua dinâmica de funcionamento, levando-nos a construir as possibilidades de relacionar o urbano ao econômico e ao social (Cavalcanti, 1999).

Observamos que a cidade é também um espaço de contradições: nas áreas de loteamentos populares e de condomínios apresentadas no mapa (Figura 15), o distanciamento do centro evidencia as desigualdades de renda. Esse movimento direciona a população rica para espaços ora centrais, ora fisicamente periféricos, mas sempre dotados de conforto e segurança. Já a população pobre tem seu espaço de moradia delimitado por suas condições sociais.

Explicamos que, mesmo não sendo objetivo desta tese analisar as diferentes interfaces da cidade, das quais os condomínios são uma expressão hegemônica da contradição socioespacial, houve a necessidade de abordá-los, por se constituírem como uma expressividade contraditória na visão dos jovens que aqui batalharam. Está inserida, em seus contextos culturais, a percepção de uma realidade marcada por desigualdades estruturais, enraizadas no espaço, que os condomínios representam.

Os condomínios representam mudança de perspectiva espacial na cidade, uma vez que são construções recentes, iniciadas em 2020, com muitas ainda em andamento. Trata-se de um processo de transformação, marcado pela construção de condomínios com estruturas verticalizadas e alta atratividade, amplamente propagandeada por seus interlocutores.

Nessa análise, podemos relacionar a discussão feita por Milton Santos (1988) sobre a combinação entre tecnoesfera e psicoesfera. Essa indissociabilidade compreende, de um lado, os sistemas técnicos, base material da vida das sociedades e representativos da forma como, em cada época, a sociedade compartilha o espaço, e, de outro, o sistema de ações, que inclui crenças, desejos, hábitos e linguagem (Santos, 1988). Esses sistemas são complementares e relacionais.

Nesse processo de análise espacial, a direção Leste, atualmente marcada por elevado adensamento urbano, representava o setor de chácaras da cidade. A partir dessa constatação, reafirma-se que a dinâmica urbana tem alterado esse escopo de setor isolado, reordenando o espaço e reorganizando os loteamentos, incluindo os destinados à construção dos novos condomínios.

A dinâmica urbana também exerce pressão sobre a circulação de pessoas e os interesses econômicos e sociais em determinadas áreas. Os empreendimentos imobiliários reconfiguram o espaço social, criam imagens e panoramas típicos de obras com alto valor agregado.

Mesmo não sendo objetivo desta tese explorar o fetiche que os condomínios exercem sobre a população de alta renda, bem como o processo de especulação imobiliária neles embutido, assim como o cerceamento do direito à cidade que eles representam, essa temática carrega pressupostos da ocupação com interesses definidos, que, durante as rodas de conversa realizadas com os jovens das batalhas de rimas, apareceram como elementos de contradição da cidade.

Há a possibilidade de construir, com os jovens, a partir do que pensam e transmitem sobre esses espaços, um agir reflexivo acerca da cidade e de seu movimento contraditório. No capítulo da metodologia, esses apontamentos sobre as diferenciações aparecem em diversas falas dos jovens, que estabelecem com esses lugares contradições e preconceitos. Isso se dá por meio de uma batalha denominada por eles como *Diamond Isla City / New Lagoa Santos*³.

Para Braga e Carvalho (2004), as cidades obedecem, em um primeiro momento, a uma lógica de natureza econômica. Diante disso, buscamos, geralmente, maximizar a utilidade desse espaço com base nas vantagens que ele oferece. O centro concentra o *core* econômico da cidade e é nessa porção do território urbano que o setor terciário tende a se concentrar.

³ Trata-se de elementos contraditórios de habitação, capitaneados pelos jovens em suas batalhas sobre a cidade. *Diamond Ville* e *Isla Formosa* são condomínios de alto padrão da cidade. *Nova Formosa* e *Lagoa dos Santos* são bairros estereotipados pela população como violentos e com alto teor de habitações populares.

Embora essas atividades estejam localizadas em áreas centralizadas, há um desequilíbrio nessa distribuição. Nesse processo, o crescimento das cidades gera conflitos que refletem a lógica do capital. Conforme Braga e Carvalho (2004, p. 13):

Os usos se agregam não só para compartilhar benefícios – como o agrupamento do comércio, oficinas mecânicas e indústrias – mas também para compartilhar impactos negativos. Assim o dono de uma oficina de conserto de motores não reclama da funilaria ao lado e vice-versa, pois ambos compartilham poluição sonora, além dos clientes.

Entendemos que a cidade é o espaço do movimento, seja ele econômico ou social. Trata-se de um produto e, simultaneamente, de uma condição para a reprodução da sociedade, pois carrega consigo todas as articulações e dinâmicas capazes de determinar os aspectos positivos e negativos de sua formação. O olhar sobre o processo de formação da cidade não se limita à sua estrutura física, mas compreende toda a região que, eventualmente, ela influencia. Abarca os seus moradores, que definem os espaços de circulação econômica, social e política a serem construídos.

As reflexões trazidas por Lefebvre (2001) sobre a cidade dialogam com o argumento de que a ela é uma construção coletiva, e que o direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos, bem como dos grupos que se formam a partir das relações sociais, de participar plenamente de todas as redes e circuitos de comunicação, informação e trocas. Esse é um apelo que, segundo Lefebvre (2001, p. 32), “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

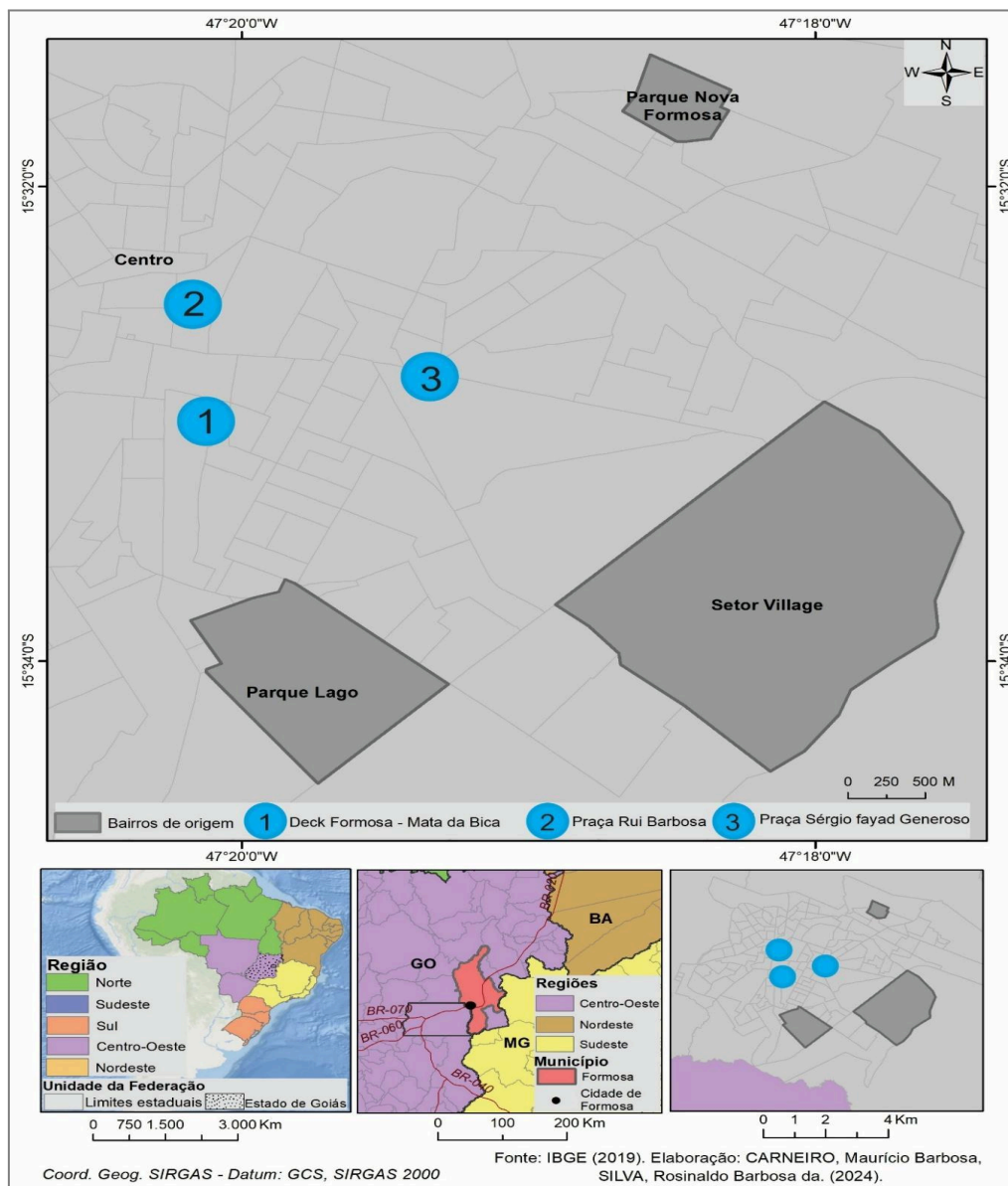
O direito à cidade vai além do acesso à infraestrutura urbana, não se restringindo à demanda de política estatal ou de um projeto urbanístico. Refere-se, assim, a um direito coletivo, construído socialmente, destinado a reformular os processos de produção do espaço. Defendemos a cidade como um bem comum, fundamentada em um ideário anticapitalista, que resgata os valores de uso e a proteção da vida, em oposição à concepção de cidade-mercadoria.

Compreendemos a cidade como um espaço em constante movimento, constituído pela relação entre sujeitos e os lugares que habitam. Nesse processo, ausências, resistências e desigualdades configuram-se como palcos de espacialidades e como manifestações concretas dos modos de ser nos territórios. Quando os jovens realizam seus deslocamentos, revelam formas de pertencimento e de vínculo com esses espaços. Suas práticas culturais, expressas em batalhas de rimas, manobras de *skate* e outras intervenções urbanas, tornam-se expressões

de identidade coletiva, inscrevendo no território marcas que reafirmam sua presença e seu direito à cidade.

Identificamos, assim, no mapa 4 – Localização – jovens em movimento (apresentado na Figura 16), não apenas de onde partem esses jovens, mas também como partem e por que escolhem as regiões indicadas pelos números 1, 2 e 3 como palco de suas expressividades e resistências.

Figura 16– Mapa 4 – Localização – Jovens em movimento – Formosa-GO



Fonte: Carneiro; Silva (2024) a partir de IBGE (2019).

Observar as territorialidades que os jovens vão elaborando é fundamental para refletir sobre o direito à cidade. Os três bairros citados no mapa 4, apresentados na Figura 16, – Setor Village, Parque Lago e Parque Nova Formosa –, estão distantes do movimento de convivência

dos jovens. Contudo, esses jovens se reúnem na praça central da cidade como forma de demarcar e afirmar seu direito ao uso dos espaços.

Buscamos pensar os jovens em suas espacialidades, o que exige uma abordagem que vá além da leitura meramente social de suas trajetórias. É necessário compreender que as experiências juvenis são atravessadas por múltiplas dimensões que se entrelaçam: o social, o histórico e o territorial. Isso significa reconhecer que os jovens não estão apenas inseridos em redes de relações interpessoais, mas também em contextos históricos que moldaram os espaços que hoje ocupam e disputam.

Nesse contexto, conhecer a cidade exige olhar para aqueles que a habitam, especialmente para os jovens, cujas experiências são atravessadas por múltiplas dimensões. A espacialidade juvenil não pode ser compreendida apenas por meio das relações sociais imediatas, mas também deve abarcar os aspectos históricos e territoriais que moldam suas existências. Conforme aponta Abramo (2005), a juventude é uma categoria social em disputa, situada em contextos marcados por desigualdades e pela seletividade das oportunidades urbanas.

Apontamos no mapa 5 (Figura 17) como ocorre o fluxo de jovens nos diversificados movimentos analisados. A análise cartográfica dos espaços de sociabilidade juvenil na cidade de Formosa – GO permite uma aproximação empírica das territorialidades construídas pelos jovens em suas vivências urbanas cotidianas. A partir do mapeamento de três pontos de referência centrais para a realização de práticas culturais e encontros informais — a Praça Rui Barbosa (2), o Deck Formosa - Mata da Bica (1) e a Praça Sérgio Fayad Generoso (3) — é possível compreender como essas espacialidades são produzidas e apropriadas pela juventude local.

A Praça Rui Barbosa, localizada na região central da cidade, configura-se como um dos principais espaços de expressão da cultura juvenil, especialmente por meio das batalhas de rima e outras manifestações artísticas. Esse espaço, embora formalmente destinado ao lazer e ao encontro, adquire novas camadas de significado quando apropriado pelos jovens. Ao se reunirem nesse local, esses sujeitos constroem uma centralidade simbólica e produzem uma espacialidade que desafia a segmentação funcional do centro urbano. Essa ocupação representa uma prática concreta do direito à cidade (Lefebvre, 2001), na medida em que tensiona as dinâmicas de exclusão e controle que costumam caracterizar os espaços centrais.

O *Deck Formosa - Mata da Bica*, por sua vez, localiza-se em uma região mais periférica. O local configura-se como uma extensão do cotidiano juvenil e funciona como espaço de permanência, lazer e sociabilidade. Ali, os jovens estabelecem relações afetivas e

de pertencimento com o território, produzindo espacialidades que escapam aos mecanismos tradicionais de planificação urbana. A territorialidade aqui é vivida na perspectiva de uma espacialidade do “estar junto”, pautada por encontros informais e por uma apropriação espontânea do espaço.

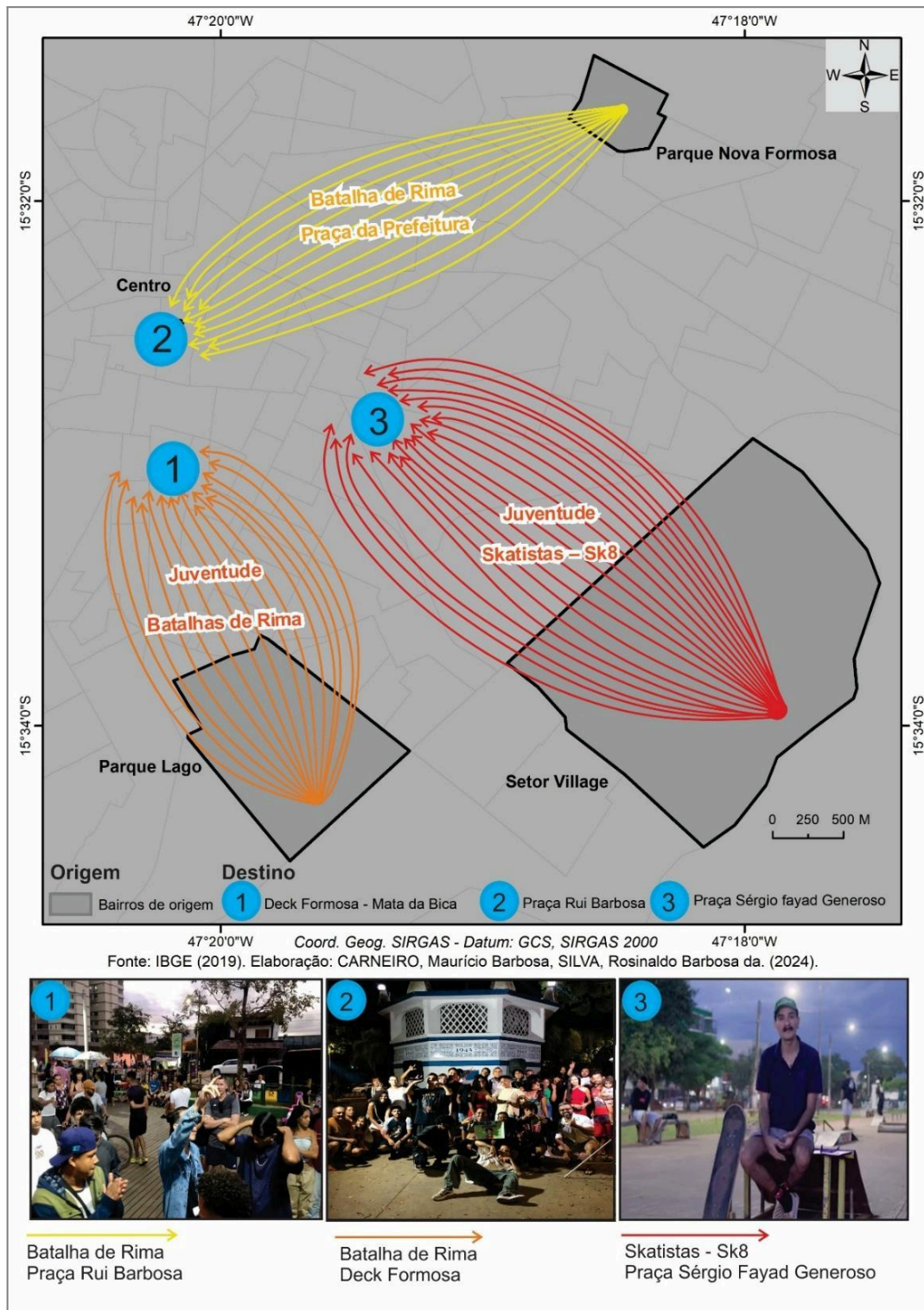
Já a Praça Sérgio Fayad Generoso representa um terceiro núcleo de encontro, também situado fora do centro tradicional. Sua relevância está vinculada à possibilidade de circulação e articulação entre diferentes territórios da cidade. A existência desses três espaços, associados às práticas culturais juvenis, permite compreender a cidade não como um espaço homogêneo e administrativamente organizado, mas como um conjunto de espacialidades vividas, atravessadas por fluxos, usos e sentidos plurais (Massey, 2008).

O movimento cotidiano dos jovens entre o centro e a periferia revela mais do que deslocamentos geográficos: demonstra um processo simbólico e político de produção da cidade. Como lembra Henri Lefebvre (1991), a cidade é produto das práticas sociais, e os percursos juvenis configuram cartografias que tensionam fronteiras entre espaços centrais e periféricos. Para Rossana Reguillo (2000), tais deslocamentos expõem a condição juvenil como atravessada por riscos, desigualdades e disputas de reconhecimento, uma vez que o trânsito entre diferentes territórios urbanos explicita tanto a busca por oportunidades quanto as barreiras impostas pelas hierarquias espaciais.

Nesse contexto, o fluxo de jovens da periferia em direção ao centro — seja para estudar, trabalhar ou participar de práticas culturais — torna visível a luta por pertencimento e direito à cidade. Pérez Islas (2017) observa que os trajetos juvenis não são lineares, mas marcados por rupturas e reinvenções, aspectos que se expressam nesses movimentos de ida e volta. Quapper (2015) acrescenta que os jovens, ao ocupar esses espaços centrais com práticas culturais, inscrevem-se simbolicamente na cidade, enquanto Chaves (2005) reforça que a periferia não é apenas lugar de partida, mas território criativo, de onde emergem circuitos próprios de sociabilidade que dialogam com o centro. Assim, o fluxo entre centro e periferia evidencia tanto a desigualdade estrutural que os jovens enfrentam quanto sua capacidade de produzir territorialidades e ressignificar os espaços urbanos que transitam.

A seguir, na Figura 17, apresentamos o movimento dos jovens, indicando sua origem e destino.

Figura 17– Mapa 5 – Fluxo: origem e destino – Jovens em movimento – Formosa-GO



Fonte: Carneiro; Silva (2024) a partir de IBGE (2019).

A relação entre esses espaços e os bairros de origem dos jovens, indicados em cinza no mapa, revela uma dinâmica de mobilidade territorial que subverte a dicotomia centro-periferia. Isso porque os deslocamentos realizados entre bairros periféricos e regiões

centrais, motivados por práticas culturais, evidenciam o caráter fluido e relacional das territorialidades juvenis. Esses deslocamentos não são meramente funcionais; são experiências de produção de espaço e afirmação de presença no urbano.

Assim, o mapa apresentado não apenas localiza fisicamente os espaços de ação dos jovens, mas visibiliza uma cartografia afetiva e simbólica do urbano, constituída a partir das práticas cotidianas que os jovens tecem em seus territórios. Tais espacialidades revelam a cidade como campo de disputa, de resistências e de reinvenções, onde os jovens não são apenas agentes que ocupam espaços, mas sujeitos que os produzem e significam continuamente.

Neste sentido, é fundamental compreender que os jovens não apenas vivem na cidade, mas constroem territorialidades, formas próprias de se apropriar, resistir e significar os espaços. A partir de uma perspectiva multiescalar, suas vivências revelam os efeitos do processo histórico de modernização do território goiano, profundamente marcado por lógicas de exclusão e por heranças coloniais e raciais que impactam diretamente as juventudes negras e periféricas. Como afirma Santos (1996), o território além de ser um suporte físico, é o resultado das ações humanas sobre o espaço, carregado de memórias, desigualdades e disputas.

Além disso, como destacam Tatagiba e Bordas (2021), os jovens das periferias urbanas são também protagonistas de formas plurais de resistência, os quais se expressam em práticas culturais, redes de solidariedade e disputas por direitos. Esses sujeitos tensionam os limites do urbano e forjam novos modos de habitar e de produzir política, mesmo diante de um cenário marcado pela precarização e pelo racismo estrutural.

Assim, ao discutir a dimensão do ser jovem em Formosa – GO, este capítulo busca compreender como essas juventudes se constituem a partir da tensão entre permanência e deslocamento, pertencimento e marginalização, memória e apagamento. Essas dimensões são essenciais para a leitura crítica da cidade e dos sujeitos que a compõem.

Os jovens transitam pela cidade, constroem nela e com ela suas redes de sociabilidade e produzem espacialidades que lhes conferem identidades. Ocupar espaços que expressam seu movimento, como praças, ruas, estádios, laguinhas e escolas, é uma forma de reafirmação de suas identidades e de construção de um modo de ser jovem que pode destoar da organização espacial predominante. Há um vínculo com os espaços públicos, mas por meio dos usos, como forma de expressividade, e não por assumir integralmente e acriticamente a destinação atribuída pelo poder público.

Como as articulações espaciais dos jovens, ao estabelecerem suas identidades, influenciam tanto a escola quanto a cidade? Nessa reflexão sobre a cidade, surge a questão: as manifestações territoriais desses jovens estudantes são analisadas, trabalhadas e problematizadas no âmbito do espaço escolar? Para Paulo Freire (2014), a educação é o caminho para a emancipação dos indivíduos, possibilitando-lhes transformar sua realidade por meio de uma reflexão crítica. Assim, perguntamo-nos se os jovens estudantes são convidados pela escola a se engajar nesse processo reflexivo, tendo a cidade e a experiência nela como objeto de estudo.

O autor Apple (1989) propõe uma visão crítica e dialética da escola. Para ele, a escola não é apenas um instrumento de reprodução das estruturas sociais dominantes, como sustentam as teorias mais deterministas (por exemplo, as de Althusser ou Bourdieu), mas sim um espaço de disputa, onde diferentes grupos sociais interagem, produzem experiências e resistem às formas hegemônicas de poder.

Essa concepção permite analisar a escola como um território simbólico e concreto onde se manifestam os conflitos, os saberes e as culturas juvenis, especialmente de jovens marginalizados. Em contextos como o de Formosa – GO, historicamente marcado por desigualdades sociais, a escola pode funcionar tanto como instrumento de silenciamento quanto como espaço de resistência e reconstrução de identidades. As múltiplas espacialidades criadas a partir da convivência, dos valores e da cultura juvenil desafiam a homogeneização curricular e revelam a potência dos sujeitos em reelaborar seus mundos, mesmo sob condições adversas.

Espaços como *decks*, lagos artificiais e praças públicas configuram-se como paisagens simbólicas da juventude formosense. São nesses locais que os jovens constroem práticas de pertencimento, expressam suas sociabilidades e reelaboram sentidos para o espaço urbano. Conforme aponta Abramo (2005), a juventude ocupa e ressignifica a cidade com base em suas próprias dinâmicas culturais, estéticas e afetivas, subvertendo, muitas vezes, as funções pré-estabelecidas desses espaços. Ao se apropriarem desses territórios do cotidiano, os jovens tornam-se agentes ativos na produção de suas territorialidades, processo que, segundo Haesbaert (2004), envolve uma dimensão espacial, simbólica e identitária. Assim, esses espaços coletivos, longe de serem apenas cenário, passam a ser compreendidos como lugares vivos de experimentação, resistência e afirmação juvenil.

CAPÍTULO 3 – ESTADO DA ARTE: ESTUDOS SOBRE TERRITORIALIDADE, EDUCAÇÃO E JOVENS

Este capítulo tem o intuito de mapear as pesquisas a partir dos descritores: territorialidades, territorialidades juvenis, territorialidades na educação, territorialidades da infância e o conceito de lugar na Geografia das Infâncias, dos jovens e adultos.

3.1 Pesquisas realizadas entre 2011 e 2024

A produção acadêmica sobre juventudes e cidade no Brasil tem avançado nas últimas décadas, especialmente a partir de abordagens que reconhecem os jovens como sujeitos ativos na produção de sentidos e na disputa por espaços urbanos. No entanto, grande parte desses estudos concentra-se em metrópoles e capitais, deixando em segundo plano cidades médias e contextos não metropolitanos.

Levantamentos realizados em bases como CAPES, BDTD, Edubase e *SciELO* indicam que, embora exista literatura relevante sobre territorialidades juvenis, poucas pesquisas investigam práticas culturais em cidades médias do interior, e menos ainda articulam tais práticas ao debate sobre o direito à cidade e à educação em sentido ampliado. Essa lacuna teórica e empírica justifica a escolha por Formosa-GO como campo empírico desta pesquisa.

Os estudos de referência — como os de Reguillo (2003), Abramo (2007), Chaves (2010) e Quapper (2016) — apontam que as práticas culturais juvenis, incluindo música, dança, grafite e esportes urbanos, são estratégias de afirmação identitária e resistência simbólica. Entretanto, poucos trabalhos analisam como essas práticas se articulam à reconfiguração de centros urbanos em cidades médias, cenário em que as tensões entre usos institucionais, comerciais e culturais são particularmente visíveis.

No campo da geografia crítica e dos estudos urbanos, autores como Lefebvre (2001) e Harvey (2012) oferecem bases conceituais para compreender a cidade como espaço socialmente produzido, onde diferentes atores disputam significados e usos. Aplicar essa perspectiva às práticas juvenis significa deslocar o olhar do jovem como mero usuário do espaço para reconhecê-lo como produtor de territorialidades.

A pesquisa também dialoga com estudos que ampliam a noção de educação para além da escola, considerando aprendizagens que emergem em espaços públicos e práticas culturais (Brandão, 2002; Candau, 2011). Nesse sentido, a tese insere-se na tradição crítica da educação, valorizando saberes construídos em territórios urbanos como parte da formação cidadã.

A escolha metodológica por um estudo de caso em Formosa – GO responde a duas questões levantadas pelo estado da arte:

Carência de pesquisas em cidades médias e no Entorno do Distrito Federal, que possuem dinâmicas urbanas próprias e pouco exploradas;

Necessidade de integrar juventude, territorialidades e educação em uma mesma análise, evidenciando como práticas culturais no espaço urbano contribuem para aprendizagens e construção identitária.

Dessa forma, o presente trabalho busca não apenas preencher lacunas, mas também tensionar abordagens existentes, trazendo à luz as especificidades de um território pouco explorado e afirmando a centralidade da voz juvenil na construção de cidades mais democráticas e inclusivas.

Para fundamentarmos a construção da tese a partir de sua originalidade, realizamos o levantamento do estado do conhecimento em três bases de teses e dissertações: Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) e Edubase. Consideramos o período de 2011 a 2024 e utilizamos os seguintes descritores: territorialidades, territorialidades juvenis, territorialidades na educação, territorialidades da infância e o conceito de lugar na Geografia das Infâncias, dos jovens e dos adultos.

Foi necessário mapear os trabalhos produzidos e as discussões realizadas de 2011 até o presente momento (dezembro de 2024), como forma de considerar as abordagens e reflexões propostas pelos pesquisadores sobre o imbricamento relacional entre jovens, territorialidade e educação e/ou jovens, territorialidade e cidade. Quanto ao descritor *territorialidades*, encontramos 7 teses no Banco de Teses e Dissertações da Capes, 1 tese na BDTD e nenhuma produção na Edubase, conforme apresentamos no Quadro 5.

Quadro 5 - Títulos de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Edubase: Territorialidades

Banco de teses e dissertações da CAPES			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
O retorno do território a partir da cidade: sistemas territoriais urbano - ribeirinhos em Parintins	Educacional	2017	BARTOLI, Estevan
Práticas pedagógicas no ensino médio integrado à educação profissional: Territorialidades e Resistências	Educacional	2020	SANTOS, Aline de Oliveira Costa
As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do sudeste goiano	Educacional	2017	MONTEIRO, Rafael de Melo
Educação do campo no amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas	Educacional	2017	VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira
Territórios, territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas	Educacional	2017	MORAIS, Hugo Arruda de
Práticas do espaço nas noites de Brasília: uma homotranscartografia do centro do distrito federal (1970-2000)	Educacional	2024	BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e
Geografias do Fogo e suas Territorialidades: um estudo na realidade Kalunga'	Educacional	2024	MODA, Nadia Malena
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Vivências nas Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI)	Educacional	2018	DERROSSO, Giuliano Silveira
Possibilidades para a integração da educação superior: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai	Educacional	2020	CAMARGO, Fausto Fava de Almeida
Edubase			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Na presente tese, territorialidade é compreendida como a ação dos sujeitos em seus territórios, considerando que o pertencimento gera identidades territoriais. A educação e a escola assumem função central ao aproximar os sujeitos que habitam esses espaços, atendendo às suas expectativas, desafios e possibilidades. A pesquisa aprofunda a discussão sobre territorialidades no âmbito da Cidade, reforça a compreensão de que os vínculos sociais, culturais, econômicos e políticos que permitem que os estudantes compreendam como seus territórios estão conectados ao Estado e ao processo de globalização.

As teses defendidas entre 2017 e 2024 exploram as territorialidades no pertencimento, na resistência e nos vínculos estabelecidos pelos sujeitos em seus territórios, destaca um sentido de pertencimento social. A originalidade deste trabalho reside em refletir sobre tais possibilidades, considerando a realidade dos jovens no espaço que transitam e se constituem. Demarca pertencimentos que extrapolam a realidade educacional municipal e se conectam aos movimentos de construção de identidade coletiva através das batalhas de rima e pelo grupo de *skatistas*, compreendendo o que os territorializa em seus espaços e tempos, bem como do impacto desse processo na busca pelo direito à cidade.

O levantamento sobre as territorialidades juvenis revela expressivo número de teses sobre esse conceito (Quadro 6), o que evidencia que a juventude tem sido investigada. Essas

pesquisas interligam o conceito de espacialidade, que reflete as representações sociais manifestadas no espaço, à espacialidade na formação dos jovens, destacando como esses elementos se articulam na construção de suas identidades e pertencimentos.

Quadro 6 - Títulos de Teses e Dissertações da Capes, BDTD e Edubase: Territorialidades Juvenis

Banco de teses e dissertações da CAPES			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Música caipira de concerto: territorialidades e trajetórias da viola e violeiros no âmbito caipira	Educacional	2019	MALAQUIAS, Denis Rilk
Veja o que a veja fez: o jogo de ocultamento dos jovens nas manifestações de 1992	Educacional	2020	SANTOS, Claitonei de Siqueira
Justiça emancipatória no processo educativo - contribuições das vozes juvenis	Educacional	2017	ALMEIDA, Maria de Lourdes do Prado Kruger
Espelho, espelho meu?": narrativas audiovisuais acerca das juventudes e relações juvenis'	Educacional	2017	MACHADO, Carla Silva
Jovens no ensino médio técnico: um olhar a partir das aulas de Matemática	Educacional	2018	ADELINO, Paula Resende
Coletivos juvenis e transição para vida adulta: Desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo	Educacional	2018	SILVA, Fernanda Arantes e
Óh! Fui eu que fiz!": a saga de jovens <i>cosplayers</i> e seus fazeres educativos'	Educacional	2017	ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de
Escritas juvenis na educação de jovens e adultos: o cotidiano como território cultural de aprendizagens	Educacional	2020	BESERRA, Raquel Carine Martins
"Tudo junto e misturado: rolês e fluxo dos jovens das periferias" capital espacial construído por redes juvenis no campo da diversão e geometrias de poder na cidade'	Educacional	2017	RAMOS, Elvis Christian Madureira
Território e escala: a utilização dos conceitos geográficos para a implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infantojuvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande – PB	Educacional	2019	BARBOSA, Renata da Silva
Cidade, arte e política: Redes educativas e participação social em coletivos juvenis	Educacional	2020	SOUZA, Roberta de Jesus Fernandes Goncalves de
A produção da juventude como um objeto de saber pedagógico nos discursos sobre o Ensino Médio no Brasil'	Educacional	2018	GOULART, Marcos Vinicius da Silva
Deixa que digam, que pensem, que falem: identidades juvenis e representações de violência no território escolar '	Educacional	2020	SILVA, Ângela Maria Pereira da
Jovens olhares sobre a cidade: lugares e territórios urbanos de estudantes porto-alegrenses'	Educacional	2020	OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel
O cotidiano escolar dos jovens na/da educação de jovens e adultos: compreensão dos (des)encontros entre juventudes e escola'	Educacional	2017	LIMA, Divanir Maria de
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Juventude, espaço urbano e violência: a realidade juvenil no contexto dos bairros de Cascavel – Paraná.	Educacional	2017	LEITE, Tiago Pereira Icon
Edubase			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ao associar essas ideias a essa tese, buscamos promover reflexões sobre as territorialidades no contexto em que vivem os jovens na cidade de Formosa – Go, a fim de explorar elementos da resistência e pertencimentos construídos no coletivo das batalhas de rima e no grupo de *skatistas*. Pretendemos inovar não apenas ao compreender como as geografias das infâncias, dos jovens e das famílias se relacionam com o conceito de território, mas também ao investigar como os jovens na cidade têm possibilidade de revelar as *obuchienes* / *perezhivanie* na sua formação.

A cidade, enquanto espaço social dinâmico e multifacetado, oferece aos jovens um campo rico para a manifestação dos processos psicológicos e sociais descritos por Vygotsky, em especial os conceitos de *obuchienes* (ensino-aprendizagem mediada) e *perezhivanie* (experiência vivida).

Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano é inseparável da interação social e cultural. O *obuchienes* ocorre quando os jovens participam de práticas sociais mediadas por adultos e pares, utilizando ferramentas simbólicas, como a linguagem, as normas e os códigos culturais, que lhes permitem internalizar e reconstruir conhecimentos. Na cidade, esses processos se ampliam, pois o ambiente urbano proporciona múltiplos contextos e agentes mediadores: escolas, espaços de lazer, redes sociais, grupos culturais e coletivos juvenis. Cada um desses espaços funciona como um “laboratório” de aprendizagem social, no qual os jovens experimentam e negociam saberes e identidades.

Contudo, o *obuchienes* não acontece em um vácuo emocional. Aqui entra a importância do *perezhivanie*, que traduz a forma como cada jovem vive subjetivamente as experiências cotidianas, incluindo os desafios e as oportunidades oferecidas pelo espaço urbano. Essa vivência emocional e interpretativa é singular para cada sujeito, condicionando como ele percebe o mundo, as relações sociais e os processos de aprendizagem (Vygotsky, 1998). Assim, o jovem não é apenas um receptor passivo do conhecimento, mas um agente ativo que sente, questiona e ressignifica seu ambiente.

Na cidade, as experiências urbanas, como o convívio em espaços públicos, as interações culturais, as tensões sociais, as expressões artísticas e políticas, são fontes de *perezhivanie* que moldam as trajetórias dos jovens. Ao mesmo tempo, esses momentos de vivência influenciam profundamente o modo como o *obuchienes* se efetiva, pois as emoções condicionam a motivação, a atenção e o engajamento dos jovens em processos educativos e formativos. Essas duas dimensões – o aprendizado mediado e a vivência – atuam em conjunto para formar suas identidades, fortalecer sua autonomia e ampliar sua capacidade de transformação social.

Dessa forma, na perspectiva de Vygotsky, a formação dos jovens na cidade deve ser compreendida como o resultado da interrelação entre processos cognitivos mediadores e experiências emocionais subjetivas. A cidade, enquanto espaço plural e multifacetado, potencializa essa intersecção, oferecendo contextos nos quais os jovens revelam suas aprendizagens e emoções de forma integrada, construindo-se como sujeitos sociais críticos, criativos e transformadores.

Ao direcionar a pesquisa para o campo da Educação e suas conexões com as territorialidades no ensino de Geografia, os levantamentos realizados, apresentados no Quadro 7, indicam que as pesquisas têm enfatizado a escola como ator coletivo que territorializa o espaço ao seu redor. Essas pesquisas também exploram a resistência como fundamento central do pensamento freiriano sobre territorialidades. As territorialidades são manifestações dos sujeitos que se articulam às suas espacialidades nos territórios que os moldam e identificam.

Ainda no Quadro 7, destacamos conceitos múltiplos de territorialidades com o objetivo de definir a temática desta pesquisa. Os estudos das territorialidades da juventude na Educação Básica é uma das possibilidades de entender como se constituem os jovens formosenses. As territorialidades são reveladoras de múltiplas formas de vivência e indicam não somente o espaço das interligações, como também revelam as experiências dos sujeitos em seus territórios e lugares.

Quadro 7 - Títulos de Teses e Dissertações sobre Territorialidades na Educação

Banco de teses e dissertações da CAPES			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Na esperança de ser mais: a territorialização da EMEF Osório Ramos Corrêa	Educacional	2018	DAMBROS, Gabriela
Um olhar periférico? Sobre práticas de ensino de geografia e outras geografias de ensino	Educacional	2020	SANTOS, Fernando Assis dos
Narrativas, criação, luta e resistência: a presença da pedagogia freiriana nos cotidianos escolares	Educacional	2020	SILVA, Márcio José Andrade da
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
O território camponês como dimensão educativa: desafios e possibilidades da Educação do Campo em Grajaú - MA	Educacional	2018	SILVA, Marcos Nicolau Santos da
Edubase			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O Quadro 8 apresenta a seleção de teses e dissertações sobre as territorialidades na infância, nos jovens e nos adultos com foco na relação entre estes e os espaços que habitam e com os quais interagem. As obras catalogadas, extraídas de diferentes fontes como o banco de

teses da CAPES, a BDTD e a Edubase, evidenciam a diversidade de contextos em que o conceito de territorialidade é abordado, particularmente no âmbito educacional.

Quadro 8 - Títulos de teses e dissertações sobre territorialidades na infância, jovens e adultos

Banco de teses e dissertações da CAPES			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Crianças e territorialidades: as brincadeiras nas ruas do bairro da união em Parintins/AM	Educacional	2017	FIGUEIREDO, Ângela Maria Rodrigues de
Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade	Educacional	2013	CARVALHO, Levindo Diniz
Representações sociais sobre crianças e infâncias em teses e dissertações da Amazônia.	Educacional	2019	TRINDADE, Marileia Pereira
Comunicação, corpo e territorialidades: o declínio das narrativas globalistas	Educacional	2016	ALENCAR, Jakson Ferreira de
Territórios e territorialidades: a compreensão de Aparecida de Goiânia por jovens e adultos migrantes de uma escola da rede pública estadual na Educação de Jovens e Adultos	Educacional	2023	JUNIOR, Abner Conceição de Sa.
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
"Meninos danados": uma etnografia interpretativa da infância sertaneja que inclui a participação política das crianças de Catingueira - PB	Educacional	2018	SILVA, Antonio Luiz da
Vem brincar na rua! Entre o quilombo e a educação infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças, quilombolas no entremeio desses contextos	Educacional	2014	PAULA, Elaine de
Edubase			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Ainda que tenhamos assumido nesta tese a necessidade de compreender os jovens em seu território, concordamos que a lacuna de pesquisas sobre esses sujeitos e a escola, no seu lugar, no seu espaço-tempo, contribui para uma melhor abordagem do seu espaço geográfico. O lugar dinamiza, a partir dos sujeitos, suas experiências e práticas e, por isso, constitui um conceito que traz possibilidades de pensar a ação social dos sujeitos que nele vivem. Desse modo, o Quadro 9 revela como esse conceito vem sendo pesquisado e indica quais relações podem ser estabelecidas, a partir do exposto, com os objetivos desta tese.

Quadro 9 - Títulos de Teses e Dissertações sobre o conceito de lugar nas geografias das infâncias, dos jovens e das famílias

Banco de teses e dissertações da CAPES			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
O lugar e a construção da identidade: os significados construídos por professores de geografia do ensino fundamental	Educacional	2012	LEITE, Cristina Maria Costa
O lugar do desenho e o desenho do lugar no	Educacional	2005	MIRANDA, Sergio Luiz

ensino de geografia: contribuição para uma geografia escolar crítica			
O lugar do lugar no ensino de Geografia: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira-SP	Educacional	2012	NASCIMENTO, Lisângela Kati do
Outra banda: lugar de quem?	Educacional	2013	SANTOS, Maria Auxiliadora Ferreira dos
O (re)significar o lugar no ensino de geografia em Goiás: por meio da poesia de Cora Coralina	Educacional	2017	MORAGAS, Rosana Alves Ribas
BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-
Edubase			
Assunto	Contexto	Ano	Autores
Não Encontrado	-	-	-

Fonte: Autoria própria, 2025.

O conceito de lugar exerce ação relevante na compreensão das territorialidades, e também permite a leitura do espaço. Mesmo que este não seja o foco desta pesquisa, a análise do lugar, em relação ao território e às territorialidades, contribui para entender como esses elementos se articulam no contexto da Educação Básica. A necessidade da abordagem que considere os processos educativos a partir das territorialidades dos sujeitos é evidente, já que há a carência de pesquisas que abordem a constituição dos sujeitos em toda a sua historicidade e nos vínculos que estes estabelecem com o território. Essa compreensão é fundamental para ampliar as discussões sobre o papel da educação na formação das identidades territoriais.

A partir disso, a pesquisa justifica-se pela intenção de mapear os trabalhos produzidos entre os anos de 2020 e 2024, visando refletir sobre as abordagens e reflexões dos pesquisadores acerca das relações entre jovens, educação e escola. O Quadro 10 apresenta o levantamento quantitativo das produções relacionadas ao tema, utilizando três bases de dados principais: *SciELO*, UnB e CAPES, com o descritor “Juventude e Educação”.

Quadro 10 - Juventudes e educação nas bases SciELO, UnB e Capes

Descritores	SciELO	Banco de teses e dissertações UnB	Banco de teses e dissertações Capes
Juventudes e Educação	101	24	531
Juventude e educação relacionadas à pesquisa	7	3	6

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A busca realizada na base *SciELO* revelou um total de 101 publicações sobre “Juventude e Educação”. A maior concentração de publicações ocorreu em 2023, com 30 trabalhos, seguida por 2020 (26 publicações), 2021 (23 publicações) e 2022 (22 publicações).

A maioria dos estudos aborda a relação entre juventude e educação, focando em temas como trabalho, estrutura familiar, ensino médio e questões de gênero.

Para a discussão desta pesquisa, foram selecionados apenas os trabalhos relacionados ao descritor “Juventude e Educação” ou que dialogam com as abordagens teóricas desta tese. O Quadro 11 apresenta os 7 trabalhos relevantes para essa análise, com a seguinte distribuição: 2 publicações em 2023, 1 em 2022, 1 em 2021 e 3 em 2020. Esses estudos oferecem contribuições para compreender as intersecções entre juventudes, educação e os contextos sociais e culturais que as influenciam.

Quadro 11 - Banco de Dados SciELO – Descritor Juventudes e Educação

Título	Breve análise	Ano	DOI
“Aqui na favela, nada parou”: percepção da pandemia de Covid-19 por jovens do Complexo da Maré, RJ, Brasil	Discute as percepções de jovens moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, sobre a pandemia de Covid-19 e as práticas de prevenção adotadas	2023	https://doi.org/10.1590/1413-812320232812.10502023
Entre o trabalho e a escola: cursos de vida de jovens pobres	Os jovens adultos da pesquisa revelam que o retorno à escola ocorre como redescoberta do sentido da escolarização em seus projetos de melhoria das condições de vida. Trabalho e escola estabelecem entre si influências recíprocas e, para esses jovens, não são tempos sociais que se excluem, mas que se sobrepõem para constituir a experiência própria de uma juventude popular trabalhadora.	2023	https://doi.org/10.1590/2175-6236120417vs01
Jóvenes y museos. Estudio de percepciones sobre experiencias educativas	Os museus são contextos educativos onde as pessoas desenvolvem diferentes tipos de experiências. Apresenta-se um estudo que procura compreender, a partir de diferentes perspectivas, as experiências dos jovens nos museus.	2022	http://dx.doi.org/https://doi.org/10.19137/praxiseducativa-2022-260311
A Juventude En-Cena na Escola: a educação no encontro com a cidade	A tradicional aliança entre educação e trabalho vem se configurando numa aparente adesão das práticas educativas às engrenagens do capitalismo. Partindo da análise dos efeitos da entrada dessa configuração discursiva no espaço escolar, problematiza-se a hipótese da transição de um modelo educativo fundamentado numa formação cultural em direção ao que entendemos como formação profissional.	2021	https://doi.org/10.1590/2175-6236109163
Elementos da didática para a juventude: Entre a dimensão relacional e a construção de sentidos	O artigo se propõe a refletir sobre uma didática para a juventude a partir das perspectivas dos próprios jovens sobre a escola e a prática docente. O objetivo é identificar elementos da didática que contribuam com o processo de ensinar para jovens.	2020	https://doi.org/10.21814/rpe.15755

Título	Breve análise	Ano	DOI
Educação e cidade: publicações direcionadas à juventude	A escola ainda aparece como central para encontros educativos e criações das juventudes, sendo necessárias atividades mais próximas do território	2020	https://doi.org/10.1590/0102-4698236406
“Quiero seguir estudiando para ser alguien”: análisis de trayectorias educativas de jóvenes peruanos en Argentina	O artigo aborda as trajetórias educativas de jovens peruanos que residem em dois bairros periféricos da cidade de Córdoba, Argentina. Além de descrever e analisar as diferentes experiências relacionadas à educação na cidade, questiona, numa perspectiva intersetorial, a maneira na qual os projetos migratórios familiares e as expectativas educacionais dos adultos são articulados e enfatizados nos projetos educacionais dos mais jovens	2020	https://doi.org/10.11600/1692715x.18203

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Tramontano e Nascimento (2023), no artigo intitulado “Aqui na favela, nada parou”, destacam que a pandemia expôs a necessidade do cuidado. Muitos jovens da favela tiveram acesso ao ensino remoto, mas enfrentam dificuldades devido à falta de conectividade para acompanhar as aulas. O estudo revelou as desigualdades em seus territórios, marcados pela ausência de saneamento básico e precariedade das condições de moradia. Chama a atenção na leitura o fato de que o isolamento social não foi seguido à risca por essa juventude, que encontrou formas de driblar essa restrição, vivenciando e criando formas de sociabilidade e interação.

Tramontano e Nascimento (2023) abordam o impacto da pandemia na favela do Rio de Janeiro, destacando, do ponto de vista teórico, como as jovens se estabelecem territorialmente como forma de expressar quem são e de construir suas identidades, o que permite pensar os espaços como elementos de vivência. O aspecto educativo está presente nesse contexto, já que as vivências e experiências cotidianas construídas pelos jovens permanecem vinculadas às suas espacialidades.

Analisar o trabalho e a escola como influências recíprocas e constatar que, para os jovens, esses elementos não são tempos sociais que se excluem, mas que se sobrepõem para constituir a experiência própria da juventude popular trabalhadora, foi o objetivo do trabalho desenvolvido por Brenner e Carrano (2023). Esses constatam que jovens prolongam a juventude por não encontrarem os caminhos de trânsito social e econômico para a vida adulta. Permanecem na casa de seus pais por opção, prolongam o período de formação escolar ou não se emancipam e experimentam a dependência econômica familiar provocada pela retração dos níveis de emprego no quadro do desemprego estrutural que se globalizou por todos os países.

A educação é uma das principais ferramentas de transformação social para os jovens, mas não é a única. Muitos jovens acabam seguindo outros caminhos, não por falta de interesse nos estudos, mas como estratégia de sobrevivência na sociedade elitista e, muitas vezes, excludente. Esse contexto pode levar ao afastamento da escola e dos padrões estabelecidos pela família ou sociedade como essenciais para alcançar sucesso pessoal e profissional. Alguns jovens abandonam os estudos porque precisam contribuir para o sustento de suas famílias. Assim, assumem responsabilidades e obrigações que os conduzem à vida adulta, moldando sua vivência juvenil (Abramo, 1997; 2008). Nessa realidade, a escola deixa de ser prioridade, já que a busca por meios de sobrevivência se torna urgente.

Outro trabalho que se relaciona com a temática desta pesquisa é o artigo intitulado “Jóvenes y museos. Estudio de percepciones sobre experiencias educativas”, das autoras Melgar, Elisondo, Díaz e Lisa (2022). Elas destacam os museus como experiências educativas. Ao considerar os espaços fora do contexto escolar como possibilidades para a construção de conhecimento, trata-se de uma abordagem válida. Sendo uma possibilidade pensar na educação para os jovens que leve em conta suas percepções e vivências no/com o território.

Para Melgar *et al.* (2022, p. 7, tradução nossa), é preciso compreender a educação “como um direito, a partir de uma perspectiva sociocultural e histórica, como uma práxis participativa, o que possibilita refletir sobre as diferentes relações que se estabelecem entre os públicos e os museus”⁴. As instituições escolares possuem variedade de possibilidades de considerar os espaços de vivência como elemento de transformação e mudança social. Nesse sentido, seja na rua, na praça ou nos espaços públicos vivenciados pelos jovens, encontram-se processos educativos que podem e devem se tornar elementos práticos de aprendizagem.

A pesquisa intitulada “A Juventude En-Cena na Escola: a educação no encontro com a cidade”, de Rocha e Lima (2021), começa questionando: em que consiste, afinal, a educação de um jovem? As autoras foram categóricas ao afirmar que a educação de hoje está centrada na prática profissional, voltada para a definição de carreira ao final do Ensino Médio. A educação e todos os seus processos envolvidos se circunscrevem a um modelo pré-definido de formação, currículo e identidade, mas que vão além desse processo, precisam estar conectados às realidades em que os jovens vivem. O que se espera dos alunos, conforme as autoras, “é que finalizem seus percursos escolares com certos conjuntos de habilidades e competências

⁴ Do espanhol: “comprender la educación como derecho desde una perspectiva sociocultural e histórica, como praxis y desde la participación, permite interrogar acerca de las diferentes relaciones que se establecen entre los públicos y los museos” (Melgar et al. (2022, p. 7).

bem desenvolvidos, de modo a aumentarem o seu potencial de empregabilidade” (Rocha; Lima, 2021, p. 10).

Laval (2019) pontua que é oportuno salientar que a escola vem sofrendo mudanças com o advento do capitalismo. Se ela centrou seus esforços na oferta da formação intelectual e cidadã pela transmissão dos valores da cultura e dos referenciais simbólicos da sociedade, numa tentativa de promover, pela via do saber, o esclarecimento e a autonomia necessários à emancipação, hoje esse propósito vem sendo perdido.

O artigo de Mesquita (2020) intitulado de “Elementos da didática para a juventude: entre a dimensão relacional e a construção de sentidos”, traz à baila a necessidade de partir da prática como fundamento para a constituição de conhecimentos na didática específica para os diferentes públicos que a escola atende. Afirma que é essencial romper a dicotomia entre teoria e prática, que tende a distanciar os conhecimentos pedagógicos da prática docente, e adotar estratégias de ensino para os jovens, reconhecendo-os como expressão dos saberes.

Em “Educação e cidade: publicações direcionadas à juventude”, Wolman e Assis (2020) destacam que é necessário pensar na cidade como arena educativa para os jovens, promotora de processos subjetivos inclusivos e de vivências éticas, estéticas e solidárias. Assim, reconhece-se que os espaços ocupados pelos jovens, incluindo a cidade, são promotores de saberes. Os próprios jovens se socializam, criando formas e maneiras próprias de dialogar com os espaços da cidade ou da escola. Há possibilidades educadoras proporcionadas aos jovens por meio do território.

Na pesquisa de Wolman e Assis (2020) está demarcado que o movimento das ruas, com seus encontros e conflitos, e as diferentes instituições presentes na urbe, como as escolas, são exemplos de elementos da cidade característicos de sua ocupação promovida por sujeitos. Santos (2006) afirma que há um elo entre funcionalidade e estrutura, e que a atividade humana permite superar o arquitetado, instituindo o espaço como ente geográfico próprio ao estudo das cidades. O estudo das cidades e dos tensionamentos provocados por essas juventudes nesse espaço são importantes para a compreensão de seus processos/interações e sociabilidades.

Na busca no banco de teses e dissertações da Universidade de Brasília (UnB), com o descritor “Juventude e Educação”, encontramos 24 publicações, sendo 13 dissertações e 11 teses. A maior parte das publicações para esse descritor ocorreu no ano de 2021, com 7 trabalhos publicados. Em 2022 e 2020, foram 6 trabalhos em cada ano; e 5 trabalhos em 2023.

Chamou-nos a atenção o fato de que a maior parte das publicações sobre juventude e educação está concentrada nos seguintes temas: Ensino Médio, Juventude, Educação

Inclusiva e Juventudes, ou seja, com ênfase em aspectos sociais. Apresentamos somente os trabalhos que possuem relação com o descritor definido ou que possam estabelecer proximidade com as abordagens teóricas desta tese.

No Quadro 12, o filtro aplicado resultou no total de 3 trabalhos, sendo 1 publicado em 2022, 1 em 2021 e 1 em 2020. A maioria desses trabalhos foi desenvolvida pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Quadro 12 - Banco de Teses e Dissertações da UnB – Descritor Juventudes e Educação

Título	Breve análise	Ano	Endereço eletrônico
Trajetórias biográficas e educacionais de jovens cegos da Universidade de Brasília	A pesquisa proposta teve como objetivo geral compreender como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de estudantes universitários cegos na Universidade de Brasília e quais são os seus projetos de vida	2022	http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/44274
Curta a minha vida: juventudes em protagonismo na produção audiovisual de documentários no ambiente educacional	O trabalho buscou compreender como as juventudes podem produzir documentários que reflitam sobre suas próprias vidas, utilizando os dispositivos móveis.	2021	http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43117
Visões de mundo e significados sobre o Ensino Médio: um estudo comparado com jovens estudantes do diurno e noturno no Distrito Federal	O estudo teve como principal objetivo compreender em que espaço de experiências se constituem as visões de mundo de jovens mulheres, estudantes do turno diurno e noturno de escolas públicas do Distrito Federal, e quais significados sobre o Ensino Médio emergem de suas orientações coletivas. Mais especificamente, buscou-se analisar como as experiências biográficas se combinam na vivência da escolarização ao longo da trajetória no Ensino Médio.	2020	http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/40673

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A dissertação intitulada “Trajetórias biográficas e educacionais de jovens cegos da Universidade de Brasília” aborda a diversidade estudantil e propõe compreendê-la a partir das trajetórias biográficas dos estudantes. Nessa obra, Jesus (2022) pressupõe a compreensão dos jovens estudantes da UnB a partir do que vivem e expressam. As vivências, marcadas pelas trajetórias biográficas dos estudantes, são fundamentais para sua atuação nos espaços e tempos que habitam, pois definem suas formas de expressão e revelam como suas

experiências estão vinculadas a uma trajetória permeada pela relação com o espaço e com a família.

Igualmente relevante é a pesquisa “Curta a minha vida: juventudes em protagonismo na produção audiovisual de documentários no ambiente educacional”, realizada no âmbito da Faculdade de Educação pelo pesquisador Lima (2021). A pesquisa propõe que os estudantes alcancem a forma autoral de expressão, superando os desafios impostos pelo isolamento social e explorando as possibilidades estéticas da linguagem audiovisual documental, utilizando o celular como suporte para captação e edição. Os estudantes concretizaram documentários que traduziam, de forma crítica e criativa, o universo particular de cada um, lançando olhares sobre o espaço e o tempo em que vivem.

Destaca-se que, em sua análise, Lima (2021) ressalta a importância de colocar os estudantes como autores de todo o seu processo, como protagonistas de sua trajetória, compreendendo a vida estudantil e social. Isso porque os jovens têm muito a nos dizer sobre seus territórios, preferências e identidades. Nessa perspectiva, buscar formas de aproximar esses contextos permite compreender seus espaços/tempos de maneira realista.

Lima (2021) olha para as juventudes como autônomas, imbricadas no contexto social de onde emergem suas sociabilidades e com o qual os processos educativos precisam se conectar, aproximar e refletir. Esse também é um desafio nos processos educativos, já que a relação entre escola e estudante carrega particularidades que poderiam ser trabalhadas ao considerar as vivências e experiências dos próprios estudantes.

Para refletir sobre a diversidade das juventudes, que varia de acordo com o tempo e o espaço que ocupam, a pesquisa de Pontes (2020), cujo título é “Visões de mundo e significados sobre o Ensino Médio: um estudo comparado com jovens estudantes do diurno e noturno no Distrito Federal”, aborda a temática das juventudes ao analisar como as experiências biográficas se combinam na vivência da escolarização durante a trajetória dos jovens no Ensino Médio. Para a autora dessa pesquisa, essa análise perpassa pelos significados que os jovens atribuem à escola e como esses significados influenciam o delineamento de seus projetos de vida e profissionais.

Na busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o descritor “Juventude e Educação”, foram encontradas 421 publicações, sendo 265 dissertações e 156 teses. A maior parte dessas publicações concentrou-se no ano de 2020, com 251 trabalhos; em 2021, foram 103; em 2022, 123; e, em 2023, 54.

Observa-se que parte das pesquisas sobre juventudes e educação está vinculada à perspectiva voltada para o mundo do trabalho, estabelecendo uma ligação com o Ensino

Médio. Embora essa abordagem predomine, foi possível identificar perspectivas aplicáveis ao Ensino Fundamental, especificamente aos 8.º e 9.º anos.

No Quadro 13 apresentado, referente ao descritor “Juventudes e Educação”, mostra que o filtro aplicado para esta pesquisa resultou em um total de 6 trabalhos, sendo 4 dissertações e 2 teses.

Quadro 13 - Banco de Teses e Dissertações da Capes – Descritor Juventudes e Educação

Título	Breve análise	Ano	Endereço eletrônico
Escritas juvenis na educação de jovens e adultos: o cotidiano como território cultural de aprendizagens	O trabalho estudou a relação entre as juventudes e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo geral foi compreender como as escritas juvenis têm dialogado ou não com a EJA no contexto escolar público, na constituição de seus espaços, considerando o cotidiano como território de aprendizagens.	2020	http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56373
Educação, fotografia e juventudes: desigualdades sociais na grande-angular	O objetivo da pesquisa foi analisar fotografias que tomam as desigualdades sociais como temática e foram produzidas e analisadas com jovens participantes das ações educativas ofertadas na Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar do Estado da Bahia, situada no Bairro da Paz, em Salvador.	2022	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11796116
“Nós” entre rabiscos e palavras: a construção de uma HQ para políticas públicas com jovens em vulnerabilidade	A pesquisa foi desenvolvida a partir do questionamento sobre a arte como ferramenta de produção de espaços de transformação social e empoderamento em espaços educativos para/com jovens em vulnerabilidade social.	2021	https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63054/1/2021_dis_denl opes.pdf
“Somos tão jovens...”: o significado atribuído, pela juventude, aos processos de escolarização da EJA no município mineiro de Juiz de Fora	A dissertação teve por finalidade refletir sobre o significado atribuído pela juventude aos seus processos de escolarização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município mineiro de Juiz de Fora na hodiernidade.	2022	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/14668
O espaço escolar como possibilidade de inversão dos cotidianos	Por meio da pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica, buscou-se compreender como se articulam os conhecimentos vividos e adquiridos pelos alunos em suas vivências escolares, e de que forma eles se relacionam com a herança social e cultural.	2021	https://bib.pucminas.br/teses/Educacao_PauloBrunoCorrea_19185_Textocompleto.pdf
Os primeiros da família: cotidianos narrados em fotografias por estudantes populares de um curso de pedagogia	A pesquisa teve por objetivo geral compreender cotidianos de jovens universitários de classes populares de um curso de pedagogia através de ensaios fotográficos e textos sobre seus cotidianos.	2023	http://app.uff.br/riuff/handle/1/28653
Aprendizagens biográficas de jovens atuantes em movimentos culturais: encontros e desencontros	Na pesquisa, fundamentada nos estudos da juventude como categoria sócio-histórica e das juventudes como plurais, partiu-se do pressuposto de que as aprendizagens dos indivíduos resultam de diversas experiências da trajetória de vida e que os caminhos formativos para a construção de si	2022	https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11221

Título	Breve análise	Ano	Endereço eletrônico
identitários na experiência de si	transcendem a educação formal. Esses caminhos remetem a contextos sociais e subjetivos, particulares a cada indivíduo, enquanto sujeito sociocultural.		

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As pesquisas apresentadas evidenciam a necessidade de aproximar os jovens de seus contextos sociais, considerando a maneira como vivem em seu tempo e espaço. Esse caminho possibilita pensar em práticas pedagógicas conectadas à realidade desses estudantes, e se configura como uma abordagem que pode orientar a compreensão do *fazer-se jovem* nas diferentes realidades. Esse *fazer-se jovem* representa as possibilidades de se constituir nos espaços por meio da ação coletiva, carregada de sentidos para todos, que traz reflexões sobre como os jovens pensam, se manifestam e se constituem nos diferentes lugares.

A maior parte das pesquisas apresentadas está direcionada ao panorama geral das juventudes. O processo de escolha ou filtro considerou como esse pressuposto poderia ser aplicado às propostas trazidas por nossa tese. Nota-se as diferenças entre os jovens do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, mas não foi encontrada nenhuma pesquisa cujo foco estivesse nessa fase de transição do Ensino Fundamental, principalmente do 8.º para o 9.º ano. Faz-se necessário apontar caminhos para essa realidade, devido às suas especificidades, diferente do que foi destacado sobre o Ensino Médio ou do contexto geral das juventudes.

Os direcionamentos dados às pesquisas apresentadas no Quadro 13 evidenciam as possibilidades de reconhecê-las como sujeitos das próprias vivências e de seus cotidianos. Esse pressuposto está presente em todos os trabalhos de pesquisa selecionados, o que contribui para o desenvolvimento metodológico desta tese.

Em “Escritas juvenis na educação de jovens e adultos: o cotidiano como território cultural de aprendizagens”, Beserra (2020) destaca a necessidade de observar as juventudes e suas culturas escritas no cotidiano, considerando aspectos como a escola, o território, as gerações, as etnicidades, as sexualidades, os gêneros e as classes sociais. A escrita dos sujeitos está pautada no aspecto social, a partir do qual surgem outros elementos, como desejos, interpelações, sonhos, frustrações, alegrias, dores, corpos, vestimentas, transgressões às normas, falares, movimentos e gostos. As juventudes não podem ser analisadas de forma isolada, devem estar inseridas na realidade cotidiana que precisa ser considerada.

Na tese “Educação, fotografia e juventudes: desigualdades sociais na grande-angular”, de Lima (2022), há a proximidade com a temática da nossa pesquisa ao abordar território socialmente diverso, de onde surgem juventudes que estabelecem vínculos e identidades

heterogêneas. O jovem se concretiza por meio da metodologia inovadora, tornando-se protagonista de suas inquietações e vivências. Usando a fotografia como pressuposto de análise do cotidiano, é apresentada similaridades e diferenças no território, revelando desigualdades sociais nas capturas fotográficas. A pesquisa constrói narrativas fotográficas produzidas pelos próprios jovens, que expressam suas percepções sobre as desigualdades sociais.

Por outro lado, em “Nós entre rabiscos e palavras: a construção de uma HQ para políticas públicas com jovens em vulnerabilidade”, Lopes (2021) aborda a educação como categoria plural, pensada para além dos espaços formais de escolarização, em sua condição coletiva, distancia-se do reducionismo ao individual que transforma a teoria na prática isolada, com grupos marginalizados à margem do poder. A pesquisa explora a arte como ferramenta, cujo uso está condicionado ao fazer político desejado e realizado. Lopes (2021) reafirma a arte como potência transformadora de realidades marginalizadas e como forma de construção e narração de histórias coletivas, apagadas em espaços de poder. Construídos por meio da arte, os rabiscos e as palavras revelam sobre quem são os jovens da pesquisa e como agem em seus espaços e tempos, a partir de suas vulnerabilidades.

O que aproxima a tese que ora desenvolvemos dessa pesquisa é a compreensão de que cada jovem possui escrita social marcada por suas vivências territoriais. A educação surge como possibilidade concreta de transformação do entendimento que os sujeitos têm de si mesmos e do mundo, desde que esteja inter-relacionada às vivências e experiências desses jovens. Representa a oportunidade de agir diante das condições sociais, econômicas e políticas pelas quais passam. A arte é considerada expressão de quem são esses jovens, nesta e naquela pesquisa, são colocados como centrais no processo de construção da investigação. Seus rabiscos e narrativas revelam e transformam a realidade em que vivem.

Em mesma direção, Neto (2022), em sua tese “Somos tão jovens...: o significado atribuído, pela juventude, aos processos de escolarização da EJA no município mineiro de Juiz de Fora, reitera a importância de observar a escola, questionando as perspectivas e os desafios dos processos de escolarização da juventude na EJA em Juiz de Fora. A pesquisa evidencia a escola como espaço de encontro das diferenças, entre os diferentes, e destaca a necessidade da formação humana atrelada ao seu contexto espacial, social e cultural.

Outra pesquisa que destaca a importância da escola é a de Correa (2021), intitulada “O espaço escolar como possibilidade de inversão dos cotidianos”. O autor demonstra como os conhecimentos vividos e adquiridos pelos alunos em suas vivências escolares se articulam e de que forma se relacionam com a herança social e cultural. Investiga o cotidiano dos

estudantes, as representações da periferia nomeada por eles, o uso do boné e suas significações, além das “transgressões” manifestadas em suas práticas.

Correa (2021) reitera que o afastamento dos jovens da escola vai além do afastamento físico, evidenciado pelos altos índices de evasão. Há também afastamento causado pela ausência do sentido de pertencimento, decorrente da falta de representação da realidade cultural desses jovens no espaço escolar. Há uma lacuna na consideração da realidade vivida pelos sujeitos. É necessário reconhecer que a escola tem importância social para os jovens, mas o sentido de pertencimento a essa instituição precisa estar vinculado à realidade vivida por eles. Não é possível pensar em espaços de escolarização que não estejam em sintonia com a forma como esses jovens vivem e experienciam o mundo fora dos muros escolares.

Na dissertação de mestrado “Os primeiros da família: cotidianos narrados em fotografias por estudantes populares de um curso de Pedagogia”, Barbosa (2023) traz elementos que consideramos fundamentais em qualquer pesquisa com jovens. O conhecer quem são; analisar seus diferentes cotidianos (neste caso, utilizando fotografias); descrever como vivenciam o cotidiano; e indagar sobre o lugar social que os espaços (nesse caso, universitários) ocupam em suas vidas. A pesquisadora conclui que as fotografias e as narrativas foram reveladoras de outras dimensões da vida dos estudantes populares, como a casa e o trabalho.

A partir das pesquisas distribuídas entre os anos de 2020 e 2023, reafirmamos a necessidade de novas pesquisas que contemplem a realidade dos jovens na segunda etapa da Educação Básica – Ensino Fundamental II, principalmente na fase de transição dos 8º para o 9º ano e deste para o Ensino Médio. Evidencia-se, assim, a carência de estudos voltados para esse segmento. Avançar nesse campo pode contribuir para a compreensão de todo o processo, reconhecendo que as juventudes estão inseridas no tempo e no espaço.

Compreendemos que as pesquisas aqui analisadas traçam um panorama da temática no campo educacional. Elas se constituíram em importantes referências para a compreensão das práticas, desafios e possibilidades da educação das crianças, dos jovens e dos adultos, especialmente no que tange à valorização do cotidiano como território cultural de aprendizagens e à expressão das escritas juvenis como elemento fundamental nesse processo.

Conforme já afirmamos, a escola é um lugar de sociabilidade muito importante para os jovens, mas não é o único. No âmbito desta pesquisa, o diálogo com determinados estudos revela-se especialmente relevante, pois eles destacam a importância de espaços como a rua, a praça e os movimentos juvenis que acontecem nesses locais. Dessa forma, consideramos esses ambientes e expressões, exemplificados aqui por três manifestações específicas: a Batalha do

Deck, a Batalha da Praça da Prefeitura e o Grupo de *Skatistas*, para compreender como os jovens pulsam e vivem suas territorialidades na cidade de Formosa – GO.

As pesquisas sobre os jovens demonstram a importância de colocar o sujeito no centro do processo de desenvolvimento, construindo, junto com ele, as possibilidades de explorar de forma mais detalhada as temáticas investigadas. O cotidiano é um elemento central nas análises realizadas, uma vez que não se pode pensar nos tempos/espços desses jovens sem considerar o contexto em que estão imersos. Na construção da nossa tese, consideramos a escola como elemento de sociabilidade basilar para o desenvolvimento dos sujeitos, também permite acessar outras dimensões, como o território e a cidade. Há uma realidade interligada aos contextos, às vivências e aos diferentes modos de ser nesses tempos/espços.

Desse modo, consideramos importante que se conheça também, para além do espaço escolar, como vivem esses jovens em seus territórios. A cidade aparece como elemento de tensionamento, pois nela as diferenças territoriais são visíveis, muitas das quais desarticulam as próprias maneiras de ser jovem nos espços, evidencia as dificuldades de se conectar com “a galera”, a tribo e os guetos. Os jovens passam a articular a nova cidade, porque a velha é uma experiência social em que falta algo.

CAPÍTULO 4 - REFERENCIAL TEÓRICO: Jovens, espaços e cidadania: vivências, práticas e processos educativos na cidade

Este capítulo apresenta o referencial teórico sobre as relações entre jovens, espaços urbanos e cidadania, abordando suas vivências, práticas sociais e processos educativos na cidade. Discute os desafios e tensões enfrentados pelos jovens no contexto urbano, as espacialidades das práticas cotidianas e a relação entre jovens e escola. Também traz um panorama da realidade escolar de Formosa – GO e problematiza os conceitos de juventude, ressaltando sua complexidade e diversidade.

4.1 Os jovens, a cidadania e seus espaços-tempos

Nesta pesquisa, partimos do pressuposto de que existe uma relação específica entre os jovens e suas espacialidades e temporalidades (Martins, 2007). Reconhecemos, ainda, que a juventude se apresenta de maneira plural (Peralva, 1997). Nesse contexto, a presente análise descreve um panorama de como os jovens são compreendidos na cidade de Formosa, na escola que frequentam e em seus territórios.

Como cidadãos do seu tempo, os jovens participam ativamente das dinâmicas dos fixos e fluxos que constituem o espaço geográfico, sobretudo nas áreas urbanas. Na cidade, eles participam da produção e do consumo de bens e serviços oferecidos pelo mercado, tornando-se parte essencial do circuito de produção e reprodução do capital. Compreender os jovens exige uma abordagem que os reconheça como fruto da realidade histórica e cultural em que estão inseridos (Carrano, 2003).

Nas cidades, a realidade compartilhada por todos impõe aos jovens um nível maior de adaptação e envolvimento. Notamos que, conforme aponta Carrano (2003, p. 126),

a organização complexa das cidades contemporâneas faz com que os jovens enfrentem o desafio da definição e afirmação de si, num mundo em que as esferas da produção se transformam em produção de signos. A complexidade das relações sociais demanda um grande investimento no desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos que participam simultaneamente de muitas redes e precisam lidar com intensos fluxos de informação, comunicação e sociabilidade.

Ser sujeito no espaço urbano implica compreender que as relações sociais historicamente estabelecidas estão sendo moldadas pelo intenso fluxo de informações que atinge os indivíduos nas cidades.

Mesmo diante da fluidez das redes e do avanço de uma cultura que tende, em parte, a homogeneizar comportamentos conforme interesses econômicos, é fundamental refletir sobre padrões heterogêneos que contrariam a lógica imposta pelo mercado. É necessário reafirmar a importância da realidade vivida e desejada por esses jovens, observando no cotidiano das cidades como ocupam, interagem e transformam seus espaços e práticas espaciais (Martins, 2007).

Carrano (2003, p. 145) afirma que as cidades não são mero reflexo das estruturas sociais, mas “expressões concretas de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica”. A sociedade lhes dá “forma, função e sentido social” (Carrano, 2003, p. 145). Dessa forma, a vivência e a apropriação da cidade constituem uma prática educativa. A pedagogia desse processo tem como objetivo ampliar as possibilidades de apreensão ativa dos agentes, ainda que essas possibilidades sejam delimitadas por coações estruturais (mais ou menos duradouras). Nessa relação, a cidade não é sujeito único, mas se torna espaço educativo a partir das interações entre seus habitantes, das quais os jovens participam ativamente.

Quando os jovens se relacionam com a cidade, eles criam vínculos e identidades espaciais com ela. Nessa dinâmica, há momentos de apropriação, interpretação e intervenção no espaço. Essa identificação reflete o entendimento de como esses jovens se manifestam, de como interpretam o urbano por meio de suas apropriações e de como, na coletividade que se redesenha espacialmente, conseguem propor mudanças. Assim, tornam-se sujeitos ativos da transformação que desejam ver nos espaços que frequentam.

Quando os jovens se relacionam com a cidade, estabelecem vínculos que vão além da simples ocupação física do espaço; criam identidades espaciais que refletem suas experiências, histórias e aspirações. Essa relação é dinâmica e multifacetada, marcada por processos de apropriação, interpretação e intervenção. A apropriação acontece quando os jovens incorporam determinados lugares ao seu cotidiano, transformando-os em territórios de sentido próprios, onde constroem suas narrativas e exercitam suas sociabilidades.

A interpretação do espaço revela como eles dão significado aos lugares a partir de suas culturas, memórias e visões de mundo, muitas vezes desafiando as representações oficiais e hegemônicas da cidade. Por fim, a intervenção manifesta-se nas práticas e ações que modificam ou contestam as formas de uso e controle do espaço urbano, como ocupações, eventos culturais, manifestações e outras expressões de resistência e pertencimento. Assim, o relacionamento dos jovens com a cidade é simultaneamente simbólico, afetivo e político,

sendo fundamental para a construção de suas identidades e para a transformação do espaço social.

Ao analisar a relação entre juventude e cidade, Islas (2017) destaca que os jovens não devem ser compreendidos apenas como uma etapa transitória da vida, mas como uma condição social e histórica. Nesse sentido, para Islas (2017), as juventudes se constituem como sujeitos em interação com as transformações econômicas, culturais e urbanas, produzindo sentidos e práticas que ultrapassam a visão reducionista de vulnerabilidade. Para o autor (2017), os jovens, sobretudo os das periferias latino-americanas, constroem estilos de vida e modos próprios de viver a cidade, atuando como agentes ativos na vida urbana.

Em consonância, Quapper (2015) enfatiza que a cidade não é um espaço neutro, bem como é um território marcado por disputas simbólicas e materiais. As práticas culturais juvenis – como o grafite, o rap, o *break* e o *skate* – configuram territorialidades que desafiam a ordem urbana instituída, questionando tanto o desenho oficial da cidade quanto os lugares socialmente destinados às juventudes periféricas. Essas práticas revelam como os jovens criam cartografias alternativas, estabelecendo marcas que afirmam sua presença e reivindicam o direito à cidade.

No livro “Juventudes: metáforas del Chile contemporáneo” (2015), Duarte analisa como os discursos sociais e midiáticos transformam os jovens em “metáforas” para falar de temas mais amplos da sociedade, como violência, criminalidade, inovação ou rebeldia. Assim, os jovens são usados simbolicamente para expressar tanto esperanças quanto medos coletivos.

Em trabalhos mais recentes, como “Adultez en la escuela” (2021), Duarte problematiza as fronteiras entre juventude e adultez. O autor assevera que a escola continua sendo um espaço central de socialização juvenil, embora também concentre tensões em torno dos limites da transição para a vida adulta. A escola, nesse sentido, não só prepara para o futuro, mas também modela discursos sobre maturidade, responsabilidade e cidadania.

Embora não use exatamente a mesma linguagem de Islas (2017), as análises de Duarte (2021) dialogam fortemente com o debate latino-americano sobre juventudes periféricas. Para ele, práticas como grafite, *hip-hop*, batalhas de rima, ocupações e protestos estudantis são expressões culturais que, ao mesmo tempo, constituem formas de produzir o espaço urbano e de reivindicar reconhecimento. Os jovens, ao registrarem suas marcas na cidade, ampliam o campo do direito à cidade e da participação política.

Os aportes de Quapper (2021) contribuem para esta tese ao evidenciar que as juventudes devem ser compreendidas de forma plural, atravessadas por desigualdades, e não a partir de leituras adultocêntricas. O autor mostra como os discursos sociais utilizam os jovens

como metáforas da nação e da vida urbana, e ressalta que suas práticas culturais constituem formas de produção territorial e de disputa por reconhecimento.

Por sua vez, Chaves (2005) reforça que a periferia não deve ser vista unicamente como um espaço de carência, mas como território de potência criativa. Em seus estudos, evidencia que os jovens produzem circuitos próprios de circulação cultural e de sociabilidade, nos quais constroem significados sobre o que é viver *a* cidade. Assim, as práticas culturais urbanas, longe de representarem apenas resistência, constituem também formas de produção de cidade, revelando outras racionalidades espaciais e modos de vida, além de contribuir para a cidadania.

O diálogo entre esses autores possibilita compreender que as juventudes periféricas não se limitam a ocupar a cidade de maneira passiva; ao contrário, elas a produzem ativamente por meio de suas práticas culturais e sociabilidades. Essa produção territorial não se reduz ao espaço físico, haja vista que envolve redes de símbolos, afetos e identidades que reconfiguram a vida urbana e ampliam as fronteiras do direito à cidade.

De certa forma, é essa identidade assumida na relação com a cidade e seu cotidiano que se direciona para o que Carrano (2003) define como um processo de aprendizagem em direção à autonomia. Os jovens tornam-se construtores de aprendizagens nessas articulações, e o cotidiano transforma-se no espaço/tempo em que essa relação se concretiza.

Cavalcanti (1999), nessa perspectiva, afirma que a cidadania, para que seja plena e efetiva, só é alcançada pela dimensão territorial. A autora reitera a necessidade do direito à cidade, bem como o direito ao domínio coletivo do espaço da cidade. Esse conhecimento do que os identifica e a consciência de que são sujeitos de direitos e deveres permitem que os jovens, como cidadãos, se organizem e ajam sobre o urbano. Desse modo:

[...] é neste aspecto que o conhecimento da cidade e a compreensão dos direitos ao seu usufruto podem ajudar os cidadãos a se organizarem para compor forças nas ações de regulamentação da cidade de seus lugares no sentido do uso democrático, do maior acesso a ela, do não privilegiamento do capital, da não racionalização do espaço, com base unicamente nos interesses de quem tem dinheiro para usufruir da cidade (Cavalcanti, 1999, p. 49).

Quando os jovens se organizam coletivamente em batalhas de rima ou na prática do *skate*, buscando a realização de manobras, ativam mecanismos de produção do espaço marcados pela atuação coletiva. Suas ações reiteram um conhecimento da cidade que os torna agentes ativos, capazes de reivindicar seus direitos, fiscalizar as políticas existentes e participar também da tomada de decisões que afetam suas vidas e territórios. É uma

manifestação coletiva que vai além da arte: representa uma postura cidadã diante de um território que ainda precisa refletir as realidades e demandas de seus moradores.

Conforme destaca Cavalcanti (1999), o acesso à cidade e a seus espaços não pode ser regulado apenas pelos interesses econômicos daqueles que detêm capital. É imprescindível que haja uma democratização do uso do espaço, garantindo que os bairros, praças, equipamentos públicos e áreas verdes sejam usufruídos por toda a população, respeitando o direito à cidade como um direito coletivo e universal.

A resistência a essa lógica deve ocorrer por meio da articulação social e política de movimentos urbanos nos quais estejam inseridas práticas como as batalhas de rima e os movimentos de *skatistas* que defendem modelos de planejamento urbano inclusivos. Fortalecer a justiça espacial da cidade é garantir que jovens também participem dos processos decisórios sobre a sua comunidade, reduzindo disparidades socioespaciais. Assim, o jovem cidadão é um sujeito ativo, agente de mudança sobre seus espaços/tempos, produtor e reproduzidor desse espaço. Conhecer a cidade passa pela necessidade de conhecer os sujeitos e suas espacialidades/territorialidades. Existe um cidadão real que frequenta e se apropria dessas espacialidades, e esse cidadão precisa se destacar na coletividade.

A cidadania real não é aquela definida pela legislação; ela abrange outras dimensões da vida do jovem. Pensar na cidadania como manifestação dos jovens nas cidades nos direciona para algo muito maior. Como afirma Santos (2007), a cidadania é aprendida, é viver a individualidade e a coletividade. Nas palavras de Santos (2007, p. 7):

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância.

Ainda, Santos (2007, p. 107) aponta que “a possibilidade de ser mais ou menos cidadãos depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”. Assim, a cidadania é uma batalha entre as limitações impostas pela ação no território e a construção da consciência coletiva e individualizada que emancipa. O lugar do indivíduo no território influencia a sua condição de ser mais ou menos cidadão. A questão que permanece é: como se manifesta a espacialidade dos jovens em seus territórios?

Na linha analítica de Holston (2013), há a necessidade de pensar a cidadania como igualitária, mas ela não o é, pois vivemos em uma sociedade de privilégios. O privilégio se manifesta no tratamento diferenciado dado a pessoas com contos especiais, como nos bancos

que oferecem espaços exclusivos para esse público. Segundo Holston (2013), as elites têm respondido às demandas por maior igualdade criando esquemas de diferenciação, com o objetivo de separar, tanto quanto possível, o entrincheirado dos insurgentes.

A cidadania vai além de uma instituição política formal. Sua história vivida se desenvolve nas tensões entre produções conflitantes da vida social, na medida em que tanto motiva lutas pela inclusão e pela igualdade quanto alimenta desejos de exclusão profundos e comuns (Holston, 2013, p. 48).

Sendo oriundos de uma sociedade historicamente marcada por privilégios que ainda persistem, torna-se imperativo reafirmar a necessidade de construir relações próximas entre os sujeitos, com o objetivo de fomentar práticas cidadãs inclusivas. As desigualdades se manifestam de maneira intensa no cotidiano. Diante desse cenário, é essencial que a separação entre os indivíduos não seja utilizada como justificativa para a inércia ou a falta de ação transformadora.

Desse modo, alicerçados na coletividade, é essencial buscar formas de reduzir as diferenças, pois é por meio da cidadania que se pode desestabilizar as estruturas fundamentais da sociedade calcada em privilégios. Assim, torna-se necessário experienciar a cidade como uma insurgência para a formulação da cidadania, enxergando as ruas das cidades como campo de misturas de identidades territoriais, nas quais emergem cidadanias e as incertezas da sociedade moderna (Holston, 2013).

Se a cidade é esse espaço de manifestação das identidades, das insurgências, da coletividade, da construção de novas identidades e das experiências, é fundamental que ela inclua todos os sujeitos. Nesse sentido, não deve haver distinção entre quem frequenta e utiliza os espaços comuns da cidade. A questão não é quem são as pessoas nesses espaços, mas quais são esses espaços que as pessoas se apropriam. É essencial compreender as espacialidades que os sujeitos constroem ao se apropriarem de determinados locais.

A espacialidade dos jovens deve ser objeto de atenção em diversos contextos, não apenas pelo interesse em compreendê-los nos espaços que ocupam, mas também pela potencialidade que esses espaços oferecem para o uso dinâmico, para a formação de identidades e para a construção da educação coletiva. Nesse processo, emergem possibilidades, entre as quais destacam-se a melhoria dos ambientes e a formulação de políticas públicas inclusivas, capazes de atender às demandas de toda a população. Essa abordagem fundamenta a primeira categoria analítica da pesquisa, práticas espaciais e interação urbana, que busca compreender como jovens se apropriam de praças, decks e outros equipamentos centrais, convertendo-os em territórios de convivência e expressão cultural.

Reiteramos que a espacialidade dos jovens constitui um aspecto relevante em diversos aspectos, de maneira especial para a escola, em que as vivências desses sujeitos se manifestam de maneira concreta e intensa. Nesse ambiente, a questão central que orienta nossa análise é: a escola conhece o jovem estudante que a frequenta?

Durand (2000, p. 84), em seus estudos sobre socialização e sociabilidade juvenil, faz a seguinte observação sobre a escola:

Se por um lado a escola vem sofrendo intensas e contundentes mudanças, que a colocam num patamar fragmentado e frágil em suas propostas de socialização, como geradoras de valores e normas que perspectivariam a inserção social. Por outro lado, a instituição escola tem sido cada vez mais um espaço em que os jovens têm privilegiado para encontros seus encontros com os seus pares, e de constituição de suas sociabilidades.

A escola é um espaço de socialização e de manifestação de identidades juvenis, no qual os jovens expressam seus modos de ser, suas culturas e suas formas de perceber e ocupar o mundo. Eles representam a vitalidade da educação, que se revela como um processo vivo, dinâmico, plural e socialmente construído, pois se configura a partir das interações e das experiências concretas dos sujeitos que dela participam.

Nesse sentido, é na escola que se revelam múltiplas juventudes, que formam grupos, elaboram significados e expressam identidades diversas. A escola não pode estar apartada da sociedade; ao contrário, deve ser coerente e articulada com os sujeitos e com as dinâmicas sociais que a constituem.

A temática da juventude tem sido explorada por diversos autores (Cassab, 2010, 2011; Nedel, 2018; Oliveira; Lacerda, 2018; Pimenta, 2001, 2007; Turra Neto, 2004, 2008), que, em suas pesquisas, convergem ao tratar os jovens como expressões das transformações sociais. Cavalcanti (2015) levanta a mesma questão central: quem são os jovens que frequentam a escola? Para responder a essa indagação, a autora destaca três elementos indispensáveis: as características e peculiaridades do ato de ensinar, o conteúdo a ser ensinado e o sujeito estudante a quem se ensina. Essa análise reforça a centralidade dos jovens na existência da escola, pois não há escola sem os sujeitos jovens. Ensinar exige, assim, a compreensão de seus espaços e tempos.

Por isso, reconhecer a diversidade presente na sala de aula é fundamental, uma vez que esse espaço se constitui como um lugar peculiar, no qual se dialoga sobre como os sujeitos vivem e produzem o espaço. Não se pode ignorar a maneira como esses jovens percebem a

escola atualmente, nem como as instituições de ensino promovem o encontro – ou o desencontro – entre a cultura juvenil e a cultura escolar.

As instituições escolares precisam valorizar os espaços que circundam seus estudantes, incorporando o cotidiano desses jovens ao ambiente escolar. É fundamental escutá-los: saber o que desejam aprender e como preferem fazê-lo, o que exige reflexões sobre a organização das aulas, os horários estipulados e as metodologias empregadas pelos professores. Os jovens estudantes são sujeitos ativos, com vivências e histórias únicas, que devem ser reconhecidas e consideradas pela escola.

Conhecer os jovens, portanto, significa compreender seus dilemas, suas condições sócio-históricas, suas particularidades, contradições e diferenças. Juventude não é uma categoria geracional ou homogênea, mas uma construção social formulada em contextos específicos de circunstâncias econômicas, sociais e políticas, sujeita a modificações ao longo do tempo (Pais, 2003).

Assim, pensar a relação entre escola e jovens implica enfrentar tensões e desafios que transcendem os muros escolares, considerando as transformações na sociedade contemporânea que afetam a produção social dos indivíduos, seus tempos e seus espaços, interferindo nas instituições e nos processos de socialização das novas gerações (Dayrell, 2007).

Além disso, é necessário refletir sobre como a escola se articula com as espacialidades dos estudantes. A escola não é um espaço isolado, mas sim atravessado pelas territorialidades juvenis que se expressam também nos bairros, nas cidades e nos ambientes familiares. A cidade, nesse contexto, torna-se um campo fundamental de análise, pois é nela que os jovens constroem suas territorialidades, formam vínculos, manifestam-se e constroem identidades.

Nesse processo, como aponta Cavalcanti (2015), o estudante deve ser acessado pelos docentes, mas também, complementamos, deve ser compreendido pela família e pela sociedade. Assim, é importante refletir se a sociedade e as famílias têm buscado compreender as juventudes que se expressam em seus próprios espaços, bem como as formas de responsabilização ou culpabilização que lhes têm sido atribuídas. É igualmente necessário observar as formas como as espacialidades juvenis se expressam e se manifestam no bairro, na cidade, na escola e dentro de casa. Esses aspectos colaboram para uma análise ampla e crítica sobre os jovens e seus espaços, compreendendo-os como sujeitos ativos que se organizam e transformam os territórios que habitam.

Para compreender mais profundamente como os jovens se relacionam com os espaços urbanos e constroem suas territorialidades, recorreremos à contribuição de Lefebvre (2001), em

seu clássico “Direito à Cidade”. O autor destaca que a cidade deve ser compreendida em suas dimensões simbólica, paradigmática e sintagmática. A dimensão simbólica refere-se aos monumentos, vazios, praças e avenidas que simbolizam o Estado; a paradigmática implica oposições, como centro e periferia, interno e externo, o integrado à sociedade e o não-integrado; já a sintagmática diz respeito ao que conecta, articulando o que ele chama de isotopias e heterotopias.

Trazemos, assim, a cidade como uma espacialidade para refletirmos sobre os jovens a partir dessas três dimensões. Pensar simbolicamente a espacialidade dos jovens na cidade pressupõe reconhecer que, embora institucionalizada em sua organização física, a cidade precisa criar espaços para a manifestação desses sujeitos, considerando como eles se apropriam e ressignificam esses lugares.

A dimensão simbólica da cidade é reelaborada pelos jovens, que transformam espaços públicos, monumentos, praças e ruas, em territórios de expressão e convivência. Portanto, esses espaços devem ser analisados para além de sua função de apropriação e mobilidade (Lefebvre, 2001). Surge, então, o questionamento: por que os jovens não ocupam determinados espaços na cidade? E, quando ocupam, por que escolhem justamente esses?

Lefebvre (2001) menciona que a dimensão paradigmática, resultante das oposições centro-periferia e integrado-não-integrado, indica que os jovens, espacialmente, se articulam nessas oposições porque se apropriam dos espaços, criam identidades e transformam os paradigmas postos. Apesar de localmente distintos, os jovens reorientam suas trajetórias a partir do que os identifica em cada espaço. Se a cidade carrega esse paradigma, é necessário tecer críticas ao processo de produção e exclusão do espaço que é coletivo e deveria ser igualitário. É imprescindível investigar se e como as vivências juvenis dissipam o privilégio enraizado na cidade pela sociedade.

Ser jovem na cidade, portanto, constitui uma expressão concreta dessa dimensão paradigmática, pois o próprio paradigma é constantemente construído e reconstruído pela percepção que os jovens têm de sua espacialidade. As críticas que formulam a esse ordenamento urbano, inclusive às oposições que ele impõe, tornam visíveis as desigualdades da cidade, que, infelizmente, ainda permanece como privilégio de poucos.

Nesse contexto, a relação sintagmática proposta por Lefebvre (2001) surge como uma chave interpretativa para a compreensão das diferenças e semelhanças que estruturam as cidades. É nesse ponto que se torna possível pensar o que une a análise das diferenças e o que separa as semelhanças. Há um ponto de equilíbrio, uma convergência, uma articulação entre as isotopias e as heterotopias.

Se, por um lado, podemos identificar na região central as contradições do espaço, como a presença simultânea de agências bancárias e de pedintes nos centros urbanos, por outro, a relação sintagmática atende ao anseio de pensar a cidade sob uma perspectiva realista, reconhecendo suas tensões, articulações e complexidades.

Ampliando essa perspectiva sobre a espacialidade, compreendemos que o espaço é a categoria geográfica que explica a dimensão espacial integrante da vida social. Ao analisar as juventudes, é preciso considerar as práticas sociais desses sujeitos como práticas socioespaciais. Para Carlos (2011), é por meio da prática socioespacial que o indivíduo se realiza, pois ela envolve pensar a sociedade em seu conjunto, em sua ação real.

Ao considerar a cidade como um espaço, estamos reconhecendo que ela é a condição de existência dos diferentes e o lugar de encontro entre esses diferentes. O tempo-espaço se articula no entendimento de como os jovens se relacionam com a cidade. Esse espaço é aberto, marcado por resultados imprevisíveis e por ligações frágeis ou ausentes. O espaço não é estático; ele é transformador, múltiplo, assim como são múltiplas as juventudes que o habitam (Massey, 2008).

Percebemos que os jovens, em suas pluralidades, demarcam suas espacialidades não apenas como forma de territorialização, mas como expressão da identidade socialmente construída. Esses jovens marcam o espaço porque são agentes no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Assim, criam, na cidade, a força necessária para estabelecer seus territórios, expressar seus dilemas e, dessa maneira, afirmarem sua identidade.

Ao estudar a produção do espaço da cidade, é fundamental considerar as relações sociais estabelecidas no cotidiano, pois essas são capazes de revelar as dinâmicas espaciais, seus conflitos e contradições socialmente reproduzidas (Leandro; Ferraz, 2021). O cotidiano é a expressão dos jovens articulada à cidade. Em muitas situações, também representa o movimento juvenil discordante das normas instituídas e das formas hegemônicas de organização do espaço urbano, sendo a voz que precisa ser ouvida.

É no cotidiano que são construídas as identidades territoriais em relação à cidade. Assim, compreender esses indivíduos como sujeitos reais e sociais é importante no processo educacional, já que as relações cotidianas constituem expressões de identidade e de vivências espaciais. A cidade, enquanto espaço de vivência espontânea, exerce função educativa, contribui para as práticas de ensino das ciências humanas e conecta o mundo da vida ao ambiente escolar. Esta tese aborda a temática da juventude em sua relação com a cidade, a escola e o território. A escola, parte constitutiva do cotidiano desses jovens, precisa conhecer o que os jovens pensam, realizam e como se posicionam no mundo.

O campo de estudo sobre os jovens possibilita a análise dos múltiplos cruzamentos que os atravessam, revelando-os, conforme a abordagem de Pais (2018), como agentes de inovação e transformação social. A articulação entre tempo e espaço confere funcionalidade às formas pelas quais os jovens se expressam na cidade e na escola. Nesse sentido, torna-se indispensável ouvi-los e reconhecê-los em suas manifestações.

Se, no início deste capítulo, indagamos: qual imagem temos dos jovens na cidade? Agora, definimos que devemos enxergá-los como agentes que não somente se movimentam pelos seus territórios, mas que criam maneiras próprias de percebê-los e marcá-los. Os jovens, em seus variados espaços (escola, casa, ruas, praças), definem suas experiências a partir de suas subjetividades e individualidades. Constroem a sua trajetória, impulsionando os tensionamentos que existem no viver *a* cidade. Estabelecem, assim, relações concretas de pertencimento e transformação, que definem as suas resistências e as suas preferências.

4.1.1 Jovens e a cidade – tensionamentos

De acordo com Carrano (2003, p. 24), os territórios da cidade são locais de privilégio, conforme trecho a seguir:

As cidades se apresentam como territórios privilegiados de ação social da juventude. Os jovens fazem a cada dia uma nova cidade que, em grande medida, é terra estrangeira para aqueles que não compartilham dos mesmos referenciais de identidade e se tornam impotentes para reconhecer a multiplicidade de sinais que emanam de suas práticas plurais.

O que seriam esses territórios privilegiados de ação social da juventude? Primeiramente, para buscar possibilidades de construir reflexões e apontar caminhos que respondam a essas perguntas, é necessário considerar que a cidade construída, delimitada e posta de pé passou por processos de transformação física, cultural, ambiental e econômica que não refletem a forma como os jovens foram se constituindo nesses lugares. Nesse contexto, é importante observar como era a cidade de ontem para as pessoas e como ela está hoje. É preciso compreender que o movimento das pessoas sobre os espaços cria e recria novas possibilidades de pensar a cidade.

Os jovens circulam por diversos espaços e, na cidade, transformam e realocam as formas de serem vistos, ouvidos e compreendidos. Segundo Carrano (2003), a cidade pode ser compreendida como um território privilegiado onde se manifesta a ação social da juventude. Isso permite reconhecer que a cidade expressa o movimento dos jovens, revela a

complexidade de suas vivências em múltiplos territórios e se configura como uma construção coletiva identitária, resultado das expressões dos sujeitos que a constituem.

As maneiras de ser jovem estão imersas em tempos e espaços heterogêneos, uma vez que jovens de diferentes localidades vivenciam contradições sociais e econômicas próprias de seus territórios. Cumpre destacar que as formas de ser jovem na cidade, no bairro, na rua ou na escola estão ligadas às experiências que esses sujeitos vivenciam, marcadas por individualidades e subjetividades específicas de ser jovem nesses contextos.

Compreendemos a cidade como território de manifestação das formas de ser jovem, bem como palco onde as contradições e as desigualdades econômicas e sociais se expressam. Assim, há centralidade em observar as ações dos jovens na cidade, pois isso contribui para compreender suas trajetórias, seja por meio dos grupos ou guetos, de suas vestimentas ou de outros elementos que, em nossa concepção, são exteriorizações do sujeito. Isso implica considerar sua relação de uso dos espaços a partir da identidade construída no grupo. Essas marcas, pichadas em letras ou expressas em rimas, revelam a importância da cidade para as maneiras de ser jovem.

Ao abordar a cidade como espaço de movimento dos jovens, reconhecemos que esse caminho é latente e essencial. As formas de ser jovem nesses ambientes orientam a construção de identidades coletivas e promovem aproximações entre os sujeitos. Surge, então, a questão: por que os jovens expressam suas formas na cidade?

Essa manifestação reflete o movimento que carrega identificação social, contradições e experiências. Por meio de ações coletivas, os jovens ampliam as possibilidades de pensar os lugares, como a rua, o bairro, a escola e a casa, a partir de suas vivências. Muitos permanecem excluídos por motivo evidente: a cidade, apesar de oferecer liberdade para o uso e ocupação de seus espaços, ainda não pertence a todos. A cidade é um lugar de encontro, espaço de possibilidades para manifestações coletivas e reflexões sociais. Expressa os sujeitos que a constroem, inclui, aproxima e abarca as coletividades e experiências que eles trazem consigo.

Nessa perspectiva, não partimos de uma única definição para compreender os jovens na cidade. Os jovens se constituem na cidade e com ela, em um movimento que envolve tanto diálogos quanto distanciamentos. Aqui, chegamos ao segundo ponto, definido por Carrano (2003): a complexidade de ser jovem em múltiplos territórios. Isso significa que não podemos pensar nos jovens na cidade como se fossem homogêneos, exclusivos ou acabados. Ser jovem é uma experiência múltipla, que se desenrola em diversos contextos geográficos, sociais, culturais e econômicos.

A complexidade de ser jovem em múltiplos territórios refere-se às diferentes realidades e desafios enfrentados, que dependem do lugar onde vivem e das redes de interação às quais estão expostos. Os jovens são moldados pelos territórios em que vivem, também contribuem para a construção e transformação desses espaços. A identidade juvenil é uma construção dinâmica, reflete a interação entre o indivíduo e seu meio. Os territórios onde os jovens vivem, estudam, trabalham e se socializam contribuem na formação de suas identidades e oportunidades. Esses territórios se diversificam nas formas, assim como a cidade se diversifica nos espaços.

Cada espaço da cidade carrega características que lhes são próprias; cada jovem, na cidade, realoca suas vivências sobre esses espaços, atribui-lhes individualidades e personalidades únicas. É complexo ser jovem nesses espaços. Podemos pensar em como as individualidades se constituem nos territórios ou em como os jovens se coletivizam, mas é necessário assumir que a cidade é a expressão da diversidade, da coletividade e das individualidades dos sujeitos que a habitam.

À coletividade, Carrano (2003) atribui um terceiro ponto: a cidade imbricada na construção coletiva identitária. A cidade é um espaço dinâmico, onde se desenrolam interações sociais, culturais, econômicas e políticas. É nela que os indivíduos e grupos constroem suas identidades de forma coletiva, influenciados por uma multiplicidade de fatores. Cada sujeito confere individualidades à sua forma de agir, ocupar e perceber os espaços, o que implica pensar a cidade como uma construção coletiva e identitária. Essa perspectiva nos conduz a compreender as cidades como locais de encontro e confronto entre diferentes culturas, etnias, classes sociais e gerações.

A identidade é do sujeito, mas também do grupo, do gueto, da rua, da escola. É, de fato, uma construção coletiva. São esses sujeitos que vão estabelecendo associações entre si a partir do que os atrai enquanto pessoas na cidade. Quando pensamos nos grupos que expressam as diversas formas de ser jovem, entendemos que esses, imbuídos da coletividade que os aproxima e das identidades que os constituem, estabelecem com a cidade uma relação de proximidade na qual a construção coletiva se consolida.

Para os jovens, a organização das cidades não está definida. Eles querem construir a nova cidade. Em outras palavras, querem atribuir novos sentidos ao que já existe. Esse fazer uma nova cidade diariamente nos conduz a pensar que a cidade é, para os jovens, um modo de vida heterogêneo. Carrano (2003) pontua que implica reconhecer referenciais variados e a nova cidade representa o novo molde, talvez distante do imaginário de muitos que a habitam. Podemos afirmar que as territorialidades jovens são fundamentais para a compreensão do

novo, da maneira de usar e ocupar os espaços e criar resistências no próprio ambiente da cidade. Há um movimento de se “fazer jovem” a cidade, que se encontra estagnada.

Compreendemos que a cidade é expressão da vivência social da juventude, um lugar privilegiado para a manifestação de suas identidades e estilos, independentemente de como ela se configura organicamente, sendo cotidianamente transformada pela ação dos jovens nesse espaço. Nesse sentido, as formas de falar e de expressar suas identidades são marcadas na cidade e com ela, de maneira autônoma e libertária.

Os distintos modos de ser jovem, diante de um mundo em constante transformação, representam um desafio tanto para pensar os jovens no contexto da cidade quanto para compreender as adversidades que marcam suas formas de existir. A maneira como o jovem se posiciona no mundo e se representa social e espacialmente está ancorada em suas vivências e expressividades. Os jovens buscam se manifestar de diversas formas e têm sua cultura, ou a do grupo ao qual pertencem, como um elemento constitutivo de suas identidades.

De acordo com Cassab (2021), são relevantes o reconhecimento e a compreensão dos lugares que os jovens ocupam no mundo, assim como as teias, relações e mediações que se estabelecem entre eles e o próprio mundo. Assim, é importante admitir que a multiplicidade e a qualidade das experiências vividas pelos jovens condicionam seus processos de subjetivação e, conseqüentemente, sua conformação como sujeitos, bem como sua relação com a cidade.

Interessa-nos compreender como os sujeitos se constituem na/com a cidade e como dela se apropriam, criando, a partir de suas experiências e vivências, suas subjetividades. Sabemos que a cidade é um espaço de produção também de desigualdades e contradições de diferentes ordens: desigualdade de renda e oportunidades, distribuição desigual de poder e recursos, e coexistência de identidades e valores na sociedade. A forma como os sujeitos, entre eles os jovens, atribuem sentidos à cidade estabelece a relação de proximidade, formação e aprendizagem (Cassab, 2023).

Para Cassab (2023), é preciso perceber a cidade como um conjunto de fragmentos, um espaço articulado, em que ações e intencionalidades, materializadas em sua paisagem, expressam a presença de sujeitos sociais que a produzem como espaço de disputa. Assim, há uma conexão entre o concreto da cidade e os sujeitos, entre eles os jovens, que a habitam. É nessa mediação entre a cidade e os jovens que se criam e recriam vínculos de pertencimento e territorialidades.

Esse aspecto teórico de pensar a cidade como espaço social de manifestação dos jovens também nos permite refletir sobre algumas questões. Se, na cidade, há múltiplas formas de ser jovem, podemos indagar: se a escola é palco da manifestação dessas formas,

como construir possibilidades para a mediação de interesses entre o que os jovens trazem de fora e aquilo que se constrói no chão da sala de aula? Enquanto a cidade representa o movimento do jovem para fora, a escola simboliza seu movimento para dentro, sendo a cidade o lugar de encontro das múltiplas maneiras de ser jovem.

Reguillo (2000) aborda essa questão a partir de dois pressupostos importantes. O primeiro refere-se ao movimentar-se jovem em contato com o externo, de onde resultam embates e questionamentos. Nesse processo, os jovens são capazes de produzir resistências, formas de proteção e segurança frente a uma ordem (social, política, econômica) que os exclui. O segundo pressuposto propõe um olhar para as formas de ser jovem a partir do que está posto por dentro, para si, na busca do que os conecta aos outros. Desse modo, “produzem códigos e linguagens próprias do grupo que vão fixar valores de pertencimento, identidades” (Reguillo, 2000, p. 32).

Nesse sentido, é essencial destacar que a busca por significado em ser jovem está relacionada aos espaços, contextos e situações nos quais os jovens estão inseridos. A dimensão espacial tem a capacidade de abarcar esses tensionamentos. De acordo com Carrano (2002, 2003) e Dayrell (2005), observa-se uma atenção ainda incipiente à questão espacial no que diz respeito aos jovens.

Os laços que estruturam os grupos juvenis são frequentemente articulados com base em referências culturais globais. Carrano (2002, 2003) concentra-se nas noções de rede de sociabilidade e identidade, enquanto Dayrell privilegia a análise dos estilos juvenis. Este último dedica-se, sobretudo, ao contexto dos bairros, onde os grupos ganham forma. O autor direciona seu foco para os espaços apropriados e para a constituição de territorialidades juvenis em múltiplos territórios de pertencimento.

Argumentamos que os jovens se constituem espacialmente em um movimento dinâmico que transforma os espaços por meio de suas redes de sociabilidade e seus sentimentos de pertencimento. Assim, ressaltamos que o contexto espacial de origem dos grupos juvenis, assim como os territórios resultantes das vivências desses jovens na cidade, são elementos fundamentais para compreender suas experiências e suas práticas nos diferentes espaços que ocupam.

A cidade é mais bem analisada quando acionamos a memória que seus sujeitos têm dela, ao estabelecer como ela se formou, quais identidades foram construídas e de que maneira a juventude de outros tempos agia e transformava essa cidade. Diante disso, demarcamos, nos elementos metodológicos de análise, a importância de acionar a memória

dos habitantes para compreender como essa cidade se constituía, não a partir do discurso oficial sobre sua existência, mas pelas experiências dos próprios sujeitos que a vivenciavam.

O uso desse recurso, da memória viva – falada, mostrada em fotos, em contos – é uma forma de selecionar o que queremos acionar naquele contexto, mesmo que não esteja oficialmente demarcado nos livros. Neste ponto, esclarecemos que a cidade a qual estamos considerando nas análises dos jovens é esta cidade socialmente produzida, alicerçada por disputas e tensões, contestando lógicas excludentes e hegemônicas, que é ressignificada ao mostrar como os jovens de hoje e os de antes a transformaram, e que se torna uma cidade da resistência ao criar espaços para a manifestação das diversas formas de ser jovem. Trata-se da ideia de que as juventudes na cidade não podem ser pensadas como um elemento de delimitação, onde cada lugar já se encontra pronto e ocupado. Os jovens resistem ao lógico, mostrando numa perspectiva cidadã, o direito de participar da vida e das contradições que ali se apresentam. As juventudes circulam e, ao fazê-lo, vão se constituindo na/com a cidade.

Esclarecemos que, embora realizemos uma análise espacial da cidade que mergulha nas questões de uso e ocupação dos espaços, apontando diferenças, contradições e desigualdades socioespaciais, e que observa as formas de ser jovem como parte do território, abrangendo suas manifestações e territorialidades, estamos construindo uma perspectiva dos jovens que não se restringe apenas a eles. Essa perspectiva pode ser pensada em conjunto com os processos sociais, políticos e econômicos que os atravessam.

Arantes (2000) menciona que não se trata simplesmente de considerar que as relações sociais ocorrem no espaço e no tempo, mas que elas são fundamentalmente “espaço-temporais”, sendo o lugar uma eventualidade de trajetórias sociais e não humanas que se encontram, arranjam, mesclam e dispersam aqui e agora. Essa configuração resulta numa política do “acabar juntos”, não desprovida de contradições, conflitos e negociações.

Esse lugar do sujeito é fundamental, pois é ele o transformador e criador de suas próprias relações. Criticamos aqui a ideia de cidade como algo pronto e acabado, organizado econômica, social e politicamente, porque não se trata da ordem estrutural delimitada, mas do processo de construção coletiva, do qual emerge a sociedade. Foi a história de suas relações, a forma como deu vida a seus lugares e territórios, que fez a cidade surgir, inclusive criando relações que se tornaram contraditórias e geraram disputas. Uma cidade que deveria ser pensada e criada com os sujeitos e para eles.

É na cidade que as jovens enfrentam outros tensionamentos: o trabalho, os estudos, o pertencimento a uma tribo ou grupo. A cidade é o fio condutor de processos antagônicos,

excludentes e discriminatórios. A pergunta que surge é: que cidades os jovens pensam, querem e desejam?

Os planos diretores das cidades se direcionam para demarcar os espaços e definir as formas de organização desta ou daquela cidade, mas apresentam falhas ao desconsiderar os sujeitos e suas vivências, suas territorialidades e suas formas de expressividade.

Neto (2004, 2008), um dos poucos geógrafos a tratar desse tópico, destaca que as comunidades transnacionais de sentido, características da maioria dos microgrupos juvenis, ao estarem vinculadas ao gênero estético-musical, trazem para as parcelas “territorializáveis” da cidade (ruas, casas de *show*, megaeventos, praças, galpões abandonados) influências e ritmos globais.

O conceito de comunidades transnacionais de sentido refere-se a grupos de pessoas que, apesar de estarem geograficamente dispersas, compartilham uma identidade, valores, práticas culturais e objetivos comuns. Essas comunidades são formadas e mantidas através de redes de comunicação e interação que transcendem fronteiras nacionais, facilitadas pelas tecnologias de informação e comunicação contemporâneas. São definidas por uma identidade coletiva que não está limitada a um território específico, podendo se basear em etnicidade, religião, interesses profissionais, ativismo social, entre outros fatores (Castells, 1996). É na territorialização dessas comunidades que se destaca a condição do lugar como fator decisivo no estabelecimento do grupo e nas conexões com outros grupos e pessoas, seja na rede local, seja em outros lugares.

Nessa perspectiva, as relações não se definem apenas em uma única rede; há uma interligação que condiciona formas e maneiras de ser, diferentes nos espaços. O global é construído e experienciado a partir dos inter cruzamentos eventuais produzidos pelo/no lugar (Massey, 2008). O que há são diversificadas formas de ser jovem e de se manifestar como jovem, provenientes da interligação que nem sempre está presente no território de origem, mas que advém de outros espaços e realidades, transformadas pelos jovens.

É nesse ponto, da juventude como categoria cambiante e transformadora, condicionada pelas paisagens e territórios da cidade, que há o alerta para o fato de que a noção de “cultura juvenil” não passa de um mito, um reducionismo, considerando que o pertencimento de jovens a um estilo de vida específico, em um tempo e lugar também específicos, não garante a homogeneização de suas práticas sociais na cidade (Varela, 2008). O que estamos definindo é que a cidade envolve variadas formas de ser jovem e que há, entre eles, nos próprios grupos, diversificadas formas de se sentir pertencente a uma ou mais tribos.

Segundo Rizek e Alves (2014), a cidade apresenta textualidades e morfologias inéditas que operam no contexto sociocultural diferenciado, conformando microgeografias do cotidiano denso e de apropriação. Essas textualidades e morfologias da cidade estão inter-relacionadas às experiências desses sujeitos na/com a cidade. Nesse jogo de ações, as formas de ser jovem constituem a possibilidade para enfrentar o desafio da cidade que se relaciona com todos.

Ainda que reconheçamos que a inclinação de um jovem a determinados gostos ou preferências possa não mais integrar sua vida na transição para a fase de “jovem-adulto”, ou que certos espaços da cidade tenham deixado de fazer parte de seu cotidiano — assim como a necessidade de a escola estabelecer um diálogo mais próximo e alinhado às vivências desses sujeitos —, o estilo e as relações socioespaciais frequentemente permanecem presentes em suas ações. Exemplos disso podem ser observados na tatuagem, que, após realizada, torna-se permanente, salvo por procedimentos de remoção que, além de custosos, são complexos, ou nas relações duradouras forjadas durante suas vivências, que continuam a influenciar suas trajetórias.

Conforme Varela (2008), a dialética da continuidade e descontinuidade permeia as práticas cotidianas do jovem contemporâneo, negando a tradicional ideia de ruptura em favor de um novo estilo. Para o autor (2008, p. 89-90, tradução nossa):

Os jovens não constroem uma “cultura juvenil”, mas são capazes de tomar decisões e fazer escolhas sobre as práticas sociais que os distinguirão como uma “cultura juvenil”. Isso, obviamente, muda de geração para geração, ainda mais com a influência da modernidade [...]. Novas características vão surgindo, de acordo com os tempos, e é dessa forma que os jovens constroem suas práticas sociais. [...] Portanto, a chamada “cultura juvenil” não é mais do que o processo de tomada de decisões e de adesão a uma cultura específica, que ocorre no âmbito da juventude. O fato de os jovens serem capazes de determinar quais práticas sociais correspondem à sua realidade, quais estilos os identificam e quais componentes culturais assumem, os conduz a deixar de ser jovens para se tornarem indivíduos com uma cultura própria⁵.

A citação de Varela (2008) traz uma importante crítica à concepção homogênea e essencialista de “cultura juvenil”, ao destacar que os jovens não pertencem automaticamente a

⁵ Do espanhol: Los jóvenes no construyen una «cultura juvenil», sino que son capaces de tomar sus decisiones y elecciones de las prácticas sociales, que los distinguirán como una «cultura juvenil», esto obviamente va cambiando de generación en generación, más aún con la influencia de la modernidad, vista anteriormente. Se van dando nuevas características, acordes a los tiempos, es así que los jóvenes construyen sus prácticas sociales [...] Por lo tanto la mal llamada cultura juvenil, no es más que el proceso de toma de decisiones y advenimiento a una cultura determinada, que se da dentro de la juventud. El que sean capaces los jóvenes de determinar cuáles son las prácticas sociales acorde a su realidad, los estilos que los identifiquen y asuman los diferentes componentes de una forma cultural, los encamina a dejar de ser jóvenes y ser individuos con cultura propia.

uma cultura específica, mas que constroem suas práticas sociais a partir de decisões, escolhas e experiências situadas. De fato, pensar a juventude como um bloco fixo, com comportamentos e valores universais, esvazia sua pluralidade e ignora as múltiplas determinações – históricas, territoriais, raciais, de classe e de gênero – que compõem suas vivências.

Ao contrário de uma crítica que nega a existência de culturas juvenis, compreendemos aqui que é justamente nesse movimento dinâmico de adesão, negação e reinvenção de práticas culturais que se constituem o que podemos chamar de culturas juvenis pluralizadas. A cultura juvenil, portanto, não é uma essência estática, mas um campo de disputas e produções simbólicas que se refaz a cada geração, a partir das condições concretas da vida social.

Nesse sentido, reforçamos a perspectiva adotada neste trabalho: os jovens, especialmente aqueles situados nas periferias urbanas, criam sentidos, estéticas e pertencimentos que formam expressões legítimas de culturas juvenis. Essas expressões não são espontâneas nem desvinculadas das estruturas sociais, mas elaboradas em resposta às exclusões e opressões que enfrentam, como também a partir de seus desejos, sonhos e afetos.

Tomamos, assim, as juventudes como sujeitos históricos ativos, capazes de disputar espaços, reinventar linguagens e construir territórios culturais. A crítica à noção totalizante de “cultura juvenil” não enfraquece essa abordagem, mas, ao contrário, fortalece a análise ao deslocá-la para uma compreensão mais complexa, relacional e situada da juventude e de suas práticas sociais.

A cidade é a expressão de como os jovens vão se constituindo espacialmente. O espaço geográfico acaba por se configurar, pelas condições da vida, como a dimensão do “estar-junto”, onde suas práticas sociais se refazem no processo que é também de escolha: de qual grupo participar, de qual identidade assumir. Massey (2008) reconhece que as identidades e entidades são constituídas nas inter-relações, derrubando o imaginário e os discursos essencialistas e exclusivistas de lugar e território. As inter-relações espaciais coproduzem as identidades e definem as articulações dos lugares que as abrigam. Para que a inter-relacionalidade seja externada e praticada em todos os âmbitos da vida social, é necessário que:

[...] em lugar de um liberalismo individualista, ou de um tipo de política de identidade, que considere essas identidades já, ou para sempre, constituídas e defenda os direitos ou reivindique a igualdade para essas identidades já construídas, essa política [das inter-relações] considera a constituição dessas próprias identidades e as relações através das quais elas são construídas como sendo um dos fundamentos do jogo político. As “relações” aqui são compreendidas como práticas encaixadas. Em vez de aceitar e trabalhar com

identidades/entidades já constituídas, essa política enfatiza a construtividade relacional (incluindo as chamadas subjetividade política e clientelas políticas) (Massey, 2008, p. 30).

A reflexão de Massey (2008) é central para compreendermos a identidade não como algo fixo, dado ou naturalmente estabelecido, mas como algo que se constrói nas e pelas relações. Isso desafia abordagens políticas ou analíticas que partem de identidades cristalizadas – como “o jovem”, “o negro”, “o periférico” – e que propõem ações voltadas apenas à representação ou à reparação dessas categorias como se fossem imutáveis.

Ao contrário, Massey (2008) propõe uma política das inter-relações, em que as identidades estão em constante constituição, moldadas pelas práticas, espaços e relações sociais nas quais se inserem. Esse olhar é fundamental para esta pesquisa, que parte da ideia de juventude como um campo em disputa, onde sujeitos constroem sentidos, formas de existência e resistência, em relação ao território que habitam e transformam.

Os jovens se constituem espacialmente nessas inter-relações, da mesma forma que as cidades estabelecem com seus sujeitos; ou pelo menos deveriam estabelecer, a construtividade relacional não única, mas diversa. Assim, é basilar refletir sobre como a cidade se constitui, quais espaços e melhorias ela necessita, quais anseios e desejos possuem os jovens que a habitam, considerando a topografia social existente. Destacamos a relevância de pensar a cidade imbricada no social, adotando olhar que contemple os jovens na cidade que educa.

4.1.2 Os jovens na cidade que educa

A cidade educadora é um princípio central para esta tese, pois propõe pensar a cidade integrada à educação no território. Está conectada ao contexto dos jovens, ao associar suas vivências e experiências ao território, procurando envolver e relacionar questões de âmbito espacial, social, urbano, geográfico, territorial, político e educacional (Alves; Brandenburg, 2018).

O conceito de cidade educadora implica diversas noções de cidade, mas apropria-se principalmente de seu caráter social e político, envolvendo as questões da cidadania e da educação. Compreende a cidade como um espaço de aprendizado e formação, orientado à promoção da formação cidadã, da conscientização ambiental e da participação ativa dos cidadãos na gestão urbana. A colaboração entre escolas, governo, empresas e comunidade é fundamental para o sucesso da cidade educadora (Alves; Brandenburg, 2018).

Segundo Lefebvre (2009), a cidade é o lugar de encontro e formação, o espaço das diferenças, e da transformação social e territorial. Ela se assenta no tempo, deixando marcas, história e memória. A cidade não é estática, ela está sendo produzida e disputada. Os jovens, ao ocupar praças, ruas, *decks* e laguinhas, não estão apenas se divertindo ou circulando: estão construindo vínculos simbólicos com a cidade, criando uma relação de pertencimento e também de resistência frente a um modelo urbano que historicamente os exclui ou os invisibiliza.

Ao acompanhar esse processo de transformação, é preciso desenvolver processos de cidadania política, social e civil, dos quais a escola se constitui como agente de promoção. Embora não realize tudo sozinha, a escola, embasada em diálogos, espaços de escuta e interlocução com os jovens estudantes, contribui para a construção de postura cidadã.

No que se refere à relação entre a escola e a cidade que educam, Souza (2008) argumenta que é fundamental que as cidades, ou as políticas públicas implementadas nelas, priorizem a educação como eixo central de todas as iniciativas. É imprescindível que a escola esteja preparada para lidar com as múltiplas formas de ser jovem e, igualmente, para se abrir à participação da comunidade.

As possibilidades de conexão entre a escola e a cidade passam pela necessidade de aproximar essas duas esferas, promovendo espaços de debate que envolvam todos os integrantes da comunidade escolar. Parte-se do pressuposto de que a escola não está isolada do território em que se insere, sendo ela a expressão desse espaço, com todas as suas problemáticas e desigualdades, tais como questões de vulnerabilidade social, falta de infraestrutura, desemprego, violência, acesso a equipamentos urbanos, ao sistema de saúde, bem como à cultura.

Nesta tese, invocamos o conceito de “cidade educadora”, por entendermos a escola como agente educador, capaz de aproximar realidades e vivências, promovendo a construção de um diálogo transformador entre os sujeitos que a compõem e o território que a circunda.

Imaginamos que a escola que educa representa, para os jovens que a frequentam, a possibilidade de melhor inserção e reflexão sobre o que está posto na cidade. A educação, para além da perspectiva do direito, é, e precisa ser vista, uma prioridade, porque transforma os sujeitos, que, por sua vez, transformam a sociedade.

Assim, contar com a cidade no processo educativo pressupõe mais do que o acesso aos equipamentos culturais. Envolve, acima de tudo, a abertura do espaço para a manifestação da pluralidade, tão cara à experiência coletiva, e requer escuta e participação ativa nas decisões em prol da vida coletiva. A cidade que educa é aquela construída para as pessoas e com as

peessoas. Trata-se de um espaço onde os feitos e acontecimentos vivenciados por crianças, jovens, mulheres e homens são considerados como parte essencial de sua constituição.

No que diz respeito ao papel da escola como parte desse processo educativo, cabe a ela contribuir para a formação de condições que favoreçam a construção da cidadania. Isso é possível por meio da socialização do conhecimento, do incentivo ao debate e da promoção da transparência, elementos que podem fomentar, entre as jovens que frequentam o ambiente escolar, mentalidade acerca do caráter público e coletivo dos espaços urbanos (Gadotti, 2006).

Nesse sentido, considerar a cidade como espaço educativo é compreender que ela deve contribuir para promover a formação cidadã, tornando os jovens conscientes de suas ações e sua importância na construção e transformação do espaço urbano. Implica fazer uso das possibilidades para conhecer, analisar e compreender a cidade, para nela agir e participar de maneira justa e igualitária (Alves; Brandenburg, 2018). Fernandes e Fávero (2016, p. 19) afirmam:

No espaço da cidade, diversas práticas culturais são percebidas e se tornam mais concretas nas ruas, bairros, praças e lugares de memória. Em cada um desses lugares um sistema de valores se manifesta. Portanto, a trajetória da cidade pode ser lida nas diferentes marcas que os homens selecionaram, conscientemente ou não, para transmitir algo a outras gerações.

A Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE (2004, p. 2) esclarece, por meio da Carta das Cidades Educadoras⁶, sobre a inserção da cidade educadora no contexto dos territórios nacionais, conforme versa a seguir:

tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por conseguinte, interdependente do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência enriquecer a vida de seus habitantes.

Portanto, parte-se da concepção de que a cidade só se constitui a partir do envolvimento de seus sujeitos. O espaço urbano é concebido como um ponto de encontro que transcende as interações locais, que promove conexões que vão além das fronteiras físicas. Nesse sentido, a cidade educadora é aquela que escuta, partilha e aprende com seus habitantes, mantendo-se conectada à realidade dos indivíduos que a habitam. São esses sujeitos que apontam os caminhos para seu avanço, aperfeiçoamento e transformação.

⁶ A carta das cidades educadoras é um documento elaborado por profissionais de diversas áreas, principalmente relacionados à educação. Foi publicada originalmente, na década de 1990, no congresso realizado pela AICE na cidade de Barcelona. Ela pressupõe que a cidade educa não apenas por meio de suas instituições formais tradicionais, mas também por meio do seu planejamento e gestão urbanos, de projetos culturais, de políticas ambientais, de ações coletivas do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais.

A ideia de cidade educadora, conforme propõe Bernet (1997), encontra potência ao ser analisada por dois níveis: o descritivo, que reconhece que a cidade educa por si, mesmo sem intenções pedagógicas explícitas; e o projetivo, que propõe pensar a cidade como um espaço deliberadamente formador, orientado por princípios de justiça, equidade e democratização do espaço urbano. Esse conceito se materializa por meio de três dimensões do aprender: aprender *na* cidade, *a* cidade, *com* a cidade e *da* da cidade.

Bernet (1997) menciona que as dimensões estabelecem a relação entre educação e cidade, e que o “aprender com a/na cidade” revela a compreensão da cidade como agente de educação. Mencionar o conceito de agente implica pensar a cidade como um lugar capaz de impulsionar e gerar situações educacionais. Compreender que a cidade participa dos processos de socialização é reconhecer que ela constitui um espaço repleto de conteúdos que contribuem para processos de aprendizagem não formal.

Essa abordagem é profundamente dialógica com os princípios de Paulo Freire (1996), ao considerar que o processo educativo se dá nos espaços da vida cotidiana, em uma pedagogia que se constrói com o povo e nos territórios onde ele vive. Freire (1996) nos lembra que a educação é prática social e política, e, portanto, os espaços da cidade, especialmente os periféricos, são territórios de resistência e produção de conhecimento.

Na dimensão de aprender *na* e *com* a cidade, os jovens aprendem com a cidade em suas experiências diárias, apropriando-se de espaços urbanos e criando sentidos próprios para eles. Isso dialoga diretamente com Henri Lefebvre (2001), quando este afirma que o espaço urbano é também um espaço de produção social. Para ele, a cidade não é apenas cenário, mas também produto e processo de práticas sociais. Ao ocuparem praças, ruas, escolas e espaços culturais, os jovens se educam e transformam o próprio espaço, exercendo o direito à cidade – um direito de participação ativa na construção e significação dos territórios urbanos.

A segunda dimensão, aprender *a* cidade, remete ao entendimento crítico da cidade como estrutura: seus fluxos econômicos, suas políticas de habitação, seus sistemas de exclusão. Nesse ponto, a proposta de Carlos Rodrigues Brandão (2006) sobre uma educação popular urbana se faz presente. Brandão destaca a importância de educar para a leitura crítica da realidade, e isso inclui compreender como a cidade é organizada, para quem ela é produzida e quem é excluído de seus espaços decisórios e simbólicos.

O “aprender a cidade” permite pensá-la como conteúdo educacional. Aprender a cidade deve significar aprender a lê-la criticamente, estar consciente dos seus déficits e excessos, das disfuncionalidades e das desigualdades dos propósitos e despropósitos dos seus gestores. Aprender a cidade é aprender a participar de sua construção (Bernet, 1997).

Por fim, aprender *da* cidade envolve a escuta das memórias, dos silêncios, das narrativas invisibilizadas. A cidade, como afirma Lefebvre (2001), é marcada pelo tempo e carrega vestígios da história, muitas vezes apagados no discurso oficial. Para os jovens das periferias urbanas, isso significa reconhecer-se como parte da cidade, afirmando identidades e lutas por meio de expressões culturais, ocupações simbólicas e práticas de resistência. Como lembra Judith Butler (2003), a identidade é relacional e performática, e os sujeitos constroem suas identidades nas interações que estabelecem com o território e com os outros.

Assim, a cidade educadora não pode ser pensada sem seus sujeitos, especialmente os jovens, que, ao se apropriarem do espaço urbano, se tornam autores e agentes de um processo educativo emancipador. Suas práticas culturais, suas movimentações e suas expressões são formas de aprender e ensinar, de reescrever o espaço urbano e de disputar o significado de cidadania.

Ao refletir sobre a relação entre educação e espaço urbano, Bernet (1997) propõe a cidade como um território que ultrapassa sua função física e administrativa, sendo também um agente formador. Nesse sentido, o referido autor (1997, p. 21) destaca o seguinte:

O conceito de ‘aprender da cidade’ implica concebê-la como um espaço que acolhe e promove processos educativos. Nesse sentido, articula-se à estrutura pedagógica estável, que envolve o ensino formal e não formal, além de incluir rede de equipamentos, recursos, meios e instituições cidadãs estáveis, embora não necessariamente voltadas à educação. Considera-se a dimensão ampla e difusa, composta por espaços, encontros e experiências educativas que, embora não planejados pedagogicamente, possuem função formativa.

No plano prescritivo, essa abordagem indica a necessidade de ampliar os recursos educacionais e culturais disponíveis nas cidades. Ou seja, envolve otimizar o uso dos recursos já existentes, potencializar sua eficácia, planejar estratégias coesas e fomentar a cooperação entre diferentes instituições. Destacamos a importância de considerar a capacidade adaptativa das cidades frente às mudanças impostas pela dinâmica social, garantir sua relevância como espaços de aprendizagem e transformação.

Ao refletir sobre a educação fora do espaço escolar, Bernet (1997) destaca que os espaços sociais têm caráter educativo e que é fundamental promover a conscientização sobre o envolvimento com esses ambientes e sua relevância na vida dos cidadãos. Sob essa perspectiva, principalmente em relação aos jovens inseridos nesses espaços sociais, torna-se necessário criar oportunidades de interação e ação que transcendam a simples presença. Sob essa perspectiva, principalmente em relação aos jovens inseridos nesses espaços sociais, torna-se necessário criar oportunidades de interação e ação que transcendam a simples

presença. Essa “simples presença” refere-se ao estar, mas sem agir, sem interagir criticamente com o espaço ou com as relações ali estabelecidas — uma presença sem escuta, sem expressão, sem transformação —, como se os jovens estivessem apenas “ocupando um lugar”, sem participar verdadeiramente das decisões, sentidos e disputas que definem aquele espaço. Trata-se, portanto, de fomentar uma presença ativa, crítica e reflexiva sobre os ambientes que habitam e frequentam.

No contexto do “aprender na cidade”, os jovens exercem essa possibilidade continuamente. Considerando que a cidade em si carrega um potencial educativo, podemos observar exemplos como a dinâmica das escolinhas de futebol e das partidas informais de rua, que promovem aprendizagens formais e informais. Instituições como museus e casarões históricos, ou iniciativas como campanhas comunitárias de conscientização sobre dengue e coleta seletiva, também cumprem função educacional. A cidade configura-se como um espaço de aprendizagem para os jovens, oferece ambientes que contribuem para sua formação e desenvolvimento.

A ideia de pertencimento do jovem à cidade não se confunde com a de engajamento com ela. Partimos do princípio de que somos agentes de transformação, inclusive dos espaços educativos. Reconhecendo que nem todos os jovens têm acesso a locais como museus, é fundamental ampliar essa acessibilidade, valorizar os recursos existentes e transformar os espaços educativos para atender às necessidades específicas de cada território. É importante promover a equidade ao planejar ações que beneficiem toda a comunidade, alcançando diferentes bairros.

Bernet (1997) pontua que aprender *com* a cidade significa reconhecer que seus espaços e caminhos também nos ensinam. Ao percorrermos a cidade, somos educados por suas referências: pelas placas, pelos pontos de ônibus e pelas interações que se estabelecem com as pessoas que cruzam nosso caminho. Essas interações, sejam elas receptivas ou não, também são experiências educativas, moldando nossa compreensão de convivência.

É essencial refletir sobre o espaço social da cidade e participar de sua construção. Isso significa que devemos nos apropriar do espaço urbano, aprender com ele, interpretar o mundo e agir para transformar as invisibilidades pelas quais os jovens passam. Esse relacionamento entre jovens e cidade deve gerar significados, bem como ações concretas. As espacialidades vivenciadas pelos jovens no cotidiano revelam seu potencial como agentes transformadores. Eles podem contribuir para redefinir a cidade, rompendo com a exclusividade e a exclusão, de modo que se promova um espaço urbano democrático e acessível para todos.

Neto e Cardoso (2011) mencionam que ao se relacionarem com os objetos espaciais, como ruas, praças, *shoppings*, cinemas, bares, atrativos turísticos e eventos, os jovens negociam, ajustam e constroem uma interação dinâmica e complexa com a cidade. Essa relação dá origem a múltiplas territorialidades e significados. Nesse sentido, é fundamental aprofundar a compreensão das práticas sociais cotidianas e suas espacialidades, reconhecendo-as como elementos essenciais para entender as diferentes expressões da juventude e suas formas de integração à cidade.

4.2 As práticas sociais cotidianas e suas espacialidades – conceitos integrados ao contexto dos jovens e as vivências na/com a cidade

Até este ponto, analisamos as diversas formas de manifestação dos jovens em seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos e culturais. Destacamos a cidade como um espaço de concretização das juventudes e de suas heterogeneidades. Argumentamos que a cidade não pode ser compreendida apenas por seus elementos físicos e estruturais, mas deve ser pensada a partir dos sujeitos que a vivenciam. Retomamos essa perspectiva para refletir sobre as espacialidades juvenis e suas práticas sociais, entendendo-as não como aspectos isolados, mas como partes integrantes das diferentes formas de vivenciar e ressignificar o espaço urbano.

Os jovens, ao transitarem pela cidade em suas trajetórias diárias, mobilizam elementos específicos de suas espacialidades, observando como o espaço se organiza, quais movimentos ocorrem, bem como a fragilidade de determinadas localidades e as melhorias necessárias para qualificar o espaço urbano. Assim, a cidade, percebida pelos jovens, abre caminho para análises que investigam as múltiplas dimensões do espaço, desde o ambiente doméstico até os locais públicos que frequentam, como ruas, escolas e praças.

O cotidiano aparece entrelaçado às experiências dos jovens em suas relações com a cidade. Ele é interconectado ao espaço, não podendo ser compreendido isoladamente. Essa concepção ressalta a análise espacial como ferramenta fundamental para entender a inserção dos sujeitos nesses espaços. Conhecer e trabalhar os conceitos espaciais é essencial para formar sujeitos críticos, capazes de entender e intervir na realidade onde vivem. Isso é especialmente importante em estudos sobre jovens, cidades, exclusão social e direito, permitindo analisar, observar e questionar os diversos ambientes nos quais vivemos (Moraes; Cavalcanti, 2011). A ideia de ampliação refere-se ao desenvolvimento do pensamento crítico, à capacidade de compreender de forma mais ampla e profunda os espaços e suas dinâmicas. Não se trata apenas de “ver” os lugares, mas de entendê-los em suas múltiplas dimensões

(social, cultural, econômica, política, histórica...). Sob essa ótica, surgem novas possibilidades de reflexão sobre as geografias presentes na cidade e sobre como elas contribuem para a compreensão das espacialidades que integram os jovens.

Martins (2008) menciona a noção de cotidiano como expressão das contradições históricas, ancorada no contexto local. Essa análise é apresentada por Moraes e Cavalcanti (2011, p. 22):

A vida cotidiana não pode ser circunscrita nos limites dos usos e costumes domésticos, assim como do íntimo, do rotineiro e do repetitivo. Essa acepção reduz o cotidiano ao banal, ao senso comum. Contrariamente, a vida cotidiana – para a qual Martins (2008) vale-se predominantemente das ideias do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre – é muito mais que um resíduo desprezível da realidade. Ela é emanada nos porões da investigação de uma história local, expressão particular das contradições históricas.

Martins (2008), inspirado por Lefebvre, amplia a compreensão do cotidiano, destacando-o como um espaço significativo no qual se manifestam contradições históricas no contexto local. Longe de ser trivial, o cotidiano reflete dinâmicas sociais e históricas, oferecendo um terreno fértil para entender as relações sociais e as transformações que moldam a experiência humana.

Nessa análise do cotidiano, cabe pontuar, à luz dos princípios defendidos nesta tese, a diferença entre práticas espaciais e espacialidades. Tal diferença reside no enfoque e na escala de análise que cada conceito assume dentro da geografia e dos estudos sobre o espaço.

As práticas espaciais referem-se às ações concretas que os sujeitos realizam no espaço. São os modos como as pessoas vivem, usam, produzem, organizam e transformam os espaços no seu cotidiano. Essas práticas expressam relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Segundo Henri Lefebvre (1991), as práticas espaciais são parte de sua tríade analítica (espaço concebido, percebido e vivido), e dizem respeito ao espaço percebido, ou seja, aquele que se experimenta no cotidiano, por meio de ações e usos.

Já as espacialidades são as formas como os sujeitos se relacionam com o espaço, com base em sua cultura, identidade, vivência, tempo histórico e social. Elas dizem respeito à produção de sentidos e significados atribuídos aos espaços. É uma forma mais subjetiva, simbólica e múltipla de se pensar os territórios vividos.

Para Milton Santos (1996), a espacialidade refere-se às formas de coexistência e às possibilidades de apropriação dos lugares, considerando os elementos materiais e imateriais do espaço. Doreen Massey (2008) também contribui ao pensar a espacialidade como um

campo relacional e dinâmico, em que os lugares são construídos por múltiplas trajetórias sociais.

Como mostrado no Quadro 14, verifica-se que há uma interlocução entre os conceitos, principalmente quando fundamentados em pesquisas nas quais os cotidianos dos sujeitos são objeto de análise.

Quadro 14 – Diferenças entre espacialidades e práticas espaciais

Conceito	Ênfase principal	Autores principais	Característica-chave
<i>Práticas espaciais</i>	Ações cotidianas e usos do espaço	Lefebvre (1991), Santos (1996)	Como o espaço é vivido e moldado nas ações do dia a dia
<i>Espacialidades</i>	Relações simbólicas e subjetivas com o espaço	Massey (2008), Santos (1996)	Como o espaço é significado, apropriado e sentido

Fonte: Elaborado com base em Lefebvre (1991), Santos (1996, p. 55) e Massey (2008, p. 300).

Para Cavalcanti e Moraes (2011, p. 22), o cotidiano só pode ser analisado se considerarmos as práticas espaciais dos sujeitos e suas espacialidades. Os autores afirmam:

há na experiência humana uma relação com o mundo material e imaterial, que resulta em espacialidade. Essa espacialidade é concebida, para além da concepção de um espaço geométrico formal, como materialização dos movimentos e realizações diárias que os sujeitos levam a cabo para produzir a vida, o que significa entender que as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estão materializadas na cidade e a configuram.

As espacialidades dos sujeitos revelam como eles interagem com o território e manifestam suas especificidades, não estando isoladas da cidade, da rua ou da escola, mas sendo expressas no processo de formação do sujeito. Moraes e Cavalcanti (2011) entendem que essas espacialidades são fundamentos da manifestação humana, sendo expressões de um espaço preexistente e de possibilidades reflexivas que desafiam o ordenamento vigente. Elas são mais sociais do que individuais, conectadas ao espaço e aos sujeitos.

A vida cotidiana dos jovens, com suas práticas espaciais, reflete como eles acionam o território, reproduzem e criam espacialidades, as quais podem ser transformadas por elementos como a escola, a família e órgãos governamentais. A inserção de elementos da ciência geográfica no ambiente escolar é essencial para permitir reflexões e questionamentos sobre os espaços que os jovens ocupam, pois estes fazem parte do corpo social que dá vida aos lugares, territórios e paisagens.

Para compreender essas espacialidades, é preciso entender que as paisagens vão além do cotidiano. Embora o cotidiano seja o espaço onde as contradições da vida se concretizam, não se deve reduzir sua compreensão a isso. Existe o cotidiano individual, moldado pela memória afetiva do espaço; o cotidiano social, manifestado pelas relações de amizade e pelas

preferências por certos lugares; e o cotidiano do consumo, que cria uma ideia de lazer e diversão baseada no consumo.

O cotidiano não é exclusivamente individual, pois, mesmo que se manifeste com particularidades, sempre se direciona para as coletividades. Sendo assim:

Ao observar uma paisagem, o que se vê são os cenários cotidianos: os deslocamentos, a mobilidade espacial, os fluxos e os fixos – os objetos, a moradia, as empresas, os equipamentos, mas também pode se perceber os diferentes lugares onde as pessoas se instalam, onde permanecem, onde se encontram; nela também se observam as práticas que se realizam no lugar, os lugares e as conexões entre os lugares. E ainda é possível ir mais longe e verificar o acesso aos lugares e seus usufrutos pelos diversos sujeitos, articulando as práticas e seus sentidos (não só os fisicamente experimentados, também os imaginados, os representados) (Morais; Cavalcanti, 2011, p. 17).

Como sujeitos sociais, estabelecemos vínculos e relações com espaços próximos e distantes. Próximos, ao considerarmos o seio familiar e o grupo de amigos; distantes, ao pensarmos nos lugares, paisagens e territórios. Quando saímos às ruas e abrimos os olhos, observamos algo concreto, físico, característico das cidades. Na maioria das vezes, esse é o pensamento organizacional predominante: olhar para obras e construções, esquecendo-se das pessoas, dos sujeitos que a constroem, a realizam e a tornam viva.

O movimento das cidades e os deslocamentos diários fazem com que as paisagens se destaquem, mas não revelam, com a mesma intensidade, as diferenças e contradições presentes. Ao evitar romantizar as paisagens, destacamos que o cotidiano vai além da vivência dos jovens, envolvendo suas relações com os lugares, as conexões que estabelecem e as formas de uso do espaço. A análise espacial, na perspectiva geográfica, também ultrapassa as aparências, buscando compreender as possibilidades representadas pelos sujeitos e suas espacialidades.

Compreender isso concretamente significa, em nossos deslocamentos, observar cada porção do território e identificar elementos que suscitem questionamentos sobre as diferenças entre os espaços, as justificativas para a disparidade entre um lugar e outro e as razões pelas quais algumas ruas estão em condições precárias, enquanto outras se apresentam bem cuidadas. Esses questionamentos ajudam a perceber as desigualdades e as dinâmicas sociais que moldam o espaço urbano.

Nesse sentido, pensar o cotidiano como expressão própria da vivência dos sujeitos não é algo simples, como já afirmamos. É preciso que estejamos atentos ao olhar sobre as paisagens, lugares e territórios, entendendo-os como pressupostos para a transformação e reflexão, e não como algo estático. Há um movimento de transformação espacial que se

constitui com os jovens. Todos os cidadãos produzem e vivenciam a cidade. São nessas relações de apropriação dos territórios, lugares e paisagens que os jovens constituem suas identidades, num processo de identificação cotidiana.

No cotidiano, o sujeito e suas espacialidades se constituem e se afirmam. No âmbito desta pesquisa, o diálogo com os jovens se estabelece no sentido de compreender as práticas cotidianas que os conectam aos seus espaços, reconhecendo que essas práticas são fundamentais na formação de sua identidade.

Nossa intenção é ir além do materializado, das construções físicas, e refletir sobre como os jovens ativam essas práticas sociais como elementos formadores de seu “eu”. Procuramos questionar aquilo que não é visto, ouvido ou percebido na cidade. Ao adotar essa abordagem, convocamos uma ação central para a compreensão dos jovens e de seus territórios: o exercício da cidadania. Essa concepção fundamenta a quarta categoria analítica, Identidade e reconhecimento coletivo, que examina como as vivências nos espaços urbanos centrais fortalecem vínculos comunitários e redes de solidariedade.

A cidadania estabelece relações entre cidadãos e não cidadãos. É na cidade que as desigualdades e a negação da cidadania se tornam mais evidentes, uma vez que ela não é acessível a todos de maneira equitativa. Considerando que a escola tem como um de seus objetivos fundamentais a educação para a cidadania, princípio este expresso nas princípios na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/1996), é indispensável reconhecer que, na cidade, grupos marginalizados, guetos⁷ e excluídos buscam associar-se à dimensão cidadã (Cavalcanti; Paula, 2007). A dimensão educativa voltada para formação cidadã fundamentada na ação, que leva em conta os territórios, é construída a partir do processo de identidade político-cultural gerado pelas lutas cotidianas (Gohn, 1992).

Os jovens possuem o direito e a responsabilidade de participar das experiências e dinâmicas desse espaço, o que constitui condição indispensável para que se tornem cidadãos plenos nesse território (Freire, 1991). Essa participação configura-se como um caminho para a busca de soluções diante dos tensionamentos e desafios presentes nesses processos urbanos. Essa ideia alicerça-se como um princípio fundamental da democracia, sendo também corroborada por Saviani (1986, p. 76), que defende o seguinte:

⁷ Nesta tese, quando reiteramos essa expressão, estamos ancorados nos pressupostos teóricos defendidos por Wacquant (2008) em que não entende gueto apenas como espaço físico, mas como um dispositivo de dominação e exclusão racial e social. Também reiteramos que em “O Espaço do Cidadão” (1987), Santos fala sobre o processo de exclusão e marginalização territorial, embora nem sempre use o termo “gueto”, sua análise pode ser relacionada à ideia.

A democracia só se consolida na medida em que cada um de seus membros esteja capacitado para participar das decisões, para opinar sobre os rumos da sociedade, para interferir, apresentar seus próprios pontos de vistas e contrastá-los com pontos de vista diversos.

A democracia é um processo coletivo que se fortalece pela convivência com as diferenças. Não se pode considerá-la democrática quando impõe determinações próprias da sociedade urbana sobre os jovens, mantendo-os alijados de processos fundamentais de definição e organização dos espaços urbanos, frequentemente marcados por separações e distanciamentos. Fora dessa lógica previamente definida, os jovens afirmam sua presença, constroem identidades, manifestam coletividades e buscam reconhecimento.

A cidade é um espaço que favorece conexões com os jovens por meio de praças, ruas e outros ambientes públicos, promove a cidadania e contribui para a construção coletiva do significado de ser cidadão no contexto urbano. A vida cotidiana, as relações interpessoais e os vínculos estabelecidos no território devem ser incorporados em processos educativos que vão além da pedagogia formal, envolvendo territórios, ruas e espaços públicos, conectando os jovens ao mundo (Mészáros, 2005). Observar as espacialidades dos jovens é essencial para compreender as geografias que eles apresentam em seus territórios e como esses territórios se manifestam nas expressões e vivências dos próprios jovens.

4.2.1 Geografias dos jovens nos territórios

Nessa seção, abordamos o conceito de território com base nas perspectivas de Badie (1995), Haesbaert (2014; 2020), Santos (2000) e Souza (2003), articulando-o com os conceitos de territorialidades, territorialização e reterritorialização. Santos (2000, p. 96) define o território da seguinte forma:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre as quais ele influi. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que está se falando em território usado, utilizado por uma dada população.

O conceito de território reflete a ação humana na produção e transformação do espaço, e compreende dimensões produtivas, econômicas, sociais, culturais, intelectuais e espirituais, no campo material e no simbólico. Diferentes áreas do conhecimento têm abordado o território com base na construção e apropriação que se fundamentam nos vínculos e nas

relações sociais, individuais ou coletivas, estabelecidas sobre determinada área. O território está ligado ao sentimento de pertencimento, à apropriação e às relações de poder exercidas sobre porção específica do espaço geográfico.

Pensar os jovens a partir dos vínculos e identidades construídos no território permite compreendê-los a partir de seus contextos de vivência, como “a turma de trás na sala de aula”, “os jovens da quebrada”, “os jovens da periferia” ou “os jovens do centro”. Essas particularidades de cada grupo podem ser observadas também nas manifestações culturais, por meio do vestuário, da linguagem e da criação de símbolos, que expressam estilos próprios e dinâmicas territoriais específicas.

Refletir sobre as relações entre os jovens e os territórios exige a identificação e compreensão dos usos, apropriações, (re)significações, vivências, e os sentidos atribuídos aos territórios por eles. Para isso, torna-se essencial mobilizar os conceitos de territorialização, territorialidades e reterritorialização, conforme abordados por Haesbaert (2014, 2020), uma vez que esses processos são acionados pelos jovens em suas práticas.

Haesbaert (2020) menciona que os grupos de jovens podem ser batalhadores de rima, *skatistas* e adeptos do *rap*. Esses grupos se apropriam de determinados espaços na cidade para se reunir e se manifestar coletivamente. Embora esses espaços possam ser comuns à maioria da população, para esses jovens eles adquirem simbolismos de poder e resistência, constituindo processos de territorialização. Esse fenômeno envolve integração e pertencimento, tanto material quanto cultural. A territorialização pode se inscrever dentro de uma lógica contra-hegemônica, representando resistência às dinâmicas dominantes e configurando formas de relação com o espaço e de construção de identidade.

Esse processo está diretamente relacionado ao surgimento de reconhecimento, afetividade e identidade do grupo em relação ao território, seja ele inserido na cidade ou no campo. Para que isso ocorra, o grupo realiza um esforço coletivo para delimitar, ocupar, controlar e apropriar-se, simbolicamente e/ou materialmente, de uma parcela do espaço, processo denominado “territorialidade” (Haesbaert, 2014, p. 27).

Entretanto, nem todas as territorialidades são reconhecidas ou respeitadas. Muitas culturas enfrentam processos de negação, sendo excluídas, segregadas e privadas do reconhecimento de seus territórios, identidades culturais e tradições, frequentemente usurpadas ou criminalizadas. Um exemplo é a luta pela liberdade religiosa das religiões de matriz africana, que sofrem a imposição de um modelo único e hegemônico de fé. Esses conflitos estão relacionados à disputa por territórios, à expropriação ou à sobreposição

territorial. Tais processos configuram a chamada “desterritorialização”, conforme Haesbaert (2020, p. 39), a qual é acompanhada por um processo de reterritorialização.

Grupos de jovens enfrentam o processo de desterritorialização socioeconômica, no qual seus direitos são negados nos territórios que habitam. Essa exclusão manifesta-se na negação do direito à cidade, seja pela atuação do poder econômico ou político, evidencia-se em dificuldades como o acesso precário à moradia digna, à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, à saúde pública, à cultura, ao lazer e às infraestruturas urbanas adequadas (Leal; Lima; Reis, 2014). Para ser efetivo, esse direito deve incluir o direito à diferença (Lefebvre, 2001), isto é, o reconhecimento e a valorização da diversidade de usos e sujeitos.

Essa dimensão política orienta a interpretação dos dados desta pesquisa, permitindo analisar as práticas juvenis como movimentos que desafiam a homogeneização dos usos urbanos e reivindicam espaços para modos de vida plurais.

Bertrand Badie, em entrevista à revista *Perspectivas do Desenvolvimento* (Mere, 2015), da Universidade de Brasília (UnB), propõe que os territórios devem ser pensados a partir do sistema solidário e humano. É necessário a conexão que vá além do material, oferecendo condições de sobrevivência a todos, para abarcar também o simbólico, de modo a promover o respeito às diferenças e ao outro. Há a necessidade de construir uma perspectiva que integre os sujeitos ao território na coletividade. Considerar as juventudes implica reconhecer que suas manifestações devem expressar, de fato, o respeito às suas identidades e aos seus territórios.

O território não deve ser entendido como algo fixo ou dado, mas como construção histórica e instrumento político fundamental para a ordem moderna. A territorialidade pode ser compreendida, de um lado, como um universo de significados associado à cultura; de outro, como um princípio jurídico-político que estrutura a ordem internacional, baseado nos conceitos de nação, soberania e segurança (Badie, 2015). É imprescindível, focar na emergência de territórios e territorialidades que escapam às interpretações tradicionais. É necessário compreender as territorialidades dos sujeitos, sobretudo dos jovens considerando os territórios que habitam e as dinâmicas que neles se desenvolvem.

Diante das complexas dinâmicas de produção dos territórios, que envolvem práticas educativas e de solidariedade, mas também situações de violência física e simbólica, é fundamental refletir sobre o direito dos jovens à vida, à educação, à diversidade e ao território (Leal; Lima; Reis, 2014).

Ao analisar as grafias dos jovens no território, as experiências dos jovens feroeses, descritas por Aitken (2019), oferecem elementos para reflexão. Em primeiro lugar, esses jovens mantinham vínculo com o território, o que lhes conferia sentimento de pertencimento. Sair daquele espaço poderia ser uma escolha, mas o retorno também se apresentava como possibilidade natural. Esse comportamento reflete a consciência dos sujeitos em relação aos seus lugares, às suas especificidades e a si mesmos, enraizada na história e na geografia que os constituem.

Segundo Aitken (2019), os jovens eram vistos como elementos essenciais, e esforços consideráveis eram feitos para apoiá-los, principalmente por meio da valorização da escuta ativa e sensível às suas necessidades. Essa prática não se restringia apenas a crianças e jovens, mas incorporava um princípio fundamental: considerar os sujeitos em sua totalidade e territorialidade. Tal perspectiva sugere que a compreensão dos territórios não pode dissociar-se das pessoas que os habitam, valorizando suas histórias e experiências.

Sob essa perspectiva, Aitken (2019) destaca que os jovens têm o direito de construir e reconstruir seus espaços, reinventando-se no processo. Nesse sentido, o território não é apenas um elemento de identificação, mas manifestação de territorialidade, conferindo significado à existência dos sujeitos e ao lugar que ocupam no mundo. Fernandes, Bezerra e Silva (2014) citam que essa relação entre território e sujeito resgata a ideia de que o espaço é um componente fundamental na construção de identidades e na atribuição de sentido à vida.

4.2.2 Onde estão os jovens? Espaço, vozes e identidades em construção

Nesta pesquisa, compreendemos as juventudes como diversas e plurais, e vinculadas aos espaços de construção de suas identidades, por meio da interação entre os sujeitos e com fundamentação teórica que reconhece as diversidades e pluralidades existentes. Mais do que apenas apresentar um panorama conceitual, baseamo-nos em definições de juventude que reconhecem sua função social, considerando os espaços, o território e a cidade. O contexto em que os jovens desta pesquisa estão inseridos é considerado um espaço de manifestação de suas vivências e experiências diante das desigualdades sociais e políticas.

Ao estudar as experiências espaciais cotidianas dos jovens de Formosa – GO, buscamos compreender como esses sujeitos se constituem a partir de interações sociais diversas, relacionadas aos seus modos de identificação com os espaços. Para entender como vivem, constroem suas identidades, formam grupos e se relacionam com seus territórios,

examinamos as múltiplas territorialidades resultantes de diferentes relações e formas de estar no mundo.

Os jovens ocupam o território, se apropriam dele e se constituem junto a ele, formando identidades próprias, ao mesmo tempo em que constroem seu entendimento de mundo. A escola surge como palco de interações sociais e de construção política (Sposito; Tarábola, 2017). Assim, procuramos compreender como esses jovens manifestam suas espacialidades no ambiente escolar, de que forma trazem suas experiências cotidianas para esse espaço e como se constituem nele.

O ambiente escolar, enquanto microcosmo da sociedade, reflete as dinâmicas sociais e proporciona o espaço necessário para que os jovens se posicionem, expressem suas individualidades e se reconheçam como parte do coletivo. É por meio dessas interações que se concretiza o processo de socialização, essencial para o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia juvenil. Dayrell (2009, p.20) argumenta que:

A condição de ser jovem é social. Ela se desenvolve nos grupos de pares, nos espaços e tempos livres e de lazer. Também se desenvolve na escola com intensidade. A sociabilidade parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, autonomia, trocas afetivas; e, principalmente, de identidade.

Os jovens se constituem e se manifestam por meio da interação social, pela troca e por meio da relação que estabelecem entre si e com os espaços em que vivem. Ou seja, pela sociabilidade. Esta é marcada por contradições, pois ser jovem implica romper com o que está posto, como as normas e expectativas observadas nos diferentes lugares, manifestando-se de maneira única em suas práticas sociais. Os diferentes grupos apresentam maneiras de vivenciar a sociabilidade. Os espaços sociais específicos, como a escola, configuram-se como lugares privilegiados para as manifestações juvenis, a partir dos quais interações emergem e se expandem para outros espaços da cidade, como ruas e praças. Por outro lado, a escola representa um espaço de encontro e de constituição de práticas e relações que reverberam em outros contextos.

Com o advento da pandemia da Covid-19, houve aumento na interação familiar, enquanto outras formas de interação, principalmente aquelas vivenciadas em espaços públicos, como ruas, praças e escolas, diminuíram significativamente. Nesse sentido, é importante observar que diversas pesquisas sobre o contexto pandêmico envolvendo jovens indicam que eles foram impactados em sua condição de ser jovem. Passaram a criar novas

possibilidades de interação, tanto por meio de grupos de amigos em aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*, quanto em redes sociais.

Partimos do pressuposto de que, mesmo em período de isolamento social, marcado por perdas familiares e pela reorganização mundial das relações afetivas, sociabilidades, interações e identidades foram criadas, e outros grupos se formaram, expressando suas singularidades. Assim, no espaço de suas casas, quartos, quintais e janelas, os jovens foram se constituindo e se readaptando às experiências sociais.

Para Silva, Fernandes e Carrano (2023), é necessário reconhecer o potencial que crianças e adolescentes possuem para atuar no contexto em que vivem, pois têm a capacidade de fazer escolhas, tomar decisões e se envolver em questões que os afetam e impactam o mundo, como ocorreu durante a pandemia da Covid-19. Assim, é fundamental considerar seus pontos de vista, valorizar sua contribuição para o enriquecimento cultural e reconhecê-los como sujeitos sociais plenos.

Com isso, queremos dizer que a não consideração dos pontos de vista das crianças e adolescentes na vida social cotidiana, possivelmente, seja um dos impeditivos para que a sociedade as considere nas situações de emergência, já que não se constroem canais e formas de comunicação e participação efetivos que possam ser mobilizados em situações emergenciais (Silva; Fernandes; Carrano, 2023, p. 21).

Ouvir os jovens e abrir espaços para sua expressão é uma forma de reconhecê-los como agentes sociais, valorizando suas experiências nos espaços como elementos fundamentais para a formação e a constituição do que desejam, querem e expressam. Delimitamos o espaço institucional da escola e o cotidiano da cidade como elementos centrais de nossa análise.

As formas de expressão dos jovens, seja no lar, na escola ou na rua, representam elementos para a compreensão da sociedade que desejam e das mudanças que querem que ocorram em seus territórios. Assim, não basta olhar para os jovens na cidade apenas a partir de sua mobilidade espacial; é preciso conhecer suas manifestações, seus desejos e suas expressões culturais como uma forma de entender suas geo(grafias). Nesse sentido, Barbini (2007) argumenta que ser jovem é um desafio constante. Primeiro, porque os jovens se pluralizam diante da diversidade de interações que estabelecem entre si, segundo, porque eles se readaptam com facilidade, criando estruturas sociais e guetos, representando as manifestações que vão se constituindo com elas no espaço.

A cidade, a escola, são apenas alguns dos locais onde os jovens se manifestam. Esses espaços são expressivos, permitindo que os jovens, de forma individual ou em grupo,

expressem socialmente suas características. Dessa maneira, é legítimo afirmar que os jovens estabelecem com o espaço uma relação que vai além do instrumental ou funcional, configurando-se como uma interação cultural, social e reflexiva. É necessário considerar esses sujeitos e suas interações nesses lugares, assim como escutar, observar e compreender a forma como se manifestam enquanto agentes ativos de produção do espaço. A cidade e a escola não exercem papéis de oposição, mas são corresponsáveis pela construção das identidades juvenis (Sposito; Almeida; Corrochano, 2017).

Considerando as discussões apresentadas sobre os jovens e os atravessamentos pela cidade e pela escola, é relevante destacar a ideia desenvolvida por Peralva (1997), segundo a qual a juventude é uma condição social e um tipo de representação. Os jovens desempenham papéis em diferentes contextos históricos, culturais e econômicos, o que influencia a constituição de seus valores sociais.

A função exercida pelos jovens está relacionada ao uso e à apropriação do espaço. Nesse sentido, a ideia de representação como modelo de juventude está conectada ao cotidiano desses jovens e às experiências que vão construindo sobre seu espaço. Os espaços tornam-se segregadores, ou não, dependendo do valor que lhes é atribuído. Quando um jovem se apropria do espaço como dimensão de manifestação social, ele pode conferir um novo significado àquele espaço. Por isso, é sempre necessário olhar para o sujeito que cria, vive e transforma seus espaços.

É necessário compreender que os contextos nos quais os jovens estão inseridos são marcados por relações de poder. Santos (2002) pontua que o território carrega essas relações. Assim, ao refletirmos sobre as identidades dos jovens, identificamos as influências dessas relações sobre eles e sobre o espaço onde vivem. Nessa pluralidade, evidencia-se a difícil tarefa de apreender a multiplicidade de fatores que constituem os jovens em seus territórios.

A cidade é um espaço pluridimensional no qual se entrecruzam as três dimensões do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido, tal como nos ensinou Lefebvre (2013). Sendo uma grande teia de comunicação e práticas sociais que interpela os jovens de diversas formas. Nela se formam as identidades juvenis, constituem-se as coletividades e sociabilidades, constroem-se as autonomias que lhes permitem transformar os espaços previamente concebidos, formando-se, assim, as resistências dentro dos seus territórios.

Essa compreensão dos territórios e dos múltiplos aspectos que os envolvem nos leva a pensar nas espacialidades juvenis fora de espaços determinados. Ou seja, a noção de território não está inerte, mas é socialmente traduzida e produzida pelos jovens. Ultrapassa-se a

perspectiva do espaço específico, como a rua, a casa ou a escola, e se amplia para englobar a cidade. Dessa forma, isso se torna vivo no sentido de que esses jovens dão movimento à cidade, atraindo e distribuindo por todos os lugares suas identidades, culturas e modos de ser.

O território é movimento, o que implica que nele sejam pensadas as práticas sociais dos jovens, especialmente ao refletirmos sobre como eles promovem tais práticas em seus espaços, transbordando os limites de seus próprios territórios. Santos (2012) menciona que esse processo envolve outros agentes e se concretiza por meio de técnicas, ações, espacialidades, tempo, objetos, coisas e práticas sociais. Embora esse fazer dos jovens possa ser traduzido de várias formas, há uma que se destaca e evidencia esse aspecto: os estilos de vida. Se o território é acionado pela articulação do social com o físico, é importante reconhecer que os jovens se constituem e se expressam em espaços que, assim como eles, estão em constante processo de construção e transformação.

No que se refere aos jovens, destaca-se a pressão sobre a forma como se apresentam, especialmente sob a ótica econômica. Há uma pressão de mercado, por exemplo, impulsionada pela moda, que demanda uma forma de expressão visual a ser exibida. Contudo, os jovens também constroem estilos próprios, distantes dos padrões preestabelecidos pela indústria. Ou seja, os jovens ressignificam suas escolhas dentro da definição própria do que desejam, da maneira como se vestem e se expressam. Essa construção pessoal, em face da tecnificação das tendências, torna-se um ato de contracultura, no qual ser jovem é se expressar conforme seus próprios desejos, inclusive por meio da moda, criando um estilo único. Ao fazer isso, incorporam novas formas de sociabilidade que não são determinadas por marcas ou produtos, mas por seus individualismos, que se manifestam em suas coletividades.

Essas reflexões podem ajudar a compreender o que os jovens propõem para criar imagens da juventude e ressignificar o ser jovem. Por serem imagens críticas, reflexivas e contextualizadas, essas representações oferecem maiores possibilidades de compreensão àqueles que ainda insistem em categorizá-los rigidamente. Diferentes autores (Carrano, 2013; Cassab, 2015; Martucelli, 2015; Nedel, 2018; Pais, 2007; Peregrino, 2017; Reguillo, 2020; Sposito, 2009; Weller, 2016) têm aprofundado suas discussões sobre essa temática, considerando os jovens e seus processos de transformação e ação. Direccionamos nosso foco para esse segmento e reconhecemos que as respostas e indagações sobre as interações sociais originadas dos jovens em seus territórios e lugares estão centradas nas suas espacialidades.

Para Reguillo (2020), os jovens possuem a capacidade de transformar seus símbolos e linguagens ao se comunicarem entre si, adotando estratégias de interação e construindo suas percepções de mundo. Os jovens se constituem espacial e temporalmente, fazendo do mundo

e da cidade um lugar melhor para se viver. No cerne desse processo, está a percepção dos jovens, que codificam seu espaço para manifestar sua cultura e identidade, assim como para transformá-lo por meio do movimento político de apropriação e mudança de seu território.

Os desafios que os jovens impõem à sociedade manifestam-se com seus pontos fortes e fracos, bem como com suas contradições e desarticulações. Essas desarticulações dizem respeito às rupturas ou afastamentos das estruturas institucionais e sociais tradicionalmente estabelecidas. Os jovens, quando se expressam e agem a partir de seus próprios referenciais culturais, simbólicos e espaciais, muitas vezes não se encaixam nas expectativas normativas impostas por espaços como a escola, a família ou o mercado de trabalho. Essa não correspondência entre o que a sociedade espera e o que os jovens efetivamente realizam se traduz em formas de atuação autônomas e, por vezes, desviantes, que questionam a rigidez das instituições e apontam para novas possibilidades de sociabilidade e construção identitária. Segundo apontam autores como Reguillo (2020) e Sposito (2009), essas desarticulações não devem ser compreendidas como falhas, mas como expressões legítimas de vivência e resistência juvenil diante de um mundo em constante transformação.

Ainda que os jovens apontem o seu caminho, adotem suas estratégias de uso e apropriação dos espaços e expressem sua cultura na cidade, isso não implica que ali esteja instalada uma dimensão total do que é ser jovem. Destacamos que os jovens surgem de um contexto social, político e econômico constituído e definido. A manifestação desses sujeitos pode representar uma leitura sobre o que tem sido construído em relação ao seu território, bem como uma forma de alterar sua representatividade nesse espaço. Reguillo (2020, p. 17, tradução nossa) considera que:

Os jovens, enquanto categoria social construída, não têm uma existência autônoma, ou seja, à margem do restante social, encontram-se imersos na rede de relações e de interações sociais múltiplas e complexas. Para situar o sujeito juvenil em um contexto histórico e sociopolítico, as concreções empíricas são insuficientes se estas forem pensadas independentemente dos critérios de classificação e dos princípios de diferenciação social que as diferentes sociedades estabelecem para seus diferentes membros e classes de idade.⁸

Produtos social e historicamente nas relações com os espaços, os jovens se reorganizam por meio de suas ações e linguagens. Esses espaços, moldados por dinâmicas

⁸ Do espanhol: Los jóvenes en tanto categoría social construida no tienen una existencia autónoma, es decir al margen del resto social, se encuentran inmersos en la red de relaciones y de interacciones sociales múltiples y complejas. Para situar al sujeto juvenil en un contexto histórico y sociopolítico, resultan insuficientes las concreciones empíricas, si estas se piensan con independencia de los criterios de clasificación y principios de diferenciación social que las distintas sociedades establecen para sus distintos miembros y clases de edad (Reguillo, 2020, p. 17).

sociais, se expressam de maneiras distintas entre grupos e territórios. A dinâmica observada permite pensar em sociedades em constante construção, e não em sociedades prontas; em espaços dinâmicos, e não fixos ou estáticos; em jovens inseridos em contextos históricos e sociopolíticos, integrados às suas vivências e experiências em seus territórios. Nota-se que a imersão dos jovens em seus espaços é complexa, pois não se limita à expressão de suas múltiplas identidades; ela também revela os espaços que desejam ver se constituindo: aqueles nos quais buscam ser reconhecidos em suas diferentes formas de existência.

Reguillo (2020) aponta a inadequação da definição única sobre o que é ser jovem. Para a autora, qualquer tentativa de construção da definição unívoca sobre os jovens esbarra na efemeridade da categoria e nas dificuldades em estabelecer classificações definitivas. Os jovens constituem um objeto-problema legítimo, do ponto de vista analítico, categoria socioculturalmente diferenciável do resto da sociedade, sem se reduzir apenas às faixas etárias, mas sem negligenciá-las.

Autores como Reguillo (2020) e Chaves (2010) destacam que práticas culturais juvenis funcionam como espaços de resistência e produção de sentidos, especialmente em contextos urbanos desiguais. Essa perspectiva orienta a segunda e a terceira categorias analíticas, Barreiras, conflitos e exclusão e Expressões culturais, que examinam os limites impostos à circulação juvenil e as formas criativas de responder a essas restrições.

A compreensão dos jovens como sujeitos sociais não pode se limitar a análises reducionistas ou essencialistas. É necessário reconhecê-los como parte de uma construção social complexa, atravessada por múltiplas relações, contextos e classificações que variam histórica e culturalmente. Nesse sentido, a contribuição de Reguillo (2020) é fundamental para ampliar a análise sobre a juventude, pois revela que os jovens não existem à parte da sociedade, mas pertencem a redes de interações e significados que os constituem. A seguir, o Quadro 15 apresenta uma síntese das principais ideias dessa perspectiva, ressaltando os elementos que envolvem a construção social da juventude.

Quadro 15 – Compreensão dos jovens como categoria social construída

Aspecto analisado	Conceito-chave	Explicação/Sentido
<i>Existência dos jovens</i>	Categoria social construída	A juventude não é uma condição natural, mas uma construção histórica e social que depende das relações e contextos nos quais os jovens estão inseridos.
<i>Relação com a sociedade</i>	Não existe de forma autônoma	Os jovens não estão à margem da sociedade; eles fazem parte de uma rede complexa de relações e interações sociais.
<i>Compreensão da juventude</i>	Imersão em múltiplas interações	A condição juvenil é atravessada por fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, que influenciam seus modos de existir e agir.

Aspecto analisado	Conceito-chave	Explicação/Sentido
<i>Limite da análise empírica isolada</i>	Concreções empíricas são insuficientes	Observar apenas o comportamento dos jovens (de forma empírica) não basta para compreendê-los sem analisar os contextos que os moldam.
<i>Crítérios de análise</i>	Classificação e diferenciação social	As sociedades impõem critérios (idade, classe, gênero, raça) que definem como os jovens são vistos e quais papéis podem desempenhar.

Fonte: Elaborado com base em Reguillo (2020).

Compreendemos que as expressões, as espacialidades e as sociabilidades dos jovens em seus lugares e territórios são plurais, pois se apresentam de maneira diversificada conforme a forma como estes se constituem. Isso não é reafirmado apenas por questão etária, mas pelas diversas possibilidades de considerar os jovens em seus espaços variados. A partir desses espaços e dessa diversificação, podemos pensar sobre suas identidades, seus modos de ser e sua história. Por isso, é fundamental refletir sobre os jovens em um contexto social específico, envolvendo a cidade, a escola e suas multiterritorialidades. A escola, enquanto espaço-tempo da socialização diferenciada daquela ocorrida na família, é o lugar de vivência de novas experiências, construção de novas relações e amizades, e de convivência com os diferentes e com a diversidade.

A cidade é vista como texto social, espaço de manifestação social, criação de brechas frente ao que está posto, questionamentos à ordem vigente e busca por coletivos que atraiam os jovens para certos grupos. É também a cidade da memória coletiva daqueles que a construíram, do que era antes e do que se tornou agora. É, portanto, cidade que estabelece paralelo entre os jovens de ontem e os de hoje.

4.2.3 Jovens e escola: imbricamentos

Considerando que os jovens constroem experiências de identidade e alteridade a partir do contexto em que estão inseridos, torna-se essencial compreender como essa interação ocorre no ambiente escolar. Esse espaço reúne estudantes provenientes de diferentes realidades sociais, culturais, políticas, religiosas, raciais, entre outras, configurando-se, portanto, como um ambiente de diversidade por excelência. Assim, a maneira como a escola lida com essa diversidade se torna tema relevante, pois os jovens são influenciados por esse ambiente no processo de construção de suas identidades juvenis. Essa influência acaba se manifestando nas interações entre os pares no ambiente escolar, onde os jovens expressam quem são, o que desejam e o que fazem (Corti; Freitas; Sposito, 2001).

É fundamental compreender que a escola, como produto da sociedade e do momento histórico em que está inserida, gera relações sociais duradouras que, para além de seus muros, promovem coletividades e identidades. Nesse sentido, o contato com o outro, com o diferente, abre possibilidades de pensar a escola e o que ocorre nela para além do material didático e das aulas. Embora a principal função da escola seja a aprendizagem, a capacitação e a formação cidadã, ela também exerce uma função social importante: contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o que acontece além de seus muros. Portanto, é necessário olhar para as questões que atravessam os cotidianos juvenis, como suas vivências, desafios e formas de interação, reconhecendo a escola como um espaço de reflexão e transformação.

Nesse cenário, é importante considerar que tanto a escola quanto a sociedade, e, especificamente, os jovens, são responsáveis por gerar novas relações sociais que, por sua vez, produzem novas relações de produção (Lefebvre, 1997). Essas novas relações criam possibilidades para a constituição de um campo social em que surgem novos atores e um elenco múltiplo que reivindica reconhecimento, identidade, trabalho e educação. O coletivo ganha relevância sobre o individual, não porque haja uma luta única, mas porque, enquanto sociedade, algo conecta os indivíduos em uma comunidade, tornando a voz e o desejo de transformação social uma expressão compartilhada.

Lefebvre (1997) aborda a temática do espaço urbano e da cidade. Em nossa análise, essas discussões se inserem no contexto dos jovens que estão em movimento nesse espaço, nessa cidade e nesse ambiente urbano. Elas apresentam diferenças, como as mencionadas pelo autor, mas resultam em uma configuração da cidade e do urbano como formas sociais. Essas reflexões nos ajudam a entender que a cidade vai além de sua estrutura física, com ruas, prédios e mercados, exigindo análise social que leve em consideração todas as contradições que a compõem.

O cotidiano é importante por revelar as espacialidades e temporalidades da vida dos sujeitos, sendo também o espaço em que “os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites da ação” (Melucci, 2005, p. 29). De acordo com Pais (2003, p. 28), o “que se passa no cotidiano é 'rotina', costuma-se dizer”. Ao significado de cotidiano, associa-se a ideia de presente, aquilo que acontece todos os dias e que implica uma rotina de repetição. À rotina, relaciona-se a ideia de caminho, de rota, que pode estar semanticamente ligada à ruptura, ao corte, ao rompimento. É a partir dessa perspectiva que articulamos as interpretações sobre as formas pelas quais os jovens do nosso estudo “fabricam” suas próprias vidas, reinventando seus modos de ser jovem com base em

sua situação juvenil e aprendizados adquiridos em trajetórias não escolares, ancorados em suas experiências cotidianas.

Assim sendo, reconhecemos que a dicotomia “observador/campo” se dissolve na relação dinâmica, a de “observador-no-campo”, posição na qual nos situamos enquanto pesquisadores. Conforme Melucci (2005, p. 33), tudo “o que é observado na realidade social é observado por alguém que se encontra, por sua vez, inserido em relações sociais e em relação ao campo que observa”. Assim, percebemos os jovens como uma questão social pautada pelos seus espaços-tempo, dos quais o cotidiano e as vivências são como possibilidades para o entendimento desses sujeitos e do seu ser/estar no mundo.

Assumimos o olhar dos sujeitos sobre suas espacialidades e de como a sociedade e os agentes políticos os percebem nesses espaços. É nessa interseção – jovens, cidades, escola e territórios – que buscamos refletir sobre a indissociabilidade desses elementos, que se conectam entre si e contribuem para a construção social de sentidos. O cotidiano desses jovens, seja na escola ou na cidade, é o que nos conduz às suas vivências, espacialidades e temporalidades.

A reflexão em torno da relação dos jovens com a escola vem ganhando força, sobretudo por apontar a instituição escolar como elemento central na manifestação da sociabilidade juvenil. Nesse imbricamento entre a escola e os jovens, seja da escola com os jovens ou dos jovens com a escola, é fundamental compreender suas rotinas e modos de ser, dentro ou fora do ambiente escolar. Reconhecemos que cada escola possui especificidades.

A escola é um ambiente central na vida dos jovens, esses estão inseridos em processos educativos que vão além da escolarização. Por isso, não é suficiente pensar no jovem apenas como um estudante no espaço escolar. Ele é fruto do tempo e espaço próprios. Sua cultura, modos de ser e de se expressar, bem como as identidades, são construídos nos ambientes que frequentam e transitam. O jovem é muito mais do que o aspecto cognitivo ou normativo nesse relacionamento que estabelece com a escola.

É na escola que os jovens constroem redes sociais reais; ao formar amizades, estabelecem trocas de ideais, valores e hierarquias. Elegem seus círculos, grupos e guetos, circulam entre turmas e galeras, sem preocupação temporal. A sociabilidade é essencial para o desenvolvimento deles, não apenas como estudantes, mas como pessoas. Nos intervalos da rotina escolar, essa sociabilidade juvenil é criada e recriada por eles como forma de expressar quem são. O ato educativo de mediar as sociabilidades dos jovens com a comunidade escolar representa ganho, aproximando-os da escola e permitindo a construção de saberes fundamentados nas experiências e vivências que trazem consigo.

Nessa perspectiva, além de mediar conteúdos e transmitir valores estabelecidos socialmente, o professor se configura como mediador de relações e construção de sentido. Educar exige inserção no universo juvenil, estar próximo dos jovens, aprender a ouvi-los, mapear suas potencialidades e estabelecer relações interpessoais (Vygotsky, 1998). Considerar a sociabilidade como elemento de construção de possibilidades de inserção nos processos educativos pressupõe observar o sentido que os jovens atribuem a esse processo e como o vivenciam. O tempo e o espaço escolar dos jovens revelam particularidades e individualidades que lhes são próprias.

A escola exerce ação essencial ao aproximar individualidades e reconhecer a multiplicidade das experiências juvenis que atravessam seus muros. Mais do que um espaço de expressão identitária restrito à condição de ser jovem na escola, é necessário compreender que a juventude se forma em contextos que transcendem o ambiente escolar. O jovem não se torna jovem na escola; ele constrói a identidade a partir de interações sociais, incluindo aquelas vividas no espaço familiar, urbanos e convivência comunitária. A escola funciona como um local de aprendizagem e reconstrução contínua das experiências juvenis.

A escola é um terreno fértil para a transformação social, nesse espaço as sociabilidades juvenis encontram ambiente propício para a troca, reflexão e construção de sentidos. Por meio das interações cotidianas, os jovens podem desenvolver capacidade de compreender a complexidade de seu entorno, também de atuar sobre ele. Assim, ao cumprir sua função pedagógica e social, a escola contribui para formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de transformar a realidade em que estão inseridos.

Na seção a seguir, apresentamos o panorama da realidade escolar municipal, considerando a dinâmica de uso dos espaços escolares pelos jovens. Essa análise atribui à escola e às sociabilidades que nela se desenvolvem elementos que conectem os contextos e vivências dos jovens. Trata-se de promover a relação entre os espaços escolares e as experiências juvenis, de maneira a oferecer fundamentos que capacitem os estudantes a interpretar a cidade, o campo e a própria vida.

4.3 Realidade escolar municipal em Formosa – GO

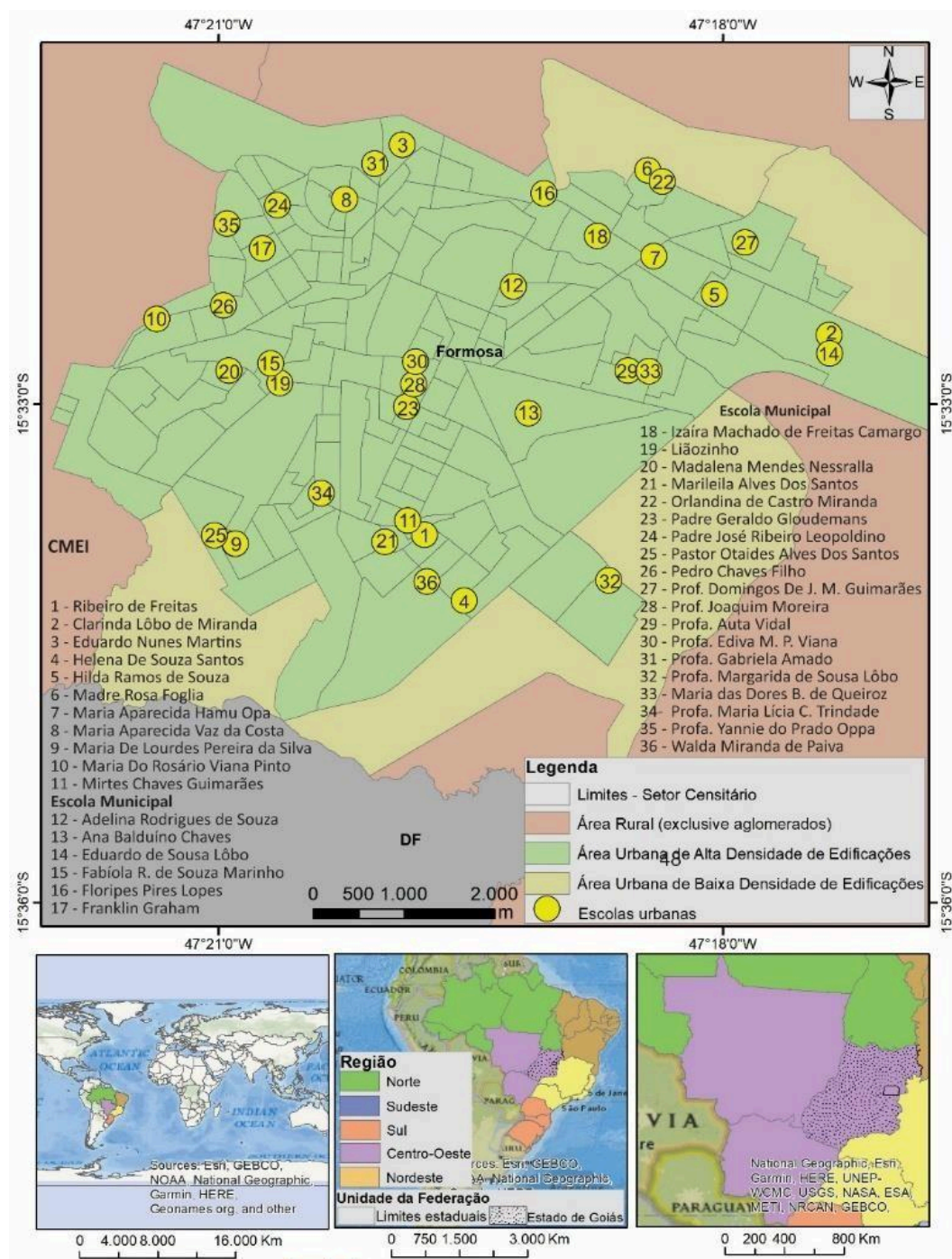
A realidade escolar municipal em Formosa – GO compreende a diversidade territorial, o que possibilita que as espacialidades sejam objeto de análise. A construção dos mapas 6 e 7 (Figuras 18 e 19), com a rede educacional municipal urbana e rural inserida, permite observar

e analisar como essas estão distribuídas e como os jovens são constituídos e constituintes da realidade histórica e social em que estão inseridos.

Ressaltamos a importância desse panorama, pois a pesquisa tem origem em duas escolas da rede municipal, mas se expande para outros espaços onde os jovens de Formosa exercem suas territorialidades e constroem suas identidades. Reiteramos o papel central do espaço escolar como fundamento das aprendizagens e, sobretudo, como lugar de encontro entre os jovens, condição que possibilitou a construção desta tese. Como professor da rede municipal de Formosa – GO há mais de 10 anos, senti-me no compromisso ético e profissional de também valorizar essa realidade e de certa forma conclamar para a necessidade de outros estudos que possam ter como centro a escola e os jovens.

A realidade escolar municipal urbana representada no mapa 6 (Figura 18) reitera a necessidade de se pensar numa rede mais articulada com os territórios e com os sujeitos que neles vivem. Cada localidade representa uma espacialidade singular, marcada por contradições e realidades próprias. Ainda assim, os jovens, apesar das distâncias, se conectam por aquilo que os une: a apropriação e a resistência expressas em suas manifestações culturais e sociais. A seguir, apresentamos a Figura 18.

Figura 18 - Mapa 6– Realidade Escolar Municipal Urbana – Formosa-GO



Fonte: IBGE (2019), adaptado pelo autor, 2025.

A realidade escolar urbana municipal de Formosa é composta por 11 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 25 escolas municipais que oferecem o Ensino Fundamental II (6.º ao 9.º ano). Conforme indicado na Figura 16, a maior parte dessa rede está localizada em áreas de alta densidade de edificações, refletindo a dinâmica de espacialidade dos sujeitos que frequentam essas instituições, marcada pela diversidade territorial.

No mapa 6 (Figura 18), observa-se que as escolas municipais tanto da primeira fase quanto da segunda fase do ensino fundamental abrangem diversas espacialidades. Acreditamos que a produção de saberes, e não sua mera reprodução, pode aproximar os jovens de suas territorialidades no ambiente escolar, contribuindo, assim, para a construção de um espaço social mais plural e diversificado.

Ao considerar os jovens e suas espacialidades, é possível reconhecer a escola como um dos principais palcos onde essas dinâmicas se manifestam. A realidade cotidiana de cada instituição revela muito sobre as identidades dos sujeitos que a frequentam. Assim, torna-se essencial que a escola contemple as realidades específicas do território em que está inserida, bem como as espacialidades juvenis que a circundam. Essas refletem as manifestações dos jovens, também possibilitam pensar em processos de construção de saberes centrados nos sujeitos e em suas experiências.

As escolas municipais urbanas, representadas na Figura 18, exemplificam essa relação entre territorialidade e identidade. Cada uma dessas instituições está delimitada espacialmente, o que reflete a organização administrativa e geográfica do sistema escolar e a diversidade das realidades trazidas pelos jovens que ali estudam. Essa espacialização da identidade escolar, representada pelas 36 unidades nomeadas, vai além da categorização territorial. Ela é atravessada por espacialidades dos sujeitos que frequentam essas instituições, compondo um mosaico de experiências e vivências que são únicas e interconectadas.

Carrano (2003) pontua que os jovens na cidade se inserem em redes de relações complexas, que influenciam e são influenciadas pelos espaços que ocupam. Essas interações não se restringem aos limites físicos das escolas, mas abarcam um emaranhado de significados e práticas que conectam os jovens a seus territórios e às diferentes formas de ser e agir. Reconhecer essa complexidade é fundamental para pensar em estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade dos contextos juvenis e que promovam a construção de saberes significativos e transformadores. Nas premissas do autor (Carrano, 2003, p. 127):

A organização complexa das cidades contemporâneas faz com que os jovens enfrentem o desafio da definição e afirmação de si, num mundo em que as esferas da produção se transformam em produção de signos. A complexidade das relações sociais demanda um grande investimento no desenvolvimento da capacidade reflexiva dos sujeitos que participam simultaneamente de muitas redes sociais e precisam lidar com intensos fluxos de informação, comunicação e sociabilidade.

A complexidade urbana varia conforme as realidades vividas em cada território, e as unidades escolares refletem esses contextos específicos. É essencial que os sujeitos inseridos

nesses territórios compreendam a realidade das escolas que frequentam e conheçam as pessoas que dão nome a cada instituição da rede municipal, seja urbana ou rural, pois esses nomes representam as espacialidades locais.

A escola constitui um dos principais espaços de socialização juvenil, mas também um território atravessado por contradições e disputas de sentido. Para Dubet (1994), a experiência escolar não se reduz à transmissão de saberes, mas se organiza como um conjunto de lógicas de integração, seleção e subjetivação que configuram diferentes formas de viver a escola. Nesse mesmo horizonte, Islas (2017) aponta que a escola, mesmo que historicamente vinculada à promessa de mobilidade social, já não assegura plenamente esse papel, especialmente em contextos marcados pela precarização do trabalho. Os jovens, ao mesmo tempo em que reconhecem a escola como lugar de acesso a recursos simbólicos e institucionais, também a tensionam, questionando seus limites e produzindo sentidos próprios de pertencimento.

Além de espaço institucional, a escola é também território de produção cultural e identitária. Por isso, Quapper (2015) problematiza a leitura adultocêntrica que reduz os jovens a sujeitos em formação e destaca a pluralidade das experiências escolares. Por sua vez, Dayrell (2007) evidencia que os jovens “não estão na escola, eles são da escola”, o que significa que produzem práticas culturais, sociabilidades e resistências que vão além da sala de aula. De modo semelhante, Charlot (2000) mostra que o sentido atribuído à escola é construído a partir da relação dos jovens com seus territórios de vida e expectativas de futuro. Assim, a escola não pode ser pensada como espaço neutro, mas como cenário de disputas simbólicas e concretas em que os jovens negociam identidades, constroem redes de sociabilidade e afirmam seu direito à educação e à cidade.

No mapa 7 (Figura 19), são apresentadas 15 instituições, incluindo escolas rurais, que enriquecem a compreensão das espacialidades. Os jovens do campo possuem particularidades e vivências distintas daqueles que moram na cidade. Mas, do ponto de vista da organização coletiva, acabam por se agrupar em movimentos pautados pelas atividades de lazer e culturais. Criam também suas territorialidades e determinam o cotidiano e as experiências coletivas que passam.

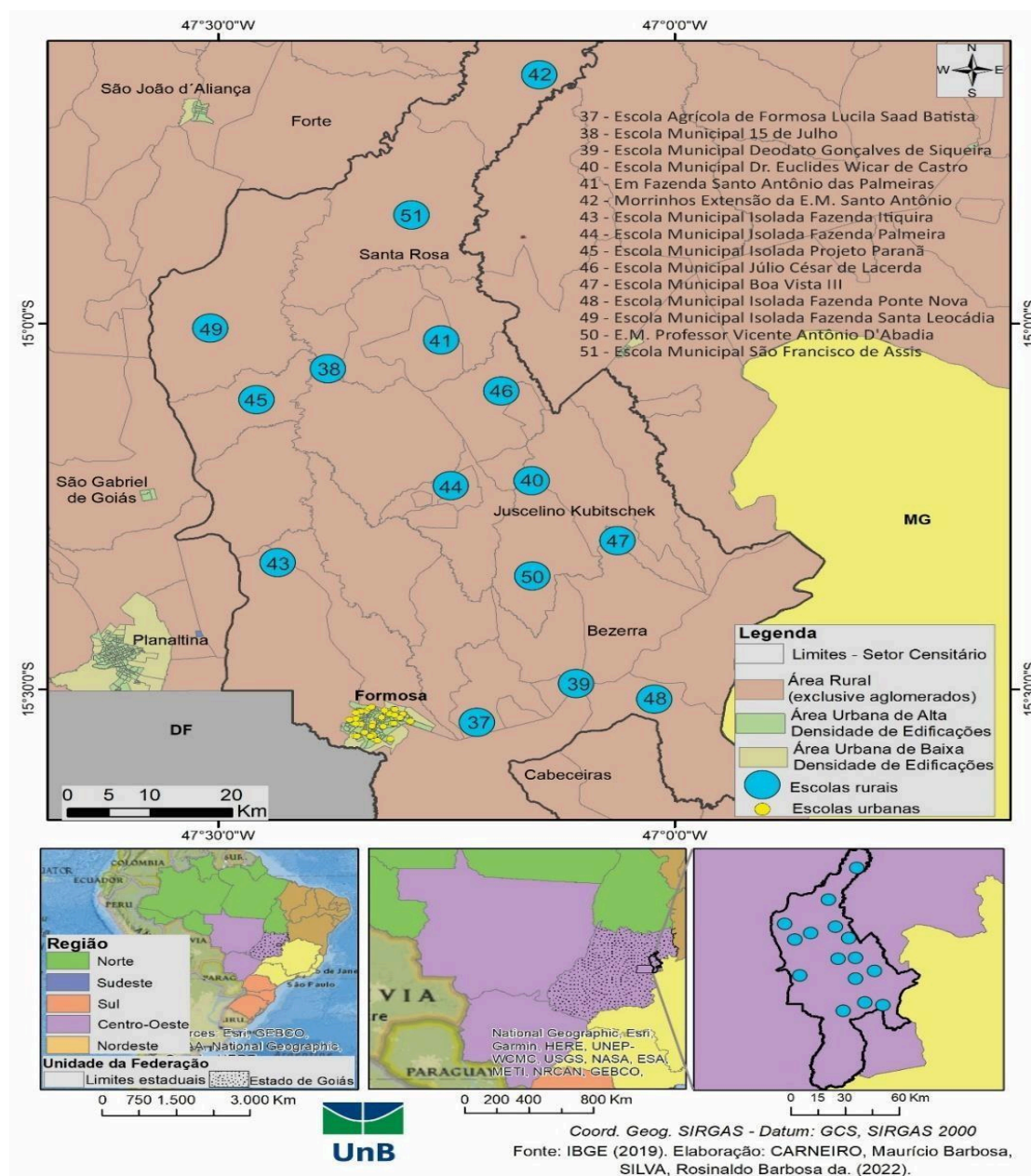
Embora esta tese não tenha como objetivo analisar os jovens do campo e sua relação com a escola, é importante destacar, para futuras pesquisas, a necessidade de preencher lacunas existentes nesse tema. Concordamos que o município de Formosa apresenta particularidades em suas localidades escolares, algumas distantes mais de 120 km da cidade, o que evidencia a necessidade de estudar essa realidade específica das escolas do campo.

O conhecimento da realidade escolar municipal, tanto da cidade quanto do campo, abre possibilidades para refletir sobre como buscar a concretude em nossas aprendizagens. Essa reflexão se aprofunda ao considerar os diferentes usos que cada jovem ou grupo faz desses espaços, expressando identidades que lhes são próprias. Além disso, revela outras territorialidades que precisam ser levadas em conta.

Os jovens escolares rurais enfrentam desafios que ultrapassam as dificuldades estruturais da educação no Brasil e revelam tensões entre permanência no campo e projetos de mobilidade social. Dayrell (2007) lembra que os jovens não apenas estão na escola, mas produzem sentidos e pertencimentos a partir dela. No entanto, no contexto rural, a escola frequentemente aparece marcada por infraestruturas precárias, longos deslocamentos e currículos urbanos, que pouco dialogam com a realidade do campo. Essa distância entre escola e território contribui para o sentimento de desvalorização da identidade rural e reforça desigualdades históricas.

Além disso, os jovens do campo vivenciam dilemas entre o desejo de permanecer em suas comunidades e a necessidade de buscar oportunidades em áreas urbanas. Arroyo, Caldart e Molina (2004) destacam que a luta pela educação do campo é também uma luta por reconhecimento das culturas, modos de vida e saberes rurais. Abramovay *et al.* (2002) apontam que muitos jovens rurais sofrem pressões contraditórias: de um lado, a expectativa familiar de continuidade no trabalho agrícola; de outro, a escola e o mercado de trabalho que projetam o sucesso fora do campo. Nesse cenário, a juventude rural é atravessada por desafios ligados à identidade, à permanência e à construção de projetos de futuro, que exigem políticas educacionais específicas, capazes de articular escola, território e direito à vida digna no campo.

Figura 19 - Mapa 7- Realidade Escolar Municipal Rural - Formosa-GO



Fonte: IBGE (2019), adaptado pelo autor, 2025.

Essas instituições enriquecem a compreensão das dinâmicas educacionais ao evidenciar como as territorialidades influenciam a construção de identidades e práticas pedagógicas no contexto da cidade e do campo. A Figura 19 ilustra a localização geográfica das unidades, também aponta para os desafios e as potencialidades do ensino em áreas rurais, sugerindo possibilidades para análises futuras que explorem as interações entre os estudantes e os espaços que ocupam.

4.4 Jovens e juventudes: mais que conceitos

A discussão sobre as juventudes tem sido reconhecida como essencial para compreender a diversidade das experiências juvenis. Essa perspectiva destaca a importância de abandonar concepções tradicionais que viam os jovens como partes de uma cultura juvenil homogênea. Embora jovens da mesma época possam compartilhar práticas, valores, estilos e linguagens, suas vivências são influenciadas por fatores como grupo social, etnia, gênero, territorialidade e religião. Essa diversidade evidencia que a condição juvenil não é vivida de maneira uniforme, mas sim como conjunto de experiências distintas que coexistem no mesmo tempo e espaço. A valorização do termo *juventudes* reflete essa pluralidade, amplia a compreensão sobre os modos como os jovens experimentam e constroem suas identidades.

Juventude vai além de um simples recorte etário, sendo compreendida como categoria social formada por indivíduos que compartilham experiências próprias da geração. Na sociedade contemporânea, os jovens enfrentam novas possibilidades e desafios, inseridos no contexto marcado pela presença das tecnologias digitais e redes sociais. Para a juventude atual, o uso do celular e a interação em plataformas digitais são atividades corriqueiras, molda a maneira como se relacionam com o mundo e entre si. Esses elementos tecnológicos contribuem para a construção da identidade juvenil, distinguindo os jovens das gerações anteriores.

As formas de expressão cultural e de associativismo juvenil são marcantes nas sociedades contemporâneas e evidenciam a importância do processo de construção identitária dos jovens. A maneira como se vestem, falam, interagem em grupos e consomem reflete a busca por afirmação de espaços e identidades próprias. Essas práticas, carregadas de significados sociais, são reelaboradas, formando um mosaico cultural que expressa as culturas juvenis. Nesse sentido, os jovens experimentam vivências, transitam entre grupos e ressignificam suas posturas e visões de mundo, criando uma dinâmica cultural rica. Essa compreensão é discutida por Sposito e Carrano (2003) e aprofundada por Cavalcanti (2011), autores que destacam a juventude como um espaço de transformação, criatividade e construção de significados sociais. Segundo Cavalcanti (2011, p. 8):

A categoria juventude é entendida como uma construção social. Não pode ser tomada em sua base biológica, mas, pode-se limitá-la para os estudos em faixa etária, sendo que muitos deles consideram a faixa entre 15 e 24 anos. No entanto, ressalta-se a necessidade de se considerar contextos específicos e suas diferenças, e de se falar em juventudes e em culturas juvenis, no plural para expressar elementos de identidade e processos de identificação de inúmeros grupos sociais.

A juventude é entendida como construção social que se transforma, varia de acordo com os processos históricos e culturais em que se insere. Por um lado, Libâneo (2004) destaca que a juventude contemporânea se caracteriza por sua diversidade, reflexo do cenário social em constante mudança. Por outro, Cassab (2011) enfatiza que a juventude é uma categoria socialmente construída, sujeita a alterações históricas, tornando inviável determinar com precisão o início e o término dessa etapa da vida. Já Abramo (2008) propõe compreender a juventude como categoria geracional que reflete a sociedade contemporânea, funcionando como retrato projetivo dessa. A juventude deve ser pensada no plural, reconhecendo as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição.

A relação entre juventude e espaço é abordada por Turra Neto (2013), este argumenta que as juventudes devem ser analisadas considerando suas espacialidades específicas. Ressalta a importância de compreender as trajetórias biográficas como conexões realizadas no aspecto temporal e espacial único. Assim, a juventude é associada a um período de transição e crise, caracterizado por dúvidas e angústias, o que dificulta sua delimitação apenas por faixas etárias. Grupos de jovens podem vivenciar gerações distintas mesmo estando na mesma idade cronológica.

Melucci (1997) contribui para essa discussão ao destacar que a juventude não é definida exclusivamente pela idade, mas por características culturais associadas à mudança e à transitoriedade. Logo, ser jovem na contemporaneidade ultrapassa os limites etários, com indivíduos assumindo identidades juvenis por períodos cada vez mais prolongados, independentemente da idade biológica.

Peralva (1997), ao explorar a institucionalização das idades, aponta que esse processo foi intensificado pela ação estatal durante a Revolução Industrial. Novas demandas sociais surgiram, acelerando transformações históricas e contribuindo para a cristalização das diferentes fases da vida. Ariès (1973), observa que a escola atua nesse processo, promovendo a separação entre adultos e jovens em formação. Diferente de práticas de aprendizado tradicionais, que misturavam faixas etárias, a escolarização moderna reforçou a distinção entre grupos etários, consolidando a cristalização social das idades. Esses processos são múltiplos e convergentes, configurando-se como elementos estruturantes da consciência moderna sobre as etapas da vida. Na interpretação de Reguillo (2003, p. 104):

Os jovens não representam uma categoria unívoca, a juventude é uma categoria construída culturalmente, não é uma “essência” e, neste sentido, a mutabilidade dos critérios que definem os limites e comportamentos dos jovens está necessariamente ligada aos contextos, produto das relações de poder em uma dada sociedade.

No Brasil, o critério idade é usado e a juventude é definida pela faixa etária de 15 a 29 anos, tal como definido no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Entretanto, não devemos reduzir a juventude a uma mera cronologia, visto que essa categoria etária é utilizada para definir indivíduos que vivem no mesmo tempo histórico e para a elaboração de políticas públicas. Nos considerandos de Brasil (2013, p. 25):

A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e recursos orçamentários.

Nesse contexto, compreender os jovens apenas pelo fator idade seria simplificar a realidade que envolve elementos relacionados aos campos simbólico e cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades (Dayrell; Carrano, 2014). A cronologia tem importância dentro das políticas, sendo necessária para se estabelecerem limites quanto à elaboração de programas e projetos nas políticas públicas que favoreçam os jovens.

Por isso, pensar nos jovens e nas juventudes exige proximidade conceitual que aponte para a pluralidade, estabeleça vínculo com o território e se concretize na vivência e experiência que esses sujeitos estabelecem com ele. Sendo assim, a experiência juvenil é marcada pelo pertencimento sociocultural dos sujeitos. A esse pertencimento social somam-se as identidades, o território, a escola e a cidade (Abramo, 2005; Corti, 2004; Dayrell, 2001, 2007; Leão, 2006, 2011; Sposito, 2005).

Corti e Souza (2012) pontuam que a juventude é marcada pela multiplicidade de experiências que estão associadas ao espaço e tempo em que os jovens vivem. O sentimento de pertencimento sociocultural, consolidado nos territórios, expressa como os jovens se conectam às suas localidades. Mais do que um conceito, as juventudes envolvem formas de vivência e experiências, de modo que entrelaçam o passado da infância com as possibilidades do mundo adulto.

Nesta pesquisa, optamos por adotar a expressão *jovens* em vez de *juventudes* ao nos referirmos aos sujeitos, pois esse posicionamento orienta a discussão para além da categoria, estabelecendo com os jovens, sujeitos desta análise, um vínculo constante com seu espaço e território. A expressão no plural de juventudes é adotada apenas quando se pontua uma relação da categoria estruturante.

Importa destacar que essa diferenciação é necessária para uma melhor compreensão dos jovens que se posicionam no espaço como atores de suas próprias transformações,

trazendo consigo identidades e formas de resistência nos espaços que ocupam, circulam, transformam e ressignificam. De igual modo, essa abordagem dá voz a suas narrativas e trajetórias, considerando a maneira como outros atravessamentos (classe, raça, gênero, território e cultura) também se conectam a suas identidades. Reafirmamos a perspectiva de jovens que se constituem socialmente em seus espaços-tempo. Cada uma dessas experiências/vivências indicam jovens que são cientes do seu papel no espaço em que circulam, na sua organização coletiva, e como ser ativo de uma sociedade.

Os jovens são sujeitos sociais ativos, que criam territorialidades próprias e são afetados pela segregação socioespacial. Sofrem a criminalização de sua presença em determinados espaços da cidade, mas também reivindicam esses espaços, resistem ao processo segregatório e constroem novas territorialidades.

Nesse movimento de criar suas territorialidades, demarcam apropriações das ruas e praças, como uma forma de resistir a uma certa normalização dos lugares. Imprimem suas formas de ser no mundo, reivindicando um direito à cidade a partir das suas práticas.

Acionamos a relação dos jovens com seu espaço geográfico considerando, nessa abordagem, a ação dos sujeitos sobre esse espaço, a forma como se organizam coletivamente e as práticas de inserção social adotadas, como nas batalhas de rima e/ou nos grupos de *skatistas*. Reconhecemos que a expressão *jovens* remete a esse sujeito ativo no processo de construção de suas identidades e, igualmente, na construção e transformação de suas territorialidades.

Nessa perspectiva, apresentamos, no capítulo a seguir, o estado da arte com o objetivo de mapear pesquisas a partir dos seguintes descritores: territorialidades, territorialidades juvenis, territorialidades na educação, territorialidades da infância e o conceito de lugar na Geografia das Infâncias, das Juventudes e dos Adultos. A partir das lacunas observadas, outro descritor tornou-se necessário e foi inserido como complemento dado à discussão dessa tese: os jovens e suas territorialidades.

CAPÍTULO 5 - PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado na pesquisa, aqui descrevemos as etapas e os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. O objetivo foi detalhar as escolhas metodológicas que orientaram o estudo, assegurando transparência e rigor científico na investigação da pesquisa.

5.1 Caracterização do estudo

A presente pesquisa enquadra-se como descritiva e exploratória, visando compreender as dinâmicas e manifestações das territorialidades juvenis em diferentes contextos. Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva permite documentar e analisar os fenômenos observados, enquanto o caráter exploratório busca identificar e aprofundar o conhecimento sobre aspectos investigados no âmbito das experiências juvenis. Essa combinação de abordagens é essencial para a análise completa das dinâmicas sociais vividas pelos jovens em seus territórios.

Ao adotar a perspectiva descritiva, o estudo buscou registrar com detalhes os fenômenos observados, permitindo compreender as diversidades e singularidades das práticas culturais e sociais dos jovens. O enfoque exploratório promove a investigação de aspectos novos ou pouco abordados, contribuindo para a ampliação do campo de conhecimento.

Essas características metodológicas foram escolhidas por serem compatíveis com os objetivos da pesquisa, que buscam compreender como os jovens se apropriam e ressignificam os espaços urbanos. A investigação se preocupa em respeitar as especificidades dos participantes e os contextos em que estão inseridos. A escolha dessa abordagem também reflete o compromisso do estudo com a análise de fenômenos sociais dinâmicos e em constante transformação. Assim, a combinação de perspectivas descritiva e exploratória permite olhar amplo e sensível sobre as experiências juvenis.

Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão das interações entre os jovens e seus territórios, oferece subsídios para a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas voltadas a essa população. O caráter descritivo e exploratório permitiu que o estudo mantivesse a flexibilidade necessária para captar a complexidade das práticas juvenis, sem perder de vista o rigor científico que caracteriza a pesquisa acadêmica.

O ponto de partida da pesquisa foi a escola, espaço de encontro, sociabilidade e também de tensionamentos. Muitos dos jovens com quem dialoguei são meus alunos ou ex-alunos, o que facilitou o processo de aproximação e entrada no campo. A partir das

conversas e vivências na escola, fui direcionado a espaços específicos da cidade onde a presença juvenil se intensificava em práticas coletivas: as batalhas de rima e as pistas improvisadas dos *skatistas*. Ali, a cidade se revelava em outras camadas, espaços ressignificados, apropriados, experimentados em uma lógica que escapa à organização formal do urbano.

A pesquisa, portanto, foi sendo construída de modo processual, respeitando os tempos e os ritmos dos jovens, dos grupos e dos próprios territórios. A observação participante foi o primeiro instrumento mobilizado, como estratégia de inserção e reconhecimento dos espaços e das dinâmicas dos coletivos. Com o tempo, avançamos para as rodas de conversa e, posteriormente, para as entrevistas semiestruturadas. Cada instrumento foi empregado em momentos distintos e em diferentes locais, respeitando tanto a lógica do campo quanto os direcionamentos que a própria pesquisa pedia.

5.2 Local e participantes

A pesquisa foi conduzida em uma escola municipal de Formosa, localizada em Formosa – GO, e expandiu-se para o ambiente urbano da cidade. Inicialmente, o estudo focou no espaço escolar, mas logo se deslocou para outros cenários urbanos nos quais os jovens manifestam suas territorialidades. Estes espaços incluem locais de convivência e lazer onde as experiências juvenis se constroem.

A escola municipal de Formosa, que aqui não teve o seu nome mencionado, representa um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas sociais dos jovens, sendo um espaço de interação e formação. A investigação não se limitou ao ambiente escolar, uma vez que os jovens utilizam outros territórios da cidade para expressar suas identidades e criações culturais.

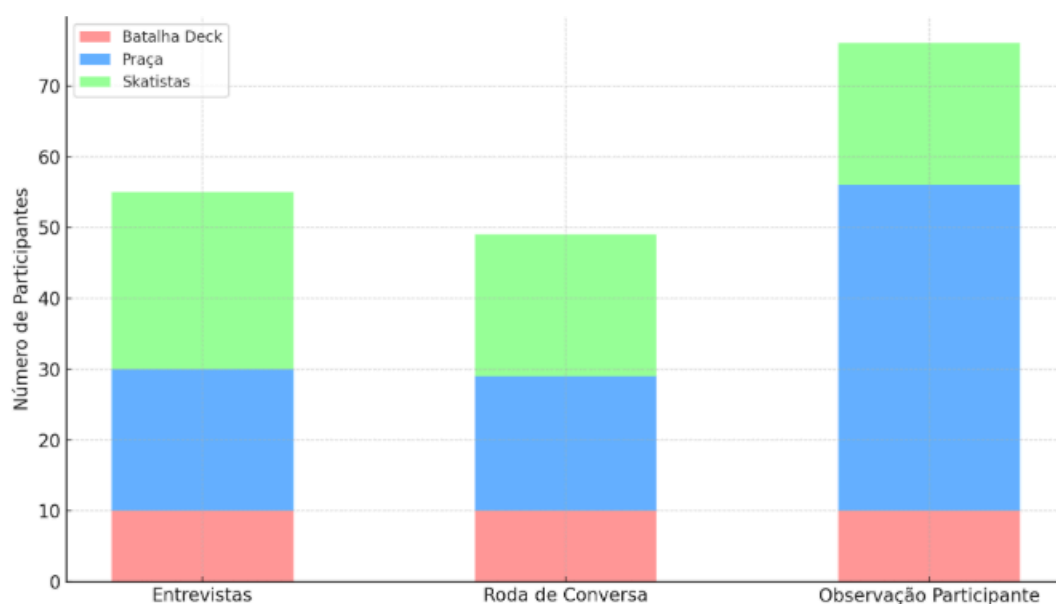
Foram incluídos no estudo três grupos de jovens, cada um com dinâmicas e espaços específicos: as batalhas de rima do *deck*, as batalhas de rima na praça da Prefeitura em Formosa – GO e um grupo de *skatistas*. Esses contextos foram escolhidos por sua relevância cultural e social para as experiências juvenis em Formosa. As batalhas de rima são eventos que reúnem jovens para expressarem suas ideias por meio do *rap* e da poesia improvisada, criando espaços de pertencimento e resistência. Os *skatistas* utilizam o espaço urbano como palco para sua expressão artística e esportiva, ressignificando as paisagens da cidade.

A seleção desses grupos foi realizada com base em critérios como frequência, relevância cultural e acessibilidade. Essa diversidade de aspectos enriqueceram a pesquisa,

permitindo a compreensão das interações juvenis com os territórios urbanos. O contato com os participantes foi estabelecido de forma gradual, respeitando suas dinâmicas e particularidades. Dessa maneira, a pesquisa garantiu a construção de relações de confiança e colaboração entre os jovens e o pesquisador.

O gráfico intitulado “Participantes por Grupo e Instrumento Metodológico”, apresentado na Figura 20, evidencia a distribuição dos sujeitos da pesquisa segundo os três principais instrumentos utilizados: entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante. Os grupos analisados foram organizados em três categorias: participantes das batalhas de rima no *Deck* Formosa, participantes das batalhas de rima da Praça Rui Barbosa e grupos de *skatistas*. A visualização em barras empilhadas permite observar, de forma objetiva, o engajamento dos diferentes coletivos juvenis em cada uma das estratégias metodológicas aplicadas no campo.

Figura 20 – Gráfico: Participantes por grupo e instrumento metodológico



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A análise quantitativa dos participantes, distribuídos por grupo e instrumento metodológico, revela uma participação significativa e diversa nos três procedimentos adotados: entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante.

Nas entrevistas, o total de participantes foi de 55, sendo 10 oriundos da Batalha do *Deck*, 20 jovens que frequentam a Batalha da Praça Rui Barbosa, e 25 *skatistas*. Essa distribuição indica uma participação relativamente equilibrada, com destaque para os *skatistas*, que representam a maior parcela dentro desse instrumento.

Nas rodas de conversa, contabilizaram-se 49 participantes: 10 jovens ligados à Batalha do *Deck*, 20 da Praça e 19 *skatistas*. Esse dado evidencia a manutenção de um padrão de envolvimento semelhante ao das entrevistas, embora com uma leve redução no número total. A roda de conversa mostrou-se um espaço especialmente produtivo para a escuta coletiva e o compartilhamento de experiências comuns entre os grupos.

Já na observação participante, houve o maior número de interações, totalizando 77 sujeitos observados. Destes, 10 pertencem ao grupo da Batalha do *Deck*, 45 estão vinculados às práticas na Praça Rui Barbosa, e 22 ao universo dos *skatistas*. Essa diferença expressiva na Praça reflete sua centralidade como espaço de circulação, encontro e sociabilidade juvenil, sendo um território de múltiplas práticas culturais e cotidianas.

Esses dados apontam não apenas para o alcance da pesquisa nos diferentes grupos, mas também para a relevância dos espaços observados na constituição das territorialidades juvenis em Formosa – GO. A maior incidência de jovens nos momentos de observação participante reforça a importância da presença contínua da pesquisadora em campo como estratégia fundamental para captar dinâmicas, interações e disputas simbólicas no uso da cidade.

De modo geral, o gráfico revela a importância da triangulação metodológica para acessar diferentes dimensões da experiência urbana juvenil. A complementaridade entre as técnicas permitiu captar desde narrativas individuais até práticas coletivas e gestos cotidianos, compondo um quadro mais denso e complexo das espacialidades juvenis em Formosa – GO.

5.3 Procedimentos para a coleta dos dados

O planejamento da pesquisa foi pautado por uma lógica flexível e dialógica. A entrada no campo se deu ainda no início do doutorado, com os primeiros contatos acontecendo na escola. A partir daí, o campo foi se expandindo para os territórios vividos pelos jovens. A pesquisa foi sendo tecida no encontro com eles, respeitando seus interesses, seus ritmos e as possibilidades reais de aproximação.

O uso dos instrumentos metodológicos seguiu uma sequência planejada, mas adaptável: inicialmente a observação participante, seguida das rodas de conversa e, por fim, das entrevistas. As estratégias metodológicas buscaram sempre articular o respeito à autonomia dos jovens. A construção do campo foi, portanto, marcada pela ética do encontro, pela escuta atenta e pelo compromisso com a valorização das vozes juvenis na cidade de Formosa.

5.3.1 Registro e análise dos instrumentos metodológicos

O uso combinado de diferentes instrumentos metodológicos permitiu uma escuta mais ampla e densa dos sujeitos da pesquisa. Cada técnica trouxe contribuições específicas para o aprofundamento das questões centrais da tese: como os jovens se relacionam com a cidade, constroem pertencimentos e disputam espaços.

As rodas de conversa foram fundamentais para criar um espaço horizontal de troca, onde os jovens pudessem narrar suas vivências de forma coletiva. Essas rodas de conversas foram realizadas em dois grandes blocos temáticos: 1) desafios de ser jovem na cidade de Formosa e 2) vivências e experiências de ser jovem na cidade. Os encontros reuniram participantes das batalhas de rima (*Deck* e Praça) e do grupo de *skatistas*. Esses momentos permitiram que emergissem reflexões compartilhadas sobre a cidade, seus limites, violências, afetos e possibilidades. A escuta coletiva deu visibilidade às redes de apoio, aos enfrentamentos cotidianos e à centralidade da rua, da praça e da escola como espaços de formação e resistência.

As entrevistas semiestruturadas permitiram aprofundar questões surgidas nas rodas e nas observações. Esse instrumento possibilitou captar nuances individuais, trajetórias e intencionalidades, especialmente de jovens que, por diversos motivos, não estavam plenamente inseridos nos coletivos ou participavam de maneira mais esporádica. As entrevistas também evidenciaram as diferenças entre os dois grupos de batalha, mesmo que distantes pouco mais de um quilômetro. Cada uma apresentava dinâmicas específicas, mas compartilhavam elementos estruturantes como a resistência, a exclusão e a potência criativa da juventude.

A observação participante foi essencial como primeira etapa de entrada no campo. Estive presente em batalhas de rima na Praça da Prefeitura e no *Deck* da Cidade, bem como nos encontros do grupo de *skatistas* na Praça do Hugo Lobo. Em cada um desses momentos, registrei aspectos do ambiente, da interação entre os jovens, das performances e da forma como se apropriaram dos espaços públicos. Estar junto, sem intervir diretamente, me permitiu captar elementos que nem sempre aparecem na fala, mas que se expressam em gestos, olhares, ritmos e usos do corpo no espaço. O registro constante em diário de campo ajudou a sistematizar essas experiências e orientar as etapas seguintes da pesquisa.

As observações participantes realizadas com os grupos de jovens, *skatistas* e integrantes das batalhas de rima, revelaram dimensões centrais sobre as territorialidades

juvenis na cidade de Formosa – GO, especialmente no que se refere aos sentidos de pertencimento, resistência e disputa simbólica pelo espaço urbano.

Ao acompanhar os encontros dos *skatistas* na Praça do Hugo Lobo, tornou-se evidente que o *skate*, mais do que uma prática esportiva, se apresenta como um estilo de vida e um modo legítimo de ocupação da cidade. Os jovens que ali se reúnem desafiam cotidianamente o olhar estigmatizante que ainda recai sobre eles. A desconfiança por parte de alguns adultos, os comentários negativos e as tentativas de desmobilização não os impedem de continuar. Pelo contrário, fortalecem o sentimento de grupo e de resistência. Assim, o espaço vai se tornando lugar de experiência, de afetos, de identidade.

A praça, enquanto território disputado, também evidencia os conflitos espaciais entre diferentes usos e usuários do espaço público. Os *skatistas* se impõem com sua presença, reafirmam sua territorialidade e produzem ali uma cultura própria, ainda que enfrentem tensões constantes. Contudo, essas tensões não anulam possibilidades de interação: momentos de aproximação intergeracional, como a curiosidade de crianças observando as manobras, apontam para brechas de diálogo e reconfiguração das relações na cidade. A apropriação do espaço pelos *skatistas*, portanto, é tanto um gesto estético quanto político, inserido no campo mais amplo das disputas por reconhecimento e direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Nas batalhas de rima, essas dinâmicas se complexificam. No *Deck* da cidade, por exemplo, os jovens transitam entre a criação poética e o enfrentamento das hostilidades do espaço público. A presença ostensiva de guardas, os olhares desconfiados e os comentários desqualificadores demonstram que o acesso pleno ao espaço urbano ainda é restrito para juventudes que rompem com o perfil “aceitável”. Entretanto, mesmo diante dessas adversidades, os jovens persistem. A rima se transforma em instrumento de denúncia, de identidade e de invenção de si. Há ali uma criatividade pulsante, uma vontade de existir e resistir. As batalhas tornam-se espaços de visibilidade e potência — experiências de cidadania cultural (Souza Santos, 2002), onde a cidade se inscreve no corpo e na palavra dos jovens.

Já na praça da Prefeitura, a territorialidade ganha contornos ainda mais simbólicos. Estar na praça central da cidade — espaço carregado de significados históricos e sociais — é, para os jovens, uma forma clara de reivindicar pertencimento. Eles dizem com suas rimas e presenças: “o centro também é nosso”. As referências aos bairros periféricos, aos desafios do cotidiano e às vivências de exclusão se misturam com a musicalidade e o improviso, criando uma narrativa coletiva sobre juventude, cidade e desigualdade. A praça se converte em espaço de expressão e escuta, ainda que marcada pela ambivalência: enquanto os jovens se reconhecem ali, parte da população os vê como ameaça. Essa tensão expressa o que Haesbaert

(2004) chama de “desterritorialização simbólica”, pois evidencia como certos corpos e culturas seguem sendo marginalizados mesmo nos espaços que deveriam ser públicos.

Em todas essas experiências, a territorialidade aparece como categoria analítica fundamental: ela não apenas delimita o espaço vivido, mas revela as relações de poder, os afetos, os enfrentamentos e as estratégias de sobrevivência e afirmação. As juventudes observadas nesta pesquisa reconfiguram a cidade a partir de seus próprios sentidos e vivências. A observação participante permitiu captar essa dimensão sensível, fluida e ao mesmo tempo resistente que caracteriza as territorialidades juvenis, sempre marcadas pela criatividade, mas também pela luta constante por reconhecimento e direito de existir com dignidade no espaço urbano.

A seleção desses grupos baseou-se em critérios rigorosos que consideraram a frequência com que os jovens participam desses espaços, a relevância cultural que esses grupos possuem no cenário local e a acessibilidade para o contato e observação durante a pesquisa. A frequência assegura que os grupos analisados sejam representativos das práticas cotidianas dos jovens, enquanto a relevância cultural evidencia o papel significativo que essas manifestações exercem na construção das identidades juvenis e na dinamização do espaço urbano. A acessibilidade, por sua vez, possibilita um acompanhamento mais detalhado e um diálogo mais próximo com os sujeitos envolvidos, garantindo maior profundidade e autenticidade das informações coletadas. Ao integrar essa diversidade de contextos, que abrangem tanto espaços formais quanto informais, atividades recreativas e culturais, a pesquisa amplia seu escopo, possibilitando uma compreensão mais ampla e multifacetada das formas pelas quais os jovens interagem, se apropriam e transformam seus territórios urbanos, refletindo as complexidades e dinamicidades das territorialidades juvenis em Formosa – GO.

O contato com os participantes foi estabelecido de forma gradual, respeitando suas dinâmicas e particularidades. Dessa maneira, a pesquisa garantiu a construção de relações de confiança e colaboração entre os jovens e o pesquisador.

5.3.2 Instrumentos

Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos principais: rodas de conversa, observações participantes e entrevistas semiestruturadas. Esses instrumentos foram aplicados aos três grupos de jovens mencionados, permitindo entendimento das suas experiências e manifestações culturais, suas territorialidades e espacialidades.

A roda de conversa “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, 2010, p. 26). Esse é um método de produção de dados no qual o pesquisador participa como parte do processo investigativo. Durante essas interações, o pesquisador colabora na conversa, gera informações para análise e discussão. Esse recurso proporciona a oportunidade de compartilhar vivências e fomentar reflexões acerca das práticas educativas dos participantes. Mediada pela interação com os pares, promove diálogos internos e momentos de observação silenciosa e reflexiva (Moura; Lima, 2014).

Dessa forma, as rodas de conversa consistiram em encontros informais nos quais os jovens puderam compartilhar suas experiências, ideias e perspectivas. Esses momentos foram fundamentais para estabelecer a relação de confiança e fomentar o diálogo entre os participantes. A condução das rodas baseou-se em questões abertas e temas orientadores, favorecendo a emergência de discursos espontâneos e a circulação de diferentes perspectivas. Esse método possibilitou a apreensão das dinâmicas sociais e culturais que atravessam as práticas juvenis nos territórios investigados. Os encontros foram registrados em áudio e complementados por anotações detalhadas, garantindo a riqueza do material para a análise qualitativa.

Outro instrumento foi a observação participante. Minayo (2010) afirma que essa é uma técnica de pesquisa qualitativa em que o pesquisador se envolve no ambiente e nas atividades do grupo investigado, buscando entender seus comportamentos, interações e significados a partir da vivência compartilhada. Esse método permite a coleta de dados ricos e contextuais, e exige do pesquisador postura reflexiva e ética, ao enfatizar a importância de equilibrar envolvimento e distanciamento crítico durante o processo investigativo.

As observações participantes envolveram a inserção do pesquisador nos espaços frequentados pelos jovens. Isso permitiu a compreensão direta e contextualizada de suas práticas. Esse instrumento possibilitou captar aspectos que poderiam não ser revelados em entrevistas ou rodas de conversa. A postura observacional privilegiou a imersão reflexiva, sem interferência direta, possibilitando o registro sistemático das interações, comportamentos e manifestações culturais por meio de diários de campo. Tal procedimento permitiu compreender a materialidade das relações juvenis com o espaço urbano, enriquecendo a triangulação metodológica da pesquisa.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas individualmente com os participantes, abordando questões previamente definidas, mas abertas à exploração de temas

emergentes. Essa abordagem flexível garantiu que as narrativas dos jovens fossem plenamente exploradas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com o intuito de aprofundar a compreensão das trajetórias individuais, das representações e dos sentidos atribuídos pelos jovens aos espaços e às relações sociais. As entrevistas exploraram temas centrais relacionados à identidade, à sociabilidade, à territorialidade e aos processos de formação dos jovens. As conversas foram integralmente gravadas para posterior transcrição e análise, o que garantiu a fidelidade das narrativas e a possibilidade de identificar nuances subjetivas que complementam os dados coletados por meio das outras técnicas.

A combinação desses instrumentos permitiu a triangulação dos dados, aumentando a confiabilidade e a profundidade das informações obtidas. Cada instrumento atuou como papel complementar, contribuindo para a compreensão holística do objeto de estudo. Os instrumentos foram aplicados de maneira ética, responsável, com a garantia de anonimato e o consentimento informado dos participantes. Esse compromisso é fundamental para assegurar o respeito e a dignidade dos jovens envolvidos na pesquisa.

5.4 Procedimentos para análise dos dados

A apreciação dos dados foi realizada com base na análise temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2013). Esse método é utilizado para identificar e interpretar padrões e temas em dados qualitativos, oferece estrutura para a organização e compreensão dos resultados. O processo de análise seguiu etapas específicas, incluindo familiarização com os dados, codificação inicial, identificação de temas, revisão dos temas, definição e nomeação dos temas, e elaboração do relatório final. Cada etapa foi conduzida com rigor, garantindo a qualidade e a credibilidade dos resultados.

A análise temática compartilha características com métodos empregados na análise qualitativa. Elementos como a busca por padrões, a abordagem recursiva, a flexibilidade, a consistência interna dentro das categorias ou temas, e a distinção entre categorias ou temas diferentes são aspectos essenciais desse tipo de análise.

Nesta pesquisa, os temas refletiram aspectos fundamentais das territorialidades juvenis, como práticas culturais, dinâmicas de pertencimento e ressignificação dos espaços urbanos. A análise buscou conectar esses temas ao referencial teórico, estabelecendo relações entre os dados empíricos e os conceitos explorados. A abordagem temática valorizou as vozes

e perspectivas dos jovens, destacando suas experiências e interpretações. Esse foco contribuiu para a análise das particularidades dos participantes.

As categorias analíticas construídas a partir dos dados da pesquisa dialogam profundamente com os postulados do Direito à Cidade, especialmente conforme formulado por Lefebvre (1968) e, posteriormente, desenvolvidos por autores como Harvey. As práticas juvenis investigadas, especialmente de *skatistas* e MCs, expressam cotidianamente dimensões fundamentais desse direito, ao se apropriarem da cidade, contestarem exclusões e criarem novos sentidos para o espaço urbano.

A categoria criada “Práticas Espaciais e Interação Urbana” se relaciona ao direito de apropriação simbólica e material dos espaços urbanos. A conexão dos jovens com o espaço da cidade, por meio de fluxos, rotas e sentimentos de pertencimento, revela a dimensão experiencial do direito de viver plenamente a cidade. As experiências periféricas no centro da cidade e a transformação de localidades por meio da cultura são expressões do direito à centralidade e à ressignificação do território pela prática cultural.

A categoria “Barreiras, Conflitos e Exclusão” explicita os limites impostos ao exercício desse direito. Barreiras físicas (como a inadequação do mobiliário urbano), simbólicas (como o estigma) e institucionais (como a repressão policial) comprometem o uso equitativo dos espaços públicos. A disputa pelo uso legítimo da cidade, a estigmatização das práticas juvenis e a ausência de infraestrutura adequada (como pistas de skate ou espaços culturais) revelam a desigualdade no acesso aos benefícios urbanos e a violação do princípio da função social da cidade.

Na categoria “Expressão Cultural”, os jovens exercem o direito à cidade por meio da arte, da palavra e da performance. As batalhas de rima, o jogo de manobras dos *skates* e o estilo próprio se configuram como práticas de resistência e como modos de ocupar e transformar a cidade. São formas legítimas de participação e crítica social, conectadas ao direito de expressar-se cultural e politicamente no espaço urbano.

Nesse contexto, tais expressões também refletem o direito à construção de laços sociais e ao fortalecimento coletivo diante da exclusão. A produção de identidade por meio do *hip-hop*, do vestuário e das linguagens próprias revela o direito à diferença e ao reconhecimento das culturas urbanas marginalizadas.

A categoria “Identidade e reconhecimento coletivo” emerge da observação dos processos de socialização e autoafirmação construídos pelos jovens nos espaços urbanos que ocupam e (re)significam. A identidade, neste contexto, não é uma essência dada ou estática, mas uma construção relacional, processual e situada, como nos lembra Hall (2006). Trata-se

de um processo contínuo de identificação, em que os sujeitos mobilizam narrativas, símbolos, memórias e práticas para produzir sentidos de si e do outro.

No caso dos jovens participantes das batalhas de rima e do grupo de *skatistas* em Formosa – GO, a construção identitária está profundamente vinculada ao reconhecimento do coletivo. O que está em jogo não é apenas como cada jovem se vê, mas sobretudo como se sente visto, acolhido, respeitado e validado dentro de um grupo que compartilha códigos, linguagens, marcas culturais e experiências comuns de exclusão e resistência.

Por fim, as categorias “Interação com o Público” e “Mobilidade e Acesso aos Espaços Urbanos” materializam o direito à cidade como espaço de encontro, circulação e troca. As trajetórias dos jovens, os obstáculos enfrentados no acesso ao centro e as dinâmicas de validação entre MCs e plateia revelam tanto os desafios quanto as potências das práticas juvenis na conquista simbólica e física do território urbano.

Essas práticas não apenas revelam um direito reivindicado, mas também performedo: os jovens, ao ocuparem, circularem e se expressarem na cidade, constroem e reinventam o urbano à sua maneira. Isso demonstra o exercício, na prática, do Direito à Cidade.

As categorias e subcategorias selecionadas para esta pesquisa estão representadas no Quadro 16.

Quadro 16 – Categorias, subcategorias e postulados da análise dos dados

Categorias/Subcategorias	Postulados do Direito à Cidade
1. Práticas Espaciais e Interação Urbana	
1.1 Ocupação simbólica e material de espaços urbanos	Direito à apropriação do espaço urbano
1.2 Resistências	Direito à centralidade e à produção cultural do espaço
1.3 Experiências periféricas no centro da cidade	Direito de circulação e uso pleno da cidade
2. Barreiras, Conflitos e Exclusão	
2.1 Barreiras à apropriação de espaços	Direito à cidade sem exclusão física ou simbólica
2.2 Disputa entre usos e repressão	Direito ao uso democrático dos espaços públicos
2.3 Falta de infraestrutura e oportunidades	Direito à cidade equipada e justa; função social da cidade
3. Expressão Cultural	
3.1 Expressões artísticas como resposta a desafios	Direito à livre expressão cultural e crítica
3.2 Críticas sociais e reivindicações urbanas	Direito à participação política e social
3.3 Batalha de rima como narrativa periférica	Direito à visibilidade e valorização das culturas populares
4. Identidade e reconhecimento coletivo	
4.1 Relações de solidariedade e pertencimento coletivo	Direito à vida comunitária e ao pertencimento urbano
4.2 Linguagem própria, identidade do grupo e hip-hop	Direito à identidade cultural e à diferença
4.3 - Dinâmica entre MCs e plateia	Direito ao espaço como arena de expressão e reconhecimento coletivo
4.4 Desafios dos grupos sub-representados e os preconceitos sociais e institucionais	Direito à cidade sem exclusão física ou simbólica

4.5 Validação ou rejeição pelo público	Direito à representação e ao diálogo social
--	---

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A utilização da análise temática garantiu que os dados fossem analisados de maneira detalhada, sistemática e organizada, permitiu também identificar padrões, compreender as diversidades e singularidades das interações juvenis em espaços urbanos⁹. Essa abordagem possibilitou a leitura das práticas culturais, das dinâmicas de pertencimento e das formas de expressão dos jovens, proporcionando informações ricas. O método contribuiu para revelar as múltiplas camadas de significados presentes nas territorialidades dos participantes, ampliou a compreensão sobre a relação entre juventude e espaço urbano em diferentes contextos sociais.

⁹ Os critérios do que é considerado urbano são muito distintos entre os países. Em geral, segundo avaliações das Nações Unidas (*United Nations*, 1998), os critérios de “urbano” podem ser classificados em pelo menos três tipos: 1) tamanho das localidades; 2) classificação dos centros administrativos e 3) classificação dos centros administrativos de acordo com critérios selecionados (tipo de governo local, número de habitantes ou proporção da população em atividades tipicamente agrícolas). Países como a Albânia consideram urbanas as localidades com pelo menos 400 habitantes enquanto na Áustria o limite inferior é de 5 mil. Na Bulgária, são as áreas constituídas legalmente independentemente do tamanho; em Israel são os centros predominantemente não agrícolas; na Suécia são consideradas as áreas onde não haja distâncias superiores a 200 metros entre as residências e no Japão são consideradas as municipalidades com mais de 50 mil habitantes, desde que possuam pelo menos 60% das residências em áreas antropizadas e pelo menos 60% dos habitantes empregados em atividades industriais, comerciais ou demais atividades tipicamente urbanas. No caso brasileiro, toda sede de município ou distrito é considerada como área urbana, sendo tais perímetros definidos por legislação municipal. Ou seja, a classificação das áreas urbanas é atribuída aos municípios, independentemente de qualquer critério conceitual. Este critério político-administrativo é legitimado pela relação ainda muito difundida da relação entre urbanização e desenvolvimento, uma vez que as áreas rurais ainda são frequentemente associadas a regiões pouco desenvolvidas e atrasadas.

CAPÍTULO 6 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados e a discussão a partir da análise das práticas espaciais e da interação urbana, ou seja, a relação dos jovens com a cidade, destaca a ocupação simbólica e material dos espaços da cidade, principalmente nas periferias urbanas, onde ocorrem formas de resistência cultural. A adaptação do mobiliário urbano configura-se como uma manifestação concreta da apropriação dos espaços urbanos por grupos sociais, os quais utilizam esses ambientes para a construção e afirmação de suas identidades coletivas. A relação dos jovens com a cidade é marcada por fluxos e rotas que reforçam o pertencimento aos espaços públicos.

Por meio do processo de triangulação dos dados, identificamos elementos que comprovam as vivências e experiências dos jovens na cidade. As práticas, manifestações culturais, usos dos espaços e as formas como os jovens se apropriam do território urbano funcionam como indicadores reais e concretos dessas experiências. Isso evidencia que eles não apenas ocupam fisicamente o espaço, mas também o vivenciam, transformam e ressignificam, de acordo com suas identidades, desafios, estratégias e contextos sociais. Tais vivências se expressam em rituais, modos de sociabilidade, formas de resistência, lazer, entre outros aspectos. Assim, a cidade deixa de ser apenas um cenário passivo para se tornar um território ativo da construção juvenil.

Estabelecemos a partir desse processo as categorizações e as subcategorizações para elencar minuciosamente o processo comprobatório das ações dos jovens sobre seus lugares de vivências coletivas. Consideramos importante demarcar que os movimentos que os jovens realizam na cidade (Batalhas de Rima e Grupo de *Skatistas*) não envolvem a totalidade dos jovens em seu vínculo com o espaço. Há outros demarcados pelo *rap*, *hip-hop*, grafiteiros, das Bikes BMX que também poderiam estar incorporados nesta tese, mas que por uma questão do tempo de uma pesquisa de doutorado não foi possível abarcar.

Ainda que alguns sujeitos possam não estar diretamente inseridos nesta abordagem, entendemos que os elementos aqui apresentados podem representar seus anseios, de modo que se vejam contemplados neste trabalho, sem excluir outras abordagens que possam considerá-los em suas territorialidades.

Apresentamos, a seguir, as categorias e subcategorias elencadas no Quadro 16, dispostas conforme os aportes teóricos discutidos nesta tese e estabelecendo uma ligação mais pormenorizada com os postulados do direito à cidade defendido por Lefebvre (2013). Ao

longo das falas, entrevistas e das transcrições das rodas de conversas, os participantes tiveram seus nomes trocados a fim de preservar suas identidades.

6.1 Práticas Espaciais e Interação Urbana

Esta categoria trata das maneiras como os jovens ocupam, utilizam e ressignificam os espaços urbanos. Ou seja, refere-se à territorialidade simbólica e material, aos fluxos e às conexões estabelecidas entre os jovens e a cidade, bem como às transformações promovidas nos lugares como expressão de identidade e resistência.

6.1.1 Ocupação simbólica e material de espaços da cidade

As práticas espaciais dos jovens revelam a ressignificação do espaço urbano como território de identidade e resistência. O jovem Pedro, 18 anos, destacou: “O *skate* é nossa forma de ocupar a cidade. Muitos espaços não foram feitos pra gente, mas a gente faz deles nossa casa, nossos picos de treino”. Consideramos que essa fala dialoga com os conceitos de territorialidade simbólica discutidos por Santos (2020a), que enfatiza como grupos marginalizados transformam espaços em territórios carregados de significados culturais e políticos. A apropriação de espaços urbanos por jovens *skatistas* demonstra resistência frente às restrições impostas pelo planejamento urbano tradicional, evidencia sua capacidade de intervenção no espaço para transformá-lo de forma que atenda não apenas as suas necessidades de adaptação, mas também toda a perspectiva de atuação política, para a apropriação do espaço urbano.

Podemos dizer que não se trata apenas de adaptação, no sentido de um simples ajuste ou conformação a um espaço já dado. O que os jovens fazem, especialmente quando intervêm no espaço urbano com práticas como a do *skate*, as batalhas de rima ou a arte de rua, é uma forma de intervenção ativa e política. Eles ressignificam o espaço urbano, o transformam a partir de suas necessidades, culturas e modos de vida.

Nesse sentido, é útil ir além de Santos (2008) e acionar também autores e perspectivas que discutem a cidade como espaço de disputa e construção coletiva, como as premissas de Lefebvre (2013) quanto à noção do direito à cidade. Quando os jovens ocupam, modificam e reinventam os espaços urbanos, eles exercem esse direito e inscrevem seus corpos, saberes e práticas em territórios que muitas vezes lhes são negados ou invisibilizados.

A jovem Bianca, de 26 anos, trouxe outra dimensão dessas práticas. Ela afirma: “O *skate* é minha forma de rebeldia, mas também de arte. A cidade nos desafia, mas a gente devolve em forma de manobras”. Segundo Souza e Silva (2018), o espaço urbano é um campo dinâmico de interações sociais e culturais, onde práticas criativas surgem como formas de contestação e resistência. O uso de mobiliário urbano, como bancos e praças, reflete a habilidade dos jovens em ressignificar esses ambientes, transformando-os em cenários de expressão artística e identidade cultural. Em outros termos, desafiam os limites estabelecidos.

O uso do coreto como território cultural e simbólico foi destacado por um participante: “O coreto, tradicionalmente usado para apresentações culturais formais, se torna um ponto de resistência e inovação”. De acordo com Oliveira e Gonçalves (2017), os lugares da cidade são ressignificados por meio das práticas sociais que neles ocorrem, principalmente em casos de resistência cultural. A transformação do coreto em palco para batalhas de rimas demonstra como os jovens reconstróem o significado dos espaços, criando locais que atendem às suas necessidades de pertencimento e expressão.

O jovem Rafael abordou sobre a exclusão nos espaços urbanos. Para ele, “a praça é de todo mundo, mas parece que a gente sempre tem que pedir permissão *pra* estar aqui”. Essa percepção é corroborada por Carvalho e Pereira (2019), que destacam como as políticas de urbanização e a vigilância institucional reforçam as desigualdades sociais e limitam a apropriação dos espaços públicos por grupos marginalizados. Esse cenário reflete a luta pelo direito à cidade, em que jovens periféricos enfrentam barreiras para acessar e utilizar os espaços urbanos de maneira plena e autônoma.

As práticas relatadas evidenciam como os jovens estabelecem conexões com a cidade, ressignificando como espaço de identidade e resistência. As interações urbanas, destacadas nas falas de Pedro, Bianca e Rafael, demonstram a capacidade desses grupos de superar os desafios estruturais e sociais impostos pelo planejamento urbano excludente. A articulação entre práticas culturais e espaço urbano é fundamental para a criação de territórios mais inclusivos, nos quais as diferentes vozes e expressões culturais possam coexistir e se fortalecer.

Nessa ótica das práticas espaciais e da interação urbana, reafirmamos a compreensão do urbano como um modo de vida na cidade, onde as práticas acontecem e, pela forma como estão dispostas, são reveladoras de resistências e experiências importantes para os jovens. Se não se sentem parte desse modo de vida, os jovens vão ressignificando sua existência na cidade.

Pelas falas, observamos essa busca de atribuir novos significados a essa cidade concretamente feita. Assim, este trabalho evidencia que os jovens querem dar um novo sentido à experiência urbana, porque o velho sentido não lhes interessa. Querem criar manobras, batalhar nesses lugares, porque desejam ocupar esses espaços como parte constitutiva deles.

A partir de Lefebvre (2001), desvela-se a busca desses jovens: com suas manobras, batalhas ou rimas, na praça ou no *deck*, eles estão contribuindo para a construção da cidade e, da mesma forma, da sociedade em que estão inseridos.

6.1.2 Resistências

A resistência cultural expressa pela juventude no espaço urbano é uma forma de apropriação e ressignificação do território. Nossa observação das manobras realizadas nos bancos e degraus da praça nos leva a pressupor uma apropriação criativa desse espaço, de tal forma que ele seja ressignificado.

Barbosa (2019) entende a territorialidade como um fenômeno dinâmico, no qual os indivíduos reinterpretam as funções urbanas com base em suas vivências. Nessa perspectiva, trazemos a afirmação de Henrique, de 29 anos: “Eu vejo as batalhas como um ato de resistência. A gente ocupa espaços que a cidade não quer dar pra juventude”. Esse depoimento reflete a luta dos jovens por espaço no cenário urbano, criando lugares de pertencimento e significado cultural. Almeida e Eyng (2017) apontam que essas ocupações representam um movimento de justiça emancipatória, promovendo a inclusão e a resistência contra a exclusão social imposta pelas dinâmicas de urbanização hegemônica. Esse conceito auxilia no entendimento da reapropriação do espaço urbano pelos jovens como uma forma de afirmar seu direito à cidade e à participação na vida urbana, além de reforçar a importância de repensar as políticas públicas de urbanização e inclusão social.

O jovem Lucas Eduardo reforça essa perspectiva ao afirmar o seguinte: “os jovens em minha cidade, a maioria vive em situações precárias, circulando em baladas, festas, jogando sua vida fora, mas também nós resistimos nos espaços que ocupamos”. Ainda que contraditória, a fala generaliza a condição dos jovens, numa perspectiva que simboliza ausências ou falta daquilo que não vivenciou. A ideia da resistência a essas contradições reflete a perspectiva das desigualdades a que esses jovens estão sujeitos. Essa resistência revela a forma de superação de adversidades, a criação de novos significados para o que é ser jovem em ambientes urbanos. Ramos (2017) explora como as redes juvenis transformam

territórios urbanos em espaços de interação social e produção cultural, desafiando o controle institucional.

Thiago, jovem de 14 anos, descreve que “a cidade pode ser uma selva, mas nas batalhas de rima a gente cria nosso próprio habitat. Ali, os muros viram palco, as esquinas viram arenas”. Esse testemunho exemplifica como os jovens ressignificam os espaços urbanos, e como eles transformam o ordinário em um palco de resistência criativa e como possibilidade de sua expressão cultural. Souza (2020) destaca que essas práticas não são apenas atos culturais, mas também movimentos políticos. Assim, o autor reforça a agência dos jovens como atores fundamentais na construção de novas dinâmicas territoriais.

O jovem Lucas acrescenta que “o *skate* faz a gente enxergar a cidade com outros olhos, transformando qualquer espaço em algo interessante”. A relação entre juventude e espaço urbano se torna evidente, pois a transformação dos lugares reflete a perspectiva de interação e pertencimento. Figueiredo (2017) enfatiza que essas práticas reconfiguram os espaços urbanos, promovem a resistência ao estigma e à exclusão, cria identidades e narrativas que desafiam o *status quo*.

Essas falas se destacam por mostrar que a resistência cultural, ao transformar os lugares, permite aos jovens uma apropriação significativa dos territórios urbanos, processo que impulsiona a inclusão, estimula a criatividade e atribui novos sentidos aos espaços ocupados. Tais práticas revelam sua relevância para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas.

Se a cidade é uma construção social, reflexo dos processos de (re)produção da sociedade, os indivíduos que nela estão são agentes fundamentais desse processo constitutivo, dialético e contínuo. Assim, os jovens são parte da cidade, do urbano; eles têm importância na produção do espaço citadino (Cassab, 2009). Conforme Lefebvre (2001), a cidade não tem um sentido limitado. Os jovens transformam os lugares a partir de suas experiências no urbano, pois se conectam a ele não apenas pelo uso, mas pela inserção cultural de seus ritos, batalhas e pertencimentos.

A análise das interações juvenis em diferentes contextos da cidade evidencia como os espaços urbanos são apropriados e ressignificados pelos jovens. Conforme Pedro (jovem 17, Roda de conversa), a ideia de que “a cidade é de todo mundo” reflete a compreensão emancipatória da juventude em relação ao espaço público. Tal perspectiva dialoga com os estudos de Almeida e Eyng (2017), que destacam a relevância das vozes juvenis na construção da justiça educativa que reconheça e valorize suas experiências.

Ana Beatriz (Entrevista) aponta que, mesmo pertencendo a grupos distintos, “há entendimento nos espaços ocupados”, o que remete à noção de territorialidades fluidas e interconectadas, como explorado por Derrosso (2018) em suas vivências transfronteiriças. O relato de Thiago (Roda de conversa), sobre como “o *skate* une todo mundo”, reforça a ideia do espaço de convivência coletiva e democrática, conceito abordado por Bartoli (2017) ao discutir os sistemas territoriais urbano-ribeirinhos como espaços de integração social.

O espaço da batalha se torna uma arena em que as experiências das periferias são colocadas no centro da cidade. Essa percepção encontra eco nos trabalhos de Santos (2020a), que investigam como as práticas pedagógicas podem associar vivências periféricas ao currículo escolar, e de Malaquias (2019), que destaca as territorialidades culturais como espaços de resistência e expressão.

João (Entrevista) relata que “cada canto da cidade tem uma história”, uma ideia que coaduna com a abordagem de Miranda (2005) sobre como os lugares e suas representações são centrais na construção das identidades espaciais. Essa ressignificação do urbano pelos jovens também é discutida por Figueiredo (2017), que investiga a relação entre brincadeiras infantis e territorialidades na Amazônia. Isso demonstra como diferentes grupos interpretam e vivenciam os espaços que ocupam.

Souza (2020) pontua que essa dinâmica reforça a importância de reconhecer as redes educativas e a participação social dos jovens como agentes transformadores da cidade. Portanto, os relatos dos jovens corroboram a literatura ao mostrar que a ocupação dos espaços urbanos por diferentes coletivos os transforma em territórios de convivência e expressão, também desafia as normas e estruturas que delimitam o acesso ao espaço público.

A noção de resistência no campo dos estudos de juventudes, cidades e territorialidades é central, mas também carrega ambiguidades que precisam ser problematizadas. Em muitos trabalhos, práticas culturais juvenis (*rap*, grafite, *skate*, batalhas de rimas) são rapidamente classificadas como formas de resistência, o que pode simplificar tanto a complexidade dessas expressões quanto as relações que os jovens estabelecem com o poder instituído.

Autores como Foucault (1979) lembram que onde há poder, há também resistência. Contudo, resistência não é exterior ao poder, mas parte de sua dinâmica: pode desafiar, mas também reproduzir normas. Assim, uma prática juvenil considerada “resistente” pode, em certos contextos, ser capturada por lógicas mercadológicas ou políticas, perdendo seu caráter contestatório.

Scott (2000) amplia esse debate ao mostrar que as resistências cotidianas muitas vezes não se apresentam em forma de confronto aberto, mas de negociações, astúcias e

micropolíticas. As práticas juvenis na cidade, portanto, podem ser lidas não apenas como rebeldia, mas como modos de negociar espaço, visibilidade e reconhecimento frente a instituições que os marginalizam.

Há ainda o risco de uma leitura romantizada da resistência juvenil. Ao enfatizar somente o caráter contestatório, corre-se o perigo de invisibilizar contradições internas, desigualdades entre os próprios jovens e até práticas que reforçam hierarquias sociais. Como lembra Reguillo (2000), a cultura juvenil não é apenas resistência, é também produção de sentido em contextos de risco e exclusão, em que convivem tanto a crítica quanto a vulnerabilidade.

As juventudes periféricas mantêm uma relação ambígua com o poder instituído. Ao mesmo tempo que criam práticas que tensionam a ordem urbana, também recorrem a políticas públicas, escolas, projetos sociais e ao mercado para sustentar suas trajetórias. Essa ambivalência mostra que não se trata de uma oposição binária (juventude vs. Estado/sistema), mas de uma relação complexa de contestação, apropriação e negociação.

Nesse sentido, problematizar a noção de resistência implica compreender que ela não se limita a uma oposição direta ao poder. A resistência pode se manifestar por meio de micropolíticas e negociações cotidianas. O poder, por sua vez, não deve ser entendido apenas como repressão, mas como uma rede de relações nas quais os jovens também atuam e se constituem. Assim, as práticas juvenis não devem ser vistas de forma romantizada, e sim em sua complexidade, ambiguidade e tensão, ora contestando, ora reproduzindo ou negociando com o poder instituído.

Entendemos, neste ponto, que os jovens são diversos; cada qual tem sua história, sua narrativa e suas memórias. Essa relação própria de cada indivíduo carrega outras, o que nos permite afirmar que os jovens são produtores de linguagens que os conectam a outros. Há algo que os une em direção ao seu movimento e ao seu grupo. Nos estudos de Dayrell (2002), identificamos isso quando ele aponta o *rap* como revelador das realidades dos jovens. Aqui, as batalhas de rimas (no *deck* e na praça) e o grupo de *skatistas* também os fazem pertencer aos seus grupamentos e à cidade.

6.1.3 Experiências periféricas no centro da cidade

É importante pontuar, nessa categoria, quem pode estar, circular, criar e pertencer ao centro da cidade. A partir dessa indagação, é preciso destacar que os jovens, ao batalharem e ao darem novas funcionalidades às manobras, o fazem a partir de uma perspectiva de

pertencimento e identificação. O centro urbano é tradicionalmente um lugar de poder, de controle e de visibilidade. A presença de jovens, especialmente os periféricos, negros, *skatistas*, MCs, incomoda porque desafia a lógica hegemônica de quem é considerado “legítimo” nesse espaço. Isso, por si só, é uma prática de resistência.

A ocupação do centro não se dá de forma aleatória, mas organizada, com sentidos específicos — como as batalhas de rimas ou os encontros de *skate*. Essas práticas reivindicam o espaço público como espaço de expressão, cultura e cidadania. Os jovens não estão apenas “usando” o centro, eles estão reconstruindo seu significado simbólico e territorial, disputando o lugar também como cenário de existência, visibilidade e afirmação cultural.

As batalhas de rimas realizadas em espaços centrais da cidade proporcionam interessante inversão territorial. Como observado em relatos, esses eventos tornam-se arenas onde as vivências periféricas são colocadas em destaque, promovendo a ocupação simbólica de territórios urbanos por jovens oriundos das margens. O espaço da batalha, então, se torna uma arena onde as experiências das periferias são colocadas no centro da cidade. Esse cenário reflete o fenômeno descrito por Barbosa (2019) e Derrosso (2018), que destacam a importância dos territórios simbólicos como espaços de resistência e expressão juvenil.

A luta por reconhecimento e visibilidade também apresenta força nesses relatos. Uma jovem participante da roda de conversa, Ana, de 16 anos, afirma: “Eu não queria ser reconhecida na batalha apenas como alguém que quer dar voz ao meu espaço periférico, quero mais apoio e visibilidade”. Sobre essa ação, Almeida e Eyng (2017) pontuam sobre a necessidade de que as vozes juvenis sejam amplificadas em espaços educativos e sociais, promovendo justiça emancipatória.

Já Pedro, outro jovem participante, enfatiza as dificuldades de mobilidade enfrentadas por jovens periféricos ao tentar acessar esses espaços: “Viemos de lugares mais distantes do centro de Formosa – GO. Às vezes não temos nem dinheiro para o transporte, mas a gente monta na bicicleta e vai”. A questão do acesso e da territorialidade é explorada por Ramos (2017), que analisa as redes juvenis e os desafios enfrentados por jovens em busca de espaços de socialização e expressão.

A percepção de julgamentos e a luta por aceitação também aparecem como barreiras. Camila, em entrevista, compartilha a seguinte percepção: “Rimar na praça ou no *Deck* atrai olhares de julgamento. É frustrante ter que lutar tanto por espaço”. Sobre esse sentimento, Lima (2017) menciona que os encontros e desencontros entre jovens e os espaços sociais destacam como as experiências juvenis são, muitas vezes, marginalizadas ou desvalorizadas.

Diego, outro jovem participante da roda de conversa, relata: “No meio do caos da cidade, é o único espaço onde posso ser ouvido e me expressar sem medo”. Essa constatação vai ao encontro do que afirma Oliveira (2020), que explora como os jovens se apropriam de territórios urbanos como espaços de identidade, autonomia e resistência.

Santos e Salazar Guizzo (2021) e Silva (2020) reforçam a relevância de entender essas dinâmicas no contexto das juventudes contemporâneas, buscando práticas pedagógicas e políticas públicas que promovam inclusão e valorização das vivências juvenis nos mais diversos territórios. Essas experiências destacam a complexidade das relações territoriais e culturais vividas por jovens em contextos urbanos. O desafio de ocupar espaços centrais e de enfrentar preconceitos e barreiras revela-se como um ato de resistência e afirmação.

Aprender sobre a cidade pressupõe um entendimento das espacialidades e territorialidades dos jovens que nela moram e transitam. Ousamos em dizer que os jovens, ao definirem os seus grupos, reafirmam suas identidades, criam espacialidades e territorialidades vinculadas ao coletivo. Nesse sentido, as experiências das batalhas de rimas no *Deck* e na Praça da Prefeitura dialogam com lugares de pertencimento. A cidade como direito de todos, a cidade como pressuposto de inserção coletiva, a cidade como pertencimento são faces de várias outras marcadas pela exclusão, violência, falta de alimentos, roubos e carência de representações culturais.

Podemos compreender que o que interessa no pensamento da cidade é a forma como se manifestam as territorialidades de seus sujeitos, pois isso também se constitui no urbano. Isso expressa o que Santos (1994) define como elementos não físicos, presentes de múltiplas formas. Compreender a cidade passa, portanto, pela compreensão dos jovens como materialidade do urbano; ou seja, a cidade só pode ser verdadeiramente compreendida se considerarmos os jovens como agentes que produzem, vivem e transformam o espaço urbano. Eles não estão à margem da cidade, são parte constitutiva dela.

Os jovens revelam como querem ser vistos, como querem ser entendidos. Não se trata de uma questão de localidade, mas de dinamismo social. Se a praça da prefeitura é um espaço central de circulação de pessoas, eles, vindos de lugares mais distantes, de bairros mais violentos, possuem o direito de estar ali.

As batalhas e as manobras dão forma e sentido ao que querem demonstrar. Expressam, assim sendo, não uma disputa entre centro e periferia, mas representam uma periferia no centro, porque é um direito estarem nesses locais. Eles desejam a abertura de canais de expressão, buscam um palco aberto, com corrimão, piso bem feito, porque, assim, podem

externar suas críticas ao poder público, como falta de mobilidade, falta de segurança, ausência de espaços para sua expressão, entre outros.

O centro¹⁰ também é nosso, assim como a periferia pode ser de vocês. É isso que expressam sem preconceitos, sem amarras, mas com um claro e legítimo desejo de que a cidade de todos seja, de fato, de todos.

A relação dos *skatistas* com a arquitetura urbana tem sido temática explorada em diversas pesquisas, as quais têm destacado a maneira como esses jovens reinterpretam os espaços da cidade para a prática de *skate*. A cidade, muitas vezes vista como espaço de segregação e exclusão, é transformada por esses *skatistas* em territórios de socialização e resistência.

De acordo com Rafael, um dos entrevistados, a “arquitetura da cidade vira o palco do que a gente faz”. Esse conceito coaduna com a ideia de que a cidade não é apenas um espaço físico, mas cenário em que a prática do *skate* se insere e redefine o uso dos espaços urbanos. Os *skatistas* transformam as ruas, praças e calçadas em locais de prática, criando formas de vivência e sociabilidade. Carlos (2020) pontua que, para eles, o espaço urbano, inicialmente projetado para outras funções, adquire nova função social por meio da intervenção dos jovens.

A fala de Larissa, jovem entrevistada, também reforça essa visão ao afirmar que “cada sessão na rua me ensina algo novo sobre o *skate* e sobre a cidade”. A prática do *skate* é um processo de aprendizado contínuo sobre os espaços urbanos e sobre a própria cidade, que é reinterpretada por esses jovens. Paula (2014) cita que esse aprendizado não se dá apenas em relação à técnica do *skate*, mas também no entendimento de como os espaços urbanos podem ser moldados pelas ações cotidianas dos jovens.

As áreas pavimentadas da praça, usadas pelos jovens, criam sociabilidades. O que reflete a ideia de que a praça deixa de ser somente espaço de lazer tradicional para se tornar um ponto de encontro e de construção de identidade juvenil. Machado (2014) afirma que a pavimentação, que é um elemento essencial da arquitetura da cidade, torna-se um meio para a prática do *skate*, e ao mesmo tempo, é ressignificada pelos jovens que nela transitam.

Henrique, outro jovem entrevistado, aponta a autonomia e a resistência dos *skatistas* ao afirmar que “não vamos esperar que alguém nos ofereça um lugar. A gente faz nossa pista onde der”. Tal consideração evidencia a postura dos *skatistas* em relação ao espaço urbano,

¹⁰ Nesse sentido, manifesta-se Tourinho (2006): o centro é o espaço da diversidade em vários sentidos, não só por envolver lugares diversos, nos quais múltiplos atores da sociedade se movem, mas também pela possibilidade de interações entre distintos agentes sociais. Essa diversidade, associada à representatividade que cada grupo reivindica sobre o território do centro, bem como à inexistência de consenso quanto à tomada de decisões sobre o destino dessa importante área da cidade, permite entender que estamos diante de um espaço em disputa.

marcada pela apropriação ativa e pela criação de espaços próprios, muitas vezes sem a mediação das autoridades. Machado (2014) argumenta que a busca por espaços para a prática de *skate*, muitas vezes em áreas não planejadas, demonstra a relação de resistência e reinvenção do espaço urbano.

O jovem Ricardo destaca a relação simbólica que esses espaços têm com os *skatistas*: “As luzes da cidade, a calma das ruas, e a sensação de desbravar nosso território é mágico”. Essa fala ilustra a experiência subjetiva e emocional dos *skatistas* ao ocuparem o espaço urbano, algo que vai além da prática esportiva, pois envolve também questões de pertencimento e de construção de identidade. Silva (2015) assevera que o território urbano, ao ser utilizado como palco para o *skate*, é vivenciado de maneira simbólica, e, logo, torna-se lugar de expressão juvenil.

Almeida (2017) menciona as vozes juvenis em sua relação com a cidade, enquanto Barbosa (2019) destaca que a utilização de conceitos geográficos nas políticas públicas voltadas à população infantojuvenil é fundamental para compreender o papel do espaço urbano na formação das identidades juvenis. Ao se apropriarem desses espaços, os jovens reconstróem a cidade e demonstram que a urbanização e a arquitetura podem ser percebidas sob outras perspectivas, mais inclusivas e criativas.

A pesquisa de Oliveira (2020), que aborda a relação dos jovens com a cidade e seus territórios, reforça que a cidade é um espaço de construção contínua e que os jovens, ao se apropriarem dos espaços urbanos, reafirmam sua presença e pertencimento. O *skate*, como prática cultural urbana, é um exemplo de como os jovens podem transformar os espaços da cidade, isto é, como criam formas de sociabilidade e de resistência.

Ao trazer a discussão de práticas culturais como o skate e as batalhas de rima para o contexto da apropriação do espaço, seja como forma de resistência ou de sociabilidade, desenvolvemos, ao longo dos aportes teóricos, alguns conceitos centrais, como espacialidades e territorialidades. Nesse processo, compreendemos, conforme Cassab (2009), que o espaço carrega um sentido de pertencimento social para os jovens. Por isso, cada grupo, aliado à sua ideia de pertencimento e movimento, manifesta diferenças, desigualdades e distinções tanto internamente quanto em relação a outros grupos.

Nesse meio as espacialidades são relacionais, não é estática ou fixa (Massey, 2008). Assim, os movimentos de *skate* pelas cidades, em praças ou ruas, e as batalhas de rimas no *Deck* da Mata da Bica e na Praça da Prefeitura, em Formosa – GO, configuram-se como expressões de uma espacialidade construída pelos sujeitos a partir de suas interações sociais.

O espaço, enquanto categoria social, representa a possibilidade de construção das subjetividades e individualidades dos jovens.

Assim, se falamos em espacialidades desses movimentos, também compreendemos que há várias geografias das resistências quando esses jovens reconstróem as suas experiências no/com o espaço. Outro elemento teórico importante relacionado à espacialidade, segundo Massey (2008), é o pressuposto de que o espaço é múltiplo. Ou seja, composto por diferentes trajetórias, experiências diversificadas e relações.

Podemos analisar que os movimentos das batalhas de rimas, dos *skatistas* e de muitos outros — como os de BMX, *hip-hop* e pichadores — representam vida e diversidade na cidade.

Existem experiências espaciais que deixam marcas concretas da resistência da juventude, expressas na maneira como os jovens usam e ocupam seus lugares. Dessa forma, o espaço não possui um único sentido. Se de um lado ele não é único, podemos também analisar as ideias de Massey (2008) de um espaço que também é marcado pela dominação e resistência. Quando os jovens circulam, ocupam e dão sentido aos lugares, suas espacialidades são questionadas. Suas formas de resistência aparecem como dinamismo social, frente às inúmeras ausências que já possuem, inclusive na própria cidade, na sua casa ou na escola.

A arquitetura da cidade é algo físico que é readaptada pelos jovens segundo suas percepções. Não se trata de um espaço de obstáculos, mas do dinamismo dos jovens na apropriação do espaço. Assim, concordamos com Massey (2008), para quem o espaço precisa ser entendido como relacional, dinâmico e integrado ao tempo. Essas outras geografias, construídas pelos jovens a partir do seu movimento espacial, reeditam uma nova arquitetura, não física, mas social. Sugere um outro sentido dado aos lugares e territórios, tendo os jovens como precursores desse processo.

6.2 Barreiras, Conflitos e Exclusão

Esta categoria explora os desafios enfrentados pelos jovens em sua interação com o espaço urbano, bem como destaca as barreiras estruturais, tensões sociais e os mecanismos de exclusão que limitam seu acesso e participação nesses ambientes. Inclui questões como repressão policial, estigmatização social, discriminação, infraestrutura precária e a falta de políticas públicas inclusivas. Aborda os obstáculos específicos enfrentados por grupos sub-representados, evidencia como essas dinâmicas afetam suas experiências e reforçam

desigualdades. Essa análise ressalta a necessidade de ações que promovam equidade e transformem os espaços urbanos em ambientes inclusivos e acolhedores.

6.2.1 Barreiras à apropriação de espaços

A presença constante de vigilância está associada ao controle e sendo uma forma de repressão do uso do espaço urbano. Barbosa (2019) discute como os jovens das periferias são vigiados, principalmente em espaços públicos, já que a apropriação desses lugares é vista como ameaça ao *status quo* urbano. Dambrós (2018) também trata sobre como as práticas territoriais desses jovens são monitoradas, sendo as intervenções da polícia reflexo da política de controle social e territorial.

Sobre essa problemática, o jovem Rafael menciona: “A gente enfrenta preconceito o tempo todo. Muita gente nos vê como vândalos, mesmo quando estamos só praticando nosso esporte”. Rafael descreve o preconceito enfrentado pelos jovens ao praticarem atividades como o *skate*. Goulart (2018) e Santos (2020) abordam como a juventude das periferias sofre preconceito, sendo rotulada como “vândala” ou “problemática”, apesar de suas ações, na maioria das vezes, estarem dentro de comportamentos sociais aceitos, como a prática esportiva.

Lucas Eduardo relatou que “os jovens em minha cidade vivem em situações precárias, circulando em baladas e festas, mas são constantemente julgados e vistos como problema”. Lucas menciona uma realidade comum entre os jovens das periferias: ao buscarem momentos de lazer e expressão, acabam sendo criminalizados por suas escolhas. Leite (2017) discute que os jovens em contextos periféricos são muitas vezes criminalizados pela sociedade quando ocupam certos espaços urbanos, como festas e baladas, sendo considerados problemáticos devido à sua presença nesses locais.

A jovem Beatriz disse: “A cidade às vezes é hostil com a gente. Já fui expulsa de vários lugares por andar de skate, mas não desisto”. Essa participante relata a hostilidade urbana, enfrentando a exclusão e a resistência da cidade ao uso de espaços para atividades como o *skate*. Almeida (2017) destaca a resistência juvenil em face das dificuldades, e como, muitas vezes, os jovens não têm acesso a espaços adequados para a prática de esportes ou lazer, sendo marginalizados pelas infraestruturas urbanas. Oliveira (2020) também discute como os jovens tentam reterritorializar os espaços urbanos, transformando-os em lugares de afirmação de identidade, apesar da hostilidade enfrentada.

Pontuamos que, muitas vezes, os comerciantes expressam incômodo com o som alto e o movimento de jovens, alguns moradores fazem comentários sobre barulho e bagunça. Leite (2017) e Barbosa (2019) descrevem que a territorialização das cidades deve ser uma ação reconhecida. A ideia de que jovens são sinônimo de “bagunça” ou “barulho” está ligada ao estigma social que os coloca à margem, não sendo reconhecidos como parte legítima da vida urbana.

Goulart (2018) cita que o espaço urbano, geralmente, não está preparado para a apropriação dos jovens, e quando eles tentam ocupar esses espaços, enfrentam resistência da sociedade adulta que busca manter o controle sobre esses lugares. Esses relatos reforçam a ideia de que os jovens, principalmente das periferias, enfrentam barreiras à apropriação de espaços urbanos, como preconceito, repressão, e infraestrutura inadequada, muitas vezes se tornando alvo de estigmatização e exclusão.

As barreiras, não apenas físicas, mas sociais, resultam em preconceitos e repressões. É preciso considerar que esses jovens são parte constitutiva da sociedade em que estão inseridos. São agentes, como afirma Cavalcanti (2015), do processo de produção e reprodução do espaço urbano, imprimem identidades e dão movimento aos lugares, de acordo com seus diferentes modos de inserção, dependendo de sua condição socioeconômica, do gênero, etnia, opção religiosa, orientação sexual e de sua vinculação aos diversos grupos ou “tribos” mais específicos.

Dessa forma, ao considerarmos os jovens como agentes do espaço urbano, é fundamental também reconhecer suas demandas, bem como as barreiras que enfrentam, como o preconceito, a repressão e a falta de infraestrutura urbana para acolher suas necessidades. Assim, deveriam ser incluídas, no planejamento de uma cidade, suas necessidades e interesses, garantindo condições para que ocupem e transformem os espaços urbanos de forma plena e cidadã.

A produção do espaço urbano e a produção de um modo de vida humano estão imbricadas. Os espaços vão se reconstituindo nessa dinâmica relacional. Quando os jovens criam identidades com e nos lugares que frequentam, expressam um pertencer àquele ambiente, que muitas vezes precisa ser reconstituído para que eles possam fazer parte. Como afirma Harvey (2004, p. 210): “[...] ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos”.

A apropriação que os jovens fazem dos espaços públicos da cidade frequentemente se concretiza por meio de intervenções diretas no mobiliário urbano — como bancos, corrimãos, calçadas e praças —, transformando esses elementos em suportes para práticas culturais,

esportivas e expressivas, como o *skate* e as batalhas de rimas. Essa relação vai além da simples adaptação funcional: mostra-se como uma forma de intervenção simbólica e política no espaço urbano.

Diferentemente dos equipamentos urbanos, que são estruturas institucionais mais estáveis e voltadas à prestação de serviços essenciais (escolas, hospitais, centros culturais), o mobiliário urbano permite usos flexíveis, efêmeros e criativos, sendo, portanto, mais facilmente ressignificado pelos sujeitos. Assim, ao ocuparem e transformarem esses espaços, os jovens não apenas enfrentam a escassez de políticas públicas voltadas às suas necessidades, mas também reivindicam visibilidade e direito à cidade. Tal prática evidencia o que Santos (2008) chamou de uso do espaço como sistema de ações, mas incorpora também uma perspectiva ampliada, que compreende essas ações como formas de resistência cotidiana e produção de territorialidades juvenis.

A adaptação do mobiliário urbano para se tornar pista de *skate* reflete a transformação nos espaços públicos, para os jovens, que usam esses locais de maneira criativa e desafiadora. Thiago, um dos jovens entrevistados, relata: “A gente improvisa, encontra maneiras de usar espaços que ninguém mais vê como interessantes”. Sobre essa perspectiva, Santos (2020) ressalta que os jovens, especialmente aqueles em contextos urbanos, reconfiguram os espaços de acordo com suas necessidades e práticas culturais, transformando-os em territórios de expressão e resistência.

A jovem Ana menciona que “os corrimões, as escadas, tudo vira um espaço de arte no *skate*”. O uso de elementos urbanos, como corrimões e escadas, como parte da prática de *skate*, descrito por Ana em sua entrevista, evidencia a criatividade dos jovens e também a resistência à normatividade das estruturas urbanas. Almeida e Eyng (2017) afirmam que a cidade, ao invés de ser vista como espaço rígido e imutável, se torna um lugar onde os jovens podem reconfigurar a sua realidade.

A adaptação do mobiliário urbano também está relacionada à apropriação do espaço, processo que é fundamental para entender as dinâmicas territoriais juvenis, argumentado por Barbosa (2019). Este autor investiga como os jovens em situação de vulnerabilidade social utilizam a cidade para afirmar suas identidades e buscar alternativas para a diversão e socialização.

A adaptação do espaço urbano para o *skate* também se relaciona com a noção de territorialidade, abordada por Goulart (2018), que discute como os jovens produzem seus próprios espaços de convivência e expressão nas cidades. Os *skatistas* transformam o ambiente urbano em um território próprio, um “espaço de arte” e de resistência, como

observado na participação do jovem André. Este participante afirma que a cidade ensina a ser criativo, porque não oferece o suporte necessário para a prática de esportes. Essa perspectiva reflete a ideia de que os espaços urbanos são pensados para outros fins, mas são apropriados pela juventude como locais de luta e resistência cultural.

Esse processo de adaptação também pode ser entendido como forma de reinvenção do espaço urbano, onde o mobiliário deixa de ser um simples elemento de infraestrutura e se torna parte do cotidiano de muitos jovens. Figueiredo (2017) cita que as brincadeiras e as práticas urbanas constituem territórios culturais que refletem as identidades e as vivências dos jovens em suas comunidades. A utilização criativa desses espaços não é apenas uma manifestação de lazer, mas uma forma de expressão política e social, na qual os jovens reinterpretam seu lugar na cidade e se fazem presentes, subvertendo as normas e as interdições.

A adaptação do mobiliário urbano para práticas como o *skate* revela a urgência da reavaliação dos espaços públicos, para que sejam inclusivos e adequados às necessidades dos jovens. A cidade, ao ser reconfigurada por eles, passa a ser um espaço democrático e dinâmico, em que as diferentes formas de expressão encontram seu espaço.

As experiências dos jovens *skatistas* em espaços públicos da cidade refletem sua autonomia diante dos obstáculos, ou da falta deles. Eles constroem novas abordagens de uso da cidade porque precisam se vincular a ela, desmistificando a ideia de falta para recompor seu movimento espacial e territorial. Aquela determinada praça, onde as manobras ocorrem, representa um vínculo social e coletivo importante para eles. Mesmo na ausência de uma pista adequada para as manobras e para sua arte, esse espaço expressa o pertencimento à cidade. Trata-se de uma arquitetura social reeditada pelo movimento coletivo.

6.2.2 Disputa entre usos e repressão

A análise dos resultados das entrevistas revela a tensão entre os diferentes usos dos espaços urbanos, em relação ao espaço público e à presença de jovens em locais como praças e ruas. As falas dos entrevistados demonstram conflito de percepções sobre a presença de grupos sociais distintos, como *skatistas* e jovens do *rap*, em ambiente compartilhado.

O jovem Hugo relata que tem “o desafio de ser respeitado. Na sociedade, o *rap* ainda é visto como uma cultura de periferia que não merece ser valorizada”. Adelino (2018) faz crítica sobre a dificuldade que os jovens têm em conquistar respeito na sociedade, sobretudo os envolvidos com a cultura do *rap*, estigmatizada como pertencente às periferias. O que

evidencia a exclusão social de certos grupos juvenis, cuja ocupação de espaços públicos é vista de forma negativa.

Essa crítica é reforçada pela fala de Ricardo, que afirma: “Andar de *skate* à noite é um dos meus momentos favoritos, mas vejo como outros grupos não entendem nossa presença nos espaços”. Nota-se a incompreensão de outros grupos sociais sobre a presença dos *skatistas* em espaços urbanos, já que a ocupação do espaço noturno é mal interpretada e até causa desconforto.

Por outro lado, Júlia acredita haver uma dissonância entre os grupos: “Os jovens muito desunidos ficam no celular, enquanto outros ocupam as praças e causam desconforto em quem não os entende”. Percebe-se o distanciamento dos jovens em relação à convivência comunitária, há desunião, com os jovens preferindo se isolar em ambientes virtuais. Barbosa (2019) relata que, para certos grupos, a interação no espaço público é desconfortável ou complicada, o que pode reforçar a ideia do espaço de convivência dividido.

A referência às batalhas de rima e a alteração na dinâmica do local demonstram um fator de transformação no uso do espaço urbano, gerando afastamento daqueles que não compreendem ou não se identificam com as práticas culturais presentes ali. Almeida *et al.* (2017) mencionam que esse deslocamento de indivíduos e grupos que não se sentem à vontade com o ambiente reflete o fenômeno de segregação social e territorial, em que a ocupação do espaço é definida por fatores socioeconômicos, gerando exclusão e estigma.

Assim, o uso dos espaços urbanos, especialmente aqueles de uso comum, pode gerar tensões entre os diferentes grupos sociais, quando suas práticas culturais não são compreendidas ou marginalizadas. O território se torna um campo de disputa simbólica e social, onde as representações de pertencimento e identidade entram em conflito.

A territorialidade urbana é um fenômeno geográfico, mas também uma construção social (Adelino, 2018). Essas análises estão em consonância com a literatura que estuda a relação dos jovens com o espaço urbano e a violência simbólica presente em determinados territórios. Tais espaços não são neutros, mas são construídos e ressignificados pelos diferentes grupos, refletindo o contexto social e cultural de suas identidades.

Com base nessas análises, reiteramos os apontamentos de Carlos (2005) e Santos (1999, 2000), que atribuem à lógica contraditória da cidade, onde as tensões, os conflitos e as barreiras são constitutivos, a materialidade do capital e a lógica da produção social e da apropriação privada. É a partir dessas concepções que compreendemos que, aos jovens, ainda são negados o direito à cidade: o direito de se manifestar, de se expressar, de ser o que desejam em seus territórios. Ou seja, se existe uma lógica racional da produção do espaço, há

também uma lógica subversiva, marcada pelas diversificadas formas de ser jovem nas apropriações e resistências construídas por eles.

A cidade é heterogênea do ponto de vista da produção, mas os sujeitos que dela fazem parte são ou representam uma parte desta multiplicidade. As diferentes racionalidades que orientam o movimento urbano, expressam que esse espaço terá conflitos, resistências, tensões, por isso a complexidade, por isso um lugar diverso, por isso a organização e os movimentos dos sujeitos sobre ele. Apesar de todas as tensões que enfrentam, entre eles e a sociedade, entre eles e a ausência de espaços onde possam se manifestar, entre eles e outros grupos, os jovens vivem a cidade e enfrentam a lógica perversa da segregação, privatização, adultocentrismo e individualismo presentes na produção dos espaços urbanos.

A presença de vigilância e repressão no cotidiano dos jovens, principalmente nas áreas urbanas, reflete a dinâmica de controle social e resistência. Como afirmado por Diego, “parece que não temos direito de ocupar a cidade”. Essa reflexão se evidencia quando as intervenções policiais, associadas à marginalização da juventude, expõem o conflito entre a presença de jovens nas ruas e a repressão policial. O jovem Lucas menciona batalhas interrompidas pela polícia, revela a percepção de criminalização das atividades desses jovens, como se suas ocupações urbanas fossem suspeitas. Resende (2018) aponta como a jovem população, em particular os grupos periféricos, se vê envolvida em relações de poder que visam coibir sua presença em espaços urbanos, o que cria ambiente de vigilância constante.

Tawanny nos lembra de como as autoridades, muitas vezes, “fingem acolher a juventude”, mas essa aparência de inclusão se desfaz quando há a ocupação real dos espaços, como evidenciado pela atuação da polícia nas batalhas de *skate*. A sensação de que o espaço público é controlado por forças externas à comunidade jovem, reflete a dinâmica de exclusão territorial. O conceito de territorialidade de Barbosa (2019) demonstra que a disputa por espaços urbanos envolve luta de representações, onde o território, mais do que simples localidade, se torna campo de batalha entre diferentes atores sociais.

A reação pública, como a observação dos policiais durante a batalha, também pode ser vista sob a ótica da teoria de poder e resistência de Foucault (2003). O poder não é apenas repressivo, mas produtivo, criando normas sobre quem deve ocupar os espaços urbanos e como devem se comportar. A vigilância que esses jovens enfrentam não se limita apenas à presença física dos policiais, mas se reflete nas normas e expectativas sobre o que é considerado comportamento adequado para a juventude nas cidades. Bartoli (2017) cita que a cidade, em seu caráter de espaço público, é um território de disputa e de resistência, no qual

os jovens buscam afirmar sua identidade e presença, mas enfrentam, muitas vezes, resposta institucional punitiva.

A presença da polícia, como observada nas falas de Diego e Lucas, está relacionada à ideia da vigilância que visa normatizar comportamentos, restringir movimentos e manter a ordem social conforme a ordem hegemônica. Isso está relacionado ao conceito de “violência simbólica” (Bourdieu, 1991), da qual o controle e a discriminação acontecem fisicamente, pela imposição da lógica social que margina certos grupos da esfera pública.

Portanto, as falas dos jovens e os estudos acadêmicos nos levam à interpretação do espaço urbano como território de tensões, no qual os jovens tentam negociar seu lugar, enquanto enfrentam forças de vigilância que procuram definir os limites de sua participação no espaço coletivo. A cidade não é apenas local de convivência, mas campo de disputa política, social e cultural, onde os jovens reivindicam e resistem à exclusão, à invisibilização e à marginalização.

A estigmatização das práticas culturais entre jovens, como *skatistas* e MCs, é um tema recorrente nas discussões sobre juventude e práticas culturais, e é bem exemplificado pelas falas dos próprios jovens. Gabriel, ao afirmar que “nem todo mundo valoriza a nossa arte. Às vezes, parece que o que a gente faz é visto como algo marginal”, traz à tona a reflexão sobre o valor das expressões culturais jovens e como essas manifestações são frequentemente desconsideradas ou tratadas com preconceito. Santos (2020) argumenta que as representações sociais de grupos sociais marginalizados, como os jovens da periferia, quase sempre os associam a práticas e comportamentos tidos como desviantes, desvalorizando suas culturas e práticas artísticas.

O relato de MC da Leste, que diz “a gente veste o que representa nossa cultura, mas já ouvi várias vezes gente me chamando de 'maloqueiro' só por isso”, ilustra como a estigmatização visual se torna reflexo da cultura que associa estilos e comportamentos a comportamentos marginais. Segundo Almeida e Eyng (2017), o fenômeno da marginalização das culturas juvenis pode ser entendido a partir da perspectiva de justiça emancipatória, em que as vozes dos jovens precisam ser ouvidas e suas expressões culturais reconhecidas como válidas no âmbito de uma sociedade inclusiva.

Felipe, ao compartilhar que “a sociedade vê o *rap* como uma cultura de periferia que não merece ser valorizada”, evidencia que certas práticas culturais, como o *rap*, são desvalorizadas devido à sua associação com a periferia. Barbosa (2019) discute como a territorialidade urbana e as políticas públicas podem influenciar as representações sociais de grupos de jovens, como aqueles que pertencem a regiões periféricas, e como esses espaços

muitas vezes servem como palco para a rejeição social e a estigmatização de suas práticas culturais, como o *rap*.

Temos também a fala de Maria Eduarda, que, a partir de uma visão cristã sobre os jovens, expõe uma perspectiva moral e religiosa em relação às práticas culturais da juventude. Além disso, associa tais práticas a uma ideia de decadência ou descontrole. A participante expressa: “Na minha visão cristã, muitos jovens estão desequilibrados e buscam prazeres passageiros, sendo julgados por isso”. Essa visão é contestada por Figueiredo (2017), ao discutir as brincadeiras infantis e a territorialidade em diferentes contextos, aponta que as práticas culturais juvenis devem ser vistas como parte do processo de resistência e afirmação identitária, e não como algo de natureza negativa.

Esses relatos demonstram como as práticas culturais dos jovens, como o *skate* e o *rap*, se tornam formas de expressão, também campos de luta contra a estigmatização. Eles revelam como a sociedade, ao rotular essas manifestações como “marginais” ou “periféricas”, não reconhece a importância cultural, social e educativa desses movimentos. Jesus (2021) aborda as geometrias de poder na cidade para compreender como o espaço urbano e as dinâmicas sociais moldam as percepções sobre o que é considerado adequado e legítimo dentro do contexto cultural. Esses dados e referências ajudam a compreender como a juventude, apesar de ser frequentemente vista através de lentes preconceituosas, continua a resistir e a afirmar sua identidade, contribuindo para a cultura urbana contemporânea.

6.2.3 Falta de infraestrutura e oportunidades na cidade

A falta de infraestrutura nas cidades é tema recorrente nas falas dos jovens, que destacam as condições precárias de espaços urbanos, como as calçadas e as vias, problemas que comprometem a mobilidade e a segurança. Thiago, um dos jovens entrevistados, expressa a frustração com a situação das pistas de caminhada e ciclismo, conforme trecho: “Mesmo quando temos pistas, elas estão em condições precárias ou são lotadas demais. Precisamos de mais investimento e cuidado com esses espaços”. A precariedade das vias não é o único problema identificado. Beatriz, outra jovem, alerta para a falta de segurança à noite devido à falta de iluminação pública: “A falta de iluminação em muitos lugares torna perigoso andar à noite”.

A falta de infraestrutura urbana tem sido apontada por muitos jovens como um grande obstáculo para a mobilidade nas cidades. As calçadas quebradas e a ausência de ciclovias seguras geram insegurança e dificultam a locomoção, aspectos que refletem a negligência nas

políticas públicas de urbanização. A precariedade das vias de acesso compromete a qualidade de vida e torna o ambiente urbano hostil para os jovens (Paula, 2014). A cidade não oferece alternativas adequadas para ocupar o tempo livre de maneira saudável e segura, o que leva muitos a buscar opções em locais inadequados (Ramos, 2017).

Muitos jovens sentem que as opções de lazer na cidade são limitadas. Ricardo, um dos entrevistados, ressalta a ausência de espaços de lazer para os jovens, como parques e shoppings. Nas palavras dele, “faltam lugares para lazer – não temos parques ou *shoppings*. A cidade não investe no jovem”. No mesmo alinhamento, João Pedro também compartilha a percepção sobre a falta de oportunidades educacionais e de desenvolvimento para a juventude: “Faltam oportunidades, projetos e cursos para a juventude na cidade”.

A ausência de infraestrutura adequada para a prática do *skate* nas cidades impacta diretamente a realidade vivida pelos skatistas, especialmente nas periferias. Felipe, um dos jovens entrevistados, expressa a frustração comum entre os praticantes: “Mesmo as pistas que temos são abandonadas e não recebem manutenção adequada”. Essa situação corrobora as observações de Silva e Santos (2019), os quais destacam a negligência das autoridades públicas quanto à manutenção e aprimoramento das pistas de *skate*, esporte que exige espaços específicos e bem-cuidados para garantir a segurança e o bom desempenho dos praticantes. A falta de manutenção das pistas impede que os *skatistas* desenvolvam suas habilidades de forma segura, limitando as oportunidades para quem deseja se dedicar ao esporte.

Para o participante Samuel, a “cidade nos ensina a improvisar. Não há estrutura, mas encontramos maneiras de usar os espaços”, o que demonstra a capacidade de adaptação e resistência dos *skatistas* diante das adversidades. Além disso, evidencia a resiliência dos jovens ao transformar espaços inadequados, como calçadas e praças, em locais de prática, o que reflete, conforme aponta Goffman (2018), a habilidade de subverter os espaços urbanos para a ocupação, para a criação de novas formas de expressão e identidade. Essa improvisação, embora criativa, também revela o quanto as alternativas existentes são precárias e não atendem às necessidades dos *skatistas* de maneira satisfatória.

Ana Flávia complementa a discussão ao afirmar que as “poucas pistas de *skate* da cidade estão esburacadas e sem manutenção”, reiterando a precariedade das condições estruturais. A precariedade da infraestrutura urbana voltada ao desenvolvimento de esportes alternativos e urbanos reflete políticas públicas focadas em projetos pontuais, mas negligentes quanto aos espaços de lazer e prática esportiva nas periferias, como discutem Martins e Souza (2019). As manobras realizadas nos bancos da praça, citadas pelos jovens, são exemplos dessa carência de locais adequados para a prática de skate. Tal situação evidencia a desconexão

entre as necessidades dos *skatistas* e as decisões políticas, as quais não contemplam a juventude periférica, a cultura do *skate* e as formas de lazer que poderiam ser incentivadas em espaços públicos.

As vozes dos jovens demonstram o sentimento de abandono por parte das autoridades locais, que não priorizam a criação de um ambiente urbano seguro, acessível e enriquecedor para essa faixa etária. A falta de políticas públicas voltadas para o bem-estar juvenil, incluindo a criação de espaços de lazer e oportunidades de desenvolvimento profissional, reflete a invisibilidade da juventude no planejamento urbano. Notamos a relevância de compreender os desafios enfrentados pelos jovens nas áreas urbanas para promover transformações sociais.

A percepção de inclusão e exclusão nos espaços da cidade é uma realidade para muitos jovens das periferias. Júlia expressa essa sensação de deslocamento e marginalização ao afirmar que o seguinte: “Não tem lugar muito pra gente. Tem muito preconceito e julgamento sobre como a gente se manifesta”. Esse sentimento é reflexo das barreiras sociais e culturais impostas pelas estruturas urbanas, que muitas vezes não estão preparadas para acolher as manifestações culturais e as formas de expressão dos jovens periféricos. Segundo Goffman (2010), o estigma social é a base para esse tipo de exclusão, em que certos grupos são rotulados e marginalizados, sendo impossibilitados de ocupar os mesmos espaços e usufruir das mesmas oportunidades que outros.

Para Gabriel, a rima representa mais do que uma forma de arte: “Cada rima é um grito de resistência, porque sabemos que o sistema não nos escuta”. O *rap* é uma ferramenta de expressão e resistência contra um sistema que silencia as vozes periféricas. O conceito de resistência proposto por Scott (2009) pode ser utilizado para compreender como, por meio da arte e da cultura urbana, esses jovens contestam a exclusão imposta pelo espaço público, cria suas próprias formas de pertencimento e reivindica a visibilidade no cenário social. A praça se torna um local simbólico onde, apesar das dificuldades, eles conseguem se afirmar como sujeitos plenos, ressignificando um espaço que muitas vezes é estigmatizado.

Nathália reflete sobre a criação de algo “bonito e poderoso” em um ambiente que não os inclui. Tal fato ilustra o processo de resistência e reapropriação dos espaços urbanos marginalizados, em que, apesar da falta de acolhimento, os jovens constroem suas próprias formas de presença e identidade. O conceito de espaços de resistência, conforme proposto por Soja (2000), ajuda a entender como esses jovens se apropriam da cidade e transformam lugares excluídos em pontos de encontro e afirmação.

Tawanny aponta a dificuldade enfrentada quando se trata de políticas públicas reais de inclusão. Afirmar ela: “Eles fingem acolher a juventude, mas fazer algo real para nós é difícil”. Esse dilema é crítico à superficialidade das ações institucionais, que muitas vezes falham em promover mudanças concretas que atendam às necessidades reais desses grupos. A fala de Tawanny evidencia a desconfiança em relação a promessas de inclusão que não resultam em melhorias efetivas no cotidiano desses jovens.

A viagem do jovem da periferia ao centro da cidade é uma questão de logística, bem como tem implicações simbólicas. Pedro menciona que a “batalha é sobre isso: olhar pra cidade e ver que meu grupo pensa nela como sendo de todo mundo, não só de quem mora no centro”. Já para Ana Flávia, “muitos jovens da periferia só chegam ao centro por causa das batalhas, onde conseguem se sentir parte da cidade”. Essa é a oportunidade de sentir que o centro da cidade “também é nosso”, posicionamento que coaduna com a subversão do espaço urbano destacado por Barbosa (2019) em sua análise sobre a utilização dos conceitos geográficos para a implementação de políticas públicas.

Ao ocupar a praça central, os jovens afirmam sua presença e reivindicam o direito de existir e de se fazer ouvir, como resistência à exclusão histórica e geográfica. A batalha de *rap* se torna uma forma de contestação simbólica que ressignifica o espaço urbano, cria sentido para o lugar e desafia as normas sociais e culturais que delimitam o acesso a certos espaços da cidade. O jovem Pedro cita que o “percurso da periferia ao centro é cheio de obstáculos, mas também é uma forma de reafirmar que pertencemos a esses lugares”.

O jovem Vitor disse que “Chegar ao centro simboliza mais do que estar presente; é como dizer que a cidade é nossa também, mesmo que não nos tratem assim”. Vitor compreende o ato de chegar ao centro como uma afirmação de pertencimento. Nesse sentido, o conceito de “territorialização simbólica”, proposto por Leite (2017), reforça que as cidades, embora marcadas por divisões sociais e espaciais, também são espaços de resistência e afirmação da identidade juvenil.

Nesse sentido, a batalha de *rap* no centro da cidade se torna momento de reapropriação do espaço, onde os jovens podem afirmar sua presença e reivindicar seu direito ao lugar, um direito que vai além da estrutura física e se inscreve no campo simbólico da cidade.

Essas narrativas, que estão relacionadas aos conceitos de território, resistência e identidade, demonstram como as batalhas de *rap* se tornam espaços privilegiados de afirmação e disputa por visibilidade e legitimidade, elementos que contribuem para a construção da cidade como lugar de resistência e ressignificação.

Ainda a respeito dessa categoria, consideramos que ela aborda os deslocamentos dos jovens em busca de acesso aos espaços centrais da cidade, destaca as trajetórias que partem das periferias e os obstáculos físicos, econômicos e sociais enfrentados. Esses movimentos são geográficos e simbólicos, os quais representam a busca por inclusão, visibilidade e pertencimento na cidade marcada por desigualdades. As barreiras enfrentadas evidenciam as tensões entre o centro e a periferia. Os deslocamentos refletem estratégias de resistência e afirmação de identidade, bem como reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam equidade no acesso e na ocupação dos espaços urbanos.

A interconexão entre os diferentes elementos do *hip-hop*, como o *rap*, o grafite e o *DJing*, é característica essencial para fortalecer o movimento na cidade. As batalhas de rimas, como observadas na pesquisa, tornam-se espaços de expressão coletiva, em que MCs, DJs e grafiteiros se encontram, criando cenário simbólico de resistência. O desejo de Hugo, expresso em “a gente sonha em integrar mais o grafite e o *DJing* às batalhas, pra fortalecer o movimento como um todo”, evidencia a necessidade de ação conjunta entre os elementos do *hip-hop* para amplificar sua voz na cidade. Essa fala reflete a compreensão de que o *hip-hop* não é apenas um conjunto de práticas artísticas isoladas, mas uma forma de construir uma rede de resistência cultural e social. De acordo com Almeida (2017), essa relação entre diferentes linguagens culturais se configura como processo de construção coletiva de identidade, em que cada elemento contribui para a reafirmação do território cultural alternativo.

A presença do grafite como “assinatura na cidade”, mencionada por Tawanny em “os elementos do *hip-hop*, como o grafite, são a nossa assinatura na cidade, mostrando que estamos presentes”, mostra como o grafite é usado para afirmar a presença do movimento em espaços urbanos desconsiderados ou marginalizados. Nesse sentido, o grafite, como forma de intervenção visual, torna-se estratégia de ocupação do espaço público, de modo a visibilizar as vozes que habitam a periferia. Conforme Leite (2017), a maneira como os jovens, por meio de práticas culturais como o grafite, reconstroem o sentido de pertencimento e identidade dentro do espaço urbano, que, em diversos momentos, os exclui, revela sua capacidade de ressignificar e reivindicar esses espaços como seus.

A relação entre os grafiteiros e os MCs também é descrita por Bruna, quando relata: “Eu comecei a rimar porque via os grafiteiros ocupando os muros da cidade. É tudo parte da mesma luta”. O grafite é uma manifestação visual da luta que também se expressa por meio das palavras no *rap*. Esse aspecto da luta conjunta pode ser interpretado, conforme Santos (2020), como forma de resistência simbólica e material que recria o espaço urbano a partir da

perspectiva subalterna, mas engajada com a identidade e a história do lugar. Assim, a conexão entre os elementos do *hip-hop* representa a forma de resistência cultural que reflete a reinvenção do território por seus jovens habitantes.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens periféricos em suas trajetórias de mobilidade urbana são descritas por Pedro, conforme trecho: “Muitas vezes, o desafio é simplesmente chegar no lugar da batalha. Viemos de lugares mais distantes do centro de Formosa – GO, e às vezes não temos nem o dinheiro do transporte”. Esse aponta a falta de recursos e a dificuldade de transporte como obstáculos. Sobre essa ação, Goulart (2018) pontua, em suas pesquisas sobre as dificuldades da juventude nas periferias, que esses jovens enfrentam desafios para acessar o centro da cidade, os espaços de poder e visibilidade.

Observamos, nesta pesquisa, que muitos dos jovens vêm de bairros periféricos, o que é perceptível nas rimas que fazem referência a suas origens, destacando temas como desigualdade, violência e falta de oportunidades. Nesse sentido, Júlia narra que “os jovens enfrentam dificuldades em se locomover pela cidade, especialmente os que vivem mais afastados do centro”. Por outro lado, o jovem Matheus relata: “Mesmo que a gente venha de longe, enfrentando o transporte ruim, a batalha faz valer a pena. É onde a gente se encontra”.

A mobilidade, ou a falta dela, apresenta implicações na construção de identidades territoriais. Por conta disso, Almeida e Eyng (2017) argumentam que estas estão enraizadas nas condições sociais e espaciais que definem o “lugar de fala” da juventude periférica. O deslocamento não é exclusivamente físico, mas simbólico, representando a luta por reconhecimento e inclusão na cidade.

6.3 Expressão Cultural

Esta categoria trata sobre as diversas formas de criatividade e expressão cultural que os jovens usam como resposta aos desafios sociais e urbanos. Envolve práticas artísticas como o *hip-hop*, o grafite, o *skate* e outras manifestações que traduzem as vivências e aspirações desses jovens, que se consolidam como ferramentas de resistência às desigualdades. Essas práticas transformam os espaços urbanos em cenários de protagonismo, nos quais as expressões culturais representam atos simbólicos de reapropriação e ressignificação do território, promovendo diálogo, inclusão e mudanças no panorama social.

A criação de arte e cultura em ambientes urbanos hostis é uma ferramenta de resistência, transformação e expressão juvenil. Os espaços urbanos tornam-se territórios de

reconfiguração cultural quando ocupados pelos jovens, que criam narrativas a partir das práticas artísticas.

Os jovens entrevistados destacam como o *skate*, as batalhas de rimas e outras expressões artísticas subvertem os espaços hostis, transformando-os em palcos de criatividade. O jovem Pedro afirma: “O *skate* é arte em movimento; cada manobra conta uma história, mesmo em lugares que não nos querem”. Essa perspectiva ressalta a ressignificação do território, tema abordado por Oliveira (2020), que discute como os jovens recriam a cidade a partir de suas vivências, ampliando os significados culturais dos espaços urbanos.

Souza (2020) pontua que a resistência juvenil se manifesta como uma resposta criativa às adversidades urbanas, destacando o papel da arte como ferramenta de contestação política e de inclusão social em coletivos juvenis.

A produção cultural em ambientes hostis é também um ato de territorialização. Maria Eduarda reflete que “mesmo em espaços hostis, a gente cria. É a nossa forma de transformar o que temos em algo bonito”. Essa fala remete à ideia de territorialidades discutida por Barbosa (2019), que destaca como a ocupação e a criação cultural em espaços urbanos vulneráveis reforçam a identidade e a coletividade dos sujeitos que os habitam.

Os conceitos de territorialização também dialogam com a pesquisa de Ramos (2017), o qual discute como os “rolês e fluxos” de jovens nas periferias constroem redes de pertencimento e ressignificação dos espaços públicos, muitas vezes negligenciados pelo poder público. As batalhas de rimas, mencionadas por Matheus (Roda de conversa, jovem 12), destacam o papel do espaço público como cenário de resistência e protagonismo juvenil: “usamos a rua como um palco para nossa voz”.

A arte e a cultura desenvolvidas nesses contextos conectam-se às práticas educativas emancipatórias descritas por Almeida e Eyng (2017). A justiça emancipatória é expressa nas vozes dos jovens que ocupam espaços para reivindicar pertencimento e visibilidade. Silva (2020) também reforça que essas práticas promovem o diálogo entre as experiências urbanas juvenis e os processos educativos formais.

Assim, a ocupação de ambientes urbanos hostis por meio da arte promove a expressão cultural e a resistência política, bem como reconfigura a relação dos jovens com a cidade. Ao transformar adversidades em oportunidades criativas, eles reivindicam seu direito ao espaço urbano, ampliando as possibilidades de pertencimento e justiça social.

6.3.1 Expressões artísticas como resposta a desafios

A fala dos jovens durante as rodas de conversa e entrevistas evidencia como as expressões artísticas representam uma ferramenta de enfrentamento e transformação social. Essa dinâmica pode ser compreendida a partir das reflexões de Almeida e Eyng (2017), as quais destacam o papel da educação e das práticas culturais na construção da justiça emancipatória, sobretudo ao dar voz aos jovens para expressarem suas realidades e enfrentarem desafios como violência, racismo e desigualdades.

A análise de Diego ilustra como a cultura *hip-hop* atua no território de resistência e criação coletiva, conforme se infere do fragmento: “A batalha de rima é onde transformamos nossas dores em poesia e nossos desafios em arte”. A narrativa apresentada por Souza (2020) sobre a relação entre arte, política e participação social em coletivos juvenis reforça a importância das práticas culturais para a formação de redes educativas que promovem cidadania e inclusão.

Gabriel complementa ao dizer: “Nas rimas, falamos de violência, racismo e desigualdade, usando palavras para lutar contra o que nos afeta”. Essa declaração coaduna com os estudos de Silva e Salazar Guizzo (2021), que analisam como representações juvenis sobre violência racial nos territórios escolares se manifestam como resistência cultural e crítica social, configurando-se como espaço de disputa por narrativas e justiça social.

Por outro ângulo, a perspectiva de Lucas Eduardo sobre o *skate*, quando afirma que este “nos permite expressar nossa frustração com a falta de oportunidades, transformando isso em criatividade”, remete às reflexões de Derrosso (2018) sobre territorialidades juvenis. Ele destaca que práticas urbanas como o *skate* transcendem o lazer, funciona como mecanismos de ressignificação do espaço público e como meio de expressão identitária.

A jovem Sofia enfatiza, nessa linha de raciocínio, que “Cada verso reflete nossa realidade, desde as dificuldades nas periferias até os sonhos que nos impulsionam”. Essa visão é corroborada por Beserra (2020), pois este argumenta que as escritas juvenis constituem territórios culturais de aprendizagens, nos quais as narrativas cotidianas das periferias são transformadas em potência criativa e crítica.

A pesquisa, a partir da observação participante, confirma que as rimas são repletas de referências ao cotidiano, transformando o ambiente urbano em um cenário de poesia e resistência. Moragas (2017) trata sobre essa temática e afirma que as práticas artísticas e culturais possibilitam a ressignificação da localidade no aspecto urbano, conectando os jovens às suas comunidades e territórios.

6.3.2 Críticas sociais e reivindicações urbanas

Os relatos coletados evidenciam como os jovens utilizam as batalhas de rima, o *skate* e a ocupação de espaços públicos como formas de resistência e crítica à exclusão urbana. A fala do jovem Matheus, ao apontar que “as batalhas são uma plataforma para criticar a exclusão urbana, mostrando que os jovens também têm direito ao espaço público”, reflete as análises de Ramos (2017), que destaca como as redes juvenis constroem capital espacial no campo da diversão, desafiando as geometrias de poder urbano.

A observação de Pedro sobre o *skate* como “protesto contra a negligência com os jovens na cidade” está encontra fundamento nas ideias de Oliveira (2020), pois este autor identifica o modo como os jovens ressignificam os espaços urbanos, transformando-os em territórios de pertencimento e resistência frente às dinâmicas de exclusão. Além disso, Souza (2020) afirma que a arte e a política se tornam ferramentas para a construção de redes educativas e participação social.

O jovem Felipe afirma o seguinte: “transformamos palavras em armas para questionar políticas públicas que não nos atendem”. Nesse sentido, Silva e Salazar Guizzo (2021) abordam que as representações juvenis são respostas à violência estrutural nos territórios urbanos. Sendo assim, as batalhas de rima funcionam como espaços de reivindicação e de criação de discursos contra-hegemônicos.

Por outro lado, o depoimento dado por Ricardo, discurso que enfatizou a ocupação da praça central como ato de resistência, dialoga com a perspectiva de Barbosa (2019) sobre a utilização de conceitos geográficos para implementar políticas públicas voltadas às populações infantojuvenis em situação de vulnerabilidade. Morais (2017) afirma que a ocupação de espaços públicos pelos jovens não é somente um ato simbólico, é mais uma forma de disputar narrativas sobre inclusão social e direito à cidade.

Esses relatos demonstram que os jovens percebem as limitações impostas pelo espaço urbano, também utilizam práticas culturais, como o *hip-hop* e o *skate*, para reivindicar sua cidadania. Assim, as críticas sociais e reivindicações urbanas articuladas pelos jovens nas rodas de conversa, entrevistas e observações representam o processo de luta por equidade e visibilidade nos territórios que ocupam.

6.3.3 A batalha de rima como palco para narrativas periféricas

As batalhas de rima têm se consolidado como espaço potente para a manifestação das vozes periféricas, trazendo para o centro da cidade histórias e vivências que, muitas vezes, são silenciadas. Esse movimento possui caráter político, evidenciado nas falas dos jovens participantes.

Ana, jovem de 16 anos, expressa que “cada rima é uma forma de colocar a periferia no mapa, mostrando as vivências que muitas vezes são ignoradas”. A declaração de Ana pode ser embasada pela reflexão de Beserra (2020), que aborda como os cotidianos periféricos se tornam territórios culturais de aprendizagem e resistência, ressignificando o espaço urbano por meio de práticas criativas.

Gabriel, jovem de 11 anos, destaca que “as narrativas das batalhas falam sobre desigualdade e resistência, conectando a nossa luta à cultura *hip-hop*”. Essa reflexão se alinha às análises de Souza (2020), uma vez que reconhece que os coletivos juvenis transformam a arte em ferramenta de participação social e luta contra as desigualdades estruturais.

A dimensão criativa e impactante das batalhas também é ressaltada por Tawanny, que afirma: “A rima nos permite contar nossas histórias de forma criativa e impactante, gerando empatia e reconhecimento”. Nesse sentido, Almeida (2017) explora como práticas culturais, incluindo a música e a performance, se tornam instrumentos educativos que promovem o pertencimento e a autoexpressão entre os jovens.

Thiago, jovem de 14 anos, evidencia o potencial transformador das batalhas quando testemunha: “No meio da praça, usamos a palavra para desafiar o silêncio imposto às vozes periféricas”. Essa reflexão se conecta à análise de Ramos (2017), que discute como os espaços urbanos podem ser reconfigurados por redes juvenis, transformando territórios de exclusão em locais de visibilidade e poder.

6.4 Identidade e Reconhecimento Coletivo

A identidade dos jovens observados nesta pesquisa não pode ser compreendida de forma isolada ou essencialista. Ela se constrói a partir da relação com o espaço, com o grupo e com o modo como são percebidos e se percebem na cidade. A territorialidade vivida — seja na escola, nas batalhas de rima ou nos encontros dos *skatistas* — é um dos pilares desse processo. A identidade, nesse contexto, se expressa no corpo que ocupa, na fala que denuncia, no gesto que reivindica.

Os espaços observados, especialmente as batalhas de rimas e as rodas de *skate*, revelam um ambiente coletivo onde a construção identitária se dá em constante diálogo com o outro. É no grupo que o jovem se afirma. É na partilha de experiências, linguagens e resistências que ele encontra reconhecimento. A identidade, portanto, não está apenas na individualidade, mas principalmente na construção coletiva. Em outras palavras, está no que se compartilha, no que se reconhece como comum, e no que se valoriza enquanto pertencente ao grupo.

6.4.1 Relações de solidariedade e aprendizado coletivo

As relações de solidariedade e aprendizado coletivo são aspectos fundamentais para o fortalecimento dos jovens em casos de marginalização e exclusão. As rodas de conversa e as vivências observadas demonstram como a solidariedade entre os jovens se traduz em espaços de apoio mútuo e troca de experiências, bem como facilita o crescimento individual e a construção de laços comunitários que favorecem o aprendizado coletivo. Como descreve Mariana: “O *skate* me ensinou a cair e levantar, literalmente. Isso me trouxe uma lição de vida sobre resiliência”.

A importância da solidariedade também se reflete nas palavras de Marina, quem destaca: “No início, eu só observava, mas o apoio da galera me incentivou a participar. Foi a solidariedade que me trouxe pra batalha”. O apoio e o incentivo dentro do grupo criam um ambiente no qual o coletivo aprende junto, colaborando mutuamente para o desenvolvimento das habilidades de cada um. Barbosa (2019) aponta que a utilização dos conceitos geográficos de território e escala pode ser associada a esses espaços coletivos, nos quais a troca de saberes e experiências ocorre como um processo de construção do território simbólico de pertencimento e solidariedade.

As batalhas de rima, mencionadas por Lucas Eduardo no trecho transcrito “as batalhas de rima não são só competição; é um espaço onde a gente se ensina, se escuta e aprende junto”, exemplificam outro modelo de aprendizado coletivo, no qual a competição se transforma em um espaço de colaboração e ensino mútuo. O processo de escuta e ensino coletivo dentro desse ambiente é relevante para o fortalecimento das relações entre os participantes. A teoria de Almeida e Eyng (2017) sobre a justiça emancipatória no processo educativo destaca a importância dessas trocas coletivas para o desenvolvimento do sentido de pertencimento e identidade entre os jovens, principalmente aqueles em espaços periféricos, como os observados nas rodas de conversa. Essas experiências não se limitam à competição

ou ao êxito individual, mas se expandem para a construção da cultura de apoio e aprendizado compartilhado.

Priscila observou que a prática de skate também é um mecanismo de socialização e construção de laços, conforme se apresenta no fragmento: “A amizade que eu fiz por causa do skate é uma das coisas mais valiosas da minha vida. É uma comunidade onde todo mundo se ajuda a melhorar”. Nesse sentido, o *skate* não só proporciona aprendizados técnicos, mas fortalece amizades que são descritas como algumas das relações importantes. A solidariedade construída entre os *skatistas*, que compartilham estratégias para superar dificuldades, é um exemplo do que Almeida (2017) define como processos de transformação que acontecem em espaços coletivos, onde o indivíduo se fortalece em conjunto com o coletivo. O apoio mútuo melhora o desempenho individual, também promove mudança na percepção do outro, e cria rede de apoio que favorece a superação das adversidades.

Essas relações de solidariedade e aprendizado coletivo ilustram a maneira como, mesmo em processos de exclusão e vulnerabilidade, os jovens podem criar e fortalecer suas comunidades, desenvolvendo capacidades de resistência e resiliência que os ajudam a superar as dificuldades da vida cotidiana. O espaço das batalhas de rima e o ambiente do *skate* exemplificam como práticas culturais e esportivas podem ser ferramentas na construção de territórios de solidariedade, apoio mútuo e aprendizado coletivo.

As falas dos jovens entrevistados destacam a importância do apoio coletivo, essencial para o fortalecimento individual e do grupo como um todo. Pedro menciona que: “O movimento das batalhas me ajudou a pensar rápido, a construir argumentos e a defender minhas ideias. Isso me ajudou até na escola”. O apoio do coletivo é percebido como algo que vai além da ajuda material ou afetiva, sendo fundamental para a construção da identidade do sujeito no contexto social.

Rafael destaca que a “praça é onde me sinto mais forte, porque estou com meu grupo, que me dá confiança”, o que demonstra como o ambiente social influencia positivamente na autoestima e confiança do indivíduo. Este fato está relacionado à teoria de Almeida e Eyng (2017) sobre justiça emancipatória e as vozes juvenis, esses afirmam que a troca de saberes dentro do grupo propicia a emancipação e fortalece os vínculos de pertencimento. A interação social dentro do grupo possibilita uma forma de resistência coletiva que reforça a identidade do jovem e lhe dá forças para enfrentar adversidades cotidianas.

Catarina fala sobre a coragem adquirida por meio da prática das batalhas, onde se pode ser vulnerável e forte ao mesmo tempo. De acordo com ela, “a batalha me ensinou a ter coragem. É um lugar onde você pode ser vulnerável e forte ao mesmo tempo”, apontamento

que demonstra o conceito de identidade performativa, no qual a exposição ao coletivo e a aceitação de suas vulnerabilidades tornam-se elementos fundamentais na constituição do sujeito. Sobre essa temática, Adelino (2018) reforça que a participação dos jovens em espaços coletivos, como rodas de conversa e grupos de apoio, é fator fundamental para a construção de identidades resilientes.

Luana expressa bem essa ideia: “O skate é resistência, mas também apoio. Cada skatista que vejo na rua é parte dessa família”. Essa perspectiva, que afirma que o *skate* não representa apenas uma forma de resistência, mas também de apoio mútuo, destaca a solidariedade que permeia a prática entre os *skatistas*. O reconhecimento mútuo e a confiança depositada nos outros dentro do grupo fortalecem os laços de união e criam um ambiente favorável ao desenvolvimento da identidade coletiva. Santos (2020) observa que os coletivos juvenis proporcionam um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento da identidade social, ao mesmo tempo que servem como mecanismo de resistência às imposições sociais.

6.4.2 Linguagem própria, identidade do grupo e hip-hop

A linguagem funciona como componente essencial para a construção de identidades e relações de pertencimento. Expressões como “mandei um *flip* cabuloso”, “respeita o corre” e “tô na luta” fazem parte do código interno que fortalece a identidade do grupo, haja vista que as gírias e expressões funcionam como elementos que não somente delimitam o espaço de ação, mas se tornam marcos de reconhecimento mútuo dentro do grupo.

Almeida (2017) destaca a importância da linguagem como instrumento de identidade, a comunicação juvenil se configura como canal para a criação de sentidos coletivos, reflete as dinâmicas sociais e culturais que perpassam a experiência juvenil. Esse “código interno” é a forma de resistência e afirmação, seja no processo das batalhas de rima, seja nas práticas esportivas como o *skate*. Os *skatistas* criam códigos próprios, que vão além do vocabulário e se manifestam em gestos e comportamentos coletivos.

A questão da criação da linguagem exclusiva também aparece nos relatos de Ana e Lucas Eduardo. Ana afirma: “Cada rima tem um peso, e a forma como usamos as palavras reflete quem somos e o que queremos dizer”. Já Lucas Eduardo menciona: “A linguagem das batalhas é criativa, cheia de gírias e significados que só quem *tá* no movimento entende”. Esses relatos reforçam a ideia de que a linguagem é um instrumento comunicativo, prática que reflete a subjetividade e a vivência do indivíduo dentro do coletivo. Simis *et al.* (2014) afirmam que a criação da linguagem única para cada subcultura juvenil permite que os

membros do grupo compartilhem informações, valores e experiências. A criação de sentidos próprios é um mecanismo de inclusão, e exclusão, uma vez que apenas aqueles imersos no movimento conseguem decifrar o código que lhes é peculiar.

André cita que as “batalhas de rima me ensinaram a ouvir mais. A gente aprende a respeitar a história do outro e a responder de forma construtiva”. A prática das batalhas de rima oferece aos jovens a oportunidade de aprimorar suas capacidades de escuta ativa e de respeito mútuo, fatores essenciais para a construção da comunicação respeitosa dentro do grupo. Esse processo é, como argumenta Adelino (2018), parte do processo educativo que se constrói nas relações de troca e de convivência dentro do ambiente juvenil, o amplia o campo de expressão e de aprendizado.

O uso da linguagem nas subculturas juvenis não se restringe à comunicação, mas se insere no processo de socialização e formação de identidade, conforme defendido por Almeida (2017) e Camargo (2020). Para os referidos autores, as práticas comunicativas juvenis contribuem para a definição de espaços de poder, resistência e reconhecimento dentro e fora de seus contextos grupais.

Dessa forma, os relatos apresentados evidenciam que a linguagem própria das subculturas juvenis é um ponto essencial na construção da identidade grupal. Ela representa um meio de comunicação, um espaço de afirmação e resistência, em que o grupo se reconhece e se fortalece por meio de códigos e práticas que são compreendidos apenas pelos que estão imersos nesse contexto.

As roupas e o estilo de vida, como o uso de bonés, camisetas largas e tênis de *skate*, se apresentam como símbolos de pertencimento à cultura *hip-hop*. Sobre essa discussão, MC da Leste pontua: “A gente veste o que representa nossa cultura, mas já ouvi várias vezes gente me chamando de ‘maloqueiro’ só por isso”. A fala de MC da Leste, ao mencionar o estigma de ser chamado de “maloqueiro”, evidencia como a escolha do vestuário e o estilo de vida podem ser afirmação de identidade e desafio aos estereótipos sociais. O estilo de se vestir é uma questão estética, forma de resistir à normatividade imposta pela sociedade, sendo a conexão entre os membros do grupo e sua história. De acordo com Barbosa (2019), os elementos simbólicos, como o vestuário, representam maneiras de os indivíduos resistirem à homogeneização cultural e reafirmam suas identidades nas margens sociais.

Pedro afirma: “Nosso estilo mostra quem somos. Não é só sobre andar de *skate*, é sobre fazer parte de algo maior”. O estilo não se resume apenas ao ato de andar de *skate*, mas à representação de algo maior, refletindo o sentido de pertencimento ao movimento cultural e social. Este tipo de expressão está relacionado ao conceito de territorialidade descrito por

Figueiredo (2017), que enfatiza como os jovens utilizam elementos culturais para estabelecer e afirmar seu espaço no mundo, muitas vezes resistindo à marginalização.

Conforme destaca Nina, “o jeito que a gente se veste é nossa identidade, mas também uma forma de dizer que pertencemos a esse espaço”. Ao afirmar que o modo de se vestir é uma forma de afirmar identidade e pertencimento, sua fala coaduna com Silva (2021), que discute as representações sociais e a maneira como os jovens constroem seu lugar no mundo por meio da expressão individual, seja através da estética ou de práticas culturais.

Desse modo, esses comportamentos de resistência e afirmação de identidade cultural, mencionados pelos jovens e observados na pesquisa participante, muitas vezes associadas à periferia e a estigmas sociais, fazem parte do processo de construção da juventude que enfrenta desafios e constrói alternativas de pertencimento e resistência.

A identidade cultural associada ao *hip-hop*, conforme expressa pelos entrevistados, é central no movimento, pois funciona como forma de resistência e reafirmação cultural. As falas dos jovens refletem como o *rap*, além de ser expressão artística, representa a história, a luta e a ocupação de espaços urbanos, muitas vezes negados à juventude periférica. O depoimento de Felipe, no trecho “na batalha, a gente conecta o rap à nossa cultura de resistência. É um movimento que carrega nossa história e luta”, destaca o caráter de resistência do movimento. Santos (2020) afirma que há relação entre movimentos culturais periféricos e a resistência ao sistema social que marginaliza essas vozes.

A conexão com a ancestralidade também é enfatizada por Isabela, quando ela expõe: “A cultura do *hip-hop* nos conecta com nossa ancestralidade e nos lembra que fazemos parte de algo muito maior”. Este resgate da ancestralidade se conforma com as ideias de Almeida e Eyng (2017), que tratam da justiça emancipatória e da importância de dar voz às populações historicamente marginalizadas, principalmente no contexto juvenil.

O *hip-hop* aparece como ferramenta de luta, como sugere Gabriel: “O *rap* é o que nos une e nos dá força *pra* continuar ocupando os espaços que nos negam”. O movimento torna-se espaço vital para os jovens que, como Bruna menciona, “cada rima é um grito de resistência”. Segundo Santos (2020), os movimentos culturais são agentes importantes na reconfiguração dos espaços urbanos, pois oferecem leitura do território e dos sujeitos que nele habitam. O uso da arte para reafirmar a identidade e para contestar as estruturas opressivas é característica fundamental do *hip-hop*, sendo a forma de ocupar, ressignificar e subverter o espaço social.

6.4.3 Dinâmica entre MCs e o público

Examinam-se aqui as dinâmicas dos movimentos das batalhas de rimas e do grupo de skatistas realizadas por jovens em espaços públicos e as interações que surgem entre estes e o público. Essas apresentações, carregadas de expressões culturais e identitárias, tornam-se meio de comunicação e conexão, enquanto a recepção dos espectadores pode promover validação, reconhecimento ou rejeição. Essas experiências moldam a confiança dos jovens e seu senso de pertencimento nos espaços urbanos, além de reforçar ou desafiar normas sociais e culturais.

Os espaços públicos tornam-se arenas onde os jovens negociam sua visibilidade e afirmam suas identidades, usando essas performances como formas de reivindicar o direito à cidade e construir laços de solidariedade. Essas interações transcendem o simples entretenimento, e funcionam como ferramentas para expressar lutas por reconhecimento e inclusão na esfera pública.

A dinâmica das interações entre MCs e público se caracteriza pela fluidez que reflete a energia compartilhada no espaço da batalha. A disposição do público e dos MCs está conectada à performance do MC, que ao entregar a rima, provoca respostas energéticas do público. Desse processo, surge uma relação simbiótica, na qual as reações do público validam ou questionam a performance do MC, fortalecendo a conexão entre ambos.

Rafa pontua que, “nas batalhas, o respeito é tudo. Mesmo quando a gente se ataca nas rimas, tem uma ética, um código que a gente segue”. Quando o jovem fala sobre a ética nas batalhas e a vulnerabilidade ao rimar, demonstra a importância do respeito dentro da cultura do *rap*, aspecto também ressaltado por Almeida (2017), que discute a expressão da juventude por meio de suas práticas culturais, levando em conta as relações de respeito e ética estabelecidas dentro dos espaços urbanos de confronto.

Quando relata a sua experiência com a rima, a jovem Catarina expõe a dicotomia vivida nesse espaço: “Quando criei coragem pra rimar, senti uma adrenalina única. É um lugar onde você pode ser vulnerável e forte ao mesmo tempo”.

O conceito de território, conforme descrito por Santos (2020), mostra-se relevante, uma vez que a disposição do público em círculo ao redor dos MCs constitui não apenas uma organização física do espaço, mas também a afirmação de uma territorialidade. Trata-se da construção de um espaço social em que as vozes dos jovens ecoam e ressoam em um território que lhes pertence. Lucas Eduardo relata: “Os MCs e o público formam uma conexão; o que acontece na roda reflete a energia de quem *tá* assistindo”. Para Lucas Eduardo, a conexão

entre MCs e público é uma energia mútua que ecoa o processo de territorialização e resistência que caracteriza esses jovens periféricos.

6.4.4 Desafios dos grupos sub-representados e os preconceitos sociais e institucionais

Os desafios enfrentados por mulheres e jovens periféricos nas batalhas de *skate* refletem as desigualdades estruturais nas cidades, sobretudo no que se refere à acessibilidade e à representação de gênero. Mariana, *skatista*, afirma que “ser *skatista* mulher é ainda mais desafiador. Além das dificuldades de espaço, a gente tem que lidar com comentários machistas e olhares de julgamento”. Segundo Souza e Silva (2020), o ambiente urbano, muitas vezes, reitera as normas de gênero que limitam a participação das mulheres em espaços dominados por homens, como o *skate*. As mulheres enfrentam, além da falta de infraestrutura, a construção de um ambiente social hostil, marcado pela persistência de estereótipos e preconceitos. A fala de Mariana evidencia o quanto as mulheres precisam lidar com esses obstáculos para terem a presença validada e reconhecida.

Bruna, outra jovem *skatista*, acrescenta: “O ambiente das batalhas ainda é bem dominado pelos caras, mas ver outras garotas batalhando me inspira”. Ela destaca a importância da representatividade feminina para a transformação desses espaços. Segundo Goffman (2018), a presença de modelos femininos é essencial para a quebra de barreiras sociais e culturais em ambientes masculinos. Nesse sentido, a visibilidade de outras mulheres atua nas batalhas, funciona como forma de resistência e empoderamento, desafia as normas estabelecidas e abre caminho para que outras mulheres se sintam inspiradas e motivadas a ocupar esses espaços.

A fala de Ana destaca a questão crítica sobre a invisibilidade das comunidades periféricas: “Quero mais apoio e visibilidade para nossa comunidade periférica, não apenas ser reconhecida na batalha”. Essa afirmação reflete o que é discutido por Martins e Souza (2019), apontam que as periferias, embora ricas em cultura e potencial, continuam sendo negligenciadas pelos espaços centrais da cidade, em termos de infraestrutura e de políticas públicas.

O desejo de Ana por apoio não se limita a momentos pontuais, como as batalhas, mas aponta para a necessidade de reconhecimento contínuo e de políticas públicas que promovam a visibilidade dessas comunidades. Pedro complementa declarando o ponto de vista de que: “Muitas vezes, o desafio é simplesmente chegar *no* lugar da batalha, porque viemos de lugares distantes do centro”. Destaca um outro aspecto, presente nas abordagens teóricas de

Silva e Almeida (2021), que é a defesa da importância de políticas públicas que minimizem as distâncias físicas e simbólicas entre as periferias e os centros urbanos, de modo a promover acesso igualitário a espaços de visibilidade e oportunidades.

Esses relatos dos jovens entrevistados refletem as desigualdades estruturais que atravessam as experiências de mulheres e jovens periféricos. Enfrentar essas questões exige uma abordagem que confronte os estereótipos de gênero e classe, e que reconfigure os espaços urbanos e culturais para torná-los inclusivos e representativos, promovendo a equidade nas oportunidades e no reconhecimento dos grupos historicamente marginalizados.

A prática do *skate*, principalmente entre os jovens periféricos, tem sido ferramenta de resistência e superação de preconceitos sociais e institucionais. André, um dos entrevistados, compartilha sua perspectiva sobre essa experiência: “O *skate* me mostrou que podemos criar nossos próprios espaços e superar os obstáculos que a cidade coloca”. Esse sentimento de potência é resposta às barreiras estruturais e culturais que marginalizam os jovens das periferias. Segundo Foucault (2007), a resistência é resposta às relações de poder que buscam controlar os espaços e as ações dos indivíduos, e o *skate* é uma forma de subverter esse controle, uma vez que cria alternativas de vivência e expressão fora dos padrões estabelecidos pela cidade.

A fala de Catarina reflete sobre a forma como as batalhas de *skate* servem como espaços de afirmação pessoal e coletiva, onde se pode ser “vulnerável e forte ao mesmo tempo, desafiando os preconceitos que nos cercam”. Esse fenômeno pode ser analisado à luz das teorias de Bourdieu (2018), que abordam a ideia de campo social e como a cultura de resistência em certos espaços urbanos enfrenta as normas sociais. No caso do *skate* e das batalhas, a vulnerabilidade, ao expor as dificuldades e as margens sociais, contrasta com a força em demonstrar identidade e pertencimento, desafiando o estigma associado a esses jovens.

Gabriel também menciona a luta contra os estereótipos, conforme podemos notar em: “Apesar de sermos vistos como marginais, mostramos que o *rap* tem potência e que nossa arte é transformadora”. Ele aponta como a arte e a cultura das periferias, muitas vezes estigmatizadas como subversivas, têm o poder de reverter esses estereótipos e criar significados. A transformação das imagens associadas a esses grupos sociais é abordada por Hall (2003), que enfatiza a capacidade das subculturas de desafiar as narrativas dominantes e de criar formas de pertencimento e reconhecimento. Henrique complementa: “O *skate* é nossa maneira de mostrar que a cidade também é nossa, superando a exclusão”, em que podemos

compreender o poder de afirmação territorial que essa prática representa para os jovens, ao reivindicarem um lugar em uma cidade que frequentemente lhes é negada.

6.4.5 Resposta do público como validação ou rejeição

A resposta do público, como mecanismo de validação ou rejeição, é central para o processo de legitimação da performance do MC. Quando a rima ressoa com o público, sua reação é um aplauso ou vibração, criando o reconhecimento explícito do esforço do MC. Sobre essa ação Larissa explica: “A primeira vez que subi pra rimar, minhas pernas tremiam, mas o apoio da galera foi surreal. Ser aplaudida por transformar minha dor em poesia foi transformador”. Ao compartilhar sua experiência de ser aplaudida, Larissa demonstra a importância dessa validação emocional, destaca a transformação pessoal proporcionada pelo apoio coletivo.

Essa validação é um reflexo do poder que o público exerce sobre a construção de identidade dentro da batalha. Barbosa (2019), em sua análise das territorialidades nas políticas públicas, discute como as respostas públicas podem reafirmar ou negar a legitimidade dos sujeitos em contextos urbanos. O público contribui para a formação da rede de reconhecimento que valida a luta dos jovens periféricos por visibilidade e espaço dentro da cidade.

Gabriel comenta que “a energia do público pode levantar ou destruir uma performance” e que “eles mostram o que querem ouvir, e a gente tenta responder” (sic), evidenciando como a resposta do público influencia diretamente o desempenho dos MCs. Ao destacar esse poder de reação, sua fala reforça a ideia de que a validação coletiva funciona como resposta afetiva e também como ferramenta de poder. De forma semelhante, Eduardo observa: “Já vi rimas que fizeram o público aplaudir de pé. É um reconhecimento que emociona e valida o esforço”, ressaltando o impacto simbólico do reconhecimento nas trajetórias dos participantes. Esse reconhecimento do público é interpretado como a forma de resistência simbólica, em que os MCs e o público compartilham a narrativa coletiva, marcada pela luta e pela resistência, o que coaduna com os conceitos discutidos por Dambrós (2018), sobre como a luta simbólica no espaço urbano pode ser vivida como resistência cultural.

6.5 Síntese da análise e discussão dos dados

A análise construída ao longo desta tese parte da escuta e da presença dos os jovens nos territórios da cidade de Formosa – GO, em especial naqueles espaços apropriados por eles como lugares de encontro, expressão, convivência e resistência. A partir dos dados empíricos sistematizados nos quadros analíticos, foi possível identificar um conjunto de práticas espaciais e culturais que evidenciam a centralidade da juventude na produção urbana e a urgência de se pensar o direito à cidade (Lefebvre, 2001) como um direito de ser, estar e transformar o espaço, disposto no Quadro 17. Na primeira categoria, identifica-se a cidade em construção a partir das experiências dos jovens, que reafirmam sua autonomia sobre os espaços urbanos, resistem aos processos de marginalização e recriam novas formas de pertencimento por meio da arte e da cultura.

Quadro 17 – Práticas espaciais e interação urbana dos jovens em Formosa – GO

Subcategoria	Descrição	Direito à cidade (Lefebvre, 2001)	Relação com a Tese
1.1 Ocupação simbólica e material de espaços urbanos	Os jovens transformam praças, decks e mobiliários urbanos em locais de convivência, lazer e produção cultural.	Direito à apropriação do espaço urbano	Revela como os jovens intervêm no espaço público, atribuindo novos sentidos aos lugares e produzindo práticas que reafirmam sua presença e identidade no território.
1.2 Resistência cultural	Atuam por meio da arte, como o rap e o skate, reafirmando sua cultura e enfrentando o apagamento simbólico e físico de suas expressões.	Direito à centralidade e à produção cultural do espaço	Evidencia formas de resistência diante da marginalização, demonstrando a potência cultural dos jovens na construção da cidade.
1.3 Experiências periféricas no centro da cidade	Jovens de bairros periféricos se deslocam para o centro, reconfigurando-o como espaço de circulação, criação e pertencimento.	Direito de circulação e uso pleno da cidade	Expõe o modo como jovens rompem com fronteiras simbólicas e físicas, resignificando o centro como espaço de vivência e expressão juvenil.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As práticas espaciais e formas de interação urbana vivenciadas pelos jovens em Formosa – GO revelam a cidade como campo de disputa, invenção e criação coletiva. Longe de serem meros ocupantes transitórios, os jovens intervêm de modo ativo no espaço urbano, atribuindo novos sentidos aos lugares por meio da presença, da convivência e da produção cultural. A análise da categoria “Práticas Espaciais e Interação Urbana dos Jovens em Formosa – GO” mostra que praças, *decks* e mobiliários urbanos deixam de ser apenas equipamentos funcionais da cidade e passam a se constituir como territórios simbólicos de

pertencimento, expressão e resistência. Tais apropriações não são neutras, tampouco espontâneas: elas resultam de uma longa trajetória de exclusão social e espacial, e representam um gesto político de presença, que transforma o espaço público em lugar vivido e vivido com intencionalidade.

Inspirados por linguagens culturais como o *hip-hop* e o *skate*, esses jovens constroem práticas que rompem com os usos normativos da cidade, reconfigurando espaços e temporalidades urbanas. Lefebvre (2001) já alertava que o espaço é produzido socialmente e que seu uso deve ser reivindicado por todos aqueles que o habitam. Nesse sentido, a apropriação simbólica e material de praças e áreas centrais por juventudes periféricas é expressão concreta do direito à cidade — não no sentido de uma concessão legal, mas como uma reivindicação do direito de transformar e significar o espaço conforme as necessidades e desejos dos sujeitos que o vivenciam. Essas ações juvenis subvertem o planejamento urbano pensado a partir da lógica da ordem, da vigilância e do consumo, e instauram novas formas de existência coletiva, onde o espaço se torna palco e expressão da vida comum.

Ao ocuparem esses lugares com rimas, rodas, manobras e encontros, os jovens reafirmam suas culturas e enfrentam o apagamento simbólico a que são frequentemente submetidos. Há, nesse processo, um profundo gesto de resistência, que se expressa pela arte e se materializa na permanência. Harvey (2014) ressalta que o direito à cidade está intimamente ligado à possibilidade de os habitantes mudarem a si mesmos ao transformarem o espaço urbano. E é exatamente isso que os jovens fazem: transformam o centro da cidade em espaço de criação e contestação, ressignificando o que antes era negado como lugar de pertencimento.

Esses deslocamentos, em sua maioria realizados a partir de bairros periféricos, revelam ainda a dinâmica complexa entre margem e centro. Jovens que moram em regiões historicamente excluídas do planejamento urbano atravessam fisicamente a cidade em direção a espaços centrais, criando rotas que desestabilizam as fronteiras simbólicas estabelecidas entre o “permitido” e o “proibido”, o “visível” e o “invisível”. Como observa Santos (2008), o espaço urbano é tecido por uma multiplicidade de racionalidades que coexistem e se tensionam. E os jovens, ao ocuparem o centro, trazem para esse espaço a racionalidade do encontro, da cultura popular e da vivência comunitária. Esse movimento rompe com a lógica de exclusão que historicamente empurra a juventude periférica para os limites da cidade, fazendo do centro não apenas um ponto de passagem, mas um território de disputa simbólica e afirmação identitária.

A cidade, então, passa a ser compreendida como um campo de possibilidades, onde os sujeitos disputam sentidos e constroem presenças. Por isso, Massey (2008) reforça que o espaço não é fixo, mas constituído por relações sociais em constante movimento. Os jovens de Formosa, ao ocuparem a cidade com seus corpos, vozes e práticas culturais, criam espacialidades outras, plurais e insurgentes. Suas práticas tornam visível a potência de uma juventude que, mesmo diante da precariedade e da exclusão, inventa modos de vida e produz sentidos de pertencimento e cidadania. Como aponta Carrano (2013), os jovens ocupam o mundo adulto e urbano e, ao fazê-lo, tensionam e reinventam esse espaço, afirmando-se como sujeitos políticos e produtores legítimos da cidade.

No Quadro 18, procuramos sintetizar as informações trazidas pelos jovens quanto aos impedimentos de acesso aos espaços da cidade, seja pelas barreiras à ocupação das ruas, praças e do *Deck*, seja pela repressão sofrida ao se manifestarem, expondo, assim, as tensões que atravessam esses territórios. Além disso, procuramos destacar como a infraestrutura precária compromete o exercício pleno de fazer parte da cidade.

Quadro 18 – Barreiras, conflitos e exclusão na apropriação do espaço urbano pelos jovens

Subcategoria	Descrição	Direito à cidade (Lefebvre, 2001)	Relação com a Tese
2.1 Barreiras à apropriação de espaços	Obstáculos físicos e simbólicos que limitam o acesso e o uso dos espaços urbanos pelos jovens, como repressão policial e preconceitos sociais.	Direito à cidade sem exclusão física ou simbólica	Demonstra as dificuldades enfrentadas pelos jovens para ocupar e circular livremente nos espaços públicos, evidenciando processos de exclusão urbana.
2.2 Disputa entre usos e repressão	Conflitos entre diferentes grupos sociais pelo uso dos espaços públicos, frequentemente resultando em vigilância e repressão contra práticas culturais jovens.	Direito ao uso democrático dos espaços públicos	Revela as tensões urbanas em torno do direito à cidade, mostrando como as práticas culturais juvenis são alvo de controle e estigmatização.
2.3 Falta de infraestrutura e oportunidades	Insuficiência de equipamentos urbanos adequados para práticas culturais e esportivas dos jovens, como a ausência de pistas de skate ou espaços de encontro.	Direito à cidade equipada e justa; função social da cidade	Destaca a desigualdade na oferta de infraestrutura urbana que compromete o pleno exercício do direito dos jovens à cultura, lazer e sociabilidade.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A vivência dos jovens nos espaços urbanos de Formosa – GO é atravessada por múltiplas formas de desigualdade e negação do direito à cidade. Embora suas práticas revelem potentes processos de apropriação e criação territorial, há também limites concretos e simbólicos que restringem essa presença, configurando um cenário marcado por tensões, barreiras e exclusões. A análise das evidências empíricas reunidas no Quadro 18 revela que o espaço público, longe de ser universal ou neutro, é atravessado por relações de poder que determinam quem pode ocupá-lo, de que maneira e com que legitimidade. Para os jovens —

especialmente os oriundos de territórios periféricos —, esse espaço frequentemente se mostra seletivo e restritivo.

Uma das expressões mais claras dessas limitações é a presença de barreiras à apropriação dos espaços urbanos, tanto em sua dimensão material quanto simbólica. A repressão por parte de agentes públicos, o controle sobre o comportamento juvenil e os preconceitos associados à estética e à linguagem dos grupos culturais fazem parte de um cotidiano que desafia o pleno uso da cidade por esses sujeitos. Como aponta Lefebvre (2001), o direito à cidade não pode ser efetivado se não forem garantidas condições reais de circulação, apropriação e permanência. Os jovens relatam abordagens policiais, retaliações verbais e até a expulsão de espaços públicos em razão de sua presença, revelando um processo de exclusão urbana que é ao mesmo tempo física e simbólica, e que reforça as fronteiras entre os que “pertencem” à cidade e os que dela devem ser removidos ou silenciados.

Esses conflitos se intensificam quando práticas culturais juvenis entram em disputa com outros usos hegemônicos do espaço urbano. As batalhas de rima, o *skate*, as rodas de música e dança não apenas ocupam os espaços: elas desestabilizam normas sociais e institucionais que regulam o comportamento esperado nos ambientes públicos. Em muitas situações observadas, essa presença gera incômodo em setores da sociedade que naturalizam o espaço urbano como lugar de ordem, silêncio e vigilância. Isso gera conflitos entre usos, nos quais as juventudes são, em regra, os alvos mais recorrentes de repressão. Harvey (2014) aponta que o controle sobre o espaço está diretamente ligado ao controle sobre os corpos e sobre a cultura. E quando a juventude reivindica visibilidade e centralidade por meio de expressões próprias, ela desafia essas estruturas de dominação.

Não menos relevante é o papel da ausência de infraestrutura urbana como forma de negação do direito à cidade. A escassez de espaços adequados para a prática do *skate*, a falta de equipamentos públicos voltados à expressão cultural, e a inexistência de políticas voltadas à juventude revelam um cenário de profunda desigualdade. Como observa Santos (2008), a cidade é construída de forma seletiva, priorizando interesses econômicos e desconsiderando as múltiplas racionalidades que compõem o tecido urbano. A juventude, nesse contexto, segue sendo invisibilizada nas políticas públicas, relegada a espaços improvisados e constantemente ameaçada em seu direito de estar e criar.

Ao refletir sobre essa precarização, é possível afirmar que há uma função social da cidade que está sendo sistematicamente negada a esses jovens. A cidade, ao não oferecer equipamentos, oportunidades e condições básicas para a realização da vida social e cultural da

juventude, falha em seu compromisso coletivo, tornando-se injusta, segregadora e excludente. Massey (2008) reforça que o espaço é sempre relacional e político, ele reflete as possibilidades de interação e as fronteiras que regulam o acesso à vida urbana. Os jovens de Formosa, ao improvisar pistas, reinventar praças e se reunir em pequenos grupos, revelam a ausência do poder público, mas também a potência de suas práticas como resistência cotidiana e criação de mundos possíveis.

Por fim, como afirma Carrano (2013), compreender as territorialidades juvenis exige mais do que descrever os lugares frequentados pelos jovens, é necessário ouvir suas experiências, reconhecer suas práticas e questionar os modos como a cidade os trata. Os conflitos analisados aqui não são apenas obstáculos pontuais: eles são sintomas de uma cidade que, ao invés de se abrir ao novo, tenta normatizar e silenciar aquilo que escapa à ordem. Os jovens, quando insistem em permanecer, estão também dizendo que o espaço público precisa ser público de fato, isto é, plural, diverso, acessível e respeitoso com as culturas que nele se expressam.

No Quadro 19 – Expressão cultural e direitos dos jovens na cidade, elencamos como os jovens estão organizados culturalmente e socialmente. Por meio da sua arte e da sua crítica, revelam o seu pertencer/estar na cidade. Reconhecendo-se como parte dela, os jovens se posicionam, articulam-se para reafirmar a sua identidade e a sua arte.

Quadro 19 – Expressão cultural e direitos dos jovens na cidade

Subcategoria	Descrição	Direito à cidade (Lefebvre, 2001)	Relação com a Tese
3.3 Expressões artísticas como resposta a desafios	As manifestações culturais e artísticas dos jovens são formas de reação e superação das dificuldades sociais e urbanas que enfrentam.	Direito à livre expressão cultural e crítica	Revela como os jovens utilizam a arte para resistir às adversidades e afirmar suas vozes, configurando a cultura urbana como território de luta e afirmação.
3.4 Críticas sociais e reivindicações urbanas	As práticas culturais juvenis articulam demandas sociais e políticas, posicionando-se como agentes de transformação da cidade.	Direito à participação política e social	Destaca o papel das expressões culturais como instrumentos de reivindicação, inserindo os jovens na dinâmica política e social urbana.
3.5 Batalha de rima como narrativa periférica	Espaço de performance onde os jovens narram suas experiências e contextos periféricos, garantindo visibilidade às suas histórias.	Direito à visibilidade e valorização das culturas populares	Evidencia a batalha de rima como palco central para a construção de identidade e reconhecimento cultural dos jovens em contextos marginalizados.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

As expressões culturais e artísticas dos jovens em Formosa – GO configuram-se como uma das formas de resistência, presença e disputa pelo espaço urbano. Os dados empíricos sistematizados na categoria “Expressões culturais e resistência simbólica” (Quadro 19) revelam que a arte, especialmente as batalhas de rima e o *hip-hop*, ultrapassa os limites do entretenimento e assume um papel central na construção de identidade, na crítica social e na reivindicação de direitos. A cidade, nesse contexto, não é apenas o cenário das performances, mas o objeto mesmo da crítica, do desejo de transformação e da invenção de novas possibilidades de existência.

As expressões artísticas juvenis emergem como resposta aos desafios cotidianos vivenciados nos territórios periféricos, marcados por desigualdades estruturais, ausência de políticas públicas e estigmatização social. Ao cantar, rimar ou ocupar um espaço com o corpo, os jovens enfrentam a invisibilidade a que são submetidos, ao passo que constroem novas formas de enunciar sua presença. A arte passa a operar como linguagem de resistência, como modo de reorganizar a experiência vivida, como estratégia de superação das adversidades. Lefebvre (2001) já havia afirmado que o espaço urbano precisa ser vivido como obra, e é justamente isso que fazem esses jovens ao transformar o cotidiano em matéria de criação cultural. A arte torna-se, portanto, um território simbólico de luta e afirmação, no qual se concretiza o direito à livre expressão cultural e crítica, mesmo diante de condições materiais desfavoráveis.

Mais do que expressão estética, as práticas culturais juvenis observadas na pesquisa configuram também instrumentos de crítica social e reivindicação urbana. As rimas improvisadas, carregadas de denúncias contra o racismo, a violência policial, a negligência com os bairros populares e a exclusão dos jovens da vida pública, revelam uma juventude politicamente situada. Não se trata de discursos esvaziados: são narrativas que nascem da experiência e que se voltam contra uma cidade que insiste em excluí-los. Harvey (2014) argumenta que o direito à cidade implica também o direito de participar das decisões que moldam o espaço urbano. Nesse contexto, os jovens, por meio da arte, inserem-se na dinâmica política da cidade, tensionando os limites entre cultura e ação social. É nessa intersecção que se realiza o direito à participação política e social, ainda que por vias não institucionalizadas.

Um dos espaços mais potentes de articulação desses processos é a batalha de rima, que se configura como uma verdadeira narrativa periférica. Nela, os jovens elaboram sua vivência por meio de palavras improvisadas, desvelando os conflitos, sonhos, resistências e histórias que compõem o cotidiano da juventude nas periferias. A batalha não é apenas um jogo de

palavras; é uma arena de representação, onde o jovem fala de si, do seu bairro, da sua cidade. Trata-se de uma forma de comunicação horizontal, democrática e altamente engajada, que garante visibilidade a sujeitos que historicamente foram silenciados. Como destaca Carrano (2013), é necessário reconhecer que os jovens não estão apenas no mundo, eles também o interpretam, o criticam e o transformam. A batalha de rima, nesse sentido, é palco e enunciação, cena e cidade, corpo e política.

A visibilidade conquistada nessas práticas é um ato de disputa simbólica no campo urbano. É uma forma de valorizar as culturas populares, de inserir suas estéticas, valores e narrativas no tecido urbano, e de romper com os modelos elitistas e eurocentrados de produção cultural. Como aponta Doreen Massey (2008), o espaço é constituído por múltiplas trajetórias que se cruzam e se influenciam mutuamente. Ao garantir espaço para as vozes da periferia nas praças centrais, os jovens tensionam o próprio conceito de cidade e ampliam seus sentidos. Nesse gesto, realizam o direito à visibilidade e à valorização das culturas populares, inscrevendo sua existência em lugares historicamente negados à sua presença.

As expressões culturais juvenis analisadas nesta pesquisa, portanto, não são meras manifestações artísticas: são atos políticos e espaciais. São práticas que interrogam o urbano, que reinventam a cidade, que denunciam suas ausências e celebram suas presenças. São juventudes que não apenas vivem na cidade, posto que elas a escrevem com seus próprios códigos, e ao fazerem isso, reivindicam ser parte essencial daquilo que a cidade pode e deve ser.

No Quadro 20, identificamos a articulação coletiva existente entre os integrantes, sustentada não apenas pela arte, que é uma linguagem simbólica fundamental para eles, mas também pela construção, entre os pares, de sentimentos de solidariedade e partilha. Destaca-se, assim, a dimensão social desse vínculo como fundamento para a formação de uma identidade coletiva.

A partir das batalhas de rimas e do movimento dos *skatistas*, constrói-se uma representatividade pautada no respeito mútuo e no compartilhamento das angústias relacionadas à validação, ou não, de suas expressões culturais pelo público. Evidenciam-se, assim, respostas criativas aos desafios sociais enfrentados, bem como a luta por espaços nos quais suas representatividades também tenham o direito de estar, pertencer e se manifestar.

Quadro 20 – Identidade e reconhecimento coletivo dos jovens na cidade

Subcategoria	Descrição	Direito à cidade (Lefebvre, 2001)	Relação com a Tese
4.1 Relações de solidariedade e pertencimento coletivo	Processos de construção de vínculos e sentimento de pertencimento entre os jovens, fortalecendo o grupo.	Direito à vida comunitária e ao pertencimento urbano	Demonstra como os jovens criam redes de apoio e identificação, consolidando um sentimento de pertencimento territorial mesmo diante da exclusão.
4.5 Linguagem própria, identidade do grupo e hip-hop	Uso de códigos, gírias e expressões culturais próprias que definem a identidade coletiva do grupo.	Direito à identidade cultural e à diferença	Reflete a importância da cultura hip-hop como elemento constitutivo da identidade juvenil e meio de afirmação da diversidade cultural.
4.6 Dinâmica entre MCs e plateia	Interação entre os artistas (MCs) e o público que legitima e fortalece a expressão cultural do grupo.	Direito ao espaço como arena de expressão e reconhecimento coletivo	Aponta para o espaço urbano como palco de afirmação cultural e reconhecimento social, fundamental para a construção da identidade coletiva jovem.
5.2 Validação ou rejeição pelo público	Reação da audiência que pode legitimar ou marginalizar as expressões culturais dos jovens.	Direito à representação e ao diálogo social	Evidencia a importância do diálogo social para a legitimação das práticas culturais e para o reconhecimento dos jovens como atores urbanos.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A categoria de análise sistematizada no Quadro 20 aponta para a importância das dimensões relacionais, culturais e afetivas na produção da juventude como sujeito urbano. As relações entre os jovens, seus códigos de linguagem e as formas de validação social construídas nos encontros culturais tornam visível a cidade como território de reconhecimento coletivo, onde se disputa não apenas o direito de estar, mas o direito de ser e de ser visto. Tais dimensões fazem da identidade um processo profundamente vinculado ao espaço vivido, como já nos alertava Lefebvre (2001), ao afirmar que o urbano é também o lugar onde se constroem os sentidos da existência e da vida comunitária.

A formação de relações de solidariedade e pertencimento coletivo entre os jovens observados na pesquisa reforça a ideia de que os laços comunitários são constitutivos das territorialidades juvenis. Os encontros que acontecem nas batalhas de rima, nas rodas de conversa e nas práticas do *skate* são momentos de compartilhamento de vivências, dores, afetos e alegrias. Nesses espaços, os jovens constroem vínculos de apoio e reconhecimento mútuo, consolidando o que Carrano (2013) chama de “comunidade de iguais”. Mesmo diante da exclusão urbana e da estigmatização social, esses sujeitos reinventam formas de pertencimento territorial, exercendo o direito à vida comunitária e ao pertencimento urbano como prática cotidiana de resistência e criação.

A identidade coletiva que emerge desses grupos se estrutura por meio de uma linguagem própria, repleta de códigos, gírias, expressões culturais e estéticas compartilhadas. A cultura *hip-hop*, nesse processo, atua como matriz simbólica e política, permitindo que os jovens nomeiem suas experiências e se reconheçam mutuamente. Trata-se de uma linguagem que escapa aos padrões normativos e que se ancora nas vivências periféricas, produzindo sentido a partir da diferença. Esse movimento evidencia o direito à identidade cultural e à diferença, tal como nos propõe Massey (2008), ao pensar o espaço como uma construção relacional que abriga múltiplas trajetórias. A linguagem, nesse contexto, além de mecanismo de comunicação, também marca lugar, afirma presença e delimita fronteiras simbólicas de pertencimento.

A dinâmica entre MCs e plateia nas batalhas de rima materializa o espaço urbano como arena de expressão e reconhecimento. A performance individual do MC ganha sentido quando encontra eco no coletivo: a rima só se sustenta se for ouvida, respondida e legitimada pela audiência. Essa relação entre performance e público revela o espaço como lugar de troca simbólica, em que o sujeito se afirma pelo que diz e pelo modo como é recebido. É nesse jogo de escuta e resposta que se constrói a identidade coletiva, e também a política cultural das juventudes. Como nos lembra Harvey (2014), a cidade é um palco de disputa simbólica, e os jovens, ao se apresentarem e se validarem mutuamente, ocupam esse palco com potência transformadora. A batalha, nesse sentido, é um entretenimento, mas sobretudo, é reconhecimento, é resistência, é cidade vivida em sua plenitude.

Nesse processo, a validação ou rejeição por parte do público se torna elemento central da produção simbólica dos jovens. A escuta atenta, os aplausos, as vaias ou mesmo o silêncio são respostas que constroem sentidos sobre quem pertence e quem não pertence ao grupo. A legitimação das práticas culturais, portanto, não vem de fora; ela é construída coletivamente no campo da experiência. Essa dinâmica revela o exercício do direito à representação e ao diálogo social, pois a cultura que os jovens produzem só existe como forma de comunicação plena se houver reciprocidade, escuta e reconhecimento.

Ao ocupar a cidade com suas vozes, corpos e códigos, os jovens reconstróem o tecido urbano por dentro. São presenças que denunciam a exclusão, e constroem possibilidades de outra cidade, que seja mais justa, mais sensível e mais plural. A identidade, nesses termos, é um ato coletivo, territorializado e político. E o reconhecimento, como prática espacial e afetiva, é o que permite que esses sujeitos se afirmem não apenas como moradores, mas como produtores legítimos da cidade.

As limitações estruturais enfrentadas por jovens em práticas culturais urbanas, como o *skate*, demonstram a capacidade de adaptação e resistência dessa comunidade. Feliciano (2020) descreve que a ausência de infraestrutura adequada não impede a realização das atividades; pelo contrário, incentiva a criatividade e a ressignificação do espaço urbano. Isso foi evidenciado nas narrativas e observações que revelam como o ambiente urbano se torna palco para a expressão cultural e artística.

O participante Ricardo, ao mencionar o uso de caixas de som e mochilas para “marcar o território”, destaca a apropriação simbólica e funcional do espaço público. Feliciano (2020) pontua que essa prática cria a identidade coletiva, transforma o local em ambiente de convivência e criação cultural, preenche a lacuna deixada pela ausência de apoio governamental ou institucional.

Rafa ilustra, em sua entrevista, a autonomia que surge da necessidade. A organização independente de eventos, incluindo transporte e som, reforça a autossuficiência do grupo e promove habilidades organizacionais. Menezes *et al.* (2024) mencionam que essa independência reflete o espírito de resistência e colaboração entre os jovens, fortalecendo tanto a prática artística quanto os laços comunitários.

O jovem Henrique reforça a adaptabilidade ao afirmar que os próprios *skatistas* criam “picos de treino” a partir da arquitetura urbana. Essa prática exemplifica como o espaço da cidade pode ser ressignificado e reinterpretado, transformando limitações em oportunidades para inovação. Menezes *et al.* (2024) afirmam que essa adaptação criativa fortalece a identidade do grupo e demonstra a interação dinâmica com o ambiente urbano.

A observação participante também revelou o impacto positivo dessa autossuficiência criativa na arte e na comunidade. Embora a falta de infraestrutura seja um desafio, ela contribui para o fortalecimento dos laços entre os praticantes, promovendo um senso de pertencimento e propósito coletivo.

De modo geral, as estratégias para superar as limitações estruturais vão além da adaptação física dos espaços urbanos. Elas promovem o aprendizado coletivo que transforma a adversidade no catalisador de criatividade e união. Esse processo ressalta a importância de políticas públicas que reconheçam e apoiem práticas culturais emergentes, garantindo espaços adequados para sua expressão e desenvolvimento.

Dessa forma, as expressões artísticas protagonizadas pelos jovens refletem resposta criativa aos desafios sociais, a ação coletiva que reivindica visibilidade, equidade e transformação das realidades vivenciadas. Esse movimento cultural, ao ser incorporado em

práticas educativas e sociais, amplia as possibilidades de emancipação e protagonismo juvenil.

As batalhas de rima proporcionam um espaço de expressão artística, também configuram territórios de resistência e educação. Segundo Dambrós (2018), a territorialização dos jovens nesses espaços urbanos manifesta o protagonismo que ressignifica as dinâmicas sociais, promove diálogo entre a periferia e o centro, entre a exclusão e a cidadania. Portanto, as vozes juvenis que surgem nas batalhas de rima não se limitam ao entretenimento. Elas representam o grito coletivo que desafia as narrativas dominantes, reafirma identidades periféricas e transforma a cultura *hip-hop* na arena de luta e reconhecimento social.

Isso envolve relações de solidariedade, aprendizado mútuo, elementos culturais como vestuário, linguagem e música, além da consolidação da identidade coletiva por meio das práticas culturais e da força do grupo. Os jovens compartilham experiências que fortalecem laços e criam símbolos comuns, ou seja, expressam suas vivências de forma única. Essas manifestações culturais também funcionam como resistência às imposições externas, bem como afirmam o papel ativo dos jovens na construção de suas narrativas e no sentido de comunidade dentro dos espaços urbanos.

As batalhas de rima, por exemplo, configuram-se como práticas que criam um espaço de pertencimento e expressão coletiva, onde os jovens afirmam sua presença na cidade, como observado por Júlio: “A gente cria nosso próprio espaço e cultura”. Essa construção de pertencimento coletivo é abordada por Souza (2020), ao discutir redes educativas que emergem de coletivos juvenis, ressaltando a importância da arte e da política como ferramentas para superar a exclusão social.

Além disso, a territorialidade das batalhas de rima também pode ser interpretada como uma forma de resistência, alinhada às análises de Barbosa (2019), quem explora a utilização de conceitos geográficos para implementar políticas públicas voltadas à seguridade social. A presença ativa dos jovens nesses espaços reforça sua identidade e cria alternativas à invisibilidade experimentada em contextos urbanos periféricos.

O testemunho de André, que reconhece o *skate* como uma prática que trouxe propósito e comunidade à sua vida, exemplifica como atividades coletivas ajudam a redirecionar trajetórias juvenis. Leite (2017) aborda a violência e exclusão enfrentadas por jovens em contextos urbanos e argumenta que espaços como esses oferecem segurança e suporte para que possam reconstruir suas identidades.

Ana e Nathália, por sua vez, destacam a luta por visibilidade e esperança nas comunidades periféricas. Segundo Almeida e Eyng (2017), ouvir as vozes juvenis é essencial

para promover uma justiça emancipatória que reconheça e valorize suas práticas culturais e reivindicações sociais. Nathália expressa essa perspectiva quando afirma que o movimento jovem representa uma “prova de que a gente consegue criar algo poderoso, mesmo em um ambiente que nos exclui”. Essa observação ressoa com os trabalhos de Ramos (2017), que analisa como redes juvenis constroem capital social e territorial em contextos marcados por desigualdades.

O senso de comunidade mencionado pelos jovens reflete a territorialidade afetiva discutida por Derrosso (2018), onde o território é entendido não apenas como espaço físico, mas como um espaço vivido, carregado de significados que transcendem as delimitações geográficas. Essas experiências ressaltam a capacidade dos jovens de ressignificar os espaços urbanos e construir pertencimento mesmo diante da exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre jovens e territorialidades abordadas nesta pesquisa demonstraram a complexidade e as múltiplas formas de ocupação dos espaços urbanos pelas novas gerações. A tese demonstrou que a construção da identidade juvenil está relacionada às territorialidades, sendo estas compreendidas como espaços físicos e como lugares imbuídos de significados culturais, sociais e políticos. A análise das práticas culturais, como as batalhas de rima e o *skate*, permitiu observar como os jovens reconfiguram o espaço urbano, criando formas de pertencimento e resistência no aspecto de crescente precarização das condições de vida nas cidades.

Os deslocamentos dos jovens pelos espaços da cidade não se dão unicamente por uma organização coletiva; configuram-se como formas de disputa territorial e revelam tensões entre integração e exclusão vividas na relação com a cidade. Na Praça da Prefeitura, a territorialidade assume contornos ainda mais simbólicos. Estar na praça central da cidade, espaço carregado de significados históricos e sociais, é para os jovens uma forma clara de reivindicar pertencimento.

Eles dizem com suas rimas e presenças: “o centro também é nosso”. As referências aos bairros periféricos, aos desafios do cotidiano e às vivências de exclusão se misturam à musicalidade e ao improviso, criando uma narrativa coletiva sobre juventude, cidade e desigualdade. A praça se converte em espaço de expressão e escuta, ainda que marcada pela ambivalência: enquanto os jovens se reconhecem ali, parte da população os vê como ameaça. Essa tensão expressa o que Haesbaert (2004) chama de “desterritorialização simbólica”, pois evidencia como certos corpos, em especialmente os juvenis, racializados e periféricos, são marcados por um não-pertencimento imposto, ainda que fisicamente presentes nos espaços centrais da cidade. Essa exclusão simbólica se dá por meio de olhares, repressões e ausências institucionais que negam a esses sujeitos o direito de se reconhecerem e serem reconhecidos como legítimos ocupantes do espaço urbano.

Nas batalhas de rima, essas dinâmicas se complexificam. No *Deck* da Cidade, por exemplo, os jovens transitam entre a criação poética e o enfrentamento das hostilidades do espaço público. A presença ostensiva de guardas, os olhares desconfiados e os comentários desqualificadores demonstram que o acesso pleno ao espaço urbano ainda é restrito para juventudes que rompem com o perfil “aceitável”. Entretanto, mesmo diante dessas adversidades, os jovens persistem. A rima se transforma em instrumento de denúncia, de identidade e de invenção de si. Há ali uma criatividade pulsante, uma vontade de existir e

resistir. As batalhas são experiências de cidadania cultural (Souza Santos, 2002), espaços de visibilidade e potência nos quais a cidade se inscreve no corpo e na palavra dos jovens.

Conforme Lefebvre (1976) e Santos (2002), para entender a dinâmica do espaço geográfico em que a escola, a cidade e os jovens estão inseridos, é preciso compreender seus usos, suas técnicas e suas resistências. Santos (2002) conceitua o espaço geográfico como um conjunto de objetos e sistemas de ações. O sistema de objetos refere-se às técnicas desenvolvidas pelo ser humano para controlar o espaço, enquanto os sistemas de ações dizem respeito às funcionalidades atribuídas a esses objetos. As territorialidades dos jovens são influenciadas pelos ambientes por que transitam.

Lefebvre (1976) também esclarece o que não é o espaço: destaca que ele não pode ser visto como produto comum, nem como objeto ou a soma de objetos, ou ainda como mercadoria. O espaço está ligado ao que se produz socialmente. Nesse sentido, as relações de produção na cidade manifestam-se associadas às funcionalidades atribuídas aos objetos e às ações que ocorrem nesse território.

Portanto, é essencial construir possibilidades de análise do espaço socialmente construído, pois isso permite compreender a cidade em suas múltiplas dimensões. Essa compreensão abrange a presença dos jovens no espaço urbano, com suas identidades, e o papel da escola em interação com a comunidade educacional.

Dessa interação, jovens, escola e cidade, é possível construir os fundamentos da cidadania. Nos alinhamos, assim, com Maricato (2001, p.15), para quem a cidade deve “ser, portanto, o lugar do exercício pleno da cidadania”. Para o autor (2001, p. 15), isso quer dizer que “não só a cidade deve proporcionar as condições para que o ser humano se desenvolva material e culturalmente, mas que a própria cidade deve ser fruto do desejo e obra de todos os seus cidadãos”.

O desejo de pensar a cidade para as pessoas, na direção das pessoas, rompe a lógica da subalternidade, da disparidade socioespacial, recoloca a relação centro-periferia e oportuniza capacidades igualitárias de uso desses espaços. Isso é um pressuposto essencial para a realização da cidadania. Trata-se de uma cidade que cria possibilidades para acolher todos que vivem em seu território, tanto espacial quanto temporalmente, permitindo que exerçam suas territorialidades.

A pesquisa evidencia que os territórios vividos pelos jovens não se limitam às suas moradias, mas se expandem e se interconectam por meio da arte, da cultura e da coletividade. Esses mapas, portanto, complementam a escuta e a observação feitas no campo. Eles ajudam a

visualizar a cidade não apenas como um conjunto de ruas e setores, mas como uma rede viva de relações, tensões e potências.

As reflexões desenvolvidas ao longo desta tese apontam que compreender as juventudes no espaço urbano exige ir além de visões homogêneas ou estigmatizantes. O percurso analítico evidenciou como as práticas juvenis, ao mesmo tempo em que se desenvolvem em contextos de desigualdade, produzem sentidos, territorialidades e formas de presença na cidade que tensionam a ordem instituída.

Nesse horizonte, as contribuições de Reguillo (2000) foram fundamentais para pensar a juventude como produtora de cultura e sentidos em contextos marcados por riscos, exclusão e violências. Sua perspectiva permite compreender que as expressões juvenis não se reduzem à lógica da carência, mas devem ser vistas como estratégias de invenção social e resistência diante das condições de vulnerabilidade.

Do mesmo modo, os aportes de Quapper (2015, 2021) problematizam o olhar adultocêntrico e linear sobre os jovens, ressaltando que não há uma juventude única, mas juventudes múltiplas, atravessadas por desigualdades e por disputas simbólicas. Para o autor, as práticas culturais e políticas juvenis não podem ser lidas apenas como formas marginais, mas como experiências de produção territorial e de disputa por reconhecimento no espaço urbano e institucional.

Por sua vez, Chaves (2005) amplia esse debate ao deslocar o olhar para as periferias urbanas, compreendendo-as tanto como lugares de falta, quanto como territórios de potência criativa. Seus estudos mostram como os jovens constroem circuitos culturais próprios e reinventam a cidade a partir de práticas de sociabilidade que reconfiguram os significados da periferia.

Assim, inspirados em Reguillo, Quapper e Chaves, compreendemos que as juventudes urbanas devem ser entendidas em sua complexidade, pluralidade e capacidade criativa, como sujeitos que, apesar das ausências e desigualdades que atravessam seus cotidianos, reinventam a cidade e afirmam novos modos de pertencimento. Essa perspectiva reafirma o papel dos jovens como protagonistas na produção do espaço urbano e convoca a pensar políticas públicas e práticas sociais que reconheçam a legitimidade de suas territorialidades e expressividades.

O caminhar, ponto de partida dos seres humanos ao desbravar localidades, é também o que transforma a cidade em um lugar de encontro. A vida, em toda a sua diversidade, desdobra-se a partir de uma simples ação exploratória, como o andar, que conduz à exploração das espacialidades. Nesses lugares de encontro, apresentados no mapa 7 (Figura

20), revela-se a vida urbana, em que a versatilidade e a complexidade das atividades tornam-se comuns à medida que o espaço se coletiviza (Gehl, 2015). Para que o encontro se estabeleça, a presença do outro, a comunicação com o outro e a vivência nos espaços e tempos são fundamentais.

As cidades tornam-se locais de encontro de ideias, de apropriação dos espaços e da construção de outros, onde são lidas e manifestadas espacialidades e humanidades – nas ruas, praças, parques e até nos muros. A cidade é também cenário de trocas econômicas, produção cultural, fluxos e deslocamentos. O espaço urbano deve ser concebido como uma cidade feita de pessoas e para pessoas (Gehl, 2015).

Assumir a humanidade que habita a cidade significa muito mais do que considerar seu planejamento estrutural e o ordenamento de ruas, casas e comércio. Significa olhar para as pessoas que criam esses espaços. Para Gehl (2015), a cidade precisa ser percebida como viva, como um espaço que reforça sua função social, como um lugar em que a sociedade manifesta sua cidadania de forma aberta.

O maior desafio ao pensar a cidade para as pessoas, segundo Gehl (2015), é compreender como elas podem se sentir pertencentes a esse espaço. Refletir sobre a humanidade nesse processo implica reconhecer que as contradições espaciais, especialmente aquelas de ordem econômica, precisam ser superadas. É a partir dessa perspectiva de construção da cidade que retomamos o diálogo histórico formativo, levando em consideração as experiências dos sujeitos.

Nesse sentido, a proposta é valorizar as narrativas construídas pelos jovens acerca da cidade. Os jovens têm suas existências marcadas pela capacidade de reinventar os espaços que ocupam. As territorialidades juvenis são permeadas por práticas que desafiam as normas estabelecidas e criam alternativas de sociabilidade que são, muitas vezes, invisibilizadas pela sociedade. Assim, é a partir dessas práticas que se constrói a forma de vivência urbana, em que as relações entre os jovens e os espaços são construídas, negociadas e ressignificadas continuamente.

A pesquisa também destacou a importância da interação social no processo de ressignificação do espaço. As rodas de conversa, as entrevistas e as observações participantes mostraram como os jovens se apropriam dos espaços urbanos e os transformam, fisicamente, no sentido simbólico e afetivo. As práticas culturais, como o *skate* e as batalhas de rima, surgem como elementos fundamentais na criação de espaços de pertencimento. São em práticas culturais como essas que os jovens afirmam suas identidades e contestam as estruturas de poder que os marginalizam.

O pertencimento a esses espaços não é dado, mas conquistado por meio de ações coletivas, que reforçam a ideia de que a juventude é consumidora do espaço urbano, produtora de formas de viver e existir nele. Nesse sentido, a pesquisa contribuiu para a compreensão de como as territorialidades juvenis não se limitam à apropriação física do espaço, mas envolvem processos de resistência e afirmação de identidade, que desafiam as normas sociais e os estereótipos impostos pelas gerações mais velhas.

Ao compreender o espaço urbano como campo de disputa e reinvenção, o estudo evidenciou a importância de se considerar as múltiplas dimensões que compõem a vivência juvenil. A apropriação desses espaços não se dá de forma homogênea, mesmo que marcada por diferenças culturais, sociais e de classe, as quais influenciam a maneira como os jovens se relacionam com o ambiente urbano. As experiências de jovens em diferentes contextos urbanos podem ser distintas, por isso é fundamental considerar as especificidades de cada realidade para se compreender as territorialidades juvenis.

A ressignificação do espaço urbano pelos jovens também está ligada à perspectiva de transformação social. Ao ocupar espaços muitas vezes marginalizados ou estigmatizados, os jovens se afirmam e questionam as estruturas de poder que organizam a cidade. O ato de ocupar e transformar o espaço é uma forma de resistência, um ato político que visa visibilizar as vozes e as demandas dessa população, muitas vezes negligenciada pelos poderes públicos.

A pesquisa revelou a relevância da convivência e do diálogo entre os jovens como um meio de fortalecer os vínculos sociais e criar novos laços de solidariedade e cooperação. As batalhas de rima são formas de expressão artística, bem como exercem função de plataformas para o fortalecimento da identidade coletiva, nas quais os jovens podem se afirmar e se reconhecer como parte do movimento cultural que transcende as fronteiras do espaço urbano.

Desse modo, é importante destacar que a construção dessas territorialidades também enfrenta desafios, especialmente no que se refere à falta de políticas públicas que reconheçam e valorizem as práticas culturais juvenis. A marginalização de determinadas práticas, como as batalhas de rima e o *skate*, demonstra desprezo pela cultura jovem e pela capacidade de inovação dos jovens em transformar seus próprios espaços. A implementação de políticas públicas inclusivas e que reconheçam a juventude como protagonista na construção do espaço urbano é essencial para promover uma cidade justa e igualitária.

A pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas juvenis e das territorialidades urbanas, além de evidenciar a necessidade de repensar o conceito de cidade. Os jovens, a partir do momento em que se apropriam e ressignificam os espaços urbanos, desafiam as normas, constroem uma cidade plural, diversa e inclusiva. Ao refletirmos sobre as práticas e

territorialidades juvenis, somos levados a repensar a cidade como espaço de todos, onde as diferentes formas de ser e viver devem ser reconhecidas e valorizadas. Assim, é necessário um olhar atento para as dinâmicas de territorialidade juvenil, que são resposta criativa às dificuldades do cotidiano urbano e forma de resistência à exclusão social. A pesquisa mostrou que as territorialidades juvenis são campo fértil para a compreensão das relações entre a juventude e a cidade, revela a capacidade transformadora dos jovens, capazes de reinventar seus espaços e construir, coletivamente, formas de vida e de sociabilidade.

As análises construídas ao longo desta tese demonstram que os jovens não apenas transitam pela cidade, mas constroem suas próprias territorialidades a partir de suas práticas, afetos e resistências. A ocupação dos espaços urbanos por meio das batalhas de rima e da prática do *skate* revela uma geografia que escapa à rigidez dos mapas oficiais e das lógicas instituídas de organização da cidade. Os jovens experimentam e produzem o urbano a partir de suas necessidades, desejos e modos de existir.

Ir da periferia ao centro para ocupar uma praça ou o *Deck* da cidade é também afirmar: “o centro também é nosso”. Trata-se de uma reivindicação concreta do direito à cidade, como propõe Lefebvre (2001), e de uma afirmação da presença juvenil em territórios historicamente regulados por uma lógica de exclusão.

Ao longo desta tese, discutimos postulados do direito à cidade acionando a perspectiva teórica adotada em Lefebvre (2013). A cidade, para os jovens desta pesquisa, nunca foi apenas um cenário. Ela é corpo, presença, disputa e afirmação. É no chão da cidade, nas praças, nos *decks*, nas calçadas e nos trajetos entre os bairros e o centro, que esses sujeitos constroem suas vidas e territorialidades. E é nesse espaço vivido que também se afirma o direito à cidade, como proposto por Lefebvre (2001). Não como um direito burocrático ou técnico, mas como o direito de produzir, habitar, circular e transformar o espaço urbano segundo as necessidades e desejos daqueles que o vivem cotidianamente.

Partindo de uma escuta atenta aos jovens, foram reveladas dimensões desse direito que extrapolam a lógica institucional. Quando um jovem ocupa a praça com sua rima ou seu *skate*, ele não está apenas “em lazer”, está exercendo o direito à apropriação do espaço urbano, transformando lugares historicamente voltados à vigilância ou ao consumo em palcos de arte, resistência e convivência. Essa apropriação, no entanto, não ocorre sem conflito. Os jovens enfrentam olhares de suspeita, abordagens de guardas, e uma cidade que frequentemente tenta empurrá-los de volta para os cantos, para as margens.

Mesmo assim, eles persistem. E ao persistirem, afirmam o direito à centralidade e à produção cultural. Ao se deslocarem dos bairros periféricos até o centro, como mostram os

mapas e os relatos, esses jovens estão dizendo, com seus corpos e suas práticas, que também têm o direito de estar, de ocupar, de fazer parte. Suas rimas, suas manobras e seus encontros são formas legítimas de produção cultural. São narrativas contra a invisibilidade. Nesse sentido, exercem também o direito à visibilidade e à valorização das culturas populares, que são, muitas vezes, silenciadas nas políticas públicas e desvalorizadas pelo discurso dominante sobre juventude e cidade.

O direito ao uso democrático dos espaços públicos se manifesta na convivência que esses jovens constroem entre si. Ainda que a cidade muitas vezes os fragmente, eles criam redes de solidariedade, companheirismo e pertencimento. São comunidades que se formam na vivência urbana, no improvisado, na partilha do som e do movimento. Exercem o direito à vida comunitária, ao criar sentidos coletivos que não dependem de formalidades, mas da presença, da escuta e do respeito mútuo.

Além disso, ao ocupar espaços simbólicos da cidade, como a Praça da Prefeitura ou o *Deck* da Mata da Bica, os jovens questionam quem tem direito à cidade e sob quais condições. Ademais, reivindicam o direito à mobilidade equitativa e ao reconhecimento do sujeito periférico, não apenas como quem transita, mas como quem transforma e propõe novos modos de viver. É também o exercício do direito à representação e ao diálogo social, pois suas presenças desafiam a lógica de silenciamento imposta às periferias.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que esses jovens vivem cotidianamente a luta pelo direito à cidade sem exclusão física ou simbólica. Eles existem, resistem e criam. Fazem da cidade um espaço de vida, apesar das tentativas de apagamento. E é justamente nessa contradição, entre o que é permitido e o que é vivido, que reside a potência da juventude como sujeito político e produtor de cidade. Como sujeito que pode fazer parte, ser autor e resistência das territorialidades que ali se manifestam.

Nesse contexto, a luta pelo direito à cidade não se reduz a uma linguagem expressiva; torna-se, por conseguinte, o pressuposto necessário para conduzir o diálogo por uma cidade em que eles afirmam: **“o centro também é nosso”**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre o estudo das juventudes. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 25-36, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. **Juventude e escolarização**: um estudo sobre o ensino médio no Brasil. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADELINO, P. R. **Jovens no ensino médio técnico**: um olhar a partir das aulas de matemática. Belo Horizonte, 2018. 174 f.
- ALMEIDA, M. de L. do P. K.; EYNG, A. M. **Justiça emancipatória no processo educativo**: contribuições das vozes juvenis. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- ALMEIDA, N. R. O. **“Óh! Fui eu que fiz!”**: a saga de jovens cosplayers e seus fazeres educativos. 2017. 213 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2017.
- ALMEIDA, R. S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.
- ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARBOSA, R. da S. **Território e escala**: a utilização dos conceitos geográficos para implementação das políticas públicas em prol da seguridade social da população infanto-juvenil em situação de rua na cidade de Campina Grande - PB. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BARTOLI, E. **O retorno ao território a partir da cidade**: sistemas territoriais urbano-ribeirinhos em Parintins (AM). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente, 2017.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica**, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BESERRA, R. C. M. **Escritas juvenis na educação de jovens e adultos**: o cotidiano como território cultural de aprendizagens. 2020. 437 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. **Successful qualitative research**: a practical guide for beginners. Los Angeles: Sage, 2013.

BORDAS, A.; TATAGIBA, L. Juventudes periféricas e ativismos urbanos: entre resistências cotidianas e práticas políticas disruptivas. In: TATAGIBA, L.; BORDAS, A. (Orgs.). **Movimentos sociais e juventudes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CAMARGO, F. F. de A. **Possibilidades para a integração da educação superior: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. 2020. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2020.

CARVALHO, L. D. **Educação (em tempo) integral na infância: ser aluno e ser criança em um território de vulnerabilidade**. 2013.

CARRANO, P. Juventudes e cidade: por uma agenda de pesquisa sobre espaços, tempos e sociabilidades urbanas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 223–242, 2013.

CHAVES, M. **Juventud negada y negativizada: representaciones y formaciones discursivas vigentes en la Argentina contemporánea**. (Artigo baseado em pesquisa doutoral, Universidad Nacional de La Plata, 2005)

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In.: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 136-161.

DAMBRÓS, G. **Na esperança de ser mais: a territorialização da EMEF Osório Ramos Corrêa, Gravataí/RS**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2018.

DERROSSO, G. S. **Vivências nas territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**. 2018. 221 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2018.

DUARTE QUAPPER, K. (org.). **Juventudes: metáforas del Chile contemporáneo**. Santiago de Chile: RiL Editores, 2015.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FELICIANO, L. Juventudes urbanas e a reinvenção dos espaços públicos: práticas culturais e resistências. **Revista Polis e Psique**, v. 10, n. 2, p. 130–149, 2020.

FIGUEIREDO, A. M. R. **Crianças e territorialidades: as brincadeiras nas ruas do bairro da União em Parintins/AM**. 2017. 175 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOULART, M. V. da S. **A produção da juventude como um objeto de saber pedagógico nos discursos sobre o ensino médio no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2018.

JACINTO, O. **Esboço histórico de Formosa**. 2. ed. Brasília, 1979.

JUNIOR, A. C. de S. **Territórios e territorialidades: a compreensão de Aparecida de Goiânia por jovens e adultos migrantes de uma escola da rede pública estadual na Educação de Jovens e Adultos**. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

LEITE, T. P. I. **Juventude, espaço urbano e violência: a realidade juvenil no contexto dos bairros de Cascavel – Paraná**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2017.

LEITE, M. A.; BOVO, M. C. O estudo da cidade: diferentes linguagens no ensino da geografia. **Cadernos PDE**, 2014. Versão online ISBN 978-85-8015-080-3.

LEITE, C. M. C. **O lugar e a construção da identidade: os significados construídos por professores de Geografia do ensino fundamental**. 2012. XVII, 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LIMA, D. M. de. **O cotidiano escolar dos jovens na/da educação de jovens e adultos: compreensão dos (des)encontros entre juventudes e escola**. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2017.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MALAQUIAS, D. R. **Música caipira de concerto: territorialidades e trajetórias da viola e violeiros no âmbito caipira**. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

BRITO, A. M. M. C. **Práticas do espaço nas noites de Brasília: uma homotranscartografia do centro do Distrito Federal (1970-2000)**. 2024. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

MENEZES, V. G.; BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; Autonomia e coletividade em práticas culturais urbanas: juventudes e resistência no espaço público. **Revista da Juventude e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 215–234, 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, S. L. **O lugar do desenho e o desenho do lugar no ensino de geografia: contribuição para uma geografia escolar crítica**. 2005. iv, 158 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005.

MONTEIRO, R. de M. **As relações de poder e as territorialidades nos assentamentos rurais do sudeste goiano**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2017.

MORAGAS, R. A. R. **O (re) significar o lugar no ensino de Geografia em Goiás: por meio da poesia de Cora Coralina**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2017.

MORAIS, H. A. **Territórios, territorialidades e discursos em torno dos projetos de assentamentos rurais em Passira-PE: uma análise discursiva do processo de inclusão socioterritorial das famílias assentadas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MOREIRA, T. As novas reelaborações da arte de grafitar. **Cescontexto**, Coimbra, v. 15, p. 62-69, 2016.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MODA, N. M. **Geografias do fogo e suas territorialidades: um estudo na realidade Kalunga**. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

NASCIMENTO, L. K. do. **O lugar do Lugar no ensino de Geografia: um estudo em escolas públicas do Vale do Ribeira - SP**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-25022013-095747/>. Acesso em: 01 jan. 2025.

OLIVEIRA, V. H. N. **Jovens olhares sobre a cidade: lugares e territórios urbanos de estudantes porto-alegrenses**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2020.

PAULA, E. **“Vem brincar na rua!”: entre o quilombo e a educação infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 730 p.

QUAPPER, C. D. Adultez en la escuela: notas para su problematización. **Revista Realidad Educativa**, v. 1, n. 1, p. 7-34, 2021. DOI: 10.38123/rre.v1i1.63
teses.usp.br+11revistas.uft.cl+11studocu.com+11

REGUILLO, R. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto**. Guadalajara: ITESO, 2000.

RAMOS, E. C. M. **Tudo junto e misturado, rolês e fluxos dos jovens da periferia**: capital espacial construído por redes juvenis no campo da diversão e geometrias de poder na cidade. Presidente Prudente: [s.n.], 2017. 477 f.

RAMOS, J. Redes juvenis e capital social em territórios periféricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, p. 103–120, 2017.

SANTOS, L. S. C. Por uma singularidade da Geografia: desenvolvimento do Pensamento Geográfico. **GEOUSP (Online)**, v. 25, n. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182301>.

SANTOS, A. O. C. **Práticas pedagógicas no ensino médio integrado à educação profissional**: territorialidades e resistências. 2020. 75 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

SANTOS, F. A. **A pedagogia libertária de Paulo Freire e a geografia crítica de Milton Santos**: um ‘olhar periférico’ sobre práticas de ensino da geografia e outras geografias de ensino. 134 f. : Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2020.

SANTOS, C. S. **Veja o que a Veja fez**: o jogo de ocultamento dos jovens nas manifestações de 1992. 2020b. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, M. A. F. **Outra banda**: lugar de quem? 2013. 117 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX**. Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. Tradução. São Paulo: Edusp, 1994. Acesso em: 01 mai. 2025.

SCOTT, J. C. **Os dominados e a arte da resistência**: discursos ocultos. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVA, M. J. A. **Narrativas, criação, luta e resistência**: a presença da pedagogia freireana nos cotidianos escolares. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

SILVA, F. A. **Coletivos juvenis e transição para vida adulta**: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

SILVA, Â. M.; SALAZAR GUIZZO, B. **Deixa que digam, pensem, falem**: representações juvenis sobre a violência racial no território escolar. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.120983.

SILVA, A. L. **“Meninos danados”**: uma etnografia interpretativa da infância sertaneja que inclui a participação política das crianças de Catingueira – PB. 2018. 263 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2018.

SOUZA, R. J. F. G. **Cidade, arte e política**: redes educativas e participação social em coletivos juvenis. 2020. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, M. C. Práticas juvenis e territórios educativos: coletivos, arte e política. **Revista Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

TRINDADE, M. P. **Representações sociais sobre crianças e infâncias em teses e dissertações da Amazônia**. 2019. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

UNITED NATIONS. **Demographic yearbook historical supplement 1948-1997**. New York: United Nations Publications, 1998.

TOURINHO, A. O. “Centro e centralidade: uma questão recente”. In.: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). **Geografias da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 277-300.

VASCONCELOS, M. E. O. **Educação do campo no Amazonas**: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas. 2017. 297 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

VIEIRA, G. J. **Formosa cidade e povo**. Brasília: Teixeira, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia del adolescente: obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor; MEC, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. (org.). **A educação na diversidade**: o campo como território de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2009.

ANEXO A: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

de acordo com as normas do CEPCHS

Recomendações:

aprovado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

atendeu à solicitação de assinatura da carta de revisão ética, Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Cartaderevisaoeticaassinada.pdf	24/11/2023 10:33:27	MAURICIO BARBOSA CARNEIRO	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 15 de Dezembro de 2023

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br